



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

FELIPE ALVES DE LIMA BRAGA

UMA CARTOGRAFIA DA LEITURA:
O IMAGINÁRIO LEITOR FORTALEZENSE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO
XIX

FORTALEZA

2018

FELIPE ALVES DE LIMA BRAGA

UMA CARTOGRAFIA DA LEITURA:
O IMAGINÁRIO LEITOR FORTALEZENSE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO
XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Departamento de Ciências da Informação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Representação da Informação

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog. Mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B793c

Braga, Felipe Alves de Lima.

Uma catografia da leitura: o imaginário leitor fortalezense na segunda metade do século XX / Felipe Alves de Lima Braga. – 2018.

233 f.: il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em ciência da Informação, Fortaleza, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes.

1. Leitura. 2. Prática de Informação. 3. História de Fortaleza. I. Título.

CDD 020

FELIPE ALVES DE LIMA BRAGA

UMA CARTOGRAFIA DA LEITURA: O IMAGINÁRIO LEITOR FORTALEZENSE NA
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes.

Aprovado em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Luiz Tadeu Feitosa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a. Dr.^a Maria Cleide Rodrigues Bernardino
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, por sempre escutarem as minhas preces e me guiarem por caminhos iluminados de fé e esperança.

Gratidão a minha família, meu porto seguro e fonte de amor.

Gratidão ao meu orientador, Professor Jefferson Veras, pela paciência, conselhos e ensinamentos compartilhados comigo nessa constante jornada de aprendizado.

Gratidão a todos os amigos, em especial os companheiros de mestrado, por compartilharem essa jornada comigo.

Gratidão a todo o corpo docente do PPGCI/UFC, com especial carinho ao Professor Tadeu Feitosa, pois sem ele esta pesquisa não teria florescido, uma vez que a semente deste trabalho foi plantada junto com ele na Graduação em Biblioteconomia.

Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior por ter financiado esta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos os servidores técnico-administrativos do Departamento de Ciência da Informação, pelos valiosos serviços prestados. Com especial carinho a Veruska Maciel, que tanto me ajudou nos perrengues administrativos.

A todos, os meus mais sinceros Agradecimentos.

RESUMO

Esta pesquisa busca investigar a leitura e o contexto leitor da cidade de Fortaleza na segunda metade do século XIX, sob o viés informacional. Tem-se, como intuito, resgatar parte da historiografia e literatura local dessa fase, procurando entender como a dinâmica sociocultural influenciou as produções intelectuais desse período e as leituras feitas pela população. Para tanto, as agremiações literárias surgidas na cidade nessa época foram pesquisadas, os quais se atribuem às primeiras produções literárias cearenses. Entendendo a cidade e suas complexidades como o mote dos enredos de muitas dessas obras literárias, foi investigado como os intelectuais desses grupos viam a cidade e retravam o seu cotidiano, além de buscar identificar as influências literárias e leitoras desses sujeitos. Na busca de traçar uma cartografia leitora de Fortaleza, são abordados; os conceitos de informação, leitura, imaginário e memória para que se possa entender o contexto histórico local sob o viés das teorias da informação. Nesse sentido, a pesquisa procura responder à problemática: Como se deu a formação do imaginário leitor fortalezense na segunda metade do século XIX? Nessa perspectiva, o objetivo geral do estudo foi investigar a formação do imaginário leitor fortalezense na segunda metade do século XIX, com foco nas instituições: Biblioteca Provincial, Instituto do Ceará e Academia Cearense de Letras. Os objetivos específicos foram: a) identificar os fluxos de informação e produção do conhecimento da cidade naquela época; ; b) mapear os marcos culturais que contribuíram para formação do imaginário leitor da capital; c) conhecer o panorama sociocultural e histórico de Fortaleza no fim do século XIX; e d) entender o papel das três instituições escolhidas na construção da cidade e de seu cotidiano leitor, nos aspectos da assimilação, produção e disseminação de informações e conhecimentos. Como estratégia metodológica, a pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, sendo uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, utilizando-se o método histórico. Como conclusão, o panorama leitor da cidade de Fortaleza no período foi formado por uma pequena rede de informação constituída por jornais, comércios livreiros e agremiações leitoras, além de um contexto histórico com fortes influências dos ideais civilizatórios europeus, na chamada *Belle Époque*. O imaginário leitor da época foi alicerçado em um projeto político civilizatório pautado na filosofia das luzes e nas ideias científicas importadas da Europa. A elite intelectual almejava uma sociedade culta e como essa mesma elite circulava nas esferas políticas e de poder da cidade, eles idealizaram uma sociedade que tinha como sua maior engrenagem para o desenvolvimento a cultura letrada e erudita. A Biblioteca Provincial, O Instituto do Ceará e a Academia Cearense

de Letras ratificam esse projeto inaugurando uma tradição de produção científica e literária na cidade que buscava introduzir o progresso através de suas produções, assim como incentivar a busca de uma identidade local através da produção do conhecimento sobre a história colonial da Província, sobre a geografia local e os impactos positivos da introdução de tecnologias para o progresso socioeconômico do estado. Portanto o imaginário do progresso pelas letras, influenciado pelos postulados cientificistas e civilizatórios europeus e a busca de uma identidade local e nacional configuram as bases do imaginário desse período.

Palavras-chave: Leitura. Informação. História de Fortaleza.

ABSTRACT

This research seeks to investigate the reading and the reader context of the city of Fortaleza in the second half of the nineteenth century, under the informational bias. It is intended, as an intention, to recover part of the historiography and local literature of this phase, trying to understand how the socio-cultural dynamics influenced the intellectual productions of this period and the readings made by the population. In order to do so, we investigated the literary associations that emerged in the city at that time, and attributed to them the first literary productions of Ceará. Understanding the city and its complexities as the motto of the plot of many of these literary works, we investigated how the intellectuals of these groups saw the city and retract their daily life, as well as seeking to identify the literary and reading influences of these subjects. In the search to draw a cartography reader of Fortaleza, the concepts of information, reading, imagery and memory are approached in order to understand the local historical context under the bias of information theories. In this sense, we tried to answer the problematic: How did the formation of the reader's imagination strengthen in the second half of the nineteenth century? From this perspective, the general objective of the study was to investigate the formation of the reader's imagination in the second half of the nineteenth century, focusing on institutions: the Provincial Library, the Ceará Institute and the Ceará Academy of Letters. The specific objectives were: a) to identify the information and production flows of knowledge of the city at that time; ; b) map the cultural milestones that contributed to the formation of the imaginary reader of the capital; c) to know the socio-cultural and historical panorama of Fortaleza at the end of the 19th century; and d) to understand the role of the three institutions chosen in the construction of the city and its daily reader in the aspects of assimilation, production and dissemination of information and knowledge. As a methodological strategy, the research is exploratory and descriptive, being a bibliographical and documentary research, with a qualitative approach, using the historical method. It is concluded that the reading panorama of the city of Fortaleza in the period was formed by a small information network made up of newspapers, book traders and book associations, as well as a historical context with strong influences of the European civilizational ideals, in the so-called Belle Époque. The imaginary reader of the time was based on a civilizational political project based on the philosophy of the lights and the scientific ideas imported from Europe. The intellectual elite embellished a cultured society and as that same elite circulated in the political and power spheres of the citizenry, they idealized a society that had as its greatest gear for the development of literate and erudite

culture. The Provincial Library, the Ceará Institute and the Ceará Academy of Letters ratify this project by inaugurating a tradition of scientific and literary production in the city that sought to introduce progress through its productions, as well as to encourage the search for a local identity through the production of knowledge about the colonial history of the Province, about local geography and the positive impacts of the introduction of technologies for the socioeconomic progress of the state. Therefore, the imaginary of progress through the letters, influenced by the European scientific and civilizing postulates and the search for a local and national identity, form the basis of the imaginary of this period.

Keywords: Reading. Information. History of Fortaleza.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Planta da cidade de Fortaleza e subúrbio (1875).....	121
Figura 2 – Cruzeiro da Sé.....	132
Figura 3 – Barão Homem de Melo.....	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Grupos políticos e seus princípios.....	128
Quadro 2 – Evolução da Biblioteca Provincial.....	166
Quadro 3 – Informações biográficas dos membros do Instituto do Ceará.....	181
Quadro 4 – Síntese temática dos assuntos da Revista do Instituto.....	190
Quadro 5 – Biografia dos fundadores da Academia Cearense de Letras.....	196
Quadro 6 – Síntese dos principais temas da revista de 1886 – 1900.....	207
Quadro 7 – Indícios das leituras da Academia Cearense de Letras registrado em suas atas de 1894 – 1900.....	209

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	ENLACES ENTRE INFORMAÇÃO E LEITURA.....	19
2.1	Os caminhos da informação: o surgimento de um campo científico e suas possibilidades epistemológicas.....	22
2.2	Ramificações dos estudos informacionais pelo mundo.....	36
2.3	As múltiplas facetas de um fenômeno: a informação.....	41
2.3.1	<i>Usos Sociais da Informação.....</i>	53
2.4	As rotas de um fenômeno plural: a leitura.....	65
2.4.1	<i>Tramas mnemônicas.....</i>	75
2.4.2	<i>Fragments da realidade: o imaginário.....</i>	80
2.4.3	<i>Práticas leitoras.....</i>	85
2.5	Enfim, o laço entre informação e leitura.....	95
3	COTIDIANO LEITOR FORTALEZENSE: ENTRE FLUXOS E INSTITUIÇÕES LEITORAS.....	98
3.1	A Biblioteca Provincial do Ceará.....	105
3.2	A Fênix Estudantal, a Academia Francesa e a Escola Popular.....	106
3.3	O Gabinete Cearense de Leitura, o Instituto do Ceará e o Clube Literário.....	108
3.4	A Escola Militar, a Padaria Espiritual e a Academia Cearense de Letras.....	111
3.5	O Centro Literário e a Iracema literária.....	115
4	AS TRAMAS QUE TECEM UMA CIDADE.....	118
4.1	Do “chique no útimo” a “hora do chá”: a Fortaleza belle époque.....	119
4.2	Os embates políticos e religiosos dos oitocentos.....	126
4.3	Festejos e costumes do povo do forte.....	132
4.4	A terra da luz entre a coroa e a espada republicana: a abolição, queda do imperio e a instauração da república.....	137
5	CAMINHO METODOLÓGICO.....	153
6	REVERBERAÇÕES DA LEITURA NA CIDADE.....	157
6.1	O discurso dos livros: as intenções de uma biblioteca.....	157
6.2	Cientificismo e erudição na terra dos cabeças chatas: o Instituto do	

	Ceará.....	180
6.3	As luzes do beletrismo cearense: a Academia Cearense de Letras.....	195
7	CONCLUSÃO: CAMINHOS DA LEITURA NA SEGUNDA METADE DOS OITOCENTOS.....	220
	REFERÊNCIAS.....	225

1 INTRODUÇÃO

A presente narrativa busca enveredar pelos caminhos leitores da cidade de Fortaleza na segunda metade do século XIX. Tal relato é resultado de uma investigação iniciada, ainda no bacharelado em Biblioteconomia, tendo como fruto a monografia: ‘Marcas Culturais de Fortaleza Leitora’, que continua no mestrado em Ciência da Informação com o intuito de aprofundar questões em aberto no trajeto investigativo inicial.

Nesse sentido, é traçada aqui uma cartografia leitora da cidade, tendo como base um grupo de leitores, participes de uma elite intelectual, artística e política que, ao longo da segunda metade do ano de mil e oitocentos, criou diversas agremiações, clubes ou associações literárias e leitoras na capital cearense.

Remete-se à metáfora cartográfica, pois a capacidade de representação e distinção que prenuncia o traçado cartográfico traz à tona as nuances de uma paisagem. No caso, as cenas leitoras de uma cidade são evidenciadas, consideradas como um ‘instrumento de saber-poder’ na perspectiva de Foucault (1986, p. 162), pois ao longo do tempo foram usadas como forma de medição para os gregos na Antiguidade e de investigação na Idade Média, com o desbravar de outros territórios, instrumento de inquérito no século XVIII e de exame nos dias atuais, como os mapas de leitores, analfabetos, ricos e pobres e outros fatores semelhantes.

Dizer que aqui não se quer infligir um desejo de verdade, é negar o postulado do próprio Foucault e o desejo próprio. No entanto, não se faz isso de forma soberba ou arrogante aqui, quer-se, apenas, usar a metáfora dos mapas para tornar mais didática a apreensão do contexto leitor de uma época em questão.

A cartografia se divide em duas vertentes: a primeira chamada sistemática visa à representação do espaço pelo dimensionamento e localização, sendo mais técnica e com maior ênfase na métrica. A segunda equivale à cartografia temática, que se preocupa com a representação de temas sobre os mais variados assuntos, delimitados em um espaço definido.

Assim, a cartografia no presente trabalho, busca a identificação de memórias, costumes e práticas leitoras que, sendo elas também práticas sociais, podem ser identificadas na dinâmica dos cotidianos. Na concepção de Certeau (2013, p.22): “o espaço é um lugar praticado,” no qual as dinâmicas da memória dos sujeitos como seres históricos e das próprias ações diárias, se realizam e tecem a realidade.

O mapa, ou a cartografia pretendida, busca, portanto, o encontro com os percursos das práticas leitoras dos sujeitos, que reunidos em clubes, agremiações, ou instituições

leitoras, os quais foram pioneiros no estabelecimento de uma cultura do livro, literatura e leitura em Fortaleza.

Essas instituições leitoras ficaram registradas na historiografia local, como um marco da Literatura Cearense. Além disso, o período que se estende de 1850 até as primeiras décadas do século XX, foi marcado por muitas transformações nas esferas sociopolíticas de Fortaleza e do Brasil.

Acontecimentos como a Abolição dos Escravos (1888), a queda do Império e a Proclamação da República (1889), assim como a chamada *Belle Époque* que influenciou o cotidiano de algumas capitais brasileiras, sendo Fortaleza uma delas, afetaram diretamente o modo como a população vivia e planejava seu futuro.

O século XIX é tido como o século do progresso, das invenções, um período que abre espaço para o que viria a ser moderno, com o surgimento de novas tecnologias, como por exemplo, o surgimento da lâmpada incandescente por Thomas Edson, em 1879, ou mesmo o telefone por Graham Bell, em 1876. Nas artes e ciências, a chegada das teorias evolucionistas, do racionalismo e a filosofia positivista de Comte, influenciou os intelectuais brasileiros.

As influências europeias, por conta da *Belle Époque*, trazem um charme a esse período repleto de novidades, mas também repleto de incertezas, principalmente no meio político. A busca de uma identidade própria acompanha as transformações das sociabilidades da época.

Marca disso é a adoção do francês como língua da moda em Fortaleza, além da importação da moda e costumes parisienses e londrinos. Segundo Farias (2004), era comum escutar nas conversas das pessoas pelas ruas, expressões em francês, ou falando português com o sotaque parisiense. A inauguração de cafés, assim como o remodelamento das ruas em traçados cartesianos, criou espaços de sociabilidades em que as disparidades econômicas das classes se evidenciavam, como o Passeio Público.

À margem de tanto luxo e requinte ficava a maior parcela da população. Pobre e entregue à própria sorte, viviam nas chamadas areias, os arredores da cidade. A maioria era analfabeta e muitos viviam fugindo das secas que assolavam o interior do Estado.

O contexto político em nada era favorável ao povo, uma vez que as tradicionais oligarquias comandavam o estado, promovendo como plano de governo o enriquecimento próprio e o desejo de permanecer no poder. A elite vivia a promover festas, saraus, enquanto o povo padecia de fome, ouvindo dos políticos que as coisas melhorariam com o progresso que os novos tempos e a modernidade anunciavam.

Diante de tal cenário de contrastes gritantes, eis que começa a aflorar uma vida leitora na cidade, ainda que por iniciativa de uma parte da elite, e repleta dos ideais civilizatórios e de progresso europeu.

A mídia da cidade começou a crescer, surgiram tipografias, jornais, correios e telégrafo, assim como a inauguração de escolas primárias e secundárias e, além disso, o aumento das importações e exportações de mercadorias diversas, com a abertura do porto na cidade. Fortaleza ganhou ares urbanos e se consolida como capital da província. Foi estabelecida, aos poucos, uma rede de comunicações e de informação.

Com o tempo aparecem livrarias, bibliotecas são inauguradas e começaram a surgir instituições científicas e literárias como o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará e a Academia Cearense de Letras, essa a mais antiga instituição do gênero no Brasil.

Surgiram, então, as agremiações literárias que começaram a incentivar a produção intelectual local, tal como a Academia Francesa, o Gabinete Cearense de Leitura e a Padaria Espiritual. Esses grupos inauguraram, na tradição das letras locais, as escolas românticas, com as obras de José de Alencar – precursor do romance indianista – e Juvenal Galeno, com sua poesia repleta de regionalismos.

As escolas literárias clássicas, do realismo, parnasianismo, simbolismo e naturalismo também encontraram espaço nas produções desses grupos dedicados às artes, ciências e letras, sem contar o desejo comum de todos em defesa da educação da população e a consolidação de uma cultura letrada, livresca e leitora.

Nesse sentido, os produtos culturais dessa época e o contexto geral evidenciavam a atualização das práticas de informação da sociedade local e o surgimento de novos hábitos na cultura local, trazidos por essas instituições que fomentaram a leitura na capital cearense, nesse período.

Esta pesquisa traz novas perspectivas para a historiografia e memória literária local sob o viés das práticas leitoras, ao revisitar o passado fortalezense.

Para a Ciência da Informação (CI), esta investigação abre novas perspectivas para pesquisas históricas na área, com o intuito de investigar o papel social da informação ao longo da história. Além disso, consolida a leitura como prática de informação e a coloca como objeto de estudo no rol investigativo da área, uma vez que a Leitura se alicerça nos estudos de comunidades e usuários da informação, das práticas informacionais, dos conceitos de regime e cultura informacional e, também, dos paradigmas social e pós-custódial.

É ressaltado, também, o viés interdisciplinar, pois se usam as tramas históricas e científico-literárias das produções intelectuais locais para tecer toda a narrativa. A pesquisa intenciona, portanto, encontrar traços da realidade na produção intelectual do período estudado, no intuito de identificar referências cotidianas que serviram de inspiração para a produção desses escritores, além de outras influências literárias que possam ter impactado diretamente na produção desses intelectuais.

Registra-se aqui, também, a motivação pessoal sobre a temática da leitura em minha terra natal. Grande parte dessa motivação tem origem em histórias familiares, repassadas de geração em geração na família, chegadas a mim pelos meus avós, que influenciaram a minha imaginação com relatos cotidianos sobre meus ancestrais que vivenciaram, mesmo que à margem, a realidade de Fortaleza e do Sertão do Ceará nos séculos XIX e XX.

Enredados, portanto, pela memória e pelas leituras oitocentistas, é que se propõe como questão problema: Como se deu a formação do imaginário leitor fortalezense na segunda metade do século XIX?

Como norteador na busca de respostas para essa problemática, temos o objetivo geral: Investigar a formação do imaginário leitor fortalezense na segunda metade do século XIX, com foco nas instituições: Biblioteca Provincial, Instituto do Ceará e Academia Cearense de Letras.

E em específico: a) Identificar os fluxos de informação e produção do conhecimento da cidade, àquela época; b) Mapear os marcos culturais que contribuíram para a formação do imaginário leitor da capital; c) Conhecer o panorama sociocultural e histórico de Fortaleza na segunda metade do século XIX; e d) Entender o papel das três instituições escolhidas na construção da cidade e de seu cotidiano leitor, nos aspectos da assimilação, produção e disseminação de informações e conhecimentos.

Vale salientar ainda que por conta do grande volume documental encontrado sobre as instituições de leitura do período em análise, as análises foram delimitadas apenas a três instituições: A Biblioteca Provincial (1867); o Instituto do Ceará (1887) e a Academia Cearense de Letras (1894). Além do grande volume documental o motivo para a escolha dessas instituições se deu pelo seu surgimento cronológico, pois como se detém a análise da segunda metade dos oitocentos, conseguimos observar o desenvolvimento da leitura em uma perspectiva mais uniforme tendo em vista que essas instituições abarcam o período de 1867 até 1900. Outro motivo é que muitos dos integrantes que participaram desses três espaços de

leitura vieram de agremiações que surgiram antes ou entre a fundação da Biblioteca, instituto e a Academia.

Como estratégia metodológica, essa pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, usando o método Histórico.

Vale salientar ainda, que a busca de fontes históricas se deu através de incursões a arquivos no interior do estado e em Fortaleza (Arquivo Público do Ceará, Instituto do Ceará, Academia Cearense de Letras, Biblioteca Publica do Estado do Ceará Governador Menezes Pimentel) Além disso, foi preciso buscar material na Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Foi realizada e consolidada uma rede de contatos com Bibliotecas Públicas do norte, nordeste e sudeste do país a fim de encontrar vestígios documentais dessas instituições, tendo em vista a rede de contatos estabelecida por esses espaços de leitura na época.

Por fim, esta pesquisa está estruturada em sete seções: esta introdução, que aborda os aspectos gerais da pesquisa – como cenário, problemática, justificativa e metodologia; seguindo-se a contextualização da ciência da informação, o desenvolvimento do seu objeto de estudo – a informação – e o enlace com o objeto desta pesquisa, a leitura, mostrando as associações desses objetos com o contexto histórico, cultural e social no qual se desenvolveram.

Ainda na segundo seção, esta apresenta a noção de memória e imaginário para contextualizar as práticas leitoras e informacionais na dinâmica do social. Na terceira seção, a pesquisa envereda pelos cotidianos leitores da cidade, identificado as marcas da leitura oitocentista na capital cearense, buscando atender aos nossos dois primeiros objetivos específicos de identificar os fluxos informacionais na cidade mapear os seu marcos de leitura

Na quarta seção, são abordados os aspectos do contexto histórico de Fortaleza no fim dos oitocentos, procurando responder o nosso terceiro objetivo. As nuances políticas, religiosas, os costumes e festejos, as sociabilidades e os principais acontecimentos do período foram evidenciados a fim de servir de base para a interpretação das praticas leitoras da Biblioteca Provincial, Instituto do Ceará e Academia Cearense de Letras, pois o contexto histórico impacta diretamente na dinâmica da leitura na capital.

A quinta seção apresenta os caminhos metodológicos. Na sexta seção, é abordado, a partir da cenarização cronológica elaborada na seção quatro, as práticas leitoras e informacionais da Biblioteca Provincial, do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras a fim de responder nosso ultimo objetivo, que visa apreender os aspectos da

assimilação, produção e disseminação do conhecimento e informações na capital por essas instituições.

Por fim, a conclusão, ressalta o paradigma sociocultural da informação ao relacionar as dinâmicas da leitura ao próprio reverberar da informação no cotidiano fortalezense no fim dos oitocentos.

É salientado ainda que ao investigar o cotidiano leitor de uma cidade, memórias palimpsesticas são vivenciadas, castelos de areia a se remodelarem, a todo momento, os ventos da dinâmica cultural de uma época e um povo distinto. Nessa lógica, leitura e informação se entrelaçam formando conexões em uma enorme teia de narrativas, de caráter simbólico e orgânico, da ordem do real e do imaginário, que forma o tecido social e histórico da humanidade.

2 ENLACES ENTRE INFORMAÇÃO E LEITURA

Esta seção busca situar o objeto da leitura dentro do campo de estudo Ciência da Informação através de uma análise histórica e epistemológica da área, além de discutir as relações entre leitura e informação e suas ligações com os contextos históricos, mnemônicos e culturais que estão presentes nas práticas informacionais e leitoras.

As relações dos sujeitos com o mundo são permeadas por uma rede material e simbólica composta de trocas de informação e conhecimento. Envolvidos nessa rede que, convencionalmente, é chamada de cultura, onde os indivíduos tecem suas próprias realidades e cotidianos.

Essa rede, tida como informacional ou como uma teia de significações e tecido da própria cultura, na concepção Geertz (2008), é responsável pela construção da realidade dos povos e pela criação de seus imaginários, no sentido de seus costumes, tradições e estruturas sociais.

Como elemento estrutural na tessitura das realidades das civilizações, a informação, demarca seu (s) espaço (s) na esfera sociocultural humana, uma vez que ela só pode existir na esfera humana e no estabelecimento das relações entre os sujeitos e entre esses e o mundo.

Informação é o termo que designa o conteúdo daquilo que permutamos com o mundo exterior ao ajustar-nos a ele, e que faz com que nosso ajustamento seja nele percebido. Viver de fato é viver com informação. (WIENER, 1960, p. 25 *apud* MCGARRY, 1999, p. 3).

E é no campo das vivências, na ambiência do social e suas repercussões culturais que realçamos o papel da informação na vida cotidiana, uma vez que nosso cenário investigativo evoca as dinâmicas culturais da cidade de Fortaleza na segunda metade do século XIX. Portanto, entram em cena fenômenos devedores da própria dinâmica informacional estabelecida na cidade no período em questão.

Nesse caso, surgem questões como o sentido de civilidade e progresso advindo da implantação de uma cultura letrada e leitora na cidade de Fortaleza. Uma vez que o imaginário da época reclamava os discursos de uma cultura de progresso e civilidade importados da Europa, configurando a chamada Belle Époque.

Diante de tal cenário, a iniciativa de fincar bases de uma cultura leitora na cidade, exigiu por parte dos grupos mais abastados a ação de criar espaços dedicados a leitura, além

do fortalecimento de um discurso educacional fincado nos moldes da elite europeia da época e que reforçava o poder das elites locais.

Assim como no tempo das caravelas, onde o português veio ao novo mundo com o discurso de civilidade e progresso, as elites locais seguiram o exemplo dos invasores europeus, e colonizaram o imaginário leitor da cidade com os postulados teóricos advindos das potências europeias, como Inglaterra e França.

O discurso civilizatório tem suas bases no próprio processo de dominação, que traz e tenta consolidar a ideia de progresso pela colonização do imaginário com a incorporação de tendências e novos costumes a fim de consolidar uma nova ideia ou discurso de poder. Segundo Elias, que discutiu o conceito de civilização e cultura entre franceses e alemães, expõe que:

Enquanto o conceito de civilização inclui a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores, o conceito de kultur reflete a consciência de si mesma de uma nação que teve de buscar e constituir incessantemente e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual, e repetidas vezes perguntar a si mesma: “Qual é, realmente, nossa identidade?” A orientação do conceito alemão de cultura, com sua tendência à demarcação e ênfase em diferenças, e no seu detalhamento, entre grupos, corresponde a este processo histórico. As perguntas “O que é realmente francês? O que é realmente inglês?” há muito deixaram de ser assunto de discussão para franceses e ingleses. Durante séculos, porém, a questão “O que é realmente alemão?” reclamou sempre resposta. (ELIAS, 1993, p. 25).

E é no propagar de informações e no surgimento de veículos da imprensa que o reforço das ideias de uma cultura letrada acontece na cidade de Fortaleza, evidenciando o papel da informação na esfera sociocultural da cidade e na fundação de novos imaginários.

Ressaltamos que o discurso da leitura feito pela classe intelectual da cidade era sempre acompanhado do discurso iluminista e dos ideais positivistas que reforçavam além das mudanças de hábitos na cidade como também as transformações urbanísticas e arquitetônicas que redesenhavam a urbe, como “a remodelação dos passeios, a chegada da luz elétrica, a abertura do porto e estrada de ferro.” (FARIAS, 2004).

Talvez perguntas como; “o que é ser brasileiro?”. E o significado de pertencer a essa nação, não tenham sido feitas exatamente com essas palavras, mas a busca de uma identidade e de um sentimento de pertença sempre estiveram presentes no período em questão. Afinal, o período que se estende 1850 até 1900, conta com importantes eventos no cenário político e cultural local e nacional, como a abolição dos escravos (1888) e que no Ceará acontece em 1884, a queda do Império e a Proclamação da República em 1889.

Tais eventos que evocam ufanismo e sentimentos revolucionários são momentos que trazem ao cenário social e intelectual reflexões como a busca de uma identidade, que em um primeiro momento vai beber na herança colonizadora europeia e com o seguir do fluxo histórico vai reclamar o legado indígena, africano e sua confluência com a europeização da sociedade, mesmo que sempre permeado do véu ideológico das elites.

Essa inquietação identitária pode ser vista em alguns periódicos de agremiações e associações literárias fortalezenses desse período, como O Pão da Padaria Espiritual, que procurava em suas produções trazer uma brasilidade e cearensidade aos seus textos.

No entanto é evidente a importação do imaginário Europeu, principalmente quando se analisa alguns hábitos da época como a adoção do francês como a língua da moda pelas elites locais. Tal fato, é evidenciado por Norbet Elias (1994, p. 30) ao abordar exemplos de atitude de corte na Alemanha do século XVIII, afirma: “O francês espalha-se das cortes para a camada superior da burguesia. Todas as *honnêtes gens* (gente de bem). Todas as pessoas de “consequência” o falam. Falar francês é o símbolo de status de toda a classe superior.”

Novamente a colonização das elites realizada no imaginário local para reforçar a sua própria hegemonia e discurso de poder sobre o restante da população. Todos esses fatos e fatores evidenciam o poder da informação nas dinâmicas sociais, reforça que os fenômenos informativos tem suas reverberações na cultura e no imaginário social, além disso traz no bojo do desenvolvimento de novas praticas leitoras na cidade e suas semelhanças e simultaneidades nas praticas de informação como instrumento de remodelação social, que tem impactos na estrutura física e simbólica da cidade, que lança as primeiras bases de uma cultura leitora devedora dos processos civilizatórios. E esses carregam em si as marcas simbólicas colonizadoras e remodeladoras de imaginários, que trazem consigo a consolidação de discursos de poder.

Portanto, é preciso que se percorra os caminhos científicos da informação. Procurando trilhar as vertentes inter e multidisciplinares que darão luz, no cenário científico internacional, algumas décadas depois dos fenômenos analisados nessa pesquisa ao que hoje é o campo de estudos da Ciência da Informação. Ciência essa que mesmo tendo seu nascedouro em meados do século XX, nos permite através de seus postulados teóricos e sua veia multidisciplinar novas possibilidades de análises de fenômenos informacionais ocorridos séculos antes de sua fundação como campo científico. Daí a possibilidade de entender as práticas leitoras sob a ótica informacional na cidade de Fortaleza na segunda metade dos oitocentos.

Para tanto, procura-se a seguir, enveredar pelos percursos científicos da informação que possibilitaram o surgimento do campo de estudos de mesmo nome, a Ciência da Informação.

2.1 Os caminhos da informação: o surgimento de um campo científico e suas possibilidades epistemológicas

Como fenômeno, a informação tem seu espaço de estudo nos mais diversos campos do saber, sob os mais variados recortes de pesquisa como: na física, biologia, comunicação, ciências cognitivas e outros. Segundo Capurro e Hjørland (2007) o conceito de informação sempre teve espaço no escopo teórico tanto das ciências exatas e naturais como no das ciências humanas e sociais.

Além disso, no século XX e nas primeiras décadas do século XXI, a informação vem ganhando, cada vez mais, espaço no campo científico e social, uma vez que se convencionou denominar a sociedade atual como ‘sociedade da informação e do conhecimento’. Esse fato é um tanto curioso, uma vez que, desde os primórdios da sociedade, o homem se vale da informação e do conhecimento para organizar os seus espaços e suas vidas.

Mas o motivo de se atribuir à sociedade atual os predicados da informação, ou do conhecimento, se deve, em grande parte, ao surgimento das tecnologias eletrônicas e digitais que têm causado enorme impacto no modo de se relacionar das pessoas, nas estruturas econômicas mundiais e no cotidiano.

Embora o conhecimento e a informação sejam fenômenos básicos de toda sociedade humana, é o surgimento da tecnologia da informação e seus impactos globais que caracterizam a nossa sociedade como uma sociedade da informação. (CAPURRO, HJORLAND, 2007, p. 149).

O cenário global regido pela lógica capitalista transformou a informação em mercadoria, colocando-a como insumo principal do mercado. Ainda segundo Capurro e Hjørland (2007, p. 149), é lugar comum considerar a informação como condição básica para o desenvolvimento econômico juntamente com o capital, o trabalho e a matéria-prima, mas o que torna a informação especialmente significativa na atualidade é sua natureza digital.

As mudanças no modo de produção ocorridas na segunda metade do século XX, fizeram com que o mundo passasse do modelo de sociedade industrial para o que se

denominou ‘pós-industrialismo’, tendo isso um grande impacto no estabelecimento de um mercado da informação.

As características da sociedade pós-industrial são distintas das sociedades anteriores. No plano do poder, observa-se que o poder passa das mãos dos proprietários dos meios de produção de bens materiais, portanto, da indústria, para as mãos dos proprietários dos meios de produção de bens imateriais. Isso significa a passagem de um tipo de poder a outro. A sociedade industrial ou moderna precisou do poder disciplinar, a sociedade pós-industrial ou pós-moderna (sociedade do conhecimento e da informação) precisa de uma pessoa criativa, não mais fixa num espaço e no ritmo das máquinas, como anteriormente. O poder agora opera pelo controle, sem perder, é claro, sua dimensão disciplinar. (KEIL, 2007, p. 17).

O que se observa é que, além da produção de bens materiais em série, característica da sociedade industrial, agora, com o advento do pós-industrialismo, a sociedade industrial produz bens imateriais, como comportamentos, tornando o conhecimento e a informação protagonistas da indústria e do mercado global.

Isso é o que se pode considerar uma nova faceta do fenômeno informacional, uma vez que o mundo já viu diversas outras revoluções tecnológicas. Existe um novo modo de registrar, ou seja, um novo suporte de registro informacional, como aqueles já experienciados pelo mundo pelas tabuletas de argila, papiro, pergaminho e papel. Suportes esses, que para além de receptáculos informacionais eram mercadorias, bens de consumo e produtos culturais de uma época.

O protagonismo da informação talvez sempre tenha sido uma ferramenta econômico-cultural, pois caminhou sempre com o desenvolvimento das tecnologias e do mercado.

Esse ‘protagonismo’ também se evidencia no campo científico, fazendo com que a comunidade científica mundial, na segunda metade do século XX, começasse a ver a informação como possível objeto de estudo, dedicando a ela um espaço no rol das ciências.

No bojo das transformações sociais, mas principalmente das mudanças tecnológicas advindas do pós-guerra e do ‘bum’ informacional, começa a emergir, na segunda metade do século XX, a Ciência da Informação (CI). Segundo Saracevic (1992, p. 2), “como muitos outros campos interdisciplinares (ciência da computação, pesquisa de operações), a ciência da informação teve sua origem na revolução técnica e científica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial.”

O campo em questão tem como suas primeiras definições o artigo de Robert S. Taylor (1966) que, em tradução, é intitulado “Aspectos Profissionais da Ciência de

Informação e Tecnologia”. Sua concepção – que se preocupa com as forças, fluxos e leis que regem a informação, com as técnicas de processamento e difusão informacional e, por fim, com uma informação especializada focada para o desenvolvimento científico – é fundamentada na pragmática da atuação profissional dos primeiros cientistas da informação.

Preocupações voltadas para os usos das tecnologias da informação no século XX e que pretendiam entender os mecanismos informacionais do seu presente, mas que poderiam muito bem ser aplicadas em tecnologias informacionais passadas e seus modos de assimilação, produção e disseminação.

Aproveitando as concepções de Taylor (1966), Borko (1968, p. 2) conceitua a CI, em seu artigo, também considerado um clássico da área (*Information Science: What is it?*), como:

Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima. A Ciência da Informação está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação. Isto inclui a pesquisa sobre a representação da informação em ambos os sistemas, tanto naturais quanto artificiais, o uso de códigos para a transmissão eficiente da mensagem, bem como o estudo do processamento e de técnicas aplicadas aos computadores e seus sistemas de programação. É uma ciência interdisciplinar derivada de campos relacionados, tais como a Matemática, Lógica, Linguística, Psicologia, Ciência da Computação, Engenharia da Produção, Artes Gráficas, Comunicação, Biblioteconomia, Administração, e outros campos científicos semelhantes. Têm ambos componentes, de ciência pura visto que investiga seu objeto sem considerar sua aplicação, e um componente de ciência aplicada, visto que desenvolve serviços e produtos. (BORKO, 1968, p. 2).

A concepção de CI, criada por Borko, evidencia o caráter objetivo e pragmático da área em suas origens, uma vez que a herança tecnológica, a preocupação com o ordenamento e o processamento da informação, além das contribuições da teoria matemática da informação, se evidenciam na gênese da própria área.

Em sua análise sobre a epistemologia da área, Radamès Linares (2010, p. 9) enfatiza as características positivistas e empíricas do contexto fundacional da Ciência da Informação:

Empirismo e positivismo, entrelaçados e complementares, serviram como ambientação filosófica em que o processo fundacional da Ciência da Informação está inscrito. Os conceitos, abordagens e propostas da nova disciplina expressam a influência dessas filosofias. Em outras palavras, a epistemologia dominante é apoiada nessas posições filosóficas. (LINARES, 2010, p. 9, TRADUÇÃO NOSSA).

Baseado nos estudos informacionais Norte-americanos, onde a CI nasce atrelada à informação científica e às técnicas e tecnologias de controle, organização e disseminação da informação das bibliotecas especializadas, Radamès Linares (2010, p. 9) ainda continua sua análise afirmando que:

Os seus quadros paradigmáticos eram aqueles das ciências naturais, exatas e técnicas daquela época, e isso não eram senão aquelas do cientificismo naturalista e tecnológico, onde a crença na objetividade, neutralidade e matemática eram a possibilidade de obter conhecimento científico. (LINARES, 2010, p. 9, TRADUÇÃO NOSSA).

A teoria matemática da informação ou teoria matemática da comunicação na concepção original da publicação de Shannon e Weaver em 1949 foi a primeira grande teoria adotada no campo da CI, uma vez que trazia em seu bojo os principais requisitos científicos da época, como objetividade, quantificação e o cientificismo tecnológico em voga a época.

[...] trata-se da teoria que pela primeira vez enunciou um conceito científico de “informação”. Os autores estão preocupados com a eficácia do processo de comunicação e, para tanto, elegem como conceito central de seu trabalho a noção de informação. (ARAÚJO, 2009, p. 193).

Tal teoria identificava no processo comunicacional os atores envolvidos na emissão e recepção, o fruto do processo comunicacional – a mensagem ou a informação que seria decodificada em sinal – e o canal, meio tecnológico que era o veículo de transmissão. No entanto, o mais importante desse processo passava a ser o sinal, que podia ser medido e precisado. Assim, o aspecto quantificável, físico, objetivo e matemático da informação era priorizado em detrimento dos aspectos subjetivos, como a possibilidade do ‘ruído’ informacional.

No entanto, os aspectos subjetivos já eram conhecidos por Shannon e Weaver, e só foram descartados, na ocasião, para atender às demandas científicas em voga. Segundo Araújo (2009, p. 193):

Shannon e Weaver reconhecem que as questões relativas à comunicação envolvem três níveis de problema. O primeiro trata dos problemas técnicos relativos ao transporte físico da materialidade que compõe a informação (como, por exemplo, o volume do som numa conversa ou a qualidade da impressão em papel). O segundo nível se refere aos problemas semânticos, isto é, se relacionam com a atribuição de significado. Enquanto o primeiro nível envolve apenas uma operação mecânica (reconhecer as letras num papel, captar os sons de uma fala), o segundo se relaciona a uma operação mental específica, a de depreender, de determinada materialidade (sonora, visual, e outros), um sentido, que pode se dar de maneira conotativa ou denotativa, literal ou irônica, metafórica, etc. O terceiro nível é o pragmático,

relaciona-se com a eficácia. Quem emite informações a outrem deseja, de algum modo, provocar um comportamento, causar alguma reação (convencer alguém a comprar produto, eleger um candidato, pedir um favor e outros). (ARAÚJO, 2009, p. 193).

Embora os problemas ligados à fisicalidade da informação tenham se sobressaído na formação da CI, é necessário entender as reclamações científicas apresentadas nesse período, os quais os demais aspectos semânticos e pragmáticos foram incorporados às pesquisas nos anos seguintes.

Essa teoria é o resultado de trabalhos que começaram nos anos de 1910, com as pesquisas do matemático russo Andrei A. Markov sobre as teorias das cadeias de símbolos na literatura, prosseguiram com as hipóteses do americano Ralsh V. L. Hartley, que em 1927 propõe a primeira medida precisa de informação associada à emissão de símbolos, o ancestral do bit (*binary digit*) e da linguagem da oposição binária, e depois com as do matemático britânico Alan Turing, que concebeu a partir de 1936 o esquema de uma máquina capaz de tratar essa informação. A teoria de Shannon também foi precedida pelos trabalhos de John Von Neumann, que contribuiu para a construção da última grande máquina de calcular eletrônica. Antes da chegada do computador, elaborado entre 1944 e 1946, a pedido do exército americano, a fim de medir as trajetórias balísticas, e pelas reflexões de Norbert Wiener, fundador da cibernética, essa ciência do comando e do controle a cujos cursos Shannon assistiu. (MATTELART, MATTELART, 2011, p. 59).

A grande quantidade de pesquisas tecnológicas e na perspectiva das ciências exatas vem agregar ainda mais peso a necessidade de uma definição mais objetiva da informação.

Ao 'limpar' o conceito de suas dimensões de significação e de relação social, Shannon e Weaver descartam a subjetividade como elemento componente da informação, tornando possível uma aproximação dela enquanto um fenômeno objetivo, independente dos sujeitos que com ela se relacionam e, portanto, passível de ser estudada 'cientificamente'. (ARAÚJO, 2009, p. 193).

A teoria matemática, embora concebida em 1948 por Shannon e republicada com os comentários de Weaver em 1949, ainda continua como referência no escopo teórico da Ciência da Informação, compartilhando o espaço com as novas perspectivas de estudo da informação.

Essa influência positivista é resultado de uma tradição científica que tem suas bases no século XIX e que influenciava todos os postulados científicos desse período. A ciência da informação como devedora de postulados de disciplinas complementares como a biblioteconomia, arquivologia e museologia que no século XIX, tinham na pragmática organizacional e no desejo do controle bibliográfico universal, legaram a CI esse aspecto cientificista positivo.

É válido salientar que o positivismo foi adotado nas mais variadas esferas do conhecimento humano, existindo ramificações na política, nos hábitos informacionais cotidianos e na própria dinâmica social do século XIX, e perdurando sua influência em algumas áreas até hoje.

Nessa reconstrução teórico-epistemológica da CI, é estimado que o período de pré-formação do campo remete à primeira metade do século XX e sua real consolidação se estabeleceu na década de 1960, sendo um marco de sua institucionalização a mudança de nome do *American Documentation Institute*, nos Estados Unidos, para *American Society for Information Science* em 1968, juntamente com as primeiras concepções da área, com Taylor (1966) e Borko (1968), como visto anteriormente (ARAÚJO, 2014c, p.2).

No entanto, é preciso lembrar que a CI tem em sua gênese o caráter interdisciplinar e poliepistemológico, que garantirá à área uma maior liberdade científica, no sentido de circular no rol teórico das outras ciências, absorvendo seus métodos e dando o caráter informacional às teorias de outros campos.

Por isso, é complexo traçar tal histórico sem se recorrer às teorias científicas das ciências exatas, naturais, biológicas, sociais, humanas e filosóficas. Mas é notório que as disciplinas científicas como a Biblioteconomia, Documentação, Bibliografia, Arquivologia, Museologia, Computação, Informática e outras, têm espaço de destaque no surgimento da CI, uma vez que são suas precursoras.

Esse fato se justifica na própria conceituação da área, feita por Borko (1968), e na caracterização feita por Saracevic (1992, p. 1):

A ciência da informação possui três características gerais que são a matriz da sua evolução e sua própria existência. Diversos campos modernos compartilham as mesmas características. Primeiro, ciência da informação é interdisciplinar por natureza; contudo, as relações com outras disciplinas estão mudando. A evolução interdisciplinar está longe de ter acabado. Segundo, ciência da informação está inexoravelmente conectada com tecnologia de informação. Um imperativo tecnológico se impõe sobre a ciência da informação, assim como sobre várias outras áreas. Numa visão mais ampla, um imperativo tecnológico está forçando a evolução da sociedade moderna em uma “sociedade da informação”, “era da informação” ou “sociedade pós-industrial”. Terceiro, ciência da informação é, junto com vários outros campos, um participante ativo e deliberativo na evolução da sociedade da informação. A ciência da informação tinha e tem um papel social forte; possui uma dimensão social e humana acima e além da tecnologia. Essas três características ou matrizes formam o arcabouço para uma compreensão do passado, do presente e do futuro da ciência da informação e para os assuntos e problemas relacionados a isso. (SARACEVIC, 1992, p. 1).

Interdisciplinar, com relação direta com às tecnologias e com uma forte dimensão social, a CI permanece com seu legado das ciências exatas e abre caminho para as ciências

sociais. No desenvolvimento teórico é visualizada essa abertura às teorias sociais que permitirão a investigação dos efeitos informacionais na sociedade e suas relações com outros fenômenos como a leitura e as práticas sociais.

Vale lembrar que esse esforço de reconstituição histórica e epistemológica não pode ser linear, uma vez que, constantemente, é preciso recorrer a históricos milenares, como por exemplo, as concepções técnicas e teóricas da Biblioteconomia ou as acepções das escolas filosóficas.

Contudo, no que tange às teorias do campo, Araújo (2009) faz uma ampla retrospectiva das principais correntes teóricas da CI, desde o seu nascimento até o século XXI. Para além da teoria matemática de Shannon e Weaver (1949), aplicam-se essas à subárea da CI de recuperação da informação.

Essa área, surgida na década de 1950, foi por muito tempo central na CI. Segundo Araújo (2009, p. 194), o âmbito da recuperação da informação tem:

Entre os conceitos centrais desse campo destacam-se os de revocação e precisão, que operam na lógica da probabilidade e da entropia, na busca d um ideal de recuperação que contemple uma quantidade boa de itens (exaustividade) e, ao mesmo tempo, traga itens relevantes (especificidade). (ARAÚJO, 2009, p. 194).

Os estudos desenvolvidos por Cranfield, na década de 1950, sobre sistemas de representação e recuperação da informação, são tidos por Araújo (2009) como exemplo dessa perspectiva na CI.

Outra perspectiva são os estudos bibliométricos, anteriores à própria teoria matemática. Esses estudos se caracterizam como técnicas estatísticas para levantamentos bibliográficos e identificação de padrões de regularidade na produção científica ou informacional, como a publicação de livros, a veiculação de ideias sobre determinado tema e o número de citações de um autor ou obra na comunidade científica analisada (ARAÚJO, 2009, p.194).

Práticas que remontam aos relatórios de consulta e empréstimos de livros de bibliotecas da antiguidade, idade media ou do século XIX. Ou ainda os registros de vendas de livros dos primeiros impressores e livreiros no renascimento.

A aparição dos campos de análise de citação, com Garfield, o surgimento das teorias epidêmica de crescimento da literatura e do acoplamento bibliográfico, em 1960, e as variações dessa área, como a cienciometria, infometria e webometria nos anos seguintes, dão a tônica da área que a informação pode ser quantificada e que essa quantificação poderia prever os rumos de seu desenvolvimento (ARAÚJO, 2009, p. 194).

Outra abordagem que vale menção aqui, é a Teoria Sistêmica, advinda do surgimento da Cibernética, em 1948, por Wiener.

Se a área de transmissão e recuperação da informação tem origem na lógica das ciências exatas (matemática e física), a Teoria Sistêmica da Informação tem origem em princípios da biologia. A principal ideia a embasar tal visão é a de que o todo é maior só que as partes e de que as partes devem ser estudadas, necessariamente, a partir da função que desempenham para a manutenção e sobrevivência do todo. (ARAÚJO, 2009, p. 195).

Vale aqui destacar a influência da teoria matemática na constituição da teoria sistêmica difundida pela biologia, uma vez que o processo informacional e comunicacional lida com a interação das partes dessas com o todo.

O surgimento da noção de “informação” é indissociável das pesquisas dos biólogos. Quando Shannon formula sua teoria matemática da comunicação, o vocabulário da informação e do código acaba de ser introduzido de maneira notável na biologia. Em 1943, Erwin Schrödinger (1887-1961) o emprega para explicar os modelos de desenvolvimento do indivíduo contidos nos cromossomos. Desde então, o potencial organizativo da analogia informacional acompanhou todas as grandes invenções dessa ciência da vida: descoberta do DNA como suporte da hereditariedade (1944) pelo americano Oswald Avery; revelação de sua estrutura em dupla hélice (1953) pelo inglês Francis Crick e pelo americano James Watson; trabalhos sobre o código genético dos três prêmios Nobel franceses (1965), François Jacob, François Lwoff e Jacques Monod. Para formular sua teoria, Shannon fizera empréstimos manifestos à biologia do sistema nervoso. (MATTELART; MATTELART, 2011, p. 61).

Assim como a teoria de Shannon (1948) forneceu base para as especificidades biológicas dos indivíduos, reclamadas pela biologia da época, como nos conta Jacob (1970) *apud* Mattelart e Mattelart (2011, p. 61), por sua vez, a teoria matemática da comunicação forneceu aos especialistas em biologia molecular um quadro conceitual para dar conta da especificidade biológica, do caráter único do indivíduo.

No âmbito da CI, segundo Araújo (2009, p. 195-196), a teoria sistêmica se manifestou em dois níveis, um macro, referente as teorias funcionalistas sobre a função que a informação exerce na sociedade e em específico, as teorias relacionadas ao desenvolvimento de sistemas de informação. Lembrando também a influência da perspectiva sistêmica nos estudos de proveniência da arquivologia e na biblioteconomia, nos princípios ou cinco leis de Ranganathan (1931) que vê a biblioteca como um organismo em crescimento.

Pautada na filosofia e na história, há também a Teoria Crítica que “[...] vai enfatizar o conflito, a desigualdade, o embate de interesses em torno da questão da informação – e para tanto, buscará explicar os fenômenos a partir de sua historicidade (ARAÚJO, 2009, p. 196).”

Na CI, o posicionamento mais comum dessa teoria, que remonta à filosofia de Heráclito e Parmênides sobre a explicação da realidade, é o Marxista, que se vale da dialética para entender os fatos humanos e sociais (ARAÚJO, 2009, p.196). Deste modo:

A postura da teoria crítica se relaciona essencialmente com a ideia de suspeição de que a realidade tenha fundamento nela mesma. Ao contrário das aproximações “positivas” ao real, a teoria crítica tem por atitude epistemológica a desconfiança, a negação do evidente, a busca do que pode estar escondido ou camuflado. (ARAÚJO, 2009, p.196).

Fugindo de descrições históricas puramente positivistas, a teoria crítica busca entender os movimentos históricos do fenômeno informação na sociedade, assim como as suas facetas como a leitura, os hábitos informacionais ou até os costumes de uma época. Portanto:

A informação é entendida, pela teoria crítica, como recurso fundamental para a condição humana no mundo e, como tal a primeira percepção que se tem é de sua desigual distribuição entre os atores sociais. Como recurso, a informação é apropriada por alguns, que garantem para si o acesso. Aos demais, sobra a realidade da exclusão. (ARAÚJO, 2009, p.197).

Aproximando-se da biblioteconomia, desenvolvem-se paralelamente as abordagens anteriores às Teorias da Representação e da Classificação. Com o intuito de otimizar o processo de disseminação das informações produzidas e materializadas em livros, periódicos, páginas *web* e outras publicações que começam a traçar, muito antes dos marcos fundadores da CI na segunda metade do século XX, estratégias, técnicas e teorias classificatórias e representacionais dos saberes (ARAÚJO, 2009, p. 197).

Esse campo vai herdar da biblioteconomia os saberes milenares dos bibliotecários de Alexandria, como Calímaco e suas tabelas de organização do conhecimento.

[...] nossas tabelas de classificação bibliográfica, em descendência direta de Clímaco e sua forma de organização do conhecimento. Sua influência quanto às tabulas e se estende ao século XIII, com Richard de Fournival, que também organizava o conhecimento em mesas. (MEY; SILVEIRA, 2009, p.61).

Como legado, as listas de obras, catálogos da Idade Média pertencentes a nobres e aos mosteiros e conventos, eram os detentores do conhecimento a época. Já dos séculos XV a XVIII, o florescimento da tipografia e imprensa fez surgir catálogos temáticos de livros comercializados pelas principais editoras do período. Noções como de remissiva (presente no catálogo de Amplonius Rating de Berka entre 1410 e 1412), catalogação compartilhada (concebida primitivamente por Konrad Gesner na Suíça em 1548), a obra Conselhos para

formar uma biblioteca de Gabriel Naudé, na França em 1627 e o surgimento do catálogo de fichas no período pós-revolução francesa, são precursores do legado das teorias da classificação e representação (MEY, SILVEIRA, 2009).

Já no século XIX, há as famosas 91 regras de Anthony Panizzi para catalogar o acervo do museu britânico em 1847 e, em 1850, surge o código de C. Jewett que serviu de base para a organização do acervo do Instituto Smithsonian, nos EUA. No mesmo ano, na Alemanha, surgiu o código de Munique. Em 1876 surge a Classificação Decimal de Dewey (CDD), assim como o surgimento dos princípios de catalogação de Cutter e sua famosa Tabela de autoridades. No fim do século XIX Otlet e La Fontaine publicam seu Código de Catalogação Universal (CDU) (MEY, SILVEIRA, 2009).

Nos séculos XX e XXI houve o advento das tecnologias da informação e comunicação, com a possibilidade de automação das unidades de informação, e nasce, na década de 1960, o *Machine Readable Cataloging* (MARC) padrão para entrada e manuseio de informações bibliográficas em computador. Em 1967, surgiu o Código de Catalogação Angloamericano (AACR). Ocorreu, também, a criação da Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD), em 1971, por Michael Gorman e em 1977, surgiram os Requisitos Funcionais para Registro Bibliográfico (FRBR) (MEY, SILVEIRA, 2009). Além disso, vale destacar os Recursos de Descrição e Acesso que são desenvolvidos desde a década de 1990 e se estendem pelo início do século XXI, propondo substituir a segunda versão da AACR, atentando para organização da informação de natureza digital e eletrônica. Ainda é válido ressaltar os estudos de folksonomia, taxonomia e a organização de tesouros, estruturas semânticas de organização do conhecimento.

O conceito de informação que emana das várias pesquisas e aplicações relaciona-se essencialmente com a ideia de representação – da possibilidade de melhorar os processos representacionais, construindo linguagens melhores, notações mais mnemônicas, classes mais consistentes, terminologias menos ambíguas. Em oposição às linguagens naturais, buscam-se linguagens controladas em prol de uma representação que seja útil – útil para recuperar informação. (ARAÚJO, 2009, p. 198).

Além de útil, a construção de representações vai ao encontro dos contextos e linguagens das comunidades em que são destinadas, sempre com a preocupação da democratização do conhecimento de forma otimizada e de rápida recuperação. Pensamento que é legado das influências iluministas que vão influenciar Otlet e La Fontaine na construção de seu pensamento pacifista de democratização do acesso ao conhecimento. Vale salientar

ainda, segundo Vergueiro (2010), que a própria coleção ou o acervo organizado forma uma estrutura discursiva que impacta nos contextos da comunidade.

Novamente lembrando o contexto que se estende entre a segunda metade de 1940 e envereda a 1960, do pós-segunda grande guerra e da guerra fria, com a polarização do mundo entre União Soviética e Estados Unidos, a informação passa a ser entendida como recurso bélico e estratégico nos conflitos que se estabeleceram entre as potências da época, fazendo surgir estudos relacionados a produção e comunicação científica (ARAÚJO, 2009, p. 198).

O entendimento de informação dessa época estava diretamente ligado ao de produção científica, visto que a ciência provia as principais tecnologias bélicas e estratégicas para as potências do período.

Informação passou a ser entendida, nesse contexto, como um recurso, uma condição de produtividade. Cientistas precisavam de informação com rapidez, com qualidade, com exatidão. Gastava-se tempo precioso na busca de informação, ou tinha-se desperdício de tempo na obtenção de informação irrelevante ou de baixa qualidade. Mais ainda, atraso na produção por não se ter acesso à informação adequada ou relevante em determinado momento. (ARAÚJO, 2009, p. 198).

Pesquisas relacionadas ao comportamento informacional dos cientistas, tipos de fontes de informação e do crescimento da atividade, publicação científica e termos como *gatekeeper* e colégios invisíveis. O primeiro relacionado à filtragem da informação nos meios de comunicação e o segundo ligado a comunidades de cientistas que trocavam informações e desenvolviam pesquisas colaborativas. Eles surgem nesse contexto em que a comunicação da informação e o estudo de seus fluxos eram destaque. É enfatizado que, na década de 1980, o foco desses estudos muda de direção, deslocando-se da informação científica para o contexto das empresas e organizações, o qual faz surgir os estudos de gestão da informação e do conhecimento (ARAÚJO, 2009, p. 199).

Outra abordagem teórica adotada pela CI são os Estudos de Usuários da Informação. Os primeiros estudos eram mais funcionalistas, chamados de estudos de comunidade, sendo pesquisas que tinham como intuito o mapeamento de características sociodemográficas das populações de usuários para planejar serviços com fins educacionais e de socialização. Os estudos seguintes focavam no uso, de perspectiva mais sistêmica, onde objetivavam medir estatísticas de utilização do acervo e do sistema de informação automatizado das unidades de informação. (ARAÚJO, 2009, 199).

Essa perspectiva mudou de rumo entre 1940 e 1950, quando surgiu o movimento das pesquisas de comunicação e produção científica, focando seus estudos em pesquisas de

hábitos informacionais dos sujeitos e sobre fluxos de informação. Nas décadas seguintes, várias pesquisas de caráter quantitativo tentam associar padrões sociodemográficos com padrões de comportamento informacionais (ARAÚJO, 2009, 199). Somente no fim da década de 1970 isso veio mudar novamente, focando os novos estudos da área nos usuários de fato.

Tais estudos se desenvolvem embasados em teorias tais como a do estado do conhecimento anômalo (*Belkin*), construção de sentido (*Dervin*), valor agregado (Taylor) e construtivista (*Kuhlthau*). Em comum, todas apresentam uma perspectiva cognitivista: busca-se entender o que é informação do ponto de vista das estruturas mentais dos usuários que se relacionam (que necessitam, que buscam e que usam) a informação. Os usuários são estudados enquanto seres dotados de determinado ‘universo’ de informações em suas mentes, utilizando essas informações para pautar e dirigir suas atividades cotidianas. Uma vez que se verifica uma falta, uma ausência de determinada de determinada informação, inicia-se o processo de busca de informação – aí entra a informação, como aquilo capaz de preencher uma lacuna, satisfazer uma ausência. Tal perspectiva permite compreender a informação inclusive numa lógica cumulativa, à medida que novas informações se somam às anteriores no mapa mental dos indivíduos. A principal inspiração desse modelo é a teoria de Popper, que crê na unicidade do método científico e na possibilidade de um conhecimento objetivo da realidade. (ARAÚJO, 2009, p. 200).

As teorias cognitivistas, os retornos à análise do cotidiano, apresentando o indivíduo como a porta de entrada para os estudos informacionais leva a CI a deixar de lado as abordagens focadas no processo físico de comunicação da informação e suas características sistêmicas. O foco passa para o sujeito, e para os usos individuais que o sujeito faz da informação que o cerca. Em um contexto mais geral – e com a perspectiva das teorias da comunicação (que acabam compartilhando espaço também no campo da CI), segundo Mattelart e Mattelart (2011, p. 133), essa mudança na CI ocorre:

Em reação às teorias estruturais-funcionalistas que por muito tempo dominaram a cena sociológica, progressivamente se afirmaram metodologias que consagravam outras unidades de análise, a pessoa, o grupo, as relações intersubjetivas na experiência da vida cotidiana. Essas metodologias fizeram ressurgir debates – existentes desde o início das ciências do homem e da sociedade – sobre o risco de reificar os fatos sociais, sobre o papel do ator em relação ao sistema e o grau de autonomia das audiências diante do dispositivo de comunicação. (MATTELART; MATTELART, 2011, p. 133).

É válido, ainda, destacar abordagens mais recentes, que se valem da conceituação de informação em uma perspectiva hermenêutica, associada aos contextos sociais e culturais do fenômeno informação. Segundo Araújo (2009, p. 201), “entre essas propostas merecem destaque as discussões que buscam estabelecer diálogo com as ciências hermenêuticas, para quem o entendimento do que a informação é passa, necessariamente, pelas interpretações dadas pelas pessoas que se relacionam com ela.”

Há também os estudos voltados a uma vertente mais dialética, como a de Rendón Rojas (2005), onde os extremos, objetivo e subjetivo da informação, entram em diálogo. Ainda existem perspectivas voltadas aos estudos semióticos, no aspecto do potencial gerador de sentido da informação, tendo Peirce como principal expoente (ARAÚJO, 2009, p.202).

Ainda abordando o pensamento hermenêutico e dialético de Rendón Rojas, mencionado anteriormente, esse autor traz a seguinte reflexão sobre essa perspectiva teórica da CI:

[...] a raiz ontológica que justifica a possibilidade do consenso na comunidade científica em estudos da informação é a existência de um campo fenomênico bem determinado que é o campo da informação documental no qual habitam objetos (informação, documentos, unidades fontes, fundos de informação), sujeitos (usuários, profissionais da informação documental) e processos (geração, coleta, processamento, armazenamento, busca e recuperação, disseminação e uso da informação) Esse campo é essa imagem que pode ser vista com diferentes Gestalt e, portanto vista como diferentes propostas, mas o campo existe. (RENDÓN-ROJAS, 2012, p. 10).

Compartimentalizando o campo da CI entre objetos, sujeitos e processos é possível traçar um panorama das partes em que os principais estudos da área são desenvolvidos. Ao mesmo tempo em que se evidenciam as abordagens objetivas e subjetivas da informação, onde são dadas pelo ‘olhar informacional’ de cada pesquisador, é buscado nas várias possibilidades de estudos dentro do rol das ciências, um objeto ou aspecto da realidade com uma vertente informacional. É a chamada *Gestalt* que Rendón Rojas absorve e ressignifica da Psicologia.

Cada uma das escolas e enfoques dentro da Ciência da Informação/Documentação responde a uma Gestalt determinada, é induzida por uma realidade objetiva. Se for respeitada essa realidade então esse ponto de vista não é inventado, mesmo que se tenha uma percepção da disciplina enquanto seu objeto de estudo e estrutura teórica, produto da Gestalt que se tem, sempre existe a possibilidade de mudar de Gestalt ao descobrir que essa percepção pode reorganizar-se de outra maneira. (RENDÓN-ROJAS, 2012, p. 10).

Portanto, através do ‘olhar informacional’, capaz de reconhecer a vertente informativa de objetos de estudo em campos de estudo distintos, os fenômenos da informação são construídos e identificados. É através das múltiplas facetas que a informação adquire ao se investigar uma realidade que o campo possibilita um caminhar investigativo por assuntos relativos a memória, leitura, praticas informacionais do passado além da dinâmica da informação na cultura e sociedade.

Estudos também voltados aos conceitos de regime de informação e à análise de domínio têm sido vistos como as últimas tendências no *corpus* teórico da CI. Segundo Araújo (2009, p. 202-203):

Juntos, tais estudos recuperam as dimensões material e cultural em que se dão os fluxos informacionais e representam um ressurgimento, com grande ênfase na dimensão pragmática descartada pela Teoria Matemática: a informação existe num contexto concreto, particular, específico, que precisa necessariamente ser contemplado nos estudos. Abre-se com isso, entre outras, a possibilidade de estudos com abordagens fenomenológicas – na contramão da perspectiva original da CI que ansiava por leis e generalizações sobre o ‘comportamento’ da informação. (ARAÚJO, 2009, p. 202-203).

Fica evidente, portanto, nesse caminhar epistemológico, a passagem por momentos em que a CI seguia por abordagens sistêmicas, voltadas para o caráter objetivo e físico da informação, com forte caráter positivista, principalmente em seu período fundacional do pós-Segunda Guerra Mundial. Avançando mais, existem as vertentes ligadas às teorias cognitivas, havendo nos estudos de usuários da informação maior representatividade e nas últimas décadas foi realizada uma abertura para os aspectos sociais e culturais da informação, com as noções de regime de informação e análise de domínio.

Isso evidencia que a CI vem acompanhando o desenvolvimento da ciência nesses últimos 70 ou 80 anos, desde o período do pós Segunda Guerra. Seu desenvolvimento seguia as principais mudanças científicas de cada período, além de seguirem as mudanças sociais e culturais do mundo, principalmente o ocidental. Talvez sua característica interdisciplinar seja a responsável por isso, ou o olhar informacional ou Gestalt tida por Rendón-Rojas (2012) soma-se a outra característica da CI, o fato é que, com o caminhar da civilização e suas tecnologias em paralelo, segue a CI.

Esse caráter interdisciplinar possibilita que a CI investigue situações do passado de um povo que se relacionem com as práticas informacionais de uma população. Nesse sentido ao aplicar as teorias desse campo nessa pesquisa procura trazer a luz hábitos e estruturas informacionais estabelecidas por práticas leitoras no século XIX em Fortaleza. Essas relações sociais, históricas e informacionais se dão com o próprio desenvolvimento de um povo que procurando meios de progredir, monta redes de informação que visam modificar costumes e práticas sociais.

A cultural é dependente de redes de comunicação, uma vez que essas redes contribuem para a “composição” de acervos informacionais, acervos esses que servem como ferramentas imaginárias na construção dos cotidianos de um povo, formando assim as teias que Geertz (2008) menciona e que estruturam as relações sociais. Portanto o investigar a

leitura em Fortaleza no fim dos oitocentos perpassa pelas tramas informacionais estabelecidas na cidade nesse período.

Ainda é válido salientar que essas teorias não surgem hegemônicas na Ciência da Informação, elas são frutos das particularidades dadas por seus autores e dos países em que se originaram. Ainda é possível, entretanto, complementar esse caminhar epistemológico com o desenvolvimento da CI no mundo, mostrando as particularidades desse campo entre as nações do Globo.

Reafirmar-se aqui, diante do rol teórico da Ciência da Informação e seu caminhar histórico a sua relação com a leitura e seus entrelaçamentos com o caráter sociocultural da informação. Caráter esse que se alia as práticas leitoras e a dinâmica urbana e cotidiana das pessoas. E que em uma perspectiva histórica pode ser analisado o papel da informação, dentro do viés das práticas leitoras, na construção simbólica e real (real no sentido de modificação do espaço geográfico) na construção das cidades e na formação de um povo.

2.2 Ramificações dos estudos informacionais pelo mundo

A consolidação da Ciência da Informação acontece com características distintas nos países em que ela é adotada como novo campo de estudos interdisciplinar da informação. O surgimento de pós-graduações em CI que vinham a complementar a formação de profissionais da arquivologia, biblioteconomia, bibliografia, documentação e museologia, a realização de conferências e encontros com as temáticas de pesquisa voltadas para o estudo da Informação e o surgimento de instituições científicas e governamentais que propunham realizar estudos informacionais são marcos na institucionalização da área.

Segundo Araújo (2014b, p. 99), a consolidação da CI abrange cinco dimensões, *a priori*, de fácil identificação: “o surgimento da bibliografia e documentação, a relação institucional com a biblioteconomia, a atuação dos primeiros ‘cientistas da informação’ no fornecimento de serviços em ciência e tecnologia; o incremento tecnológico; e a fundamentação na teoria matemática.”

Essas dimensões se entrelaçam entre a epistemologia da área e os campos interdisciplinares que originaram a própria CI, passando desde a profissionalização da área aos aspectos socioculturais em que o próprio campo surgiu.

É consenso na área em questão que a CI nasce das disciplinas científicas como a arquivologia, biblioteconomia, bibliografia, documentação e museologia e que, muitas vezes, é confundida como sendo sinônimo dessas áreas como veremos a seguir. O fato é que cada

nação deu uma característica ao que se chama, atualmente, de Ciência da Informação, e remontar a sua história é se deslocar para as histórias milenares das ditas disciplinas acima citadas.

Segundo Ortega (2004), ao reconstituir o histórico relativo à biblioteconomia, à documentação e à CI, a partir do surgimento das instituições e da profissionalização dessas áreas, o autor citado remonta às primeiras bibliotecas, surgidas no oriente, como a de Elba, na Síria, a do rei Assurbanipal, na Assíria, e o próprio surgimento da escrita no terceiro milênio, antes de Cristo, passando também pelas bibliotecas dos conventos e mosteiros medievais, tendo a igreja como guardiã do conhecimento e, também, abordando o período do surgimento da imprensa de Gutenberg e o aumento da produção e reprodução dos saberes pelos livros e jornais, o que possibilita o surgimento das primeiras bibliografias.

Ainda segundo Ortega (2004), baseado nos estudos de Shera e Egan (1961), o autor afirma que:

Estes autores citam que a atividade de organização de conteúdos de documentos, a Bibliografia, já era realizada de forma limitada desde a Idade Antiga, na Inglaterra. Efetivamente, as primeiras bibliografias relevantes são a compilação realizada pelo alemão Konrad Gesner, no final do século XV, e a primeira tentativa de uma bibliografia universal pelo suíço Johann Trithem, na metade do século XVI. Após estas obras, foram crescentemente produzidos catálogos de bibliotecas particulares e bibliografias especializadas, a ponto de, em fins do século XVI, na Europa, os estudiosos sentirem necessidade de sistematizarem este grande volume de índices catalográficos e bibliográficos. Surgiram então muitas bibliografias comerciais, precursoras das bibliografias nacionais, mas pouco adequadas aos estudiosos. Esta atividade de elaboração de bibliografias é considerada a origem da Documentação. (ORTEGA, 2004, p. 3).

Compartilhando uma trajetória, bibliografia e documentação surgem importantes transformações em seus campos de atuação no fim do século XIX. Valendo citar:

Em 1895, Paul Otlet e Henri La Fontaine organizam a I conferência Internacional de Bibliografia e Documentação (IIB). O objetivo dos dois era a construção de um grande movimento cooperativo, em nível planetário, para que fosse estabelecida uma espécie de inventário de toda a produção humana de conhecimento registrado. (ARAÚJO, 2014c, p. 4).

Nos anos seguintes, a documentação se desenvolve com os objetivos técnicos e científicos da organização documental para fins democráticos, pacíficos e desenvolvimentistas. Em 1934, Otlet traz legitimidade ao campo com a publicação do *Traité de Documentation*, onde define o termo ‘documento’. Recentemente, os pressupostos teóricos da documentação vêm sendo retomados na CI, sob a égide de um grupo denominado

neodocumentalistas, fazendo parte desse grupo autores como W. Boyd, Ronald Day e Michael Buckand (ARAÚJO, 2014a, p. 5).

No que se refere ao espaço de institucionalização da Biblioteconomia, este se deu de forma mais evidente nos Estados Unidos, onde a cisão entre os bibliotecários que atuavam nas bibliotecas públicas e aqueles que trabalhavam nas bibliotecas especializadas começaram a discordar dos objetivos de sua área. Começando pela saída de bibliotecários que compunham a *American Library Association* (ALA), fundada em 1876, e em 1908 os dissidentes fundam a *Special Libraries Association* (SLA). Seguindo esse exemplo, os institutos de documentação fizeram o mesmo, tornando evidente a cisão na área (ARAÚJO, 2014c, p. 6).

Essa divisão foi a responsável por, em 1968, os Estados Unidos fundarem a primeira instituição de Ciência da Informação no mundo, originada da mudança, com o nome da *American Documentation Institute* (ADI) para *American Society for Information Science* (ARAÚJO, 2014c, p. 6).

No Reino Unido aconteceu algo semelhante, como vemos na criação da *Association of Special Library and Information Bureaux* (Aslib) em 1924. Essa instituição objetivava a gestão e processamento da informação nos mais diversos campos (ARAÚJO, 2014c, p. 6).

O que se vê é que o surgimento de uma biblioteconomia especializada, voltada ao tratamento de informação científica, dá espaço para o que viria a se denominar Ciência da Informação.

De maneiras diferentes, esse processo aconteceu em diferentes países, a ponto de, em vários contextos (principalmente no Reino Unido e nos países nórdicos), a área ser designada como *library and information Science*. No Brasil, faculdades, escolas ou departamentos de biblioteconomia foram mudando sua designação para ciência da informação nas décadas de 1980 e 1990. Os cursos de graduação em biblioteconomia mantiveram, na grande maioria dos casos, sua denominação. Mas os cursos de pós-graduação tiveram também o nome alterado para ciência da informação. (ARAÚJO, 2014c, p. 6).

A mudança de nome das instituições foi o primeiro caminho para que os bibliotecários especializados, documentalistas e outros comessem a se auto denominar ‘cientistas da informação’. Sob influências dos chamados *science services* (1920-1940), a produção de índices, resumos e canais de divulgação científica foi iniciada para a disseminação da produção científica (ARAÚJO, 2014c, p. 7).

Por fim, evocando as dimensões em que a CI se estrutura, segundo Araújo (2014b), existem as tecnologias e o conceito de informação e a fundamentação na teoria

matemática da informação, já abordada anteriormente, mas que, em linhas gerais, são relacionadas ao desenvolvimento tecnológico do pós-Segunda Guerra e da Guerra Fria e a fundamentação teórica inicial da CI na Teoria matemática de Shannon que privilegiava o caráter objetivo, positivista e físico da informação.

Com o intento de ampliar a visão de desenvolvimento da CI, ainda que de forma breve, como se viu no contexto dos EUA, do Reino Unido e do Brasil, são exemplos de alguns marcos históricos da área em alguns países.

Na Espanha, iniciativas pioneiras no campo da formação de profissionais para atuação na área se deram com a *Escuela* de Diplomática, criada por decreto real em 1856, a *Escuela Superior de Bibliotecários*, criada em 1915, e um curso iniciado no final dos anos 1960 na Universidade de Navarra. Além disso, por influência da FID, a Espanha começou a atuar na área de prestação de serviços de informação em ciência e tecnologia. Assim, em 1952 foi criado o Centro de *Información y Documentación del Patronato* ‘Juan de la Cierva’, que em 1975 se tornou *Instituto de Información y Documentación em Ciencia e Tecnologia* (ICYT). (ARAÚJO, 2014a, p. 112).

Com forte influência do legado de Otlet e da disciplina da documentação, a CI na Espanha traz fortes características das técnicas documentais. As ciências da documentação são o sinônimo da CI espanhola, que tem como principais pesquisas o tratamento e a análise da informação documental e a gestão dessa informação nas organizações e empresas (ARAÚJO, 2014a, p. 112-114).

Na França, há a denominação de *Sciences de l’information et la communication* do campo dos estudos da informação. Não muito comum na área, a união da comunicação à informação traz à tona o caráter infocomunicacional do fenômeno comunicação e o viés comunicativo da informação. Essa peculiaridade remete à mudança de área da Ciência da Informação Brasileira, determinada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da área das Ciências Sociais Aplicadas II para a área da Informação e Comunicação.

A consolidação da área é dada pelo estabelecimento de disciplinas relativas à ciência da informação e comunicação, pelo Conselho Nacional de Universidade da França, em 1975. Antes disso, a França já era referência na formação de profissionais da informação com a criação da *École Nationale de Chartes*, que formava arquivistas e bibliotecários (ARAÚJO, 2014a, p. 114).

Outro fato que se destaca é o grande impacto da *École Nationale de Chartes* no desenvolvimento das pesquisas em ciência da informação e comunicação, na França. Segundo Araújo (2014a, p. 115-116): “ainda que associadas, as duas áreas também acabaram por

desenvolver agendas de pesquisa razoavelmente distintas, cabendo à ciência da informação pesquisas sobre leitura, leitores, documentos, história do livro, mídias e cultura, [...]”

Sobre as principais temáticas de pesquisa, destaca-se, na França, além das pesquisas citadas anteriormente,

Três grandes orientações temáticas vêm marcando o campo: estudos sobre os objetos portadores do saber; sobre as práticas humanas e sociais de elaboração, compartilhamento e acesso à informação; e a formalização e o cálculo para processamento tecnológico e matematização. (ARAÚJO, 2014a, p. 116).

Em linhas gerais a Ciência da Informação e Comunicação Francesa se atem a três grandes problemas: representar, criar repositórios e transmitir. (COUZINET, 2004 *apud* ARAÚJO, 2014a).

No Canadá, a Ciência da Informação herdou a experiência dos Estados Unidos e da Europa, sendo seu processo institucional feito pela criação de associações e instituições profissionais e públicas por profissionais da biblioteconomia, arquivologia e áreas a fim.

Nesse país, contudo, a tendência principal não foi a da constituição de uma ciência da informação como disciplina autônoma e unificada, mas, antes, de um projeto de ‘ciências’ ou de ‘estudos’ da informação. Sua principal instituição de pesquisa, a CAIS/ACSI (*Canadian Association for Information Science / Association Canadienne des Sciences de L’Information*), estabelecida em 1970, reúne pesquisadores de áreas distintas como biblioteconomia, arquivologia, informática, jornalismo, economia e educação. (SALÜN, ARSENAULT, 2009 *apud* ARAÚJO, 2014a, p. 118).

No que se refere aos campos de estudo, ou linhas de pesquisa da vertente canadense da CI, podemos citar: o tratamento dos documentos, busca de informação, práticas dos usuários e gestão estratégica da informação (SALÜN, ARSENAULT, 2009 *apud* ARAÚJO, 2014a, p. 118).

Também, como exemplo, a Rússia, desde a década de 1950 começou a empreender esforços para inaugurar os estudos da informação no país, na época ainda como União Soviética. Em 1952, inauguram o *Vsesoyuz*, hoje renomeado para *Viserossiisky, Institut Nauchnoi e tekhnicheskoi Informatsii* (VINITI) que é vinculado à academia de ciências. Como referência dos estudos de informação, nessa época, Alexander Mikhailov, em 1958, apresentou a ideia de uma nova disciplina, que objetivava entender as propriedades da atividade científica, a *Informatika* (ARAÚJO, 2014a, p. 105).

Citando apenas alguns exemplos do desenvolvimento da CI pelo mundo, em especial o Ocidental, é percebido nesse curto panorama que as agendas de pesquisa da área se relacionam com outros campos interdisciplinares, como a comunicação na França, as

tecnologias nos Estados Unidos e a documentação na Espanha, onde incluem pesquisas voltadas para o estudo da informação em uma perspectiva física, cognitiva e social.

Isso chama a atenção para o entendimento do próprio objeto de estudo da área, a informação, que ganha várias roupagens e vertentes nos países que se dedicam a estudar esse fenômeno. Cabe aqui, portanto, visualizar algumas definições da informação nas teorias do campo e seu desenvolvimento no percurso histórico da CI.

2.3 As múltiplas facetas de um fenômeno: a informação

É senso comum na Ciência da Informação tomar a informação como seu objeto de estudo. No entanto, é uma questão visceral do campo a conceituação do que seria, de fato, a informação e suas características. A falta de uma definição cabal do objeto da área em questão acabou por causar uma ‘crise de identidade’ na área, fazendo, também, surgir uma multiplicidade de conceitos que ampliou, ainda mais, as fronteiras da CI.

Examinando, de forma interdisciplinar, os conceitos de informação existentes no meio científico, Capurro e Hjørland (2007), em seu artigo o ‘Conceito de Informação’ examinam desde a etimologia do termo informação, em dicionários, como a conceituação do termo nas ciências exatas, naturais e humanas. Alertam que, muitas vezes, a acepção original nem sempre contempla a complexidade do fenômeno conceituado, dando a entender que esse é o caso do termo informação.

No entanto, ao analisarem o conceito primário de informação nos dicionários, Capurro e Hjørlanda, encontram duas definições que se destacam: “a palavra informação tem raízes latinas (*informatio*). [...]. Devemos considerar os dois contextos básicos nos quais o termo informação é usado: o ato de moldar a mente e o ato de comunicar conhecimento” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 155).

Essa acepção de informação envia, inicialmente, ao caráter infocomunicacional desse objeto, remetendo à perspectiva francesa da CI atrelada à comunicação que, o Brasil, recentemente, deslocou da área das Ciências Sociais Aplicadas I para a área de informação e comunicação.

[...] a comunicação é o processo do qual a informação é o conteúdo (ela só objeto de científico se contém informação, senão se dissolve na torrente de relações humanas gerais); a informação só pode ser concebida quando é comunicada (senão se distingue de conhecimento). (MIÈGE, 2000 *apud* ARAÚJO, 2014a, p.116).

Num segundo momento, deixando de ser vista como o ato, em si, de moldar mentes, a informação, derivada da expressão latina *informatio*, em tradução livre, passa a significar ‘dar ou tomar forma’, assumindo a capacidade de ‘enformar’, remetendo à característica que a informação tem de se materializar. Isso ressalta uma perspectiva de que *a priori* a informação é algo subjetivo, abstrato, e, para torná-la comunicável e melhor apreensível, passa a ser objetivada, materializada em um objeto, documento, como suporte de registro informacional.

Com um pensamento semelhante ao aspecto de materialização da informação, Buckland (1991, p.1) traz três possibilidades de significação. A primeira, informação como processo, ligado à comunicação de algo, ao próprio ato de informar; em segundo, a informação como conhecimento, focado naquilo que é comunicado, em um fato, evento, conteúdo que pode reduzir, ou não, incertezas, sanar, ou não, uma lacuna informacional; por fim, a informação como coisa, voltada para a materialização dos conteúdos, ligada aos objetos existentes no mundo, como documentos e registros com caráter informativo.

Para Le Coadic (1996, p. 5), “a informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual.” E ainda completa:

A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação. (LE COADIC, 1996, p. 5).

Novamente, a acepção de Le Coadic reforça o pensamento de que a informação tende se tornar material e, além disso, é possível notar a associação da informação como sinônimo de conhecimento, assim como o direcionamento da informação para a produção de sentido.

Discutindo a relação entre informação e conhecimento, Le Coadic (1996) recorre à Equação Fundamental da Ciência da Informação de Brookes (1990), pela qual a informação é uma pequena partícula do conhecimento. Em linhas gerais, a equação de Brookes mostra a passagem de um estado anômalo, no sentido de que um sujeito possui uma lacuna informacional que, em contato com um novo conhecimento ou informação (ambos os termos são sinônimos), resulta na geração de um novo conhecimento que pode sanar o estado anômalo inicial, ou gerar outra situação semelhante. Isso se aplica, de forma micro, num sentido cognitivo e individual do sujeito, ou macro, aplicado em um contexto das relações

sociais, em que a interação entre os estados anômalos e um novo conhecimento pode transformar estruturas sociais vigentes.

No entanto, a conceituação de informação e conhecimento fica indissociável e confusa, uma vez que não se sabe onde começa e termina a informação e o conhecimento nesse processo. Trazendo ainda mais complexidade, Le Coadic (1996, p. 6) recorre à informática para trazer o conceito de dado: “em informática chama-se dado, a representação convencional, codificada, de uma informação sob uma forma que permite seu processamento eletrônico.” Dado seria, portanto, a informação em *bits* e *bytes*, transformada em linguagem binária.

No que concerne à relação entre os processos comunicacionais, Le Coadic (1996) recorre a uma caracterização sistêmica, dando ao processo de comunicação usuários que recebem e emitem informação, mas que estão inseridos em um contexto social, cujo ciclo informacional funciona pela comunicação – uso – construção, tudo enredado nos ambientes socioculturais dos sujeitos.

Na acepção de Le Coadic (1996, p. 5), “[...] o objetivo da informação permanece sendo a apreensão de sentido ou seres em sua significação, ou seja, continua sendo o conhecimento; e o meio é a transmissão do suporte, da estrutura.” Defendendo a apreensão de sentido e, conseqüentemente, sua produção, a informação é vista – mesmo que em uma perspectiva em parte sistêmica, ligada a tecnologia e a produção científica – como parte das interações sociais e das subjetividades advindas do contexto cultural.

A noção de dado, informação e conhecimento se confundem dentro do campo da CI, onde não existe um consenso. A perspectiva de Le Coadic (1996) ainda é um pouco confusa. Outros autores abordam a mesma questão procurando delimitar melhor os termos.

É o caso da abordagem conceitual de Zins (2007) sobre dado, informação e conhecimento. Em linhas gerais, na CI, essa tríade conceitual é entendida como não metafísica, centrada no ser humano, com forte influência das teorias cognitivistas e com vertentes objetivas e subjetivas.

‘Dados’, ‘informação’ e ‘conhecimento’ são interrelacionados. As discussões entre acadêmicos se focam tanto na natureza das relações entre esses conceitos chave, quanto nos seus significados. Geralmente, os três conceitos são concebidos como parte de uma ordem sequencial: dados, informação, conhecimento. Dados (forma plural da palavra latina *datum*, que significa ‘o dado’) são a matéria prima para a informação, e informação é a matéria prima para o conhecimento. No entanto, essa sequência parece problemática, pois ela é baseada no pressuposto de que informação é um elemento necessário, incorporado no conhecimento; um estágio intermediário entre dados e conhecimento. Não é. Além disso, a visão alternativa que demanda que informação e conhecimento são sinônimos, também é problemática. Informação

e conhecimento não são sinônimos. Informação é um tipo específico de conhecimento. (ZINS, 2011, 160).

Para Zins (2011), a tríade conceitual (dados, informação e conhecimento) vai além de sua estrutura sistêmica daí porque esses três elementos não podem ser considerados sinônimos. Definindo as duas perspectivas citadas anteriormente, subjetiva e objetiva, o autor citado, de certo modo, reafirma nos estudos informacionais o caráter semântico e simbólico da informação, assim como o físico, ambos complementares. Define, portanto, no domínio subjetivo, ‘dados’, como o estímulo sensorial ou seu significado (ou seja, a percepção empírica)” (ZINS, 2011, p. 160). E completa: ‘Informação’, no domínio subjetivo, é conhecimento empírico” (ZINS, 2011, p. 160-161). Toma, assim, informação como qualquer tipo de conhecimento empírico e, não apenas, como uma fase de transição para gerar o conhecimento. Por fim, afirma:

‘Conhecimento’, no domínio subjetivo, como observado, é um pensamento na mente do indivíduo, caracterizado pela crença justificável do indivíduo de que ele é verdade. Ele pode ser empírico e não empírico, como no caso do conhecimento lógico e matemático (por exemplo, ‘todo triângulo tem três lados’), conhecimento religioso (por exemplo, ‘Deus existe’), conhecimento filosófico (por exemplo, *cogito, ergo sum*), e semelhantes. (ZINS, 2011, p. 161).

Mudando de perspectiva, mas tendo a primeira como referência, Zins (2011, p. 161), traz sua visão de conhecimento no domínio objetivo ou universal:

[...] o conhecimento objetivo, ou melhor, o conhecimento universal, é produto de uma externalização do conhecimento subjetivo. Consequentemente, dados objetivos, informação objetivo e conhecimento objetivo espelham as suas contrapartes cognitivas. Significando que no domínio objetivo ‘dados’ são conjuntos de símbolos que representam estímulos empíricos ou percepções. ‘Informação’ é um conjunto de símbolos que representa o conhecimento empírico. ‘Conhecimento’ é um conjunto de símbolos que representa o significado (ou conteúdo) de pensamentos que o indivíduo justificadamente acredita ser verdade. (ZINS, 2011, p. 161).

O indivíduo é colocado como juiz e determinante do que seria ‘conhecimento’; a noção de repertório informacional individual fica implícita como a bagagem intelectual do sujeito, uma vez que as noções de ‘dado’, ‘informação’ e ‘conhecimento’ compartilham as relações dos sujeitos com o mundo ‘informacional’ que os cerca.

É possível, então, entender que um ‘dado’ é uma estrutura de saber com potencial para se tornar ‘informação’, desde que seja relacionada com outros dados, gerando assim, uma informação, que só seria considerada ‘conhecimento’ se fosse organizada e assimilada

por um ser cognoscente que a teria como uma verdade, sanando uma necessidade que já mantinha, servindo para resolver um problema.

Nesse sentido, o fenômeno informação seria subjetivo *a priori*, e sendo objetivado, ou materializado passaria da esfera cognitiva para o mundo físico, podendo ser comunicada e tornando potencialmente geradora de novos significados.

Os três mundos de Popper (1975) servem também para ilustrar o movimento que a informação percorre para materializar-se no mundo. Em seu livro ‘Conhecimento objetivo’, Popper traz, influenciado pelo legado de Platão e na perspectiva do mundo das ideias, a proposta de objetivação do conhecimento humano gerada através do relacionamento de três esferas filosóficas, denominadas de Mundos.

Seriam, então, os três mundos de Popper: o mundo 1, seria o físico, onde existem as coisas da natureza, o espaço em que se habita; o mundo 2, é o da consciência, das ideias e abstrações e, por fim, o mundo 3, onde as produções da consciência (mundo 2) se materializam no espaço físico que habitamos (o mundo 1). Nessa perspectiva, ocorre a materialização da informação e do conhecimento, em livros, objetos e outros meios.

A questão relacionada à materialização da informação é outro ponto latente na conceituação do termo na CI, uma vez que os registros do conhecimento remontam às pinturas rupestres e ao surgimento dos primeiros suportes, como as tabuletas de barro, o papiro, papel e os meios eletrônicos e digitais. Entretanto, é no desenvolvimento das disciplinas da Biblioteconomia e da Documentação que surge a associação entre informação e documento.

Essa associação entre os termos é justificada, uma vez que os documentos armazenam a informação, porém é errôneo tratá-los como informação. Segundo Otlet (1996, p.43) *apud* Ortega (2010, p. 58), livro e documento constituem “suportes de uma certa matéria e dimensão [...] que incluem signos representativos de certos dados intelectuais.” A noção de documento é simbolizada pelo livro, na acepção de Otlet (1996), em uma perspectiva simbólica, visto que, historicamente, o livro se consagra como o principal veículo do conhecimento.

Ainda segundo Otlet (1996, p. 43) *apud* Ortega (2010, p. 58), em seu tratado sobre documentação:

[...] os livros constituem em seu conjunto a memória materializada da humanidade, armazenando os fatos, as ideias, as ações, sentimentos, sonhos, ou seja, aquilo que tem impressionado a razão do homem. Para ele, os livros se converteram, por excelência, nos órgãos da conversação, da concentração e da difusão do pensamento, devendo-se considera-los como instrumentos de pesquisa de cultura, de ensino, de

informação e de recreio, pois são o receptáculo e o meio de transporte de ideias. (OTLET, 1996 p. 43 *apud* ORTEGA, 2010, p. 58).

Novamente Otlet traz o documento como a materialização da memória, no sentido de conhecimento e do registro dos feitos humanos, atribuindo, ainda, uma característica sentimental seu papel de veículo de comunicação de ideias. Ou seja, admite uma realidade objetiva e subjetiva (simbólica).

Usando como base teórica, os estudos de Otlet e da concepção do documento da União Francesa dos Organismos de Documentação, o qual diz que documento é “toda base de conhecimento, fixada materialmente, suscetível de ser utilizada para consulta, estudo prova (FAYET-SCRIBE, 2001, p. 281 *apud* ORTEGA, 2010, p. 60), Suzanne Briet (1951), em seu artigo: *Qu'est-ce que la documentation?*, define documento como: “todo signo indicial (ou índice) concreto ou simbólico, preservado ou registrado para fins de representação, de reconstituição ou de prova de um fenômeno físico ou intelectual” (BRIET, 1951, p. 7).

A noção de documento para Briet (1951) é bem mais ampla, uma vez que o caso celebre do ‘antílope na savana e no museu’, em que o primeiro é um documento, pois foi catalogado e submetido à análise por um pesquisador que, pelo olhar informacional o considerou como documento. Já o ‘antílope na savana’ é apenas um animal que poderia se tornar um documento se estivesse sob a observação por um pesquisador ou outro profissional que o observava em seu *habitat* natural, sob um olhar informacional.

Outra noção de documento é a de Escarpit (1991, p. 123 -124) *apud* Ortega (2010, p. 61):

[...] define documento como um objeto informacional visível ou palpável e dotado de dupla independência com relação ao tempo: a sincronia – que se refere à independência interna da mensagem, concebida não como uma sequência linear de eventos, mas justaposição multidimensional de traços – e a estabilidade – independência global do objeto informacional, que não é um evento inscrito na passagem do tempo, mas um suporte material do traço que pode ser conservado transportado, reproduzido. (ESCARPIT, 1991, p. 123-124 *apud* ORTEGA, 2010, p. 61).

É possível aumentar o entendimento do visível e palpável para aquilo que possa ser apreendido pelos sentidos e que todo documento é circunscrito no tempo em que é produzido. Essa dupla independência temporal mostra que, mesmo que o documento tenha o valor temporal, a mensagem pode ser percebida para além das interpretações circunstanciais de sua produção e, mesmo que registre um fato ou evento, é apenas um registro desses acontecimentos.

Discutindo a acepção de documento na historiografia, documentação e CI, Murguia (2011), influenciado pela materialização da informação em um documento e pela valoração dada pela arquivologia ao documento como: administrativo, histórico e informativo, traz a seguinte reflexão:

Essas percepções, em primeiro lugar, destacam a materialidade da informação, isto é a sua fixação, permanência e inscrição num suporte e formato físico. O que faz o documento manipulável, organizável e estável. E, num segundo lugar, essa materialidade permite sua inserção, uso e circulação social. Isto é, permite que se tornem campo de ação e de expressão dos diferentes interesses, tensões e enfrentamentos dos grupos que se interpenetram dentro ou tangencialmente no documento. (MURGUIA, 2011, p.52).

Evidenciando o espaço de conflito e de inserção social presente no documento, Murguia resgata sua perspectiva histórica e seu poder de impacto na dinâmica social. E os contextos de sua produção, tratamento e circulação são responsáveis pelos efeitos que ele (o documento) causará no espaço social.

Portanto, o pensamento sobre o documento, obedece a uma historicidade na qual, pelos seus agenciamentos, ele se constitui num fenômeno social. Configurando também, por outro lado, as preocupações específicas sobre ele. Nascido dentro de determinado marco que o configura, suas características serão essas e não outras justamente pelas suas atribuições históricas. (MURGUIA, 2011, p.52).

Outras perspectivas mais modernas que introduzem o conceito de documento na CI é a acepção, já aqui tratada, de informação como coisa, apresentada por Buckland (1991), e a perspectiva de Frohmann (2006), o qual trata os aspectos materiais da informação pelos aspectos públicos e sociais da informação.

[...] se ‘documento’ nomeia a materialidade da informação, e se a materialidade é importante para o entendimento dos aspectos públicos e sociais da informação, então os estudos da documentação tornam-se importantes para os estudos da informação. A documentação se torna o meio de materialização da informação. Estudar a documentação é estudar as consequências e os efeitos da materialidade da informação. (FROHMANN, 2006, p. 21-22).

A necessidade de entender o legado da documentação e as concepções de Otlet e Briet são retomados por Frohmann, uma vez que são a base dos estudos da materialidade da informação. Sob a influências dos estudos de Foucault e suas obras ‘A arqueologia do saber’, ‘A ordem do discurso’ e os estudos sobre poder e coerção social, Frohmann (2006, p. 22) traça o conceito de materialidade.

[...] uma distinção entre fisicalidade e materialidade. Ao contrário de um objeto físico, a materialidade do enunciado não consiste simplesmente de sua existência no

espaço e no tempo, A materialidade é medida pela massa, inércia e resistência. Assim, o conceito de materialidade está mais para o conceito de massa da física moderna, do que para o conceito de substância física. A analogia é útil porque, assim como a equação de Einstein, ela dirige nossa atenção para a relação entre a massa do enunciado e sua energia. Quando compreendemos a fonte da massa e da inércia do enunciado, compreendemos também a fonte de sua energia, força e poder. Por causa da sua materialidade, nem tudo pode ser feito com um enunciado ou a ele. Os enunciados apresentam graus de estabilidade, de acomodação e de resistência a transformação, deterioração ou desestabilização. Sua massa responde pela energia de seu poder de afetar, ou seja, o poder de criar efeitos. (FROHMANN, 2006, p. 22).

A força dos enunciados e as variáveis que agem sobre a massa do documento deslocam o sentido material para a esfera discursiva e da autoridade dada a esses objetos pelas instituições e autoridades que a produzem.

Portanto, a ideia da materialidade dos enunciados no ponto de vista de Foucault estimula investigações específicas e detalhadas sobre como os enunciados são estabilizados, como sua estabilidade é mantida como eles exercem poder e força, como efeitos específicos provem deles, como eles são desestabilizados e decompostos e como eles deixam de existir. Sua ideia estimula investigações sobre diferentes tipos de materialidade. Com isso quero dizer diferentes meios pelos quais enunciados se estabilizam, se massificam e ganham poder. Portanto, seu pensamento a respeito dos enunciados abre fértil campo de investigação sobre a materialidade da informação, através dos recursos teóricos: massa, energia e força. O problema então passa a ser especificar as fontes de massa, energia e força dos enunciados. (FROHMANN, 2006, p. 22-23).

A esfera social, discursiva e cultural influi na concepção da materialidade discursiva da informação, assim com o inverso, pois o impacto da materialidade dos discursos contribui para a geração de mudanças na sociedade.

Os objetos dispostos no mundo natural podem, portanto, vir a serem documentos, os quais se tornam informativos pelo olhar informacional que descende da perspectiva hermenêutica da informação, sobre o que Rendón Rojas (2012) já tinha alertado anteriormente, através de uma ‘Gestalt da informação’. Ainda sobre esse potencial das coisas em tornar-se documento Rendón Rojas (2005, p 127-128) *apud* Ortega (2010, p. 66) afirma:

- em um primeiro nível, têm-se os objetos tal qual são, sem que tenha havido para sua aparição uma intencionalidade de torná-lo documento;
- em segundo nível, estes mesmos objetos são transformados em documentos pelo e para o trabalho dos especialistas de determinadas disciplinas, deixando de ser um objeto em si para ser um objeto para outro. Estes especialistas estudam estes objetos-documento e atribuem mensagens a eles, conscientemente objetivando a informação;
- no terceiro nível, os documentos que, após a ação dos especialistas adquiriram outra natureza cuja função é transmitir esta informação adicional, passam às mãos do profissional da informação documentária. Este profissional insere o documento em um sistema de informação documentaria, agregando-lhe informação ao representá-lo e prepará-lo para ser recuperado por um usuário. É neste último nível

que o documento toma a dimensão bibliotecológica. (RONDÒN-ROJAS, 2005, p. 127-128 *apud* ORTEGA, 2010, p. 66).

Novamente, a noção do olhar informacional é retomada, no caso atribuída ao profissional da informação que, em seu fazer, concede a algo o caráter de documento, podendo ser tratado, manipulado e disseminado, após especialistas identificarem seu caráter informacional.

No cerne da discussão sobre o documento e seu enlace com a informação, é válido lembrar os conceitos paradigmáticos nas áreas custódial e pós-custódial, uma vez que atendem à perspectiva material da informação, na visão de Frohmann, os qual atribui uma materialidade discursiva baseada nos aspectos sociais e institucionais da informação e o caráter mais físico, de receptáculo de guarda da memória.

O paradigma custódial é uma herança positivista e de controle universal da informação, gestada na biblioteconomia, documentação, arquivologia e museologia, que procurava rejeitar a missão social dessas áreas, como democratizadoras da informação. Nesse contexto, a posse do documento é a razão de ser das unidades de informação que, muitas vezes, são visualizados como caixas forte do saber. O senso comum e as aulas de história medieval mostram uma das justificativas para a ocorrência de tal situação, como o controle do povo pela Igreja e pelo Estado, durante a Idade Média e a transformação das bibliotecas em lugares de exclusão, dificultando o acesso dos iletrados a esses espaços.

No tocante ao paradigma custódial, historicista, patrimonialista e tecnicista a formação prática recebida no espaço acadêmico e, sobretudo, no espaço institucional ou funcional das bibliotecas, arquivos e museus apontava claramente para a sobrevalorização da custódia ou guarda, da conservação e do suporte; para a ênfase na ideia de serviço/missão custódial, tendo em vista a salvaguarda da cultura “erudita”; para a hipertrofia da memória como fonte legitimadora da cultura como reforço identitário do mesmo Estado; para a incontornável e crescente importância do acesso ao ‘conteúdo’ (legado tecnicista de Paul Otlet e Henri La Fontaine); e para um arraigado espírito corporativo que fomenta a confusão entre profissão e ciência. (MALHEIRO, 2013, p. 2).

Com a finalidade de controle das mentalidades, desejada e praticada por diversos governos em diferentes períodos, havia uma estratégia política e de controle social por traz da custódialidade da informação, uma reafirmação de uma identidade cultural erudita e de exclusão.

Deslocando esse pensamento para o século XIX em Fortaleza, podemos perceber esse desejo de controle das mentalidades. Em 1867, é fundada uma biblioteca e nos anos seguintes surgem diversas instituições de promoção da leitura na cidade de Fortaleza. Esse

fenômeno é propiciado pela propagação de ideias civilizatórias vindas da Europa e que aqui serviram como base de um projeto político civilizatório que pretendia a manutenção de uma ordem social baseada no desenvolvimento científico e cultural de um povo.

As bases desse projeto estão no estabelecimento de um cenário informacional formado por um mercado livreiro e no estabelecimento de instituições de produção do conhecimento e disseminação de ideias pelas leituras feitas e fornecidas por essas instituições que se valendo da custódia e controle do repertório informacional exerciam suas influências e desejos de poder para modificar a realidade e cotidiano local.

O paradigma custódial exerceu grande papel na estruturação das práticas de leitura em Fortaleza, como poderemos ver nas seções seguintes, mas no cenário global esse paradigma só foi perdendo força na segunda metade do século XX, com o surgimento do chamado paradigma pós-custódial.

Tudo isto significa que o paradigma emergente pauta-se por traços ou características como são a valorização da informação enquanto fenômeno humano e social; o dinamismo informacional, oposto ao ‘imobilismo’ documental; a prioridade máxima dada ao acesso à informação, uma vez que só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação; o indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social, através de modelos teoricocientíficos; a assunção de uma postura sintonizada com as ciências sociais e empenhada na compreensão do social e do cultural, com óbvias implicações nos modelos formativos; e a lógica científico-compreensiva em substituição da lógica instrumental. (MALHEIRO, 2013, p. 4).

Ambos os paradigmas abordam a questão da materialidade da informação sob a perspectiva do controle, acesso e uso. Por um lado, mostram os fatores relativos aos discursos de poder exercidos pelas instituições detentoras do conhecimento. Por outro lado, ao abrirem espaço para o social, mostram as possibilidades de desenvolvimento proporcionadas pela informação.

Nesse sentido, a busca por um conceito de informação encontra em seu desenvolvimento, como objeto da CI, algumas questões como a da sua associação aos conceitos de ‘dado’ e ‘conhecimento’, a noção de ‘documento’ e as questões relativas a sua objetividade e subjetividade, custódia e livre acesso, além de suas vertentes física, cognitiva e social.

Observando esse movimento, de mudanças nas abordagens do termo informação – as passagens paradigmáticas da vertente física, cognitiva e social - surgem, na área, autores que dão maior ênfase a tal movimento, como Capurro e Hjørland (2007), que identificam na CI a emergência de três paradigmas.

O primeiro paradigma é o físico, que está atrelado ao legado da teoria matemática da informação desenvolvida por Claude Shannon e Warren Weaver e, posteriormente, o surgimento da cibernética de Norbert Wiener. “Em essência, esse paradigma postula que há algo, um objeto físico, que um emissor transmite a um receptor” (CAPURRO, 2003).

Em síntese, esse paradigma, privilegia o sinal, o meio físico de transmissão da mensagem, em detrimento do conteúdo (informação). Assim, não importava se houvessem ruídos ou como a mensagem era interpretada, mas o funcionamento do meio físico - o que nos evidencia uma característica custódial - de preocupação maior com o suporte e a materialização da própria informação, tida na época como mensagem no sentido de sinal, e interpretada nesta análise como informação.

Superando essa abordagem surge um segundo paradigma, esse traz em seu bojo a herança das teorias cognitivas, como as citadas anteriormente, como as dos estudos de usuário com Dervin (1983) e a produção de sentido e do estado do conhecimento anômalo de Belkin (1980).

Os limites do paradigma cognitivo se apoiam precisamente na metáfora, ou *pars pro toto*, de considerar a informação, ou como algo separado do usuário localizado em um mundo numênico, ou de ver o usuário, se não exclusivamente como sujeito cognoscente, em primeiro lugar como tal, deixando de lado os condicionamentos sociais e materiais do existir humano. É essa visão reducionista que é criticada por Bernd Frohmann, que considera o paradigma cognitivo não só como idealista mas também como associal. (CAPURRO, 2003, p. 15).

Tal paradigma reflete uma visão do indivíduo, como ser cognoscente, o qual procura sanar suas lacunas/necessidades informacionais. Ao mesmo tempo, exclui o coletivo, a influência social e cultural em sua busca por informação. Em analogia, se preocupa com uma informação individual e voltada para as necessidades particulares do sujeito.

Por fim, reclamando uma perspectiva mais voltada para os sujeitos e os contextos socioculturais que os cercam, surge o paradigma social. Segundo Capurro (2003, p. 7):

No início do século XXI, a epistemologia, entendida como estudo dos processos cognitivos e não no sentido clássico aristotélico de estudo da natureza do saber científico e de suas estruturas lógico-rationais (*episteme*), adquire não só um caráter social e pragmático, mas também se relaciona intimamente com a investigação empírica de todos os processos cerebrais. Ou, mais genericamente, com todos os tipos de processos relacionados com a forma como os seres vivos conhecem, isto é, como fazem a construção e autogênese de suas realidades. Essa proposição epistemológica de tipo naturalista e tecnológico questiona, de diversas formas, as teses clássicas metafísica, idealista e transcendental. A tecnologia digital permite a simulação de processos cognitivos em artefatos, como nos mostram a robótica e diversos tipos de sistemas biotecnológicos. (CAPURRO, 2003, p. 7).

As transformações científicas do começo do XXI trouxeram um aspecto mais social e cultural nos estudos desenvolvidos até aquele momento, surge, na aba dessas transformações na CI, o paradigma social. Nessa perspectiva, o fenômeno informação é compreendido como:

Informação não é algo que comunicam duas cápsulas cognitivas com base em um sistema tecnológico, visto que todo sistema de informação está destinado a sustentar a produção, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso de conhecimentos e deveria ser concebido no marco de um grupo social concreto e para áreas determinadas. Só tem sentido falar de um conhecimento como informativo em relação a um pressuposto conhecido e compartilhado com outros, com respeito ao qual a informação pode ter o caráter de ser nova e relevante para um grupo ou para um indivíduo. (CAPURRO, 2003, p. 20).

Nessa busca ontológica de conceituar a informação, é válido destacar, ainda, o surgimento de uma proposta de criação de uma nova disciplina dentro da CI, que pretende agregar os problemas relativos a uma ontologia da informação, a chamada filosofia da informação. Essa tem como principais expoentes Luciano Floridi (2011), com sua obra ‘A Filosofia da Informação’, em Fernando Ilharco (2004), com o livro ‘Filosofia da Informação: uma introdução à informação como fundação da ação’, da comunicação e da decisão.

A filosofia da informação, enquanto reflexão fundamental sobre a informação, é um questionar de uma forma tão basilar e fundamental quanto o é o questionar fundador dos variados ramos da filosofia: o que é ser? (ontologia), o que é conhecer? (epistemologia), o que é a linguagem? (filosofia da linguagem), o que é a mente, a consciência, o bem e o mal, o pensamento, etc., etc. Trata-se de um questionar que não pode ser resolvido por inquéritos, sondagens, por consultas a dicionários ou por análises estatísticas. Cada resposta, sendo um avanço, pressupõe uma base, um fundamento, ou seja, um conjunto de pressupostos quanto ao contexto, à retaguarda de entendimento, no âmbito da qual surge o que é descoberto, o que é apontado ou entendido. Assim, aquilo que investigamos, seja a informação, o mundo, a ação, o homem, ou a tecnologia, pode manifestar-se de formas, modos e com implicações variadas em função dos pressupostos em que nos baseamos. Esses pressupostos tendem a não ser explícitos; aliás, nem sequer poderão sê-lo porque é com base neles, com base numa retaguarda como critério, que uma diferença, uma manifestação, uma perturbação, seja um som, um texto, um cheiro, uma imagem pode ganhar o seu primeiro sentido e evoluir no domínio do significado. Assim, constatando a não existência de definição de informação universalmente aceite, deve apontar-se não apenas a complexidade do fenômeno, mas também a impossibilidade *tout court* de tal definição dado os diversos pressupostos ontológicos e epistemológicos que necessariamente informariam qualquer posição ou proposta de definição. (ILHARCO, 2004, p. 3).

No entanto, a filosofia já não se preocuparia com isso junto com as reflexões sobre o que é o conhecimento e as questões seminais que o homem exerce com o universo informacional que o cerca. Talvez o objetivo dessa nova proposta seja inaugurar, dentro da CI

oficialmente, uma vertente filosófica da informação que possa ser a tabua de salvação na concepção unificadora de uma teoria da informação.

A concepção de Floridi (2004) sobre essa nova área tem origem na filosofia da computação. Diante desse antecedente fundacional, o autor citado conceitua a nova disciplina como:

[...] a filosofia da informação é uma área da investigação e do conhecimento cujo objecto é: (a) a investigação crítica da natureza conceptual e dos princípios de base da informação, incluindo as suas dinâmicas, especialmente a computação e o fluxo informacional, a sua utilização e as suas ciências, bem como (b) a elaboração de metodologias teóricas informacionais e computacionais e a sua aplicação a problemas filosóficos. (FLORIDI, 2004 *apud* ILHARCO, 2004, p. 3).

Em linhas gerais, a nova área evoca mais problemas do que traz soluções, uma vez que leva para outro patamar a busca de uma conceituação da informação na área. No entanto, o seu carácter problematizador pode agregar mais incentivos na busca ontológica sobre a informação e suas características.

Além disso a área enfatiza o carácter social e cultural da informação, invocando seus problemas filosóficos a luz das ambiências sociais, que é onde a filosofia também atua. Contextos, práticas e hábitos informacionais também podem vir a fazer parte dessa vertente investigativa.

Resta, ainda, abordar, com maior especificidade, as perspectivas sociais e culturais da informação na Ciência da Informação, uma vez que esta se estabelece no rol das ciências sociais aplicadas. Além disso, o desenvolvimento do campo converge para a retomada da perspectiva dos sujeitos e sua relação com a informação e as suas realidades, algo basilar nas disciplinas (Arquivologia, Bibliografia, Biblioteconomia, Documentação e Museologia) que gestaram a CI.

2. 3.1 Usos sociais da informação

Integrando a complexa rede de relações que os sujeitos estabelecem com o mundo, a informação, sempre foi o elo para a construção do cotidiano e da realidade. Atualmente, com o advento da chamada sociedade em rede (CASTELLS, 1996), ou sociedade do conhecimento e da informação, ficou mais latente o entendimento da informação como insumo econômico, social e cultural.

Em cada período histórico as sociedades humanas têm elementos que caracterizam a base de sua organização social. Quando esses elementos se convertem em princípios

de ação, ou em princípios organizadores do comportamento humano e da forma como as organizações e as instituições sociais funcionam, eles se constituem em valores que caracterizam o seu entorno social e o período histórico que estão construindo. Criado pela necessidade que tem o homem de entender e explicar o meio em que vive, esse é o papel que a informação e o conhecimento desempenham no mundo hoje. (SUAIDEN, 2006, p. 1).

Desde a Antiguidade, as pessoas utilizam informações e conhecimentos, seja por meio empírico, através das experiências e pelos sentidos, ou por hipóteses teóricas, para organizar o mundo ao seu redor. O fato de a sociedade atual ser chamada ‘sociedade da informação’, tem origem nas tecnologias eletrônicas e digitais que proporcionaram sua maior difusão e instantaneidade da informação na vida das pessoas, além da capitalização, pelo mercado global, desse novo produto, a informação.

As sociedades que conseguem, através de processos contínuos de geração e uso do conhecimento, organizar-se de tal forma que possam contribuir para o processo de aprendizagem social, são classificadas como sociedades do conhecimento. Estas são sociedades com capacidade para gerar conhecimento sobre sua realidade e seu entorno, e em condições de utilizá-lo em seu processo de conceber e construir seu futuro. Desta forma o conhecimento se transforma não só em instrumento para explicar e compreender a realidade, mas também em motor de desenvolvimento e fator dinamizador das mudanças sociais. (SUAIDEN, 2006, p. 1).

Entender a informação como parte da dinâmica social e que sua produção, uso e disseminação, impactarão de alguma forma na vida das pessoas, é compreender que os fatores que ocasionam mudanças no tecido social estão relacionados com a dinâmica da informação na sociedade.

É válido, ainda, destacar que a própria Ciência da Informação é situada dentro da área das Ciências Sociais, o que, inicialmente, pode soar estranho, uma vez que seu nascedouro tem, nos fundamentos de uma ciência positivista, objetiva e atrelada à teoria matemática da informação, as bases de sua concepção. No entanto, vale lembrar uma das primeiras conceituações da CI feita Borko (1968), onde ele afirma haver componentes de ciência pura e aplicada, e que se preocupa com o uso e a transmissão da informação, prestando serviços para a sociedade.

A interdisciplinaridade do campo e a ligação com a democratização ao acesso da informação na sociedade sempre estiveram presentes na gênese da área, embora, no momento inicial, estivesse camuflada por uma perspectiva mais objetiva dos fenômenos informacionais. É conveniente resgatar, ainda, os esforços dos teóricos da documentação Otlet e La Fontaine, pacifistas que acreditavam que a organização, tratamento e disseminação da informação no mundo levaria à paz e ao desenvolvimento social.

Discurso adotado também pelas elites cearenses no fim do século XIX para a promoção de uma sociedade civilizada que pela leitura e acesso a informação progrediriam e começariam a exercer influência no cenário civilizado da época.

É válido examinar o contexto de formação das Ciências Sociais e a aproximação da CI com essa área. Isso é feito por Araújo (2003) no artigo 'A CI como Ciência Social', de forma bem esclarecedora.

Embora o pensamento e a reflexão sobre a realidade social e as relações sociais tenha sido uma constante na história da humanidade, desde a Grécia Clássica, passando pela Idade Média e durante o Renascimento, é apenas no século XIX que se torna possível falar em 'ciências sociais', pois é o conjunto de reflexões desse período que, incorporando os princípios baconianos e o método cartesiano, vai consistir na forma de conhecimento historicamente conhecida como 'ciência moderna'. (ARAÚJO, 2003, p. 22).

No bojo das ciências modernas e sob as influências das ideias de Comte, pai do positivismo e da Física Social, essa última pregava a evolução da sociedade em três estados: inicialmente, um mítico ou fictício, depois um metafísico ou abstrato e, por fim, um estado positivo ou científico, foram as bases para a que viria a ser chamada Ciências Sociais. (ARAÚJO, 2003, p. 22)

Postulado que também pode ser verificado no projeto civilizatório de Fortaleza no século XIX. Pois essas ideias importadas da Europa circulavam pela sociedade local na época, fazendo parte da leitura dos fortalezenses.

Desde então, resumidamente, Araújo (2003) traça um panorama epistemológico das Ciências Sociais citando: o surgimento da sociologia funcionalista, com Durkheim, na década de 1890, estabelecia o entendimento da sociedade como formada por um todo constituído de partes diferenciadas e independentes; o aparecimento da Dialética Hegeliana, retomada por Marx no século XIX, entendia a realidade pela unidade dos contrários, tendo por base os conflitos sociais; o aparecimento da corrente estruturalista no início do século XX, tendo como representantes os trabalhos antropológicos de Manilowski (1894-1942) e Radcliffe-Brown (1881 -1955); os trabalhos de Weber (1864-1920) e Simmel (1858-1918) que inauguram a sociologia interpretativa ou compreensiva, como a microssociologia que interpretava as realidades pelas relações cotidianas ou o interacionismo simbólico de Blumer (1969), determinante dos comportamentos do mundo feito pelas significações que os sujeitos fazem da realidade, e a etnometodologia de Garfinker, na década de 1940, que tentava entender como os indivíduos viam, descreviam e construía suas realidades.

De forma sintética, as ciências sociais vieram caminhando de interpretações dos fenômenos sociais de uma perspectiva positivista, sistêmica para uma abordagem mais humana, cognitivista e mais voltada aos sujeitos e suas relações com o meio social. Em paralelo, a CI faz trajeto semelhante, como se pôde ver anteriormente.

Portanto, a ciência da informação não ‘nasce’ ainda como uma ciência social. Muito ligada inicialmente à computação (como atesta, por exemplo, a importância do trabalho de Vannevar Bush) e à recuperação automática da informação, ela vai, apenas nos anos 70, promover sua inscrição efetiva nas ciências sociais. (ARAÚJO, 2003, p.22).

É no deslocamento do foco dos sistemas de informação automatizados e das tecnologias da informação e comunicação para os sujeitos, que a CI se insere dentro das ciências sociais. E nela:

[...] recebe seu traço identificador, que serve de princípio articulador dessas diversidades, e que corresponde ao que nos estudos metodológicos se denomina como a “dupla hermenêutica”. Seja qual for a construção do objeto da Ciência da Informação, ele deve dar conta do que as diferentes disciplinas, atividades e atores sociais constroem, significam e reconhecem como informação, numa época em que essa noção ocupa um lugar preferencial em todas as atividades sociais, dado que compõem tanto a definição contemporânea da riqueza quanto na formulação das evidências culturais. (GONZÁLEZ DE GOMES, 2000, p. 6).

Segundo Gonzáles de Gomes (2000), essa dupla hermenêutica é advinda, primeiro, da formação de seu possível objeto de estudo. E, em linhas gerais, ela é relacionada à interação entre as contribuições interpretativas mutuas entre as ciências sociais e as atividades que formam o campo de trabalho da informação, incluído aí o viés inter e multidisciplinar ou a poliepistemologia do campo. “O objeto da Ciência da Informação tem que ser considerado como uma construção de significado de segundo grau a partir das práticas e ações sociais de informação que constituem seu domínio fenomênico” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2000, p. 6).

Assim, a entrada da CI no campo das ciências sociais é advinda de características próprias, como a interdisciplinaridade e a preocupação social incutida na gênese da área, que floresceu na década de 1970 com as abordagens voltadas para o sujeito, ao invés do objeto em si, na perspectiva positivista e fiscalista da informação.

Assim, os primeiros estudos em ciência da informação já como ciência social estudam a realidade social de uma perspectiva estatística, quantitativa. A utilização de sociogramas para mapeamento dos fluxos de informação, a aplicação de questionários a grandes amostras de usuários e a busca de invariantes cognitivos para a construção de sistemas de informação são alguns exemplos dessa abordagem. (ARAÚJO, 2003, p. 24).

O passo seguinte, nesse desenvolvimento, ocorre pela aproximação dos estudos sociológicos baseados no materialismo dialético de Marx e das concepções sociais na perspectiva histórica e do entendimento do todo social pelas suas partes.

Mas, ainda na década de 70, a ciência da informação inaugura uma discussão sobre a especificidade da ciência social (tal como a ciência social como um todo realizou, ainda na época da apropriação dos princípios filosóficos da dialética), sob o referencial teórico marxista: Tendo como pressuposto básico e fundamental [...] que a realidade está permanentemente em movimento e em construção, e que todo processo de conhecimento é apenas uma possibilidade, dentre outras, de aproximação da verdade, consideramos que o objeto de estudo da área de informação social deve ser apropriado tendo como referência: [historicidade, totalidade e tensionalidade das relações sociais.] (ARAÚJO, 2003, p. 24).

Essa segunda abordagem inaugura os estudos históricos e da teoria crítica no campo da CI, mas outras mudanças ainda acontecerão com a aproximação com outros ramos das ciências sociais. Ainda sobre essa perspectiva a CI possibilita as investigações históricas de fenômenos informacionais, que aqui estabelecemos como a leitura.

Até então, pois, a dimensão ‘social’ da informação aparecia em trabalhos com temáticas específicas (aquelas relacionadas à cidadania, à exclusão, ao popular), convivendo com uma outra parte da ciência da informação debruçada sobre o funcionamento de sistemas de recuperação de informação, estudos de comunicação científica, gestão da informação, tecnologias da informação, que permanecia ‘intocada’ na aproximação com as ciências sociais. (ARAÚJO, 2003, p. 24).

Ainda segundo Araújo (2003), a aproximação com o terceiro campo das Ciências Sociais, ligado ao interacionismo simbólico, à construção do cotidiano e às etnometodologias.

É, apenas com a aproximação junto ao “terceiro ramo” das ciências sociais, isto é, aos enfoques microsociológicos e interpretativos, que a ciência da informação vai conhecer uma reformulação mais profunda de seus pressupostos, que vai alterar sobretudo o significado do que é entendido como ‘informação’. (ARAÚJO, 2003, p. 25).

Os principais estudos que deram suporte para essa terceira vertente das ciências sociais na CI são identificados, por Araújo (2003), como:

Um suporte teórico fundamental nesse movimento é exatamente o trabalho de Berger & Luckmann. Ao discutir a realidade como algo que é construído socialmente e não com uma existência em si mesma, independentemente dos sujeitos que conhecem, os autores abrem caminho para uma compreensão da informação não como um dado, uma coisa que teria um significado e uma importância *per se*, mas como um processo, como algo que vai ser percebido e compreendido de variadas formas de acordo com os sujeitos que estão em relação – o que vai na contramão tanto da definição de Borko (1968) sobre o comportamento e

o fluxo da informação excluindo os sujeitos, quanto da definição de Buckland (1991), que vê ‘a informação como coisa’. (ARAÚJO, 2003, p. 24).

Nesse sentido, cabe aqui a investigação aqui proposta de investigar as práticas leitoras em Fortaleza no fim dos oitocentos, pois é pelo entendimento que a informação faz parte dos mecanismos de construção da realidade que esse trabalho busca sustentação.

Por fim, os estudos contemporâneos da ciência da informação reclamam, cada vez mais, a compreensão dos contextos, a relação dos indivíduos na sociedade e a força da informação no seio da cultura.

Diversos estudos contemporâneos podem ser apresentados como exemplos da incorporação destas questões no âmbito da ciência da informação, não mais como a constituição de uma linha de pesquisa distinta, mas como uma reformulação na compreensão do objeto de estudo da ciência da informação como um todo. Dentre essas perspectivas, destacam-se a abordagem *dosense making* inaugurada por Dervin, Atwood & Palmour, entre outros, os estudos sobre os valores dos usuários originados com MacMullin & Taylor, os estudos de natureza cognitiva inspirados na teoria de Maturana & Varela, a abordagem hermenêutica da ciência da informação desenvolvida por, entre outros, Capurro, os estudos sobre redes de informação com base no referencial teórico de Bourdieu, a incorporação, pelos estudos bibliométricos e de comunicação científica, de contribuições da Arqueologia do Saber de Foucault e da Sociologia da Ciência. (LATOURE, KNORR-CETINA *et al*). (ARAÚJO, 2003, p. 25).

No bojo desse desenvolvimento, é válido destacar aqui as áreas de pesquisa sobre análise de domínio, regimes de informação, mediação da informação e das práticas informacionais.

A análise de domínio que, no âmbito internacional da ciência da informação, vem sendo tradicionalmente trabalhada, em termos teóricos e aplicados, por Hjørland e Albrechtsen (1995); Moya-Anegón & Herrero-Solana (2001), Hjørland (2002, 2004), Tennis (2003), e Smiraglia (2011), dentre outros, constitui marcante abordagem para caracterização e avaliação da ciência, na medida em que permite identificar as condições pelas quais o conhecimento científico se constrói e se socializa. (GUIMARÃES, 2014, p. 15).

Adotada em uma perspectiva social, a análise de domínio é importante instrumento para a compreensão das realidades informacionais dos sujeitos. Aplicada ao universo científico, pode ser utilizada para mapear as principais teorias vigentes em certa área do conhecimento, conforme os principais autores do campo e as principais publicações.

Na ciência da informação, tal conceito foi inicialmente utilizado por Hjørland e Albrechtsen (1995), como uma nova perspectiva de abordagem para a investigação na área, cuja ênfase recai primordialmente no contexto (perspectiva sociológica) e menos no indivíduo (perspectiva cognitivista). Na realidade, e procurando não dar um tom bombástico à análise de domínio, como se pudesse ser a ‘reinvenção da pólvora’, os autores questionam: ‘Análise de domínio é realmente algo novo? Ou é

apenas vinho antigo em garrafas novas?’ (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995 *apud* GUIMARÃES, 2014).

Novamente vemos aqui a possibilidade de investigação do fenômeno da leitura em uma aplicação histórica, pois a produção científico-literária de uma época pode inferir as fronteiras estabelecidas pelo poder exercido pela propagação dessas leituras.

No entendimento das comunidades discursivas, no sentido de as comunidades gerarem uma cultura informacional ao seu redor, o desenvolvimento da análise de domínio tem, em seu cerne, uma perspectiva social. Talvez, como dizem os autores citados anteriormente, não seja uma novidade, mas um resgate ao caráter social da própria CI.

Refletindo uma construção social (um acordo intersubjetivo) que depende de considerações pragmáticas de seus membros e da interação social entre eles existente, a análise de domínio permite identificar as categorias fundamentais do campo (a partir das questões e tópicos que os pesquisadores da área consideram relevantes para estudo) e, por conseguinte, as bases para sua garantia literária. (BEGHTOL, 1995 *apud* GUIMARÃES, 2014).

No mesmo viés investigativo, surgem os estudos de regime de informação, focado nas relações de poder e informação, no contexto social dos discursos enunciados pelos sujeitos e do uso e circulação da informação.

Como uma de suas atribuições mais frequentes, o regime de informação remete às relações informação-poder, relações que hoje estariam alavancadas pela pressuposição de que a informação, como algo imerso nas tecnologias digitais e ubíquas, seria aquilo que nelas circula e as dinamiza. É nessa abordagem que o entendimento do termo de “informação” vai qualificar processos de transformação de longo alcance, sendo incluído na composição de vários novos sintagmas, tal como ‘economia da informação, modo de informação, infraestrutura de informação’ (GONZÁLEZ DE GOMES, 2012, p. 44).

Tal vertente de pesquisa pode ser aplicada para além de pesquisas de cunho mais socio histórico como está, e indo ao encontro de pesquisas voltadas a gestão da informação nos ambientes institucionais e governamentais. Em linhas gerais, um regime de informação pode ser definido como:

[...] *regime de informação* seria o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem. (GONZÁLEZ DE GOMES, 2012, p. 43).

É observada, novamente, a preocupação com a identificação de regras e estruturas organizacionais da informação em um contexto complexo de uma rede de sujeitos de determinado local ou cultura, com o intuito de identificar como eles lidam com a informação.

Dentro do contexto de Ciência da Informação, o regime de informação se configura como uma formação social conjunta de elementos em rede – como atores sociais (sujeitos, dispositivos e tecnologias), regras de poder, a organização e a gestão política da informação que se operacionalizam em práticas sociais com produtos e serviços. (BEZERRA *et al.*, 2016, p. 61).

Como a palavra regime remete imediatamente ao entendimento de regras que estruturam algo, nessa mesma direção segue o conceito de regime de informação, uma vez que tenta identificar, também, regras em uma cultura informacional, estrutura socioinformacional formada por sujeitos que trocam a todo instante informações entre eles e o mundo.

[...] regime de informação pode ser definido como qualquer sistema estável ou rede nos quais os fluxos informacionais transitam por determinados canais [de específicos produtores, via estruturas organizacionais específicas] para consumidores ou usuários específicos. (FROHMANN, 1995, p. 17 *apud* BEZERRA *et al.*, 2016, p. 64).

Pode ser notado, aqui, um deslocamento para o entendimento de redes de informação na perspectiva das redes digitais, em uma perspectiva mais tecnológica, mas sem perder a base social. São distinguidas, portanto, duas vertentes: a que tenta entender a dinâmica dos sujeitos nas redes digitais e outra que procura nas relações de informação-poder nas instituições e na sociedade.

Ainda na dinâmica entre os sujeitos e a informação, entram em cena as pesquisas de mediação da informação. Segundo Guaraldo (2013, p. 37):

A mediação enfatiza o caráter social da informação, de que a mesma não existe fora da sociedade e da cultura, demonstrando as singularidades da questão informacional, das condições de produção e apropriação da informação. O conceito de mediação encontrou campo fértil em pesquisas que apontam que nada é imediato e, portanto, enfatizam a importância de intermediários, mediadores, nas mais diversas realidades sociais. (GUARALDO, 2013, p. 37).

Como processo comunicacional e cultural, o ato de mediar se liga diretamente à produção de sentido, aos processos e práticas informacionais individuais e coletivas, podendo a mediação ser compreendida como:

Toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que

propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. (ALMEIDA JUNIOR, 2009, p. 92).

A mediação nada mais é do que partícipe de um fenômeno maior, no qual denominamos cultura, cabendo à mediação da informação uma vertente da complexa teia de significações que a cultura é tecida.

A cultura é o processo através do qual o homem cria o algo onde antes imperava o nada. Esse algo é toda complexidade de criações simbólicas, de sentidos e significados que damos às coisas e ao mundo. Um “algo” que não se sustenta se não se entender os processos culturais como mecanismos de mediação entre nós e os fenômenos. Assim, mais do que apenas um elemento da comunicação, a mediação é, por excelência, cultural. As diversas modalidades de mediação são apenas sotaques diferenciados dessa mediação cultural. Assim é a mediação informacional (FEITOSA, 2016, p. 102).

A dinâmica da cultura é, e ao mesmo tempo reclama, a mediação, uma vez que estabelece relações entre símbolos, pessoas, ou seja, trocas simbólicas. É nos contextos sociais que a mediação ganha espaço para se desenvolver entre as práticas informacionais e vivências dos sujeitos.

Para além dos discursos sobre a importância das mediações culturais e informacionais, é necessário entender essa mediação contemplando as formas contemporâneas de interação, de interacionismo simbólico, de cumplicidades culturais, de trocas simbólicas e de como esses fenômenos modificam os contextos de onde são produzidas as informações, mas também aqueles por onde elas circulam e nos quais são recebidas para provocarem, aí sim, as verdadeiras mediações socioculturais. (FEITOSA, 2016, p.113).

Ainda segundo Feitosa (2016), é somente nos contextos sociais que a mediação, seja ela informacional ou sua expressão maior, a mediação cultural, se realiza e proporciona aos profissionais da informação o *feedback* para a realização de ações mais direcionadas aos sujeitos.

Qualquer mediação informacional precisa se prolongar incerta e complexamente nas possibilidades de reações que essa informação propagada provoca nos contextos reclamados por suas demandas. Da mesma forma, o *feedback* dessa propagação como elemento avaliador e mediador dos sistemas e serviços de informação. (FEITOSA, 2016, p.113).

É preciso ir, também, para além das tecnologias e de suas possibilidades de mediação, uma vez que a relação de produção de sentido, proporcionada pela mediação, tem nos sujeitos interpretantes a porta de entrada para as ações de mediação, que vai muito além das interações do ser com a tecnologia.

A mediação informacional não pode ser motivada apenas pelos suportes informacionais e nem pelos seus desdobramentos tecnológicos. Entre a linearidade da oferta e da procura informacionais deve estar a dimensão cultural da informação, seus processos de semiose informacional e as possibilidades de se aferir as chamadas mediações socioculturais. Não haverá processo de informação e nem mediação informacional se sobrepuserem os suportes e seu glamour tecnológico às mediações em devir interacionista. (FEITOSA, 2016, p. 103).

Assim, a mediação acata as práticas de busca e apropriação da informação pelos sujeitos, que sempre são integradas aos contextos que esses se inserem.

A metáfora de um mundo que reclama mediações e interações sem fronteiras rígidas também cabe nessas reflexões. Uma mediação informacional é aquela que foca muito mais nas necessidades de transcendência de usuários humanos do que na contrapartida unívoca de serviços de informação devidamente capacitados a provocar mediações, ainda que este conceito seja tantas vezes mal compreendido. (FEITOSA, 2016, p.108).

A mediação da informação tem, portanto, suas ramificações nas mediações culturais, uma vez que a cultura é fruto da mediação entre os sujeitos e as coisas do mundo no contexto de suas práticas cotidianas de organização de suas próprias realidades. Por fim, a noção de práticas informacionais ou de informação, se apresenta no campo dos estudos de usuários da informação, por exemplo, como campo promissor, no qual se inserem os estudos de Savolainen (1995). Tais estudos trabalham com o conceito de prática de informação no desenvolvimento de seu modelo de busca de informação para vida cotidiana. Entretanto, em linhas gerais, as práticas informacionais:

[...] pretendem compreender as práticas e as condições de busca, acesso, criação, uso e compartilhamento de informação que são moldadas socialmente e culturalmente por determinado grupo ou comunidade. (SAVOLAINEN, 2007 *apud* ZATTAR; MARTELETO; VARANDA, 2016).

As operações cotidianas dos sujeitos dão a tônica às práticas informacionais, uma vez que, a todo o momento, essas informações são buscadas, acessadas, produzidas, usadas e compartilhadas, de forma que é através dessas ações que a vida é organizada.

Tendo em vista que a produção e reprodução dos artefatos culturais se realiza pelo modo informacional, pelo menos nas sociedades históricas, pode-se afirmar que, nestas sociedades, toda prática social é uma prática informacional – expressão esta que se refere aos mecanismos mediante dos quais os significados, símbolos e signos culturais são transmitidos, assimilados ou rejeitados pelas ações e representações dos sujeitos sociais em seus espaços instituídos e concretos de realização. (MARTELETO, 1995, p. 3-4).

Desse modo, é no lidar com os artefatos culturais, esses sendo veículos para a circulação de informação, como o livro ou o jornal, que os sujeitos, como integrantes de uma cultura e em suas práticas diárias, em suas sociabilidades, estão exercendo práticas informacionais. Generalizando a questão, é possível dizer que as práticas alimentares, de moda, de leitura e semelhantes são, ao traçarmos simultaneidades, também práticas informacionais.

As práticas de informação compreendem as ações com a informação, como o registro, o armazenamento, a recuperação, a gestão, o acesso, o uso, a busca, a circulação, o hábito, o aprendizado, a mediação, a socialização, a leitura, e dependem das circunstâncias nas quais o ser humano encontra-se situado, é onde se põe em ação o conhecimento. (GUARALDO, 2013, p. 36).

As práticas informacionais se relacionam, portanto, às ações diárias do sujeito e essas são mediadas pelo contexto histórico e cultural que os cerca; por isso, cada época é demarcada por produtos e práticas de informação distintas.

Daí que nas práticas de informação se inserem os meios de informação e as ações relacionadas a eles, juntamente com os sujeitos envolvidos, a circulação social dos meios, o trabalho com esses meios e os textos. As práticas de informação são, portanto, sempre relacionais e segmentadas, pois referentes a determinados grupos sociais e contextos específicos, que mobilizam efeitos de sentido de acordo com o local, a ideologia e a cultura de seus participantes. (GUARALDO, 2013, p. 36-37).

Nesse sentido, as práticas de informação são entendidas pela dinâmica das interações sociais, na criação de produtos culturais e na constituição do próprio viver em sociedade.

Usando como base a noção de Sociedade de Berger (1994, p. 37), este afirma que “[...] um grande complexo de relações humanas ou, para usar uma linguagem mais técnica, um sistema de interação.” E, do conceito de ação relacionado à prática e defendido por Weber (2009, p.3): “uma ação que, quanto ao seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de ‘outros’, orientando-se por este em seu curso.” Mostrando que toda ação social se dá no estabelecimento de relações entre as pessoas e entre essas e o mundo, Souza (2011, p. 124), introduz o conceito de informação nessa dinâmica social estabelecida pelos sujeitos no contexto das práticas.

Considerando essa percepção, em que se reúne a reflexão de Weber à de Berger, na essência da sociedade, ou do conceito de sociedade, está a própria informação em ação, que sendo ação social mobiliza o agente conforme o que espera ser a reação do interlocutor. (SOUZA, 2011, p. 124).

Da ação entre sujeito e da própria informação é que se possibilitam as transformações sociais. Ainda segundo Souza (2011, p. 129):

[...] pode-se compreender que a informação é o elo que ‘liga’ os indivíduos dando-lhes a condição de existirem em sociedade, o que daria sentido aos conceitos de sociedade propostos por Berger (um sistema de interação), por Elias (conjunto de relações) e Weber (a ação social parte de um indivíduo e está sempre orientada ao outro). (SOUZA, 2011, p. 129).

Mais que entender os usos sociais da informação, é preciso entender que a informação é produto do social e só existe mediante a existência dos sujeitos.

Informação é o conteúdo exposto por meio de sinais, de signos ou de símbolos construídos pela inteligência humana, originados das sensações ou idealizados, e que se destina a instituir, reproduzir e transformar a sociedade; é gerado e utilizado pelos indivíduos em suas múltiplas relações, como expressão dos papéis que exercem, e tornado fluente pelos dispositivos continuamente criados para assegurar a realização dos processos de comunicação; depende do emprego direto da energia humana ou de fontes de energia construídas pelo engenho humano. (SOUZA, 2011, p.129).

As reverberações do fenômeno informação através de seus usos e apropriações podem, portanto, ser entendidas, ainda segundo Souza (2011, p. 130), sob dois vieses: um relacionado à dinâmica econômica e do estabelecimento das normas ou regras sociais, e o segundo relacionado ao poder:

Um primeiro aspecto que se pode considerar, em uma grande dimensão, é que a Informação tem uma dupla função ou uso social. A primeira função tem foco na *Economia*, isto é, toda a realidade material ou imaterial que é constituída pelos fatores que podem ser tomados como fontes de distinção, objetivante, de escassez e objeto de disputa entre indivíduos-pessoas (EU) ou indivíduos-sociedades (NÓS) em torno desta distinção. A segunda função tem como foco a ‘Conformação ou Normalização’ dos indivíduos-pessoas (EU) ou indivíduos-sociedades (NÓS) em torno de compromissos pactuados conscientemente pelas partes envolvidas ou impostos pelos detentores dos meios e/ou discursos materiais e imateriais de regulação: Igreja (religião), Estado (força bélica, força tributadora, força jurídica, etc.), Empresa (força econômica), etc. Um segundo aspecto, não menos forte, é que a informação subsume a comunicação, transformando esta última em um dos vetores de sua realização. A informação se faz por meio de sinais, de signos ou de símbolos construídos pela inteligência humana com o propósito de dar eficácia ao processo de comunicação. Sinais, signos e símbolos são instrumentos que a informação utiliza para se realizar como um objeto do pensamento. E esses sinais, signos e símbolos, em sendo resultado de produção histórica para comunicar a informação proporcionam impactos, sobretudo, na produção social e econômica, por isso, competem entre si e também se distinguem em sua visualidade conforme a origem do grupo humano que lhe formulou. Dessa distinção, se sabe claramente pelas diferenças visíveis entre os caracteres mandarins, árabes, latinos, etc. com seus distintos níveis de dificuldades para decodificação, exigindo do leitor o letramento necessário para ‘receber’ a informação que carregam, quando organizados em unidades linguísticas sob o plano sintático e semântico. (SOUZA, 2011, p. 130).

Desse modo, fica visível o papel social da informação e de seus usos nas várias operações humanas. Isso evidencia a possibilidade de investigar a leitura em Fortaleza nos oitocentos como uma forma de estabelecer um regime informacional através de várias formas de mediação cultural, e aqui se insere a própria mediação da informação, para que se possa colonizar o imaginário daquela época estabelecendo um projeto civilizatório que busca no discurso da erudição e das luzes estabelecer o progresso social e a manutenção de uma elite nas esferas políticas de poder.

O estabelecimento da informação como objeto da ciência da informação e esta figurando dentro do campo das ciências sociais, evidencia, ainda mais, o caráter interdisciplinar e poliepistemológico da CI e, conseqüentemente, da própria informação. Como fenômeno, a informação perpassa as complexidades das operações de comunicação, das relações e práticas sociais nos contextos culturais, além dos processos informacionais de busca, assimilação, produção e disseminação.

Buscou-se aqui traçar um panorama epistemológico e pragmático da noção de informação e seu campo de estudo, com o intuito de enlaçar o conceito de informação com os estudos da leitura, uma vez que essa pode ser entendida na ótica das práticas informacionais, da mediação e das dinâmicas de uma cultura informacional.

É na relação de produção de sentidos, que a informação e a leitura se enlaçam. Tendo compreendido as nuances do fenômeno informação é preciso que agora se entenda a leitura como fenômeno informacional que estabelece ramificações na cultura e sociedade, procurando contribuir com o entendimento e construção do mundo pelos sujeitos que, através da leitura, se informam e organizam seus cotidianos.

2.4 As rotas de um fenômeno plural: a leitura

É possível traçar similaridades entre informação e leitura, uma vez considerada como uma prática informacional. Como visto anteriormente, a leitura toma seu espaço na dinâmica do social e da construção da realidade.

No campo da Ciência da informação, é senso comum atribuir os estudos da leitura à disciplina da biblioteconomia que, historicamente, carrega a herança da cultura do livro, erudição e das práticas leitoras e da formação de leitores. Além disso, se destacam as áreas dos Estudos de comunidades, usos e usuários da informação, a da mediação da informação e leitura, das práticas informacionais e de competência em informação que, no bojo de suas

pesquisas, tratam direta ou indiretamente da temática da leitura e ‘apropriação da informação’.

É possível inferir, baseado em uma observação pragmática, que os currículos dos cursos brasileiros de biblioteconomia, arquivologia, museologia e áreas afins trazem em suas grades curriculares disciplinas como teoria e prática da leitura, mediação da leitura e semelhantes, baseado em uma observação pragmática.

É interessante ressaltar que o estudo sobre a leitura tem seu espaço na CI, bastando lembrar os estudos, ainda que em uma abordagem quantitativa, que as bibliotecas americanas realizavam na década de 1950, para realizar estimativas de empréstimos e de preferências leitoras. Mas afinal, o que é a leitura?

Primeiro, é necessário dizer que a leitura é uma prática da linguagem e é entendida aqui, a linguagem em sua forma mais simples, como sendo: um sistema de comunicação, conjunto de signos, símbolos e sinais que ordenam arbitrariamente o mundo. A linguagem sempre será plural, talvez só se torne, ou se aproxime de ser singular ao transformar-se em língua, mas mesmo a língua ditando uma particularidade, ela continua plural, pois, em sua essência, ainda é linguagem e sempre estará sujeita a ressignificações, pois a língua é viva.

Desse modo, a leitura como prática da linguagem é porta de entrada para a interpretação da realidade e a assimilação da informação. A prática leitora é simultaneamente prática informacional e de linguagem, pois está a valer-se de interpretações.

A linguagem tem sua origem e encontra sua referência primária na vida cotidiana, referindo-se sobretudo à realidade que experimento na consciência em estado de vigília, que é dominada por motivos pragmáticos (isto é, o aglomerado de significados diretamente referentes a ações presentes ou futuras) e que partilho com outros de uma maneira suposta evidente. [...]. Sendo um sistema de sinais a linguagem tem a qualidade da objetividade. Encontro a linguagem como uma facticidade externa a mim, exercendo efeitos coercitivos sobre mim. A linguagem força-me a entrar em seus padrões. Não posso usar as regras da sintaxe alemã quando falo inglês. [...]. A linguagem me fornece a imediata possibilidade de contínua objetivação de minha experiência em desenvolvimento. Em outras palavras, a linguagem é flexivelmente expansível, de modo que me permite objetivar um grande número de experiências que encontro em meu caminho no curso da vida. A linguagem também tipifica as experiências, permitindo-me agrupá-las em amplas categorias, em termos das quais tem sentido não somente para mim, mas também para meus semelhantes. Ao mesmo tempo em que tipifica também torna anônimas as experiências, pois as experiências tipificadas podem em princípio ser repetidas por qualquer pessoa incluída na categoria em questão. [...]. Desta maneira, minhas experiências biográficas estão reunidas em ordens gerais de significados, objetiva e subjetivamente reais. (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 58-59).

Fruto do cotidiano, a linguagem rompe a barreira entre subjetivo e objetivo, uma vez que, como sistema de comunicação, tem a capacidade de transmitir, por meio dos múltiplos sentidos, uma informação, traduzindo os mundos ao redor.

Devido a esta capacidade de transcender o ‘aqui e agora’, a linguagem estabelece pontes entre diferentes zonas dentro da realidade da vida cotidiana e as integra em uma totalidade dotada de sentido. As transcendências têm dimensões espaciais, temporais e sociais. Por meio da linguagem posso transcender o hiato entre minha área de atuação e a do outro, posso sincronizar minha sequência biográfica temporal com a dele, e posso conversar com ele a respeito de indivíduos e coletividades com os quais não estamos agora em interação face a face. Como resultado destas transcendências, a linguagem é capaz de ‘tornar presente’ uma grande variedade de objetos que estão espacial, temporal e socialmente ausentes do ‘aqui e agora’. Ipso facto uma vasta acumulação de experiências e significações podem ser objetivadas no ‘aqui e agora’. Dito de maneira simples, por meio da linguagem um mundo inteiro pode ser atualizado em qualquer momento. Este poder que a linguagem tem de transcender e integrar conserva-se mesmo quando não estou realmente conversando com outra pessoa. Mediante a objetivação linguística, mesmo quando estou “falando comigo mesmo” no pensamento solitário um mundo inteiro pode apresentar-se a mim a qualquer momento. No que diz respeito as relações sociais a linguagem ‘torna presente’ a mim não somente os semelhantes que estão fisicamente ausentes no momento, mas indivíduos no passado lembrado ou reconstituído, assim como outros projetados como figuras imaginárias no futuro. Todas estas ‘presenças’ podem ser altamente dotadas de sentido, evidentemente, na continua realidade da vida cotidiana. (BERGER, LUCKMANN, 1987, p. 59-60).

A mesma transcendência espaço-temporal parece compartilhar a memória e a leitura, uma vez que a primeira está a nos recordar e a tornar o passado presente e a segunda tem a capacidade de remeter sensações e nos causar experiências sem nos deslocar no espaço e tempo. É preciso, portanto, entender “[...] a linguagem não como um sistema fechado, a partir da categoria de decodificação de sentidos, mas como um movimento dialógico, onde a compreensão de interlocução acontecerá como resultado da interpretação e da negociação entre sujeitos sociais” (LEIRO, 2005, p. 17).

Essa negociação entre os sujeitos tem o sentido da dinâmica de produção de sentidos que também compartilha o espaço com os objetivos da leitura, que almejam a construção de algo, seja na implementação do repertório de informações de cada indivíduo, seja na ação prática de realizar alguma tarefa cotidiana.

A linguagem, como conjunto de signos que proporciona a comunicação de algo, remete às questões da alfabetização e do letramento. Esses conceitos, de maneira fluida, se relacionam com a leitura e o livro, e esse figura como objeto cultural que representa o ato de ler.

Em linhas gerais, a alfabetização é identificada como a capacidade de decodificação, pelos sujeitos do código linguístico e, conseqüentemente, ligada a essa

habilidade está a capacidade de ler e escrever. O letramento, segundo Freire e Barbosa (2011, p. 57):

[...] o termo letramento surgiu do conceito de alfabetização. Quando esta não dava mais conta das demandas sociais, ou seja, quando se percebeu que alfabetizar, no sentido de conhecer o código linguístico e fazer uso rudimentar deste não era suficiente para inserir o sujeito em sociedade, dando a plenitude de seus direitos, outro termo foi criado com o objetivo de designar a utilização das habilidades de leitura e escrita: letramento. (FREIRE; BARBOSA, 2011, p. 57).

Da incapacidade do alfabetizar e fazer com que os indivíduos façam relações com o que liam e seus conceitos, surge o termo letramento. Não basta decodificar o código linguístico, é preciso entender o que se está decodificando, sendo necessária a efetiva interpretação e produção de sentido advindo da leitura. Assim, letramento pode ser configurado como:

O estado ou a condição de quem interage com diferentes portadores de leitura e de escrita, com diferentes gêneros de leitura e de escrita, com as diferentes funções que a leitura e a escrita desempenham na nossa vida. Enfim: letramento é o estado ou a condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e de escrita. (SOARES, 2009, p. 44).

Evocando a dinâmica das práticas sociais, o letramento vem resgatar na alfabetização a capacidade de produção de sentido pelos sujeitos. O aprender a ler, o alfabetizar e letrar devem contemplar os contextos socioculturais nos quais os sujeitos estão inseridos. Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, “Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de tudo, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade”. (FREIRE, 1989, p.7).

Essa dimensão social reclamada pelo letramento nada mais é do que, “[...] à maneira como os sujeitos participam de um conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita”. (FREIRE; BARBOSA, 2011, p. 60).

Escrever é outra prática atrelada à leitura, uma vez que o leitor se apropria dos sentidos aprisionados pelas palavras registradas nos mais variados suportes de registro do conhecimento. “A escrita constitui uma codificação da linguagem oral, única forma da língua que é “natural”, no sentido de que sua utilização na produção do discurso não requer nenhum procedimento de instrução ou educação”. (BRESSION, 2011, p. 25).

A escrita é considerada, portanto, como uma das mais antigas tecnologias criadas pelo homem, a fim de dominar a linguagem, para que essa auxiliasse em sua organização da

realidade. Uma vez aprisionada sob o código linguístico, a linguagem é normatizada, facilitando a apreensão de sentidos pelos sujeitos, pois a linguagem em liberdade, aquela apreendida pela oralidade, não precisa, necessária e explicitamente, ser organizada e socialmente dirigida (BRESSION, 2011, p. 25).

O que se deseja dizer é que a linguagem, em seu estado natural, não atende às regras e normatizações características da escrita, do código que, conseqüentemente ditara ordens sobre a leitura.

O mesmo não ocorre em relação à escrita e à leitura, que não podem ser objetos de um procedimento espontâneo de aquisição: trata-se aí, necessariamente, de práticas sociais instituídas em que o simples contato com os escritos e a observação das leituras, silenciosas ou não, não são suficientes para a transmissão. A passagem da forma oral, primitiva da língua a uma forma gráfica codificada nunca é imediata [...] (BRESSION, 2011, p. 26).

Ou seja, mesmo podendo evocar a figura do autodidata, que pode burlar essa incapacidade de aprender sozinho pelo seu próprio esforço, não se pode aplicar a mesma experiência a todas as pessoas. A escrita e a leitura do código escrito são aprendidas socialmente, comumente pela escola, instituição responsável pelo ensino e popularização do saber.

As possibilidades de abordar os estudos da leitura são múltiplas, portanto, é adotada aqui a perspectiva de uma leitura feita por sujeitos alfabetizados e letrados, aqueles que privilegiam a decodificação e interpretação das letras, pois é o que caracteriza o grupo de leitores aqui analisados sob o recorte temporal do século XIX.

Retoma-se essa questão, pois a leitura vai muito além do apenas interpretar a letra. Em diferentes perspectivas, os analfabetos também lêem talvez não a letra, mas o mundo ao seu redor, a natureza, a expressão das pessoas, operações essas que também são ações de leitura.

[...] em si, o ato de leitura, de modo geral, pode ser descrito como neutro: decodificação de um grafismo, tendo em vista a coleta de uma informação. Ora, em certos casos (que é preciso definir), a leitura deixa de ser unicamente decodagem e informação. Somam-se a isto e, em casos externos em substituição, elementos não informativos, que têm a propriedade de propiciar prazer, o qual emana de um laço pessoal estabelecido entre o leitor que lê e o texto como tal. Para o leitor, esse prazer constitui o critério principal, muitas vezes único, de poeticidade (literariedade). Com efeito, pode-se dizer que um discurso se torna de fato realidade poética (literária) na e pela leitura que é praticada por tal indivíduo. (ZUMTHOR, 2000, p.29-30).

A neutralidade de tal ato se limita, até certo ponto, à decodificação, a partir do momento em que o leitor se vale de seu repertório individual e de seu contexto sociocultural

para se informar de algo. Assim, ele já entra na esfera plural e multifacetada de uma leitura, além da decodificação das letras.

De fato, a atividade leitora apresenta, ao contrário, todos os traços de uma produção silenciosa: flutuação através da página, metamorfose do texto pelo olho que viaja, improvisação e expectativa de significados induzidos de certas palavras, intersecções de espaços escritos, dança efêmera. Mas incapaz de fazer um estoque (salvo se escreve ou ‘registra’), o leitor não se garante contra o gasto do tempo (ele se esquece lendo e esquece o que já leu) a não ser pela compra do objeto (livro, imagem) que é apenas o ersatz (o resíduo ou a promessa) de instantes ‘perdidos’ na leitura. Ele insinua as astúcias do prazer e de uma reapropriação no texto do outro: aí vai caçar, ali é transportado, ali se faz plural como os ruídos do corpo. Astúcia, metáfora, combinatória, esta produção é igualmente uma ‘invenção’ de memória. Faz das palavras as soluções de histórias mudas. O legível se transforma em memorável: [...]; o espectador lê a paisagem de sua infância na reportagem de atualidades. A fina película do escrito se torna um remover de camadas, um jogo de espaços. Um mundo diferente (o do leitor) se introduz no lugar do autor. (CERTEAU, 2013, p.48).

Ler é produzir sentido. É atividade para além da página escrita, pois vai ao encontro das possibilidades leitoras dos possibilitadas pelos sentidos. Está relacionada aos usos e apropriação da informação e à própria dinâmica sociocultural de construir realidades.

[...] o ato de ler é usualmente relacionado com a escrita, e o leitor visto como decodificador da letra. Bastará, porém, decifrar palavras para acontecer a leitura? Como explicaríamos as expressões de uso corrente ‘fazer a leitura’ de um gesto, de uma situação; ‘ler a mão’, ‘ler o olhar de alguém’; ‘ler o tempo’, “ler o espaço”, indicando que o ato de ler vai além da escrita? (MARTINS, 2006, p. 14).

Desse modo, assim como a informação, o ato de ler ultrapassa a objetividade e a subjetividade, a materialidade e a imaterialidade e é condição visceral para construir a realidade e viver em sociedade. Ler é viver, pois só vive quem sabe interpretar o ambiente em que está inserido.

De forma ampla, a leitura pode ser compreendida como uma atribuição de sentidos. Desse modo, pode ser utilizada tanto para a escrita como para a oralidade, pois existe a possibilidade de leitura frente a qualquer forma simbólica. Na chamada Sociedade da Informação, precisamos da leitura para acessar as informações do nosso cotidiano, seja na rua, olhando muros, outdoors e cartazes, nas placas, nos impressos publicitários, no jornal, na televisão e internet. E também para ler uma revista em casa ou na sala de espera do consultório do dentista, um livro na biblioteca, uma bula de remédio ou uma receita médica, um e-mail, esse conhecimento é importante não apenas para o mundo do trabalho, mas para a vida de cada um. Assim, a leitura é uma prática social que nos ocorre mais diversos lugares e em que é preciso atribuir sentidos à informação com a qual se interage. (GUARALDO, 2013, p. 55).

A leitura, como já visto anteriormente, é produção de sentido, porque além de produzir é também possibilitada pelos sentidos. Audição, tato, paladar, olfato e visão são a

porta de entrada para a interpretação do mundo ao redor e da decodificação da letra e do código linguístico. Além disso, o ato de ler tem sua importância, muito antes da chamada sociedade da informação. Desde o seu nascimento, a leitura como prática social tem sua importância no viver em sociedade, uma vez que o analfabeto é privado de exercer plenamente sua cidadania.

Essa privação ocasionada pelo não saber ler e escrever está relacionada ao exercício de atividades cotidianas, como o abrir uma conta no banco, exercer funções de trabalho que exigem o mínimo da atividade de decodificar a letra, a exemplo, entregar uma carta a alguém, que exige, pelo menos, conhecer o nome do destinatário. Ainda que de modo pragmático, em um mundo do escrito, saber ler e escrever é condição de não exclusão social.

A leitura pode ser associada à interpretação de discursos, entendido aqui como o texto registrado ou enunciado pela voz, ou ainda, aquele feito por uma performance artística. Fazendo analogias, é válido retomar os estudos de Foucault (2010) sobre a ordem dos discursos nos quais, em linhas gerais, o discurso nada mais é do que um desejo, uma vontade de verdade e nessa vontade se estabelecem relações de poder sobre as audiências.

Foi estabelecido, então, que nas operações de produção de um texto e de sua assimilação pela leitura, estão implícitas relações de poder expressas nos desejos e vontades de verdade.

Ora, essa vontade de verdade, [...], apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 2010, p. 17).

Os ordenamentos sociais cotidianos, a todo instante, são enunciados, seja em um livro, nas práticas educacionais de ensino da leitura e escrita, perpetuando, assim, desejos de poder, e como integrante dessas práticas, a leitura não fica fora dessa dinâmica.

Esses ordenamentos sociais e suas inferências na produção de sentido pelos leitores são importantes mecanismos nos estabelecimentos de domínios discursivos ou regimes de informação, como aqueles referenciados por Frohmann (1995). Isso pode ser verificado nas práticas leitoras do século XIX estabelecidas em Fortaleza pelas instituições de leitura local. Principalmente por tratar-se do Ceará na época, de uma terra de poucos letrados.

Outro fator que se destaca ao abordar o tema da leitura é sua intrínseca relação com o livro. Esse foi, historicamente, eleito como o suporte preferencial da leitura, como

produto cultural, detentor do conhecimento, uma vez que está impregnado de desejos de poder e sua imposição como verdade se efetiva na relação entre o texto e o leitor, no exercício da própria leitura.

No século XVII, a ideologia das luzes queria que o livro fosse capaz de reformar a sociedade, que a vulgarização escolar transformasse os hábitos e costumes, que uma elite tivesse com seus produtos, se a sua difusão cobrisse todo o território, o poder de remodelar toda a nação. Este mito da Educação inscreveu uma teoria do consumo nas estruturas da política cultural. Sem dúvida, pela lógica do desenvolvimento técnico e econômico que mobilizava, essa política foi levada até ao sistema atual que inverte a ideologia ontem preocupada em difundir as ‘luzes’. Os meios de difusão agora ganham a primazia sobre as ideias veiculadas. O meio toma lugar da mensagem. Os procedimentos ‘pedagógicos’, com base na rede escolar, se desenvolveram a tal ponto de abandonar como inútil ou quebrar o ‘corpo’ professoral que os aperfeiçoou durante dois séculos: hoje compõe o aparelho que, cumprindo o sonho antigo de enquadrar todos os cidadãos e cada um em particular, destrói aos poucos a finalidade, as convicções e instituições escolares das luzes. Em suma, tudo se passa na educação como se a forma de implanta-la tecnicamente se houvesse realizado desmesuradamente, eliminando o conteúdo que lhe dava a possibilidade de ser e, desde então, perde a sua utilidade social. Mas no decorrer de toda essa evolução, a ideia de uma produção da sociedade por um sistema ‘escriturístico’ não cessou de ter como corolário a convicção de que, com mais ou menos resistência, o público é moldado pelo escrito (verbal ou icônico), torna-se semelhante ao que recebe, enfim, deixa-se imprimir pelo texto e como o texto que lhe é imposto. (CERTEAU, 2013, p.237-238).

A prensa de Gutenberg e o movimento iluminista no século XVII contribuíram com a primazia do livro como produto cultural e objeto de leitura, mas a história do livro absorve todas as influências culturais da história das civilizações e suas formas de registrar o saber. Segundo Chartier (1999, p. 18):

Essa encarnação do texto numa materialidade específica carrega as diferentes interpretações, compreensões e usos de seus diferentes públicos. Isto quer dizer que é preciso ligar, uns com os outros, as perspectivas ou processos tradicionalmente separados. (CHARTIER, 1999, p. 18).

A materialidade da informação no livro nos remete ao cenário da cidade de Fortaleza no século XIX e aos usos que foram feitos pelo livro e práticas da leitura na cidade na época. A trama que estabelece essas relações leitoras liga leitores, suas interpretações e a construção de seu cotidiano.

De um lado, cada leitor, cada espectador, cada ouvinte produz uma apropriação inventiva da obra ou do texto que recebe. Aí temos que seguir Michel de Certeau, quando diz que o consumo cultural é, ele mesmo, uma produção – uma produção silenciosa, disseminada, anônima, mas uma produção. De outro lado, deve-se considerar o conjunto dos condicionamentos que derivam das formas particulares nas quais o texto é posto diante do olhar, da leitura ou da audição, ou das competências, convenções, códigos próprios à comunidade à qual pertence cada espectador ou cada leitor singular. (CHARTIER, 1999, p. 19).

A história da leitura perpassa pela história das mentalidades. Portanto como resume Chartier (1999) em sua “A aventura do livro”, o autor, o texto, o leitor, a leitura, os espaços destinados a leitura e o universo organizacional do impresso constituem além da história do livro parte da história das ideias.

Mais que um suporte, o livro carrega o que defende seu autor, que segundo Chartier (1999) era um sujeito desconhecido durante a idade média, pois se evitava colocar o nome em sua obra, usando às vezes de um pseudônimo, com justificativa, pois dependendo da temática de sua obra, o autor poderia ele ser condenado a morte pela censura do rei ou pela santa inquisição.

Outra figura que merece destaque na popularização do livro é o editor ou impressos que nos primeiros anos da invenção da imprensa faz o papel de distribuidor de livros.

O livreiro-editor dos séculos XVI, XVII ou XVIII define-se inicialmente pelo seu comércio. Ele vende, além dos livros que ele mesmo edita, aqueles que obtém por uma troca com seus colegas: ele lhes envia, em folhas não encadernadas, livros que editou e, em troca, recebe os livros dos outros. Pode possuir uma gráfica, ou então fazer com que uma gráfica trabalhe para ele. É, portanto, em torno da atividade de livraria que se organiza toda a atividade editorial. O que explica que algumas dessas livrarias, por proteção ou por posição, tenham podido dominar uma grande parte do mercado do livro. (CHARTIER, 1999, p. 53-54).

Como o mercado de impresso Europeu já se estabelece desde o século XVI ele garante sua hegemonia até o século XIX, sendo um dos principais fornecedores de livros para o Brasil. A própria rede de livrarias da cidade de Fortaleza nesse período é abastecida pela Europa como veremos na seção adiante.

Por fim, existe o próprio leitor, o caçador de significados descrito por Certeau, ou a seria mais bem descrito como a fera indomada e voraz a consumir sentidos e produzir vários outros. Do leitor silencioso da idade média, passando pelas leituras públicas e aqueles que liam em segredo as obras censuradas, o leitor vai ora se rebelando, ora obedecendo os costumes de sua época. No que tange ao século XIX, o leitor brasileiro tenta imitar as práticas leitoras europeias do século XVIII, como descreve Chartier (1999, p.78 -79): [...] no século XVIII, as sociedades de leitura, que tiveram muita importância na Alemanha das luzes. Menos desenvolvidas na França, eram numerosas na Inglaterra sob a forma de book clubs.

Sendo isso verificado no surgimento das várias agremiações e clubes de leitura que surgiram na capital cearense e na segunda metade dos oitocentos que popularizaram os

livros e os impressos na capital, assim como influenciaram a construção de um universo erudito.

A perpetuação desse objeto ocorreu, ainda, de forma mais eficiente pela escola e sua pedagogia dos livros didáticos. Além, disso, a própria dinâmica social refletia seus interesses normatizadores e de poder na produção livresca e editorial.

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2010, p. 8-9).

Isso também pode ser observado no panorama educacional de Fortaleza no fim do XIX. O estabelecimento do ato de ler é relacionado, portanto, com as vontades de poder de cada época e do relacionamento dos sujeitos com os produtos culturais produzidos em cada época e sociedades distintas.

Assim posto, nesta seção assumimos, que as práticas de informação e leitura demonstram que o uso dos meios de informação e comunicação nem sempre acompanham as inovações tecnológicas, pois está relacionado ao contexto histórico e social. Inserido nas práticas de informação e leitura, o uso implica uma dimensão social e cultural, mas também uma relação com o objeto [...] (GUARAUDO, 2013, p. 57).

É preciso que se entenda que a veiculação de ideias, seja por um livro ou outro objeto de leitura, é capaz de mudar a visão de uma época, de provocar transformações sociais, pois, “[...] por meio de um livro se pode transformar a visão do mundo social e, através da visão de mundo, transformar também o próprio mundo social (BOURDIEU; CHARTIER, 2011, p. 243). Nesse sentido, a leitura, como prática social, se insere no rol das atividades cotidianas, de interpretação e organização dos indivíduos.

A leitura é experiência concreta, que comporta práticas, saberes, leitores, sujeitos na vida cotidiana, e também informações que descrevem essa experiência. A vida cotidiana é a vida que todos vivem, sem exceção, é a vida de todos nós. Sendo a vida do homem inteiro, com todos os aspectos da sua individualidade e personalidade, coloca em funcionamento os seus sentidos, capacidades intelectuais e habilidades, sentimentos, paixões, ideias e ideologias. E como toda capacidade está em funcionamento na vida cotidiana, isto significa que nenhuma delas se realiza com toda sua intensidade. (HELLER, 2008 *apud* GUARAUDO, 2013, p. 57).

A leitura também pode ser configurada como uma forma de mediação, uma vez que o estabelecimento de relações entre o texto e quem o lê se dá de forma dialógica, ou seja, reclama uma mediação.

As práticas de informação e leitura são as ações nas quais se apropriando da informação, o leitor estabelece uma relação com o texto e o contexto, na qual se constitui não somente um sujeito leitor e um sentido, mas outros sujeitos, como o autor e outros possíveis leitores, a ideologia e a cultura de seus participantes. Compreendemos, portanto, a prática de leitura como uma mediação entre produtores e leitores situados na cultura, sendo relacional e segmentada, já que se refere a determinados grupos sociais em um contexto específico. Sendo prática social, a leitura implica materialidade (história), formatos diversos e usos diferenciados que são feitos dos textos, além da situação social e histórica, as instituições, a circulação, o acesso e o uso dos meios e a apropriação da informação. Daí que é preciso pensar quem lê, o que se lê, quando e como se lê e em qual contexto, porque a leitura é ao mesmo tempo um efeito e uma produção de sentidos por um sujeito leitor. (GUARAUDE, 2013, p. 60).

Mediar tem também por finalidade a produção de sentidos; se essa ação fica implícita no ato de ler, é porque se confunde com o próprio objetivo da leitura, a promoção de uma compreensão, e compreender é gerar sentido também.

O ato de ler é um ato da sensibilidade e da inteligência, de compreensão e de comunhão com o mundo; lendo, expandimos o estar no mundo, alcançamos esferas do conhecimento antes não experimentadas e, no dizer de Aristóteles, nos comovemos catarticamente e ampliamos a condição humana. (YUNES, 1995, p. 177).

Por fim, ainda é preciso abordar a memória como uma evocação da leitura. Uma vez que os sujeitos, através da leitura, se deparam com as mais diversas visões do mundo pelo recorte temporal em que cada texto foi produzido. As tramas mnemônicas, ao serem descortinadas pela leitura, revelam o passado, atualizam o presente e possibilitam o planejamento do futuro.

2.4.1 Tramas mnemônicas

O enveredar pelos caminhos leitores de uma cidade, no caso Fortaleza, na segunda metade do século XIX, traz à tona a necessidade de compreender os traçados da memória. Essa urgência se faz necessária, uma vez que como seres históricos, os sujeitos, precisam se adequar aos ditames sociais de cada época e de cada cultura. Falar de leitura é, portanto, remeter simultaneamente a memórias coletivas e individuais, assim como a questões da formação da própria identidade dos sujeitos e de um povo.

O estudo da memória, inicialmente, pode ser compreendido pela sua acepção mitológica das civilizações da antiguidade, como a grega e a romana, que tinham a memória como uma divindade em seu panteão de deuses.

É possível encontrar referências à Memória na Mitologia da Grécia Antiga. A obra de Hesíodo, a Teogonia, que trata da genealogia dos Deuses, conta que a Memória era filha de Urano (o céu) e de Gaia (a terra), além de ser irmã de Cronos (o tempo). Chamada de Mnémossine, era uma titânia, deusa primordial. Conta o mito que era muito temida por todos, uma vez que tinha a capacidade de causar o esquecimento. Dentre as várias histórias envolvendo a Mnémossine, em uma delas, Zeus ao destronar seu pai, Cronos, deitou-se com Mnemosine por nove noites, dando origem a nove entidades, as Musas, proclamadoras de glórias, a cantar o presente, passado e futuro.

A origem mítica da memória remete a muitas interpretações, pois ao ser filha do céu e da terra, é passiva à existência da esfera humana, tendo, além disso, o tempo como irmão ela está sempre a par do fluxo histórico. Mostra, ainda, o seu poder de traçar destinos, uma vez que tem como filhas as Musas, fato que implica o poder narrativo de perpetuar a história, organizar informação e conhecimento e ser detentora do poder implícito nos discursos.

Com ligação direta aos fenômenos humanos, a memória, pode ser compreendida “[...] como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p. 366).

A forma como se atualizam essas informações se relaciona aos processos cognitivos de rememoração, recordação e esquecimento, ao acesso ao passado pelo que se chama ‘materialização de lembranças’, coisificação de experiências ou informações – remetendo, novamente, ao conceito cunhado por Buckland (1991) de ‘informação como coisa’ – É uma capacidade inerente à memória e à informação de materializar-se e facilitar o acesso a essas informações ou lembranças. É também uma atividade de reconstituição histórica, como a defendida por Connerton (1993), que vem a servir de base para a ritualização das memórias de um povo.

Como guardiã do tempo e de suas realidades, a memória, não segue a lógica temporal do tempo físico que é linear e, nesse movimento, não retém nada, apagando os instantes. O tempo mnemônico é de outra ordem, é um eterno devir, teima em perpetuar-se na matéria e, nas palavras de Bergson, citado por Schöpke (2009), seria o próprio élan vital, a própria vida a tecer-se sobre narrativas.

Se Bergson diz, contrariando a tese einsteiniana, que existe um tempo único e universal, não é porque ele concorde com aquele tempo abstrato de Newton, que passa e apaga os instantes anteriores, sem se conservar jamais. A este ele chama de

ilusório (e nós) também, como já dissemos. O tempo ali é defendido, como duração em si, desvencilhada de toda matéria. O misto se desfez. O tempo puro não passa, dura, porque passar é apagar o que passou e isso é o mesmo que dizer que não existe o tempo. Mas o tempo é memória, é colagem dos instantes, assim como duração interior é a colagem das lembranças. É um instante que não pode morrer, mas que que se conserva num passado, que tem de existir em si, ou então seria apenas psicológico. O passado em si é a dimensão real do tempo, mais do que o presente ou o futuro, porque o ser é memória. O presente é um instante, mas o ser é o prolongamento do passado no presente, é a insistência da vida que se materializa no seio do caos material. Também aqui somos bergsonistas, porque – num certo sentido – também defendemos uma memória do mundo que se conserva, a única questão é que ela se conserva na própria matéria. A matéria inventou uma maneira de permanecer, de se perpetuar, de ‘continuar’. (SCHÖPKE, 2009, p. 239-240).

Sem memória, o homem estaria fadado à repetição de erros, à ignorância, a uma estagnação evolutiva que impediria o nascimento do mundo como se tem atualmente. Sendo necessário recordar, para tanto, são criados os registros do conhecimento e outras formas de perpetuar as experiências e marcas no mundo.

Nessa perspectiva, a memória materializa-se, onde se torna necessário remeter à história dos suportes de registro do conhecimento, do surgimento da escrita, passando pelas tabuletas de argila da Antiguidade, até a popularização do papel e do códex. Isso evidencia a passagem de uma memória oral, biológica, na concepção de Eco (2010), pois é aquela memória que passa, hereditariamente, pela tradição.

[...] com a invenção da escrita, assistimos ao nascimento de uma memória mineral. Digo mineral porque os primeiros signos foram gravados em tabuinhas ou esculpidos sobre a pedra; porque faz parte da memória mineral também a arquitetura, visto que, das pirâmides egípcias a catedrais góticas, o templo era também um registro de números sacros, de cálculos matemáticos, e por intermédio de suas imagens ou de suas pinturas transmitia histórias, ensinamentos morais; em suma, constituía, como também já foi dito, uma enciclopédia em pedra. (ECO, 2010, p.14).

Essa memória mineral que Eco (2010) associa à arquitetura, também se faz presente, atualmente, nos suportes eletrônicos de registro do conhecimento. Os componentes minerais são a matéria prima para construção dos circuitos de computadores, celulares e outros eletrônicos.

Nessa evolução dos suportes de registro da memória, surge uma terceira memória, para além daquela biológica e mineral, tida como vegetal. Segundo Eco (2010, p. 15):

[...] nasceu pouco a pouco o terceiro tipo de memória, que decidi denominar vegetal porque, embora o pergaminho fosse feito com peles de animais, o papiro era vegetal e, com o advento do papel (desde o século XII), produzem-se livros com trapos de linho, cânhamo e algodão – e por fim a etimologia tanto de biblos como de liber remete à casca da árvore. (ECO, 2010, p. 15).

Desse modo, o caminhar pela evolução dos registros da memória evidencia a inserção desse fenômeno ao da informação, uma vez que, se decompostas, as memórias são consideradas como conjuntos de informação. Em uma perspectiva idenitária, é possível recorrer aos estudos de Candau (2011) sobre memória e identidade, onde:

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. (CANDAU, 2011, p. 16).

Os usos que se fazem das memórias registradas em relação às memórias pessoais e às memórias de outros sujeitos, exercem uma função formadora do próprio sujeito. Ainda segundo Candau (2011, p.18): “a memória é a identidade em ação. [...] o jogo da memória que vem fundar a identidade é necessariamente feito de lembranças e esquecimento.”

Como rememorar remete a uma ação, sob a ótica das atividades em sociedade, o rememorar acontece diariamente, como nas conversas com o outro ou no próprio ato de leitura. Assim, o coletivo exerce influência na construção de memórias coletivas e o inverso também acontece.

Há nessa dinâmica entre o indivíduo e o coletivo na constituição de uma memória e, conseqüentemente, de uma identidade na concepção de que, segundo Halbwachs (1990), a memória individual só é possível pela memória coletiva, uma vez que essa última é uma coletânea de memórias individuais. Uma define, portanto, e ampara a outra.

[...] a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. Não é menos verdade que não nos lembramos senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela é limitada muito estreitamente no espaço e no tempo. (HALBWACHS, 1990, p. 36).

Do mesmo modo, a memória coletiva também se realiza pelas temporalidades de uma época e está sempre a evocar as memórias individuais dos sujeitos. Ainda, segundo Halbwachs (1990, p. 37):

A memória coletiva o é também: mas esses limites não são os mesmos. Eles podem ser mais restritos, bem mais remotos também. Durante o curso de minha vida, o grupo nacional de que eu fazia parte foi o teatro de um certo número de

acontecimentos, dos quais digo que me lembro, mas que não conheci a não ser pelos jornais ou pelos depoimentos daqueles que deles participaram diretamente. Eles ocupam um lugar na memória da nação. Porém eu mesmo não os assisti. Quando eu os evoco, sou obrigado a confiar inteiramente na memória dos outros, que não vem aqui completar ou fortalecer a minha, mas que é a única fonte daquilo que eu quero repetir. Muitas vezes não os conheço melhor, nem de outro modo, do que os acontecimentos antigos que ocorreram antes de meu nascimento. Carrego comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso ampliar pela conversação ou pela leitura. Mas é uma memória emprestada e que não é minha. No pensamento nacional, esses acontecimentos deixaram um traço profundo, não somente porque as instituições foram modificadas, mas porque a tradição nelas subsiste muito viva em tal ou qual região do grupo, partido político, província, classe profissional ou mesmo em tal ou qual família; e em certos homens que delas conheceram pessoalmente as testemunhas. Para mim, são noções, símbolos; eles se apresentam a mim sob uma forma mais ou menos popular; posso imaginá-los; é-me quase impossível lembrá-los. Por uma parte de minha personalidade, estou engajado no grupo, de modo que nada do que nele ocorre, enquanto dele faço parte, nada daquilo que o preocupou e transformou antes de que nele entrasse me é completamente estranho. Mas se eu quiser reconstituir em sua integridade a lembrança de um tal acontecimento, seria necessário que eu juntasse todas as reproduções deformadas e parciais de que é o objeto entre todos os membros do grupo. Pelo contrário, minhas lembranças pessoais são inteiramente minhas, estão inteiramente em mim. (HALBWACHS, 1990, p. 37).

Em resumo, o entendimento de uma memória puramente individual sempre irá remeter a um aspecto da memória do grupo ao qual se pertence, pois se estabeleceram relações com o ambiente e com as pessoas que integram esse grupo, ao mesmo tempo em que, ao remeter a memória do coletivo, eu estaria a reclamar as visões sobre os fatos que aconteceram nesse grupo, pela ótica dos seus componentes. Em síntese:

Seria o caso, então, de distinguir duas memórias, que chamaríamos, se o quisermos, a uma interior ou interna, a outra exterior; ou então a uma memória pessoal, a outra memória social. Diríamos mais exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso. (HALBWACHS, 1990, P. 37).

A memória, coletiva ou individual, permite, portanto, que os traços de identidade e diferenciação cultural sejam perpetuados, uma vez, que os traços culturais singulares são preservados na memória coletiva e individual.

Assim, os estudos mnemônicos evidenciam as características sociais e as formas de assimilação, produção e disseminação do conhecimento pelas civilizações permeadas sempre pelo espaço e tempo vivenciados pelas pessoas.

Na perspectiva da Ciência da Informação, contudo, a memória é percebida como ato de armazenamento e preservação de informação tanto para a sociedade atual quanto para as do porvir. Desse modo, enquanto a memória histórica alude ao passado, ao

que foi feito ou dito, a memória, para o presente campo de estudos, é projetada para o futuro, ou seja, para o que está sendo feito ou precisa ser feito, objetivando a preservação e a disseminação de informação. (GALINDO, 2012, p. 213).

É evidente a associação de memória com informação na própria CI, levando em consideração os aspectos de preservação e disseminação da informação. A leitura entra nesse bojo, uma vez que a memória pode ser decomposta em narrativas que, somente pelos processos comunicacionais da linguagem, como a leitura, podem ser acessadas pelas pessoas.

A memória ressignifica a leitura, enquanto a leitura remete a sensações e a evocação de lembranças. O que se quer dizer é que o ato mnemônico, constituinte de identidade, age sobre a leitura mediando o texto através do repertório informacional de cada sujeito relacionando-o com as informações obtidas no momento da interpretação do escrito. Do mesmo modo, o conteúdo escrito pode remeter às memórias individuais armazenadas.

Ao se trabalhar com a noção de memória, que se entrelace com a materialidade da informação, a constituição de traços identitários e as práticas leitoras – uma vez que se acessam as narrativas mnemônicas pela leitura –, também se evoca a noção de imaginário.

Uma vez que o imaginário remete à constituição de tradições e culturas de uma coletividade e ao se investigar, aqui, um grupo de leitores que são tidos como fundadores de uma tradição literária e leitora, o entendimento do imaginário serve de base para a compreensão dessa cultura leitora, em construção na ótica dos referidos grupos leitores.

2.4.2 Fragmentos da realidade: o imaginário

As características que definem um povo estão calcadas na construção de seus imaginários. Como conjunto de tradições, lendas ou mitos, o imaginário agrega as pessoas pela simples partilha de memórias e experiências, dando caráter identitário aos povos. Segundo Wunenburger (2003, p. 7), a conceituação primária de imaginário pode ser compreendida:

Nos usos correntes do vocabulário das letras e das ciências humanas, o termo ‘imaginário’, como substantivo, remete a um conjunto bastante flexível de componentes. Fantasia, lembrança, devaneio, sonho, crença não verificável, mito, romance, ficção são várias expressões do imaginário de um homem ou de uma cultura. É possível falar do imaginário de um indivíduo, mas também do de um povo, expresso no conjunto de suas obras e crenças. Fazem parte do imaginário as concepções pré-científicas, a ficção científica, as crenças religiosas, as produções artísticas que inventam outras realidades (pintura não-realista, romance etc.), as ficções políticas, os estereótipos e preconceitos sociais etc. (WUNENBURGER, 2003, p. 7).

Novamente depara-se com o objetivo e o subjetivo, o irreal e o real, cuja materialidade e imaterialidade se opõem e se complementam. Assim como a informação, o imaginário possui características que reverberam do real ao simbólico e estruturam as complexas teias culturais dos povos.

Como visto, a concepção de imaginário também pode remeter ao fantasioso e ao ficcional, ao universo do lúdico ao qual muitas civilizações recorreram para a constituição de mitos na tentativa de explicar a realidade.

Conviremos, portanto, em denominar imaginário um conjunto de produções, mentais ou materializadas em obras, com base em imagens visuais (quadro, desenho, fotografia) e linguísticas (metáfora, símbolo, relato), formando conjuntos coerentes e dinâmicos, referentes a uma função simbólica no sentido de um ajuste de sentidos próprios e figurados. (WUNENBURGER, 2003, p. 11).

A noção de imaginário trabalhada nesta pesquisa tem como referência a cultura, pois se pretende entender o imaginário de um povo a partir das suas leituras e produções intelectuais. Vale ressaltar que se vê, apenas, uma parcela desse imaginário uma vez que o recorte investigativo utilizado se detém sobre as instituições leitoras da capital cearense na segunda metade dos oitocentos, grupo que pode ser caracterizado como a nata intelectual e boémia da cidade, visto que a maioria tinha influência política e um padrão financeiramente estável ou elevado. Mergulhar no imaginário dessa época é entender as nuances da cultura informacional da cidade e das leituras e produções dos sujeitos, além de como esse imaginário influenciou a construção da realidade e das práticas leitoras da capital cearense.

É válido aqui indagar, ao se falar de imaginário, sobre: o que seria a realidade? Tida como o oposto do imaginário, ela não o é, pois, imaginário e real se complementam. Em linhas gerais, o real é: uma questão de interpretação.

Segundo Laplantine e Trindade (1997, p. 12): “o real é a interpretação que os homens atribuem a realidade.” O real existe a partir das ideias, dos signos e dos símbolos que são atribuídos à realidade percebida.

Interpretar o mundo é lê-lo, é atribuir significado às coisas. Os homens atribuem significados aos objetos. A ideia como representação mental de uma coisa concreta ou abstrata é considerada como elemento consciente do universo simbólico (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997, p.16) Assim como, ao materializar ou objetivar a ideia, ela passa a fazer parte do real e, até mesmo na esfera simbólica ela já é construto da realidade, uma vez que a

realidade mescla as duas esferas. Traçando similaridades, é possível dizer o mesmo da informação.

O simbólico se faz presente em toda a vida social na situação familiar, econômica, religiosa, política etc. Embora não esgotem todas as experiências sociais, pois em muitos casos essas são regidas por signos, os símbolos mobilizam de maneira afetiva as ações humanas e legitimam essas ações. A vida social é impossível, portanto, fora de uma rede simbólica. (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997, p.21).

Ao tecer a teia de significados que nos fala Geertz (2008), o homem também tece o seu cotidiano, uma vez que, como ser simbólico, o homem não pode ser separado desse espaço, que se faz sempre presente nos seus atos diários, desde a relação com o divino até aos ritos de calendário que organizam seu tempo e movimentam a roda da cultura.

As experiências cotidianas, [...], são permeadas de ritos. As homenagens a fatos históricos e míticos, os aniversários, velórios, cortejos fúnebres, casamentos e batizados religiosos são rituais de reatualização dos acontecimentos passados e de passagem de uma etapa da existência humana para outra. (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997, p.23).

O calendário traz, em seus dias, marcas culturais de um povo, o qual é evidenciado semelhanças e diferenças entre diferentes culturas. Além disso, são uma prova de que o homem necessita desse simbolismo para estruturar sua própria realidade.

Esses rituais diferem das simples cerimônias à medida que marcam em suas performances, as atitudes, sentimentos e mudanças significativas na vida social dos homens. Essas marcas de comportamento e os sentimentos de continuidade ou de mudança no cotidiano, que são significativas para os participantes, são vividos e concebidos através dos símbolos contidos nesses rituais. (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997, p. 23).

Desse modo, “o imaginário, como mobilizador e evocador de imagens, utiliza o simbólico para exprimir-se e existir e, por sua vez, o simbólico pressupõe a capacidade imaginária” (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997, p.23-24), o que, mais uma vez, evidencia que real e imaginário não são antagônicos, mas complementares no ambiente sociocultural.

Como processo criador, o imaginário reconstrói ou transforma o real. Não se trata, contudo, da modificação da realidade, que consiste no fato físico em si mesmo, como a trajetória natural dos astros, mas trata-se do real que constitui a representação, ou seja, a tradução mental dessa realidade exterior. (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997, p.27).

No entanto, como ato criador, o imaginário pode interferir na realidade, na mudança de hábitos, ideias e na própria capacidade inventiva humana, tendo como exemplo as invenções tecnológicas.

O processo do imaginário constitui-se da relação entre o sujeito e o objeto que percorre desde o real, que aparece ao sujeito figurado em imagens, até a representação possível do real. Esse possível real consiste na potencialidade, no conjunto de todas as condições contidas virtualmente em algo. Nesse sentido, o imaginário não apenas previne situações futuras, como em sua atividade antecipatória orienta-se para um porvir não suspeitado, não previsto. A determinação deste futuro virtual é acometida por uma imaginação transgressora do presente dirigida à consecução de um possível não realizável no presente, mas que pode vir a ser real no futuro. (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997, p.27).

Em parte, isso remete ao discurso do louco descrito por Foucault (2010), em que a fala do louco ou profeta é sempre futurista, por isso incompreendida, só passando a ter sanidade quando se realiza, assim o louco passa a ser o visionário.

O imaginário possui um compromisso com o real e não com a realidade. A realidade consiste nas coisas, na natureza, e em si mesmo o real é interpretação, é a representação que os homens atribuem às coisas e à natureza. Seria, portanto, a participação ou a intenção com as quais os homens de maneira subjetiva ou objetiva se relacionam com a realidade, atribuindo-lhe significados. Se o imaginário recria e reordena a realidade, encontra-se no campo da interpretação e da representação, ou seja, do real. (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997, p.79).

Sendo a Ciência da Informação (CI) a área que estuda os processos de criação, organização, uso, apropriação e disseminação da informação, os estudos sobre imaginário se entrelaçam com os objetivos da CI, pois ao tratar de uma esfera de representações e de estruturação de realidades, através do viés da criação e assimilação de informações dispostas no mundo e tecidas pelos sujeitos, são partícipes da própria dinâmica informacional. Desse modo, segundo Capurro e Hjørland (2007, p. 186), a CI:

Se ocupa com a geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, com ênfase particular, na aplicação de tecnologias modernas nestas áreas. Como uma disciplina, procura criar e estruturar um corpo de conhecimentos científico, tecnológico e de sistemas, relacionado à transferência de informação. (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 186).

Mesmo que a ênfase tecnológica evidenciada pelos autores seja importante, isso vem mudando, uma vez que essas tecnologias passam a ser investigadas por uma lógica sociocultural, como o próprio paradigma social da informação vem demonstrando. Nesse sentido, a tecnologia é vista dentro de uma cultura informacional em que a própria informação

deixa de ser sinal mensurável matematicamente e passa a ser componente de significação e geração de sentido na lógica da cultura.

O objeto informação, enquanto forma instituída de memória, gestão, distribuição e recepção dos artefatos culturais, é aqui o elemento de ligação entre as dimensões conjuntista-identitária e imaginária, que regem o funcionamento da “instituição total da sociedade” e da própria dinâmica cultural. (MARTELETO, 1995, p. 3-4).

A informação só possibilita a geração de sentidos quando for entendida em seus contextos socioculturais por quem a utiliza. Entender o fenômeno ‘informação’ é entender o contexto sociohistórico de uma época, seus produtos culturais e suas redes e fluxos infocomunicacionais.

Tendo em vista que a produção e reprodução dos artefatos culturais se realiza pelo modo informacional, pelo menos nas sociedades históricas, pode-se afirmar que, nestas sociedades, toda prática social é uma prática informacional – expressão esta que se refere aos mecanismos mediante dos quais os significados, símbolos e signos culturais são transmitidos, assimilados ou rejeitados pelas ações e representações dos sujeitos sociais em seus espaços instituídos e concretos de realização. (MARTELETO, 1995, p. 3-4).

O que sustenta o paradigma social, ou melhor dizendo, sociocultural não é em si tecnologia, mas são as teias do imaginário, que como forças criadoras de costumes, tendências e novas realidades se relacionam com os movimentos da informação, “travestida” ou apropriada pelas práticas sociais, como a leitura.

As tecnologias em si como o livro, são apenas meios, que possibilitam a materialização de ideias imaginários, para que nas vias de comunicação de uma sociedade possam colocar em prática os desejos e vontades estabelecidas pelos sujeitos.

Nesse sentido o entrelaçar da informação, feito através da leitura, com os mecanismos de discurso vigentes no cerne das estruturas políticas e de poder de uma sociedade, assim como os discursos e desejos de poder dos sujeitos como um todo travam lutas simbólicas, dentro desse regime de informação estabelecido para só então unificarem ou contestarem um discurso e firmarem um sistema informacional que retroalimenta cotidianamente.

Fica, portanto, mais que evidente a nossa perspectiva informacional da Leitura dentro da CI, tendo em vista que, na complexa trama composta pela memória, imaginário, leitura e a própria informação estes são componentes necessários ao entendimento de uma cultura leitora e aos modos como um povo produz, utiliza e dissemina informações, conhecimentos e constroem sua própria realidade, identidade e história.

2.4.3 Práticas leitoras

As práticas leitoras são associadas aos modos de ler e suas ‘revoluções’, ao longo da história dos registros do conhecimento e da própria leitura. As relações históricas, sociais, políticas e econômicas são o pano de fundo da história das práticas leitoras.

As ‘revoluções da leitura’ são múltiplas e não estão imediatamente ligadas à invenção ou às transformações da impressão. A primeira consiste no longo processo que leva um número crescente de leitores a passar de uma prática de leitura necessariamente oral, na qual ler em voz alta era indispensável para a compreensão do significado, para uma leitura visual, puramente silenciosa. (CHARTIER, 1999, p. 23).

As leituras públicas são exemplo dessa tradição oral, no entanto, elas sempre vêm carregadas de interpretações próprias e seus enunciados sempre vêm carregados de desejos de poder, vontades de verdade, referenciando aqui, novamente, Foucault (2010). Em consonância, a passagem do oral para uma leitura silenciosa e visual e sobre isso Manguel (1997, p.42) refere a primazia da visão, sob o ato de ler:

A leitura começa com os olhos. “O mais agudo dos nossos sentidos é a visão”, escreveu Cícero, observando que quando vemos um texto lembramo-nos melhor dele do que quando apenas o ouvimos. Santo Agostinho louvou (e depois condenou) os olhos como ponto de entrada do mundo, e santo Tomás de Aquino chamou a visão do maior dos sentidos pelo qual adquirimos conhecimento. Até aqui está obvio para qualquer leitor: as letras são aprendidas pela visão. (MANGUEL, 1997, p. 42).

O devorar a página com os olhos era compartilhado pelas práticas orais e silenciosas de escrita, no entanto, ela se torna mais ávida, possibilitando maior agilidade, uma vez que a visão é usada sem estar associada à enunciação. O movimento dos olhos, ao decifrar o texto, é mais dinâmico, sendo que o reverberar de sons só acontece em nossa imaginação.

A primeira revolução na leitura no início da Idade Moderna foi, assim, de maneira geral, independente da revolução tecnológica na produção de livros. Ela teve raízes em mudanças ocorridas nos séculos XII e XIII, que transformaram a função mesma da palavra escrita, substituindo o modelo monástico que atribuía a escrita uma tarefa de preservação e memória em grande parte dissociada da leitura, pelo modelo escolástico, que tornou o livro tanto um objeto como instrumento de trabalho intelectual. (CHARTIER, 1999, p. 23-24).

A mudança no relacionamento do leitor com o objeto livro, que cada vez mais ganha importância nos contextos sociais como um bem cultural, faz surgir novas possibilidades de leitura para além da feita em voz alta, remetendo a uma maior individualidade dos sujeitos, com a leitura silenciosa.

Até boa parte da Idade Média, os escritores supunham que seus leitores iriam escutar, em vez de simplesmente ver o texto, tal como eles pronunciavam em voz alta as palavras à medida que as compunham. Uma vez que, em termos comparativos, poucas pessoas sabiam ler, as leituras públicas eram comuns e os textos medievais repetidamente apelavam à audiência para que “prestasse ouvidos” à história. Talvez um eco ancestral dessas práticas de leitura persista em algumas de nossas expressões idiomáticas, como quando dizemos *I’ve heard from So-and-so* [ouvi por aí] (significando ‘recebi uma carta’), ou ‘fulano disse’ (significando ‘fulano escreveu’), ou ‘este texto não soa bem’ (significando ‘não está bem escrito’). (MANGUEL, 1997, p. 63-64).

As leituras em voz alta já eram reverenciadas desde a Antiguidade, quando o escrito tinha o objetivo de ser enunciado, pois o voar das palavras pelo espaço remetia ao alcance, à popularização do saber.

As palavras escritas desde os tempos das primeiras tabuletas sumérias, destinavam-se a ser pronunciadas em voz alta, uma vez que os signos traziam implícito, como se fosse sua alma, um som particular. A frase clássica *scripta manet, verba volant* – que veio a significar, em nossa época, “a escrita fica, as palavras voam” – costumava expressar exatamente o contrário: foi cunhada como elogio à palavra dita em voz alta, que tem asas e pode voar, em comparação com a palavra silenciosa na página, que está parada, morta. Diante de um texto escrito, o leitor tem o dever de emprestar voz as letras silenciosas, *scripta*, e permitir que elas se tornem, na delicada distinção bíblica, verba, palavras faladas – espírito. As línguas primordiais da Bíblia – aramaico e hebreu – não fazem diferença entre o ato de ler e o ato de falar, dão a ambos o mesmo nome. (MANGUEL, 1997, p. 61-62).

O fato é que o passar do oral para o silencioso demarca a passagem do público para o privado, no tocante à ação leitora. A eloquência da sonorização das palavras servia à memória do texto, além de alcançar as audiências daqueles que não sabiam ler e escrever. Se por um lado as leituras silenciosas davam privacidade e individualidade ao leitor, por outro, silenciava aqueles que não sabiam ler e dependiam da escuta dos textos proclamados.

A difusão da possibilidade de ler silenciosamente marca uma ruptura de importância capital. A leitura silenciosa permitiu um relacionamento com a escrita que era potencialmente mais livre, mais íntimo, mais reservado. Permitiu uma leitura rápida, especializada capaz de lidar com as complexas relações estabelecidas na página do manuscrito entre o discurso e suas interpretações, referências, comentários, índices. A leitura silenciosa criou a possibilidade de ler mais rapidamente e, portanto, de ler mais e de ler textos mais complexos. Essa primeira revolução na leitura precedeu, portanto, a revolução ocasionada pela impressão, uma vez que difundiu a possibilidade de ler silenciosamente (pelo menos entre os leitores educados, tanto eclesiásticos quanto leigos) bem antes de meados do século XV. (CHARTIER, 1999, p. 24).

A leitura silenciosa rompe com a crença de que o conhecimento, para ser mais bem assimilado, necessita de sua verbalização. Rompe, também, com o caráter público do ato

de ler, uma vez que o silêncio traz privacidade e individualidade, onde o leitor fica menos preocupado com o sofrimento de possíveis censuras de terceiros.

A segunda revolução na leitura ocorreu durante a era da impressão, mas antes da industrialização da produção de livros. Tal revolução, ocorrida na Alemanha, Inglaterra, França e Suíça durante o século XVIII, apoiou-se em diferentes circunstâncias: crescimento na produção do livro, que triplicou ou quadruplicou entre o início do século e os anos 80, a multiplicação e transformação dos jornais, o triunfo dos livros de pequeno formato e a proliferação de instituições (sociedade de leituras, clubes do livro, bibliotecas de empréstimos), que tornaram possível ler livros e periódicos sem ter que comprá-los. (CHARTIER, 1999, p. 24).

A popularização dos livros no começo da era da impressão possibilitou a criação de novos espaços para a leitura; se antes essa prática estava restrita às universidades, mosteiros ou os espaços privados, agora ela ganha espaço nos espaços públicos de sociabilidade, como a biblioteca, as praças ou, em uma perspectiva mais exclusiva, os clubes e sociedades de leitura.

Com o desenvolvimento da imprensa, no sentido da popularização das notícias, começam a ocorrer mudanças no próprio modo de vidas das pessoas, que tinham no jornal um veículo de informação, substituindo, talvez, a vizinha fofoqueira ou a prima distante que enviava, periodicamente, cartas com os últimos mexericos e fatos excêntricos da sociedade na qual estava inserida.

Essa série de transformações ocorreu sem grandes mudanças na tecnologia de impressão. Elas levaram ao desenvolvimento de novos gêneros textuais e novas práticas de leitura. Os leitores tradicionais tinham acesso a um conjunto de livros fechado e limitado, os quais eram lidos e relidos, memorizados e recitados, possuídos e transmitidos de uma geração para a outra. Esse estilo de leitura foi formado pela relação religiosa com textos sagrados e era profundamente impregnado de sacralidade e de autoridade. Os novos leitores devoravam um grande número e uma imensa variedade de impressos efêmeros. Eles liam rápida e avidamente, submetendo o que tinham lido a um julgamento crítico e imediato. Uma relação comunal e respeitosa com a matéria escrita, feita de reverência e obediência, deu lugar a um tipo de leitura mais irreverente e desprendida. (CHARTIER, 1999, p. 24-25).

O leitor passa, com a revolução causada pelo impresso, a ter maior variedade de conteúdos para escolher suas leituras. Além disso, a popularização de instituições leitoras abre espaços para a discussão e socialização de opiniões sobre os textos. A obediência aos ditames de interpretação dos textos sagrados é substituída por uma maior liberdade na assimilação de ideias.

No entanto, é bom que se diga que o surgimento de uma nova prática leitora não finda com as práticas anteriores. A coexistência dos hábitos e modos de ler permanecem, pois,

cada leitor tem suas preferencias e formas de assimilar os textos. Exemplo disso é o citado por Chartier (1999, p. 25):

Durante a Renascença, os humanistas praticaram um tipo de leitura baseado na acumulação e no livro de lugares-comuns, no qual o leitor tinha que copiar citações que leu e observações que tinha feito ou coletado sob uma série de tópicos, que permitiam o reaproveitamento das informações e exemplos acumulados para a produção de novos textos. (CHARTIER, 1999, p. 25).

Ainda sobre os modos de ler, ocasionados pela segunda revolução leitora identificada por Chartier (1999), diz respeito à aplicação da mesma sacralidade, ao ler textos religiosos e na leitura de romances, que eram absorvidos com o intuito de memorizá-los e servir de exemplo pessoal.

[...] a mais intensiva das formas de leitura, organizada de acordo com o modelo mais tradicional, desenvolveu-se no exato momento da revolução da leitura. Romances de Richardson, Rousseau ou Goethe tomaram conta de seus leitores, absorvendo-os em uma prática de leitura similar à leitura tradicional dos textos religiosos. Hábitos mais antigos de leitura mudaram para uma nova forma literária. O romance foi lido e relido, memorizado, citado e recitado. Os leitores eram tomados pelos textos que liam; eles viviam o texto, identificavam-se com os personagens e com a trama. Toda sua sensibilidade estava engajada nessa nova forma de leitura intensiva. Leitores (que eram frequentemente mulheres) eram incapazes de controlar suas emoções e suas lágrimas e, com frequência, tomavam, de suas penas para expressar seus próprios sentimentos ou para escrever ao autor como diretor de consciência e guia de suas vidas. (CHARTIER, 1999, p. 25).

O romance, como preferência leitora, garantia divertimento para aqueles que liam apaixonadamente suas histórias. O autor passa de mero contador a interventor dos destinos de seus leitores, respondendo suas cartas com conselhos amorosos ou dando informações extras sobre suas tramas ficcionais. É estabelecido outro diálogo e mediação, para além do sujeito, com o texto, mas deste diretamente com o próprio autor.

Além disso, os hábitos de leitura dos leitores mais populares e numerosos foram direcionados durante um longo tempo pelos modos antigos. Para eles, ler livretos baratos vendidos por mascates na Inglaterra, França e Castela era uma tarefa difícil e altamente dependente da audição e memorização. O repertório publicado para venda ambulante levou seus leitores a uma apropriação baseada no reconhecimento (de gêneros, temas e formas) mais do que na descoberta de novidades. Tal maneira de ler caracterizou os leitores populares, pelo menos até meados do século XIX, quando o desenvolvimento de escolas, o aumento das taxas de alfabetização e a diversificação da produção impressa permitiram novas práticas. (CHARTIER, 1999, p. 26).

Somente com uma maior escolarização da população europeia, nos primórdios do século XIX, é que as possibilidades de novos modos de ler foram diversificadas para além da

escuta, oralidade e memória. O mercado livreiro, embora em expansão, ainda era limitado, o apreço pela forma do texto, gênero e temáticas sobrepunham a busca de novidades.

No século XIX, novas categorias de leitores (mulheres, crianças, trabalhadores) foram apresentados a cultura impressa e, ao mesmo tempo, a industrialização da produção de impressos trouxe novos materiais e modelos para a leitura. As disciplinas educacionais, impostas em todo lugar, tenderam a definir uma norma única, controlada e codificada de leitura legítima, mas essa norma contrastava fortemente com a extrema diversidade de práticas em várias comunidades de leitores, tanto aqueles já bem familiarizados com a cultura escrita quanto os que tomaram contato recente com ela. Por detrás da aparência de uma cultura compartilhada, fruto da alfabetização quase universal disseminada pelas regiões mais desenvolvidas da Europa após os anos 70 e 80 do século XIX, tanto dentro quanto fora das escolas, esconde-se uma diversidade extrema de práticas de leitura e de comércio de impressos. A tipologia dos vários modelos de relação com a escrita que se sucederam a partir da Idade Média (passando do modelo monástico de escrita para o modelo escolástico de leitura, das técnicas humanistas dos lugares-comuns para os estilos de leitura religiosos e espirituais da Cristandade Reformada, dos hábitos tradicionais de leitura à revolução da leitura no Iluminismo) deu lugar a uma ampla diversificação das práticas de leitura nas sociedades contemporâneas. Com o século XIX a história da leitura entra na era da sociologia das diferenças. (CHARTIER, 1999, p. 26).

A industrialização do livro possibilitou, dentro da lógica capitalista, a conquista de novos públicos como as mulheres, crianças e trabalhadores que, inclusive no processo de escolarização, começaram a ter acesso ao livro. Por fim, a mais atual revolução da leitura, possibilitada pelas tecnologias eletrônicas e digitais do século XX e XXI.

[...] a transmissão eletrônica de textos trouxe outra revolução na leitura. Primeiramente, transforma nossa noção de contexto, ao substituir a contiguidade física entre os textos presentes no mesmo objeto (um livro, uma revista, um jornal) por sua distribuição nas arquiteturas lógicas que regem os bancos de dados; os arquivos eletrônicos e sistemas de processamento, que tornam possível o acesso à informação. Redefine também a natureza “material” dos trabalhos, ao suprimir a relação imediata e visível que existe entre o objeto impresso (ou manuscrito) e o texto ou textos que contém. (CHARTIER, 1999, p. 27).

É fato que as novas tecnologias redefiniram os modos de ler, uma vez que possibilitaram o navegar pelo texto, por *links* diversos. Além disso, o leitor modifica o próprio texto, em relação a cor, fonte, tamanho da letra e a inserção de novos recursos audiovisuais. Nessa perspectiva, o mercado editorial passa por mudanças, para atender às exigências do novo leitor, no âmbito digital.

A nova relação com os textos obriga a uma profunda reorganização da “economia da escrita”. Ao tornar a produção, transmissão e leitura de um dado texto simultâneas, e ao atribuir a um único indivíduo as tarefas, até aqui distintas, de escrever, publicar e distribuir, a apresentação eletrônica dos textos anula as antigas distinções entre papéis intelectuais e funções sociais. Torna-se ao mesmo tempo, imperativo redefinir todas as categorias que organizavam as expectativas e percepções dos

leitores. Estas incluem os conceitos jurídicos (direito autorais, propriedade literária), categorias estéticas (originalidade, integridade, estabilidade), noções administrativas (biblioteca nacional, depósito legal) e instrumentos bibliográficos (classificação, catalogação, descrição), os quais vinham sendo usados até agora para caracterizar o mundo escrito. Todos foram inventados para um modo de produção, preservação e comunicação dos escritos completamente diferente. (CHARTIER, 1999, p. 27).

A economia escriturística é modificada, uma vez que a leitura em nova ambiência reclama novas mediações e interações com o texto. A experiência do compartilhar, editar, traz desafios ao mercado livreiro e aos espaços tradicionais de leitura, figurando aí a biblioteca. Enquanto anula velhas atuações na dinâmica social, cria ou reinventa outras, ou melhor, atualiza-as. A contemporânea revolução leitora evoca novas maneiras de organizar o mundo e o universo da leitura.

O fato é que Chartier (1999) traça sinteticamente um panorama das práticas leitoras no mundo ocidental, pautado em três revoluções: a da passagem da leitura oral para a visual, silenciosa; a da era da impressão e, por fim, a revolução proporcionada pelas tecnologias.

O ato de ler é inerente aos seres humanos, onde se pode dizer que algo orgânico, biológico uma vez que o corpo, através dos sentidos, possibilita várias práticas leitoras:

No momento em que o primeiro escriba arranhou e murmurou as primeiras letras, o corpo humano já era capaz de executar os atos de escrever e ler que ainda estavam no futuro. Ou seja, o corpo era capaz de armazenar, recordar e decifrar todos os tipos de sensação, inclusive os sinais arbitrários da linguagem escrita ainda por ser inventados. Essa noção de que somos capazes de ler antes de ler de fato – na verdade, antes mesmo de vermos uma página diante de nós – leva-nos de volta à ideia platônica do conhecimento preexistente dentro de nós antes de a coisa ser percebida. A própria fala desenvolve-se segundo um padrão semelhante. “Descobrimos” uma palavra porque o objeto ou ideia que ele representa já está em nossa mente, “pronto para ser ligado a palavra”. É como se nos fosse oferecido um presente do mundo externo (por nossos antepassados, por aqueles que primeiro falam conosco), mas a capacidade de apreender o presente é nossa. Nesse sentido, as palavras ditas (e, mais tarde, as palavras lidas) não pertencem a nós nem aos nossos pais, aos nossos autores: elas ocupam um espaço de significado compartilhado, um limiar comum que está no começo da nossa relação com as artes da conversação e da leitura. (MANGUEL, 1997, p. 50).

A relação da leitura com o mundo evoca, mais uma vez, sua qualidade de prática social. E isso pode ser comprovado nas revoluções da leitura no ocidente ditas por Chartier (1999) ou nos exemplos de Manguel (1997) sobre os leitores pelo mundo (inclusive do oriente).

O fato é que toda cultura, escrita ou oral, se vale das práticas leitoras em seus contextos sociais, seja como passatempo, apropriação de informação, como ato de

rememoração e perpetuação de histórias, ou seja, na dinâmica da própria realidade. Isso vale para as civilizações alfabéticas ocidentais, ou as civilizações que usam ideogramas no oriente. Ainda sobre a leitura da palavra e a do mundo, segundo Manguel (1997, p.196) citando Whitman (1888):

[...] texto, autor, leitor e mundo espelhavam-se uns aos outros no ato da leitura, um ato cujo significado ele expandiu até que servisse para definir cada atividade humana vital, bem como o universo no qual tudo acontecia. Nessa conjunção, o leitor reflete o escritor (ele e eu somos um), o mundo faz eco a um livro (livro de Deus, livro da Natureza), o livro é de carne e sangue (carne e sangue do escritor, que mediante uma transubstanciação literária se tornam meus), o mundo é um livro a ser decifrado (os poemas do escritor tornam-se minha leitura do mundo). Durante toda sua vida, Whitman parece ter buscado uma compreensão e uma definição do ato de ler, que é a um só tempo ele mesmo e a metáfora de todas as suas partes. (WHITMAN, 1888 *apud* MANGUEL, 1997, p. 196).

Ainda é válido destacar aqui, mesmo que de forma introdutória, o espaço das práticas leitoras, os modos de ler na América Latina e no Brasil. Isso auxiliará o entendimento e identificação *a posteriori* dos modos próprios de ler dos leitores fortalezenses, da segunda metade dos oitocentos.

Nesse sentido, Hansen (1999), ao analisar práticas leitoras no Brasil colonial, se depara, inicialmente, com aquelas cujo objetivo é a catequese dos nativos americanos por parte de padres europeus. Desse modo, o autor citado afirma:

Ao tratarmos das leituras coloniais, devemos também incluir a dupla ordenação dos discursos situados, por assim dizer, entre os padrões da oralidade, em que os textos só se tornam obras pela mediação do corpo dos receptores, investidos de uma função autoral, e os padrões da escrita e do livro, em que os discursos já admitiam um relativo anonimato e a leitura individual e silenciosa. (HANSEN, 1999, p. 184).

Além disso, os primeiros a montarem bibliotecas foram as ordens religiosas, segundo Moraes (2006): as ordens beneditinas, franciscanas, jesuíticas e carmelitas se ocupavam da instrução primária na colônia e possuíam boas bibliotecas.

A leitura em voz alta era primada por ser ordenadora de mentalidades, uma vez que a catequese católica sempre utilizou a interpretação das escrituras conforme os dogmas cristãos. O aparecimento de leituras silenciosas, marca uma evolução das práticas leitoras na colônia, mas ainda fica restrita a públicos letrados.

Ainda sobre as leituras coloniais, pela perspectiva do uso do livro na América Portuguesa, Villalta (1999, p. 211-212) afirma:

Os ‘usos explícitos’ do livro confirmam aqueles inferidos a partir do exame da distribuição da posse de livros e da composição das bibliotecas na Colônia e da análise da circulação de impressos de baixo valor econômico na passagem do século XVIII para o século XIX: livros como fonte de saber (muitas vezes, de cunho profissional), meios de acesso ao sagrado e ao objeto de entretenimento, usos estes não excludentes, mas complementares. Os “usos implícitos” corroboram, ainda, o papel do livro como ornamento e suas potencialidades como elemento de poder. Nos “usos explícitos”, por fim, sobressai algo que era particular desse passado, uma sociedade colonial e estamental típica do Antigo Regime: o uso do livro como um privilégio, não apenas no sentido econômico, mas cuja posse e leitura eram, muitas vezes, um direito exclusivo de grupos sociais determinados e seletos. (VILLALTA, 1999, p. 211-212).

O poder simbólico do livro, na representação de *status* social, remonta à Antiguidade, principalmente em Roma, onde as pinturas de pessoas segurando um livro demonstravam poder e riqueza. Ainda nos dias atuais, essa prática se faz presente, como por exemplo, as ‘fotos de formatura’ (do ABC, do Ensino Médio ou da Graduação na Universidade), em que o sujeito é fotografado de beca segurando um diploma ou um livro.

É válido destacar, ainda, que o consumo de livros no Brasil colonial se dava pelo contrabando ou importação, uma vez que os embargos comerciais da coroa portuguesa impediam a instalação de uma indústria gráfica na colônia. Esse cenário só mudou com a vinda da família real para o Brasil e com a instalação da Imprensa Regia, ambos acontecimentos ocorridos em 1808.

[...] enquanto a Europa continuava a desenvolver técnicas de impressão, tendo em vista o objetivo de atingir um público leitor e consumidor cada vez mais vasto nos diferentes continentes, o Brasil, diante dos interditos estipulados pela metrópole portuguesa, salvo exceções, passava ao largo desse processo. Diferentemente do governo espanhol, que autorizava a abertura de estabelecimentos gráficos em suas colônias na América, a metrópole portuguesa, até a vinda da família real, em 1808, proibiu expressamente qualquer tipo de reprodução impressa em todo o território nacional, por temer uma possível propagação de ideias políticas progressistas e revolucionárias. (EL FAR, 2006, p. 11-12).

Pesquisando sobre manuais de leitura correta de textos no Brasil Colonial e os modos de ler dessa época, Abreu (1999) aponta discrepâncias, uma vez que as preferências dos leitores eram por romances, enquanto os manuais de leitura correta direcionavam a leitura para os clássicos, sendo uma leitura de instrução e não de lazer.

Os tratados sobre a maneira de bem ler, assim como os textos didáticos e meta-literários remetidos ao Rio de Janeiro não se detém sobre novelas e romances, portanto não discutem formas de leitura nem padrões para avaliação estética desses textos que, entretanto, parecem ser os preferidos. Dentre as obras restantes, na lista dos vinte títulos mais remetidos, encontram-se a *Selecta* latina e versões *ad usum* das obras de Horácio e Ovídio. Significativamente, a lista dos mais procurados não inclui nenhum texto integral de autores da Antiguidade. Mais relevante ainda é perceber que o modelo de leitura erudita prescrito nos tratados examinados é

completamente inadequado para a leitura de romances. A preferência dos leitores dirige-se para textos em prosa de produção recente, enquanto os tratados sobre a correta maneira de ler debruçam-se fundamentalmente sobre obras poéticas. (ABREU, 1999, p. 233).

Mais que apontar a rebeldia dos leitores frente aos modos corretos de ler e o que ler, propagados pelos manuais de bem ler, é evidenciada que as práticas corretas de leitura eram impostas pelas instituições educacionais e institucionais. Talvez o leitor da época não seja um rebelde, ele apenas exercia seu direito de ler o que queria, do modo como melhor lhe aprazia.

O leitor do século XIX abraçava o romance como preferência, como se pode ver no caso do Rio de Janeiro que, segundo investigação de Abreu (1999), como capital do Império, ditava a moda e era exemplo para as demais cidades. Além disso, as práticas de leitura oral e silenciosa ainda se faziam presentes na realidade brasileira entre os séculos XVII e XIX. Segundo El Far (2006, p. 29-30), ao investigar sobre o livro e a leitura,

No Brasil, a chegada triunfal do romance e a popularização do livro não colocaram em oposição esses dois tipos de leitura. Ao contrário, elas conviveram por um longo tempo lado a lado, estreitando os vínculos entre a oralidade e a palavra impressa. Certamente, no período colonial, o texto lido para uma plateia de ouvintes era algo bem mais comum que a leitura reservada em algum gabinete ou sala de estudos, mas isso não impedia que uma mesma obra pudesse ser lida no ambiente recatado do lar e declamada em reuniões literárias para amigos e familiares. (EL FAR, 2006, p. 29-30).

Os livreiros e editores dessa época se esforçavam por incutir na população hábitos leitores, procurando publicar livros com temas cotidianos e com preços acessíveis.

Durante o século XIX, presenciamos o encontro do universo da oralidade com o da palavra escrita através dos títulos lançados a público. Se, a princípio, os livreiros preferiam publicar obras de escritores eminentes da literatura brasileira e europeia, com o desenvolvimento do nosso mercado editorial, enredos inéditos e muitas vezes recolhidos de episódios arrebatadores da vida cotidiana rapidamente recebiam uma versão romanceada. (EL FAR, 2006, p. 30).

O mercado editorial começou a crescer e a inculcar na mente das pessoas, através de anúncios diversos, a prática da leitura. Embora seja senso comum, saber que grande parte da população era analfabeta, o mercado das letras incentivava a educação e promovia o livro como produto cultural e educacional, além de um Passa-Tempo.

Na década de 1870, o livro barato no Brasil, de capa brochada e pequeno tamanho, começava a ser vendido nas livrarias e pelos mercadores ambulantes, que costumavam perambular pelas freguesias mais afastadas do centro da cidade do Rio

de Janeiro. Essas edições populares, voltadas não para um público específico, mas sim ‘para todos os bolsos e gostos’, trouxeram à luz, primeiramente, títulos e autores aclamados pela crítica literária daquele período. (EL FAR, 2006, p. 32).

Preço dito acessível, temáticas que traziam traços identitários do cotidiano dos sujeitos e divulgação constante em mídias de circulação diárias fizeram com que os livreiros expandissem o mercado livreiro e alcançassem um maior público de leitores.

Em busca de uma massa sempre constante de leitores, os livreiros do século XIX estavam constantemente planejando estratégias que pudessem tornar o livro um produto de consumo popular, ao mesmo tempo atraente e divertido. Para os editores realmente interessados em vender milhares de exemplares em poucos meses, a ousadia e a criatividade deviam formar uma aliança imprescindível. As tiragens elevadas, os sucessos de livraria, a publicação de enredos provocantes ou de forte impacto eram repetidas vezes anunciados com alarde nos jornais, cartazes e catálogos da época. (EL FAR, 2006, p. 35).

A história da leitura no Brasil envolve a perspectiva, para além dos leitores, de livreiros e da imprensa da época, atuando na popularização do livro e no aumento de leitores. Outro fato que impactou diretamente na popularização de livros está ligado a uma invenção moderna, a fotografia.

O advento da fotografia facilitou ainda mais esse processo. Se no século XIX apenas algumas edições de luxo possuíam gravuras de artistas renomados, nas primeiras décadas do século XX os desenhos e fotografias passavam a ilustrar com frequência os volumes de baixo custo. Se nos romances as imagens ajudavam a retratar as cenas de maior impacto do enredo, nas obras científicas e nos livros de viagem a fotografia ajudava a comprovar a existência de fatos e lugares distantes. As narrativas pornográficas, por sua vez, aproveitaram o quanto puderam esse novo recurso, com o propósito de cultivar fantasias e desejos de seus leitores. Além dos tradicionais enredos picantes, os editores colocavam também à venda álbuns repletos de fotografias de mulheres nua ou cópulas inusitadas. Em todos esses gêneros literários, a imagem certamente facilitava o exercício da leitura deixando o texto mais leve e prazeroso. (EL FAR, 2006, p. 36-37).

É interessante perceber que a inserção de imagens complementava a experiência leitora, o que reforça a importância dos sentidos na própria ação de leitura. As imagens compondo a estrutura narrativa atingiam públicos variados como o de crianças, acadêmicos e leitores adeptos de uma literatura mais erótica. Enfim, o século XX traz literalmente, para as experiências leitoras, novos olhares e paisagens.

A história da leitura e suas práticas no Brasil e no mundo não cessa, ela caminha como um aspecto da história corrente da própria humanidade. Para os objetivos desta pesquisa, é interessante que não se adentre ao universo leitor do século XX, uma vez que se atenta à segunda metade do século XIX, somente sendo crucial conhecer os antecedentes

historiográficos da leitura desse período, pois o que vem posteriormente ao oitocentos é conteúdo para novas investigações.

Nesse sentido, cabe agora enveredar pelos caminhos da leitura no cenário fortalezense, verificando como essa visão panorâmica da leitura e suas práticas no mundo e no Brasil, impactaram o cotidiano leitor local e a construção do imaginário desse período.

Espaços de sociabilidade dedicados à leitura, biografias dos sujeitos que compõem nosso recorte investigativo – de agremiações e associações literárias e leitoras – além do entendimento da participação de outros sujeitos como livreiros, bibliotecários, professores e indivíduos ligados a instituições governamentais na regulação da educação na província do Ceará, indiretamente, também compõem o trajeto da leitura local.

Desse modo, a Leitura investigada aqui, se entrelaça pelas práticas informacionais, procurando traçar semelhanças e simultaneidades com a cultura local, o universo informacional da época e na dinâmica da construção da realidade pelos sujeitos, através da leitura e informação.

2.5 Enfim, o laço entre informação e leitura

O laço entre informação e leitura, mediante o que se abordou na segunda seção dessa pesquisa, é evidenciado no compartilhamento de semelhanças entre o fenômeno informação e o da leitura.

O estudo da informação, dentro da CI, revela o caráter interdisciplinar desse objeto. Tendo ganhado vários vieses investigativos, ao longo do desenvolvimento da CI, é destacada, em suas origens, o recorte sistêmico e positivista, atrelado a um paradigma físico que compreendia a informação pela sua medição e materialidade, como sinal de transmissão, e o forte enlace com as tecnologias que emergiam do período pós-guerra.

A aproximação, nos anos de 1970 a 1980, com as teorias cognitivistas, a perspectiva crítica e o deslocamento do foco dos estudos do objeto quantificável da informação para os sujeitos que a usavam, em um caráter ainda individualista, desloca o foco dos estudos informacionais na área.

O sujeito ganha mais espaço no plano investigativo, deixando-se um pouco a herança positivista da área e aproximando-se dos estudos desenvolvidos pelas ciências sociais. Essa aproximação traz um caráter mais identitário para a área, como diz González de Gomez (2000), onde começam a se desenvolver investigações sobre comunidades de usuários, investigações de uso e apropriação da informação.

A iminência do século XXI abre espaço para pesquisas voltadas aos impactos da informação na dinâmica social. Os sujeitos e suas necessidades de informação são estudados pela mediação dos contextos culturais. A informação é tida como insumo, é associada ao poder e à consolidação da dita sociedade da informação.

Nesse sentido, a trajetória da CI é sempre acompanhada pela tentativa de conceituação do seu objeto, a própria informação que, perseguindo as mudanças investigativas do campo, traz, na multiplicidade de definições, características ligadas à materialidade e à imaterialidade da informação, os aspectos objetivo e subjetivo, o caráter simbólico e a ligação com as dinâmicas sociais e de poder.

Já a leitura e sua história estabelecem relações com as práticas da linguagem, escrita e o universo informacional. Como prática social se entrelaça com as práticas leitoras, uma vez que a leitura proporciona o acesso à informação. Além disso, a informação, como partícipe da esfera do social e da cultura, compartilha o mesmo espaço.

Na Ciência da Informação, a investigação da leitura sempre teve espaço, seja pela herança da Biblioteconomia, que historicamente trabalha com a mediação e o incentivo a leitura, seja nas áreas que investigam os usos do livro e a democratização do acesso a informação.

A própria história da leitura evidencia práticas de domínio, estabelece a oportunidade de entender os regimes de informação (FROHMANN, 1995), as nuances da informação no âmbito social, pela análise de domínio e a mediação pela leitura e pelos contextos estabelecidos pelas práticas de sociais.

O laço que se evidencia é, portanto, esse em que informação e leitura se associam para entender os sujeitos, suas práticas e seus modos de buscar, se apropriar, produzir e disseminar o conhecimento e informações, possibilitando a construção do cotidiano e realidades múltiplas e plurais.

A partir desse laço, é explicitado, a seguir, como a leitura se desenvolveu na cidade de Fortaleza, na segunda metade do século XIX, pela dinâmica das agremiações e associações leitoras que surgiram na capital cearense nesse período, pois:

[...] toda cidade pode se apresentar como um discurso que articula variados signos-bifrontes de acordo com leis que evocam as gramaticais, mais há algumas onde a tensão das partes se agudizou. As cidade desenvolvem suntuosamente uma linguagem mediante duas redes diferente e superpostas: a física, que o visitante comum percorre até perder-se na sua multiplicidade e fragmentação, e a simbólica, que a ordena e interpreta, ainda que somente para aqueles espíritos afins, capazes de ler como significações o que não são nada mais que significantes sensíveis para os demais, e, graças a essa leitura reconstruir a ordem. Há um labirinto de ruas que só a

aventura pessoal pode penetrar e um labirinto dos signos que só a inteligência racionante pode decifrar, encontrando sua ordem. (RAMA, 2015, p.47)

É pretendido, portanto, compreender como esses espaços de circulação e produção da informação do conhecimento fixaram no imaginário local tradições do livro e da leitura, procurando identificar marcas e rastros leitores desses sujeitos e suas dinâmicas nos espaços da cidade.

3 COTIDIANO LEITOR FORTALEZENSE: ENTRE FLUXOS E INSTITUIÇÕES LEITORAS

Nesta seção atendemos aos nossos dois primeiros objetivos específicos: identificar os fluxos de informação e produção do conhecimento da cidade naquela época e mapear os marcos culturais que contribuíram para formação do imaginário leitor da capital. Nesse sentido, cotidiano da cidade é mostrado no que se refere ao mercado livreiro, a imprensa, os produtos culturais do período (jornais e folhetos), a educação e as próprias instituições leitoras e literárias que se configuram como marcas culturais da leitura nesse período.

Como uma cidade brasileira na segunda metade dos oitocentos e tida como provinciana, Fortaleza se apropriava das ideias de progresso e civilização ecoadas da Europa. A cidade contava com algumas livrarias, lojas de música, colégios públicos e particulares que possibilitavam uma vida literária e intelectual que começava a aflorar junto com uma grande variedade de jornais, folhas e revistas publicados nas tipografias locais ou vindos em um dos vapores que aqui aportavam semanalmente, com as últimas novidades europeias. Pode-se dizer que era um tempo de prelúdio das ‘Belas Letras Cearenses’ e de incentivo a uma cultura leitora, embora o melhor termo para a época seria ‘letrada’.

No entanto, é preciso que se diga que quem mais se beneficiava com a chegada desses ‘ares civilizatórios’, produtos culturais e suvenires europeus, como por exemplo livros e revistas vindos do estrangeiro, eram os que compunham as classes mais abastadas e médias da cidade. Embora se tenha que deixar claro que o povo, os menos abastados, também tinha outras formas de entrar em contato com os produtos culturais da época, através de outras práticas de consumo cultural e de acesso à informação e à leitura, seja pela oralidade ou outros modos de se inserir em uma cultura leitora que vai além da letra e do papel, que está na culinária, música, inventividade, ou seja, na leitura do mundo e na produção de cotidianos.

Atém-se, portanto, aqui à leitura feita por uma classe abastada, intelectual, que tinha como conceito de leitura, aquela que é feita através do livro, pela decodificação da letra e pela produção de sentido, conceito sempre pautado na erudição, sendo o leitor aquele que teve acesso a boa educação e lia mais que romances e folhetins, ou seja, era aquele que lia as teorias sanitaristas e médicas, estava a par das ideias positivistas, repúblicas e abolicionistas, aquele lia Victor Hugo, Jules Verne e o melhor da literatura Europeia.

A pesquisa foca, aqui, a esse grupo, primeiramente, por uma questão de tempo ágil para realizar a pesquisa e, segundo, porque mesmo sendo um movimento literário e leitor

das elites teve grande repercussão no cenário leitor local, sendo alguns desses grupos incentivadores da leitura nas camadas menos abastadas. E por fim, de certo modo, esses grupos são os responsáveis pelo início da trajetória literária e da formação do imaginário leitor dos fortalezenses, uma vez que estavam em contato com os últimos lançamentos literários, com as ideias e teorias científicas que se propagavam pelo mundo, naquela época.

Nesse sentido, são percorridos os caminhos leitores da cidade, em busca de cartografar a leitura e os leitores da segunda metade dos oitocentos. Criar mapas é buscar nas possibilidades da representação, formas de visualizar uma realidade, ou melhor, vislumbrar um aspecto da realidade, nesse caso a leitura e os leitores fortalezenses da segunda metade do século XIX.

Para construir o mapa da leitura, inicialmente são identificados marcos da leitura no espaço cultural e urbano de Fortaleza, materializados no que se chamarão instituições leitoras dessa época. Através desse mapeamento será possível entender a dinâmica leitora da cidade, sendo analisados os seus sujeitos, leituras e produções intelectuais formando, assim, o que se denomina de ‘imaginário leitor’.

A construção do imaginário e da própria cultura local é composto por uma série de fatores. Um deles é relacionado aos fluxos informacionais da urbe nesse período. Uma vez identificadas as fontes de circulação de informações e ideias na cidade, torna-se mais fácil entender as práticas leitoras locais.

Na construção desse mapa é preciso ressaltar que Fortaleza era uma cidade com altos índices de analfabetismo, onde somente as elites tinham acesso a boa educação. Com a maioria da população analfabeta e em estado de grande pobreza, apenas uma parte mínima da população tinha acesso à instrução. A Fortaleza da época não possuía nem 30 mil habitantes (em 1870 eram cerca de 20 mil) e poucos eram aqueles aptos a participar dos embates intelectuais (CORDEIRO, 1997, p.86).

Fortaleza tinha entre 1850 e 1900 cerca de seis colégios, segundo Araripe (2000, p. 84): “[...] seis colégios, quatro para o sexo masculino – o Liceu, o Ateneu Cearense, o Panteon Cearense e o Colégio Cearense – e dois para o sexo feminino – o Imaculada Conceição e o Cearense [...]”

No entanto, consultando outras fontes, são encontrados relatos que afirmam que a cidade possuía mais que seis órgãos de instrução. Segundo Menezes (1992, p. 175 – 176): “Há 20 escolas públicas, sendo 4 do sexo masculino, 7 do feminino e 11 mistas.” Infelizmente, o nome das instituições não é informado, somente o nome dos diretores é

mencionado. Embora essas escolas fossem públicas, o acesso à educação ainda era privilégio de poucos. Havia enorme desigualdade social naquela época.

[...] ao mesmo tempo que a elite se encontrava para as tertúlias literárias, a maior parte da população achava-se, segundo a bibliografia especializada, afastada das letras. Com cerca de 85% de sua população analfabeta, as narrativas historiográficas são unânimes em afirmar que o universo letrado no Ceará, na virada do século XIX para o XX, era extremamente reduzido. São inúmeros os textos de historiadores, sociólogos e educadores que destacam o fato de ser a Província do Ceará uma região profundamente iletrada do País. [...] O número de analfabetos bem como a desigualdade e a hierarquia social na qual vivia imersa a Província são aspectos fundamentais para se compreender o que se pode chamar de sociedade cearense na segunda metade do século XIX. (VENÂNCIO, 2006, p. 23).

Ainda sobre os colégios da capital, podem ser mencionadas duas escolas particulares, uma fundada em 1893 e a outra em 1870 (MENEZES, 1992, p. 174). Naquela época, é preciso destacar que, existiam escolas de referência, algumas das quais sobreviveram até os dias atuais, como o Liceu do Ceará (1845). Outros, ainda, figuram nos relatos históricos pelo saudosismo dos cronistas que lá estudaram, segundo Menezes (1992, p. 171 – 174): Instituto de Humanidades, fundado em 1892, oferecia os cursos primário e secundário; o Parthenon Cearense (1892), também com os cursos primário e secundário; a Escola Cristã (1882); Ginásio Cearense (1887); Externato S. Teresa de Jesus (1886); Jardim da Infância (1883); Colégio da Anunciação (1887); Externato Sta. Clotilde (1891); Externato Alba Rosa (1891).

Para além dos colégios, Fortaleza contava com outras instituições de instrução como biblioteca e sociedades científicas, além de livrarias, tipografias e mercearias ou bodegas que vendiam livros, revistas e jornais.

Fortaleza até meados do século XIX não contava com quase nenhuma estrutura para a formação do universo letrado, somente na segunda metade do século acorda para o mundo das letras, pois conta com a Loja Nova, de Manuel Antônio da Rocha Júnior, que alugava livros, em sua grande maioria românticos, como Victor Hugo e Walter Scott, e os folhetos de Pablo de Kock. De 1850 a 1870 floresce uma geração romântica quase que totalmente de poetas: Juvenal Galeno, Antônio Bezerra, Xavier de Castro, entre outros, que tinham como fonte de inspiração o mar, a lua e as areias brancas das praias cearenses. Foi desse clima de romantismo que emergiu a literatura cearense que depois de algum tempo modifica-se e ‘De xaropada romântica passava ao meio-naturalismo tradicionalista e campesino’. Através das correntes científicas da época provenientes das reuniões da Academia Francesa, que pensavam a literatura como uma expressão da sociedade que, portanto, devia expressar e representar a vida dos indivíduos nos seus mais diversos aspectos: clima, habitação, economia, bem como todas as manifestações e as ações provenientes dos seus ideais políticos e de desenvolvimento social. A literatura devia, portanto, retratar a cara dessa sociedade. (ARARIPE, 2000, p. 153-154 *apud* MONTENEGRO, 1953, p.6).

É válido, ainda, citar o Congresso de Ciências Práticas, inaugurado em 7 de setembro de 1894. Segundo Menezes (1992, p. 179), essa instituição oferecia aulas de português, francês, aritmética, escrituração mercantil, esgrima e desenho. Além disso, oferecia um curso noturno de primeiras letras para as crianças pobres da cidade.

Havia também àquela época, uma associação voltada para a preservação do meio ambiente, talvez a primeira da cidade com esse objetivo, que tinha até uma proposta de código florestal a ser adotado pela província. Fundada em 1804, essa associação objetivava defender as matas e reflorestar áreas desmatadas no Estado (MENEZES, 1992, p. 179).

A Fênix Caixeral (1891), era tida como uma república de caixeiros, no sentido de uma associação comercial da capital. Lutava pelo direito dos trabalhadores do comércio e oferecia cursos para comerciantes, vendedores e jovens que queriam trabalhar no comércio local. Exercia um papel para além de uma instituição comercial, pois era também profissionalizante.

A Fênix Caixeral gozava de alto prestígio na sociedade local, extremamente organizada, possuía até um veículo de divulgação de suas ações, o *Jornal o Atleta* (1890), posteriormente renomeado para *Revista Phenix*. A instituição ainda contava com uma biblioteca com mais de 800 volumes de diversos assuntos e bons autores, para a instrução dos moços caixeiros (MENEZES, 1992, p. 178).

Diante desse cenário e seus contrastes, uma vez que embora haja espaços para leitura e instrução, mais da metade da população vivia em completo abandono, sujeita à própria sorte, a sofrer com a falta de saúde, educação, trabalho e a passar fome. Mas mesmo diante desses contrastes, a leitura se fazia presente em todas as camadas, sobe outras formas e maneiras diferentes.

Ao longo da segunda metade do século XIX, a circulação de livros no Brasil aumentava em consonância com as transformações urbanas. Os livreiros brasileiros aproveitavam o contexto de expansão comercial, o avanço das vias e meios de comunicação, o aumento do número de leitores e a disseminação das obras populares para cada vez mais se dedicarem à venda do livro como uma mercadoria de lucro. Nesse âmbito, na segunda metade do século XIX, houve um aumento visível do número de livrarias no País. (SILVA, 2011, p. 44).

Nesse sentido, a cidade possuía outros estabelecimentos que ajudavam a consolidar uma cultura leitora na capital, ou seja, a livrarias e os comércios que vendiam, além de produtos alimentícios de primeira mão, livros, revistas, jornais, alimentos para o espírito.

Ao falar sobre os espaços de venda de livros em Fortaleza, alguns autores apontam Manuel Antônio da Rocha Júnior como um dos seus primeiros livreiros. O Sr. Rocha Júnior não optou por abrir uma livraria propriamente dita, e sim por usar sua loja de diversos, já existente, como ambiente onde, ao lado de uma diversidade de mercadorias, seus clientes poderiam escolher livros. Mesmo sem se apresentar nos jornais como proprietário de uma livraria, passou a atuar como livreiro, vendendo diversos tipos de impressos desde meados de 1840, antecipando os posteriores estabelecimentos que se apresentavam nos anúncios como livrarias ou ‘lojas de livros’. (SILVA, 2011, p. 36-37).

Além da venda de livros, havia também a opção de empréstimo ou aluguel, um serviço até então inovador em uma pequena capital do Nordeste. Sua loja de diversos oferecia várias opções aos leitores da cidade, uma vez que disponibilizava, desde literatura antiga e clássica, com autores gregos, ao mais atual da literatura contemporânea da época, como os romances franceses.

Rocha Junior foi uma das figuras de transição do mercado de livros na Capital. Noticiava, vendia e alugava livros, mas continuou apenas com uma seção de livros dentro de sua loja de diversos, ao contrário dos que, com o passar dos anos, montaram uma livraria, mesmo que, em alguns momentos, os lucros de suas firmas representassem ainda a soma entre a leitura e outros produtos diversos. Mais importante do que fixar um lugar para Rocha Júnior na história das livrarias de Fortaleza é entendê-lo como um elemento dentro desse processo, ou seja, um comerciante-livreiro que desde a década de 1840 fazia de sua loja uma espécie de loja-livraria-gabinete, onde atendia à necessidade da população em um momento anterior à criação de ambientes especializados na venda de impressos. (SILVA, 2011, p. 43-44).

Além de Rocha Júnior, outros comerciantes se destacaram no mercado livreiro local, alguns com livrarias e outros que, aos moldes do comerciante citado, disponibilizavam um pequeno espaço para a venda de livros em seus comércios. O fato é que a circulação de impressos aumentou ao longo dos oitocentos, principalmente na segunda metade do século.

Em Fortaleza, entre a década de 1870 a de 1890, o número de livrarias em funcionamento dobrou. Enquanto, em 1870, os estabelecimentos formais registrados nos almanaques do Ceará eram apenas dois (Livraria de Joaquim José de Oliveira & Cia, e Livraria de João Luiz Rangel), nas décadas de 1880 e 1890, esse número passava para quatro (Livraria de Joaquim José de Oliveira & Cia., Libro Papelaria de Gualter R. Silva, Livraria de Sátiro Verçosa e Livraria Evangélica de De Lacy Wardlaw). (SILVA, 2011, p. 44-45).

Em relação à livraria do senhor Joaquim José de Oliveira, este era uma das principais figuras da venda de livros da época, em Fortaleza, o qual fez fortuna graças ao comércio livreiro, pois tinha também uma tipografia na qual imprimia livros, jornais e revistas diversas que circulavam na cidade. Com uma rede de contatos ampla, a Livraria do Senhor Oliveira recebia livros desde o Rio de Janeiro até a Europa.

[...] o Sr. Oliveira optou por inaugurar uma loja especializada na venda de leituras. Após atuar como livreiro durante cinco décadas, o Sr. Oliveira morreu em 1900 e sua livraria foi registrada nos almanaques do Ceará até 1901. Mais do que ficar à frente do comércio livros durante a segunda metade do século XIX, é importante destacar o livreiro, com sua firma, como um importante intermediário no acesso à leitura e às novas publicações do período. Ao observar a trajetória da livraria do Sr. Oliveira, vê-se que ela seguiu as mudanças ocorridas no mercado editorial durante a segunda metade do século XIX, e com isso pôde levar para Fortaleza publicações recentes e antigas que circulavam em várias regiões do mundo. (SILVA, 2011, p. 54-55).

No que se refere ao livreiro Gualter R. Silva, este atuou também como editor e era amigo de muitos intelectuais e leitores locais, onde foi o editor de obras de Rodolfo Teófilo e Juvenal Galeno, além de imprimir vários livros católicos da diocese local.

Como livreiro, Gualter Silva vendia diversos gêneros de leitura. Em alguns momentos, porém, dedicou parte das suas campanhas de propagação nos jornais para a venda de livros escolares e romances, anunciava ser depósito de livros aprovados pela instrução pública e divulgava grandes anúncios, informando os romances à venda em sua livraria. Além de grande quantidade de impressos, porém, sua livraria também possuía outros produtos. (SILVA, 2011, p. 57-58).

Esses outros produtos, seriam papéis para impressão de jornais e medicamentos, como ‘pílulas do mato’, famoso vermífugo popular. No que tange às demais livrarias, segundo Silva (2011, p.62-63), em 1865 Afio Bezerra de Menezes abriu uma livraria na rua da Palma, atual rua Major Facundo, no Centro de Fortaleza, que funcionou por pouco tempo. Em 1866, o senhor João Luiz Rangel adquiriu a livraria do senhor Afio, a qual, embora tenha se firmado na capital, virando até ponto de referência na cidade, funcionou por pouco tempo e, em 1870 já tinha desaparecido dos anúncios dos jornais.

Havia também outro comerciante que, na década de 1870, exercia atividades de livreiro e impressor. Trata-se do senhor Satyro Verçosa que, em 1874, tinha uma pequena livraria no mesmo endereço da livraria do Sr. Rangel. “O Sr. Satyro Verçosa exercia atividades ligadas aos impressos, com venda de ‘livros em branco’ e encadernação” (SILVA, 2011, p. 63).

Com o pequeno comércio especializado em encadernações, Verçosa tinha, como maior destaque, seus serviços de encadernador. Para a época, os serviços de encadernação eram comuns, pois cadernos, diários, livros caixas, livros de ponto e finanças, além do costume dos leitores em mandarem encadernar as obras que adquiriam em capa dura para padronizar esteticamente nas estantes e obter maior conservação.

Ao que tudo indica, Satyro Verçosa era um livreiro de pequeno acervo. Inicialmente, trabalhou com encadernações e vendas de ‘livros em branco’, para lojas e

repartições. Com o passar das décadas especializou-se também na venda de obras variadas, sem deixar de lado as encadernações, que pareciam ser seu maior empreendimento. Atuou na cidade até o final do século XIX. (SILVA, 2011, p. 65).

Há também, entre esse rol de livreiros da segunda metade dos oitocentos, o Sr. De Lacy Wardlaw. O diferencial desse livreiro é o público em que se especializou, o religioso. Esse livreiro era dono de uma livraria evangélica que comercializava livros protestantes, católicos e outros artigos religiosos.

O Sr. Wardlaw foi outro comerciante de livros de Fortaleza na segunda metade dos oitocentos. Era pastor presbiteriano e dono de uma livraria evangélica. Trabalhou com livros desde a metade da década de 1880 até 1901, quando, então, deixou de residir em Fortaleza e viajou para os Estados Unidos. Sua livraria era sempre registrada nos almanaques do Ceará como: 'De Lacy Wardlaw (Livraria Evangélica)', uma das primeiras, se não a pioneira, livraria especializada em assuntos religiosos. Como pastor, o Sr. Wardlaw difundiu sua crença; como livreiro, optou por dedicar-se a um grupo de leitores interessados em assuntos religiosos que, de certa forma, estavam dentro de seus espaços de sociabilidade, tanto de fé quanto de trabalho. (SILVA, 2011, p. 65-66).

Com tantos espaços de aquisição de leitura, a cidade tinha ainda pequenos empreendimentos que vendiam livros, como nos conta Silva (2011, p. 67 -79). Com base nos anúncios de jornais, os leitores podiam comprar livros como romances, revistas internacionais, livros escolares, de direito, medicina ou livros de etiqueta, religiosos, além de revistas internacionais como dos EUA, Alemanha, França e outros, nos correios, escritórios da estrada, lojas de roupas e artigos diversos como a Loja Toscana, em Farmácias ou Boticas, lojas de música e moda, como a Loja Torre Eiffel e outros locais como bodegas e mercearias.

Vale ressaltar, por fim, que as livrarias de longa, média ou pequena duração, bem como os vendedores de livros e outros produtos, negociantes, vendedores de rua, caixeiros etc., como intermediários comerciais do livro, contribuíram ativamente para o escoamento e divulgação dos impressos na cidade. Os diferentes espaços de aquisição de livros complementavam-se: em conjunto, ofereciam a um leitor do período várias possibilidades de leitura. (SILVA, 2011, p.79).

Diante de um cenário livresco efervescente e com um claro fluxo de leituras, impressos e informações a percorrer os sujeitos leitores da urbe, começaram a surgir aqueles que afetados por suas leituras e alguns no furor da juventude passam a produzir literatura e leituras que afetaram gerações posteriores. Pioneiros das belas letras fortalezenses, estes primeiros escritores da terra pulularam o imaginário literário de regionalismo, cotidiano, memória urbana e interiorana fortalezense e cearense. São os fundadores do imaginário leitor local.

Assim, surgem os clubes e agremiações literárias dentre os quais se tratam os seguintes grupos ou marcos da leitura local: a Biblioteca Provincial (1867), a Fênix Estudantal (1870), a Academia Francesa (1872), a Escola Popular (1874), o Gabinete Cearense de Leitura (1875), o Instituto do Ceará (1877), o Clube Literário (1886), a Escola Militar (1890-91), a Padaria Espiritual (1892), a Academia Cearense de Letras (1894), o Centro Literário (1894) e a Iracema literária (1899).

3.1 A Biblioteca Provincial do Ceará

Talvez o maior marco da leitura de uma cidade, a figurar como uma instituição pública e de poder, seja a Biblioteca. Como instituição milenar, traz em sua essência o poder da cultura livresca e leitora nas civilizações humanas. Em Fortaleza, na segunda metade dos oitocentos, inebriados com os ares civilizatórios da *Belle Époque*, surge como um estímulo civilizador em uma terra, até então, de pouco apreço pelas letras, a Biblioteca Provincial do Ceará.

Inaugurada em 25 de março de 1867 – pelo Presidente da Província Tenente Coronel João de Sousa Melo e Alvim – a Biblioteca Pública tinha, e ainda tem como missão ser um espaço democrático de leitura e civilidade para a cidade. Segundo Araripe (2000, p. 119), “datam de 1848 as manifestações sobre a necessidade de uma biblioteca para a província, muito próximo da criação do Colégio do Liceu do Ceará – 1845, que já havia requisitado e manifestado a sua necessidade.”

Como impulso civilizador, o discurso da Biblioteca não poderia deixar de trazer as influências européias, materializadas em seu acervo. O acervo de uma biblioteca compõe a alma e o poder discursivo de tal instituição e no caso da Biblioteca Provincial, essa importava o melhor da literatura e costumes leitores europeu. Além disso, vale destacar o caráter democrático do espaço, aberto para toda a população.

A Biblioteca aparece, dessa forma, como fonte de conhecimento, propiciando uma sensação de liberdade de saber, já que o seu acervo estaria à disposição de qualquer pessoa, possibilitando, portanto, um alargamento do universo social letrado da Província do Ceará, bem como favorecendo o florescimento de novas formas de ver o mundo, de descoberta de novos caminhos e, por conseguinte, reforçando os ideários de liberdade. Porque o saber, aqui representado na Biblioteca, traz a possibilidade de conhecer outros mundos, outras ideias, outras culturas, de sonhar outros sonhos, de formar e transformar, de guardar e preservar, enfim, de construir cultura e identidade social. Portanto o surgimento da Biblioteca Provincial do Ceará nesse momento é denotativo de uma nova maneira de ser e estar na sociedade, é, por conseguinte, uma instituição que se credencia como espaço de memória e de identidade cultural. Uma instituição de caráter civilizado, pois carrega o simbolismo

representativo do saber. Saber que dá a condição essencial para as transformações sociais. (ARARIPE, 2000, p. 100-101).

Sobre o acervo, fica evidente que a maior parte foi comprada na Europa, pelo livreiro João Luiz Rangel, do qual já se falou anteriormente. Os livros iam desde romances franceses, que segundo Pinheiro Filho (2014) tinham a preferência pelos leitores, a obras de filosofia de autores gregos e romanos, e diversos periódicos, adquiridos, muitas vezes por doações, cuja maioria era constituída de obras francesas, inglesas, americanas e de outras nacionalidades. Nesses 150 anos, ocupou diversos espaços, sempre na região do centro comercial da cidade e, até os dias atuais, resiste como espaço, leitor, de memória e identidade local.

A Biblioteca Provincial do Ceará ocupou muitos espaços e passou por muitas mudanças estruturais até os dias de hoje, mas teve como primeira morada, e isso é importante destacar, o prédio erguido para abrigar a Escola Pedagógica, no qual foi gasta a quantia de 23, 728\$612 para sua edificação, construído em face nordeste do terreno sul da Praça Marquês de Herval, hoje Praça José de Alencar, local dos mais movimentados do centro da cidade de Fortaleza, e em cuja face sudeste foi construído o edifício da Escola Normal. A Biblioteca começou com um acervo de 1730 volumes, dos quais 614 foram comprados pelo governo e 1116 doações de particulares. (ARARIPE, 2000, p.143).

Com a inauguração da Biblioteca e frenesi civilizatório instalado na cidade, por conta da Belle Époque, os intelectuais dessa época começaram a se organizar e a criar grupos, clubes e agremiações literárias e leitoras, a fim de inaugurar uma tradição literoleitora local, como é o caso da Fênix Estudantil, da Academia Francesa e outras.

3.2 A Fênix Estudantil, a Academia Francesa e a Escola Popular

Essas três instituições surgem, de certa forma, juntas, e acompanham a evolução intelectual e literária de grandes nomes das letras fortalezenses, como é o caso de Rocha Lima. A primeira é inaugurada como uma agremiação de três amigos, ainda jovens estudantes, em 1870, onde Rocha Lima, João Lopes e Fausto Domingues escreviam e discutiam sobre literatura.

Não hesito em apontar em Rocha Lima o verdadeiro precursor dos idealizadores da socialização de nossos letrados. O, mais tarde, autor de “Crítica e literatura” tinha jeito para controlar inteligências. Em 1870, com João Lopes e Fausto Domingues, ele fundara a ‘Fênix Estudantil’, que era um sodalício de rapazelhos, de vez que Rocha Lima tinha, então, 15 anos, João Lopes 16 e Fausto Domingues 19. Note-se: quem, um triênio depois, daria na famosa ‘Academia Francesa’, provas de ferrenho agnosticismo, começará pondo a ‘Fênix Estudantil’, sob o patrocínio de São Luiz de Gonzaga [...] (MOTA, 1939, p. 11).

Pouco se sabe a respeito dessa agremiação, mas os frutos plantados por ela vão originar um dos mais lembrados grupos intelectuais locais, pois assim como a fênix, que ressurgiu das próprias cinzas, três anos depois e sob a liderança de Rocha Lima surge a chamada Academia Francesa.

Influenciados pelas teorias racionalistas, evolucionistas e a filosofia positivista de Augusto Comte, além das ideias abolicionistas e repúblicas, a Academia francesa era uma agremiação literofilosófica que causou grande “rebuliço” na sociedade local, uma vez que tinha como um de seus princípios a laicização do estado.

Fundada por Tomás Pompeu de Sousa Brasil Filho, Raimundo Antônio da Rocha Lima, João Caspistrano de Abreu, João Lopes Ferreira Filho, Xilderico Araripe de Faria e o Dr. Antônio José de Melo (BARREIRA, 1986, p. 86), estes eram ferrenhos críticos da igreja católica. Se a Fênix Estudantil tinha os auspícios cristãos de seu padroeiro São Luiz Gonzaga – Padroeiro da juventude e estudantes – a Academia Francesa tinha como padroeira a razão.

Os embates entre o clero e essa agremiação poderiam ser vistos nos principais jornais da cidade a época, a folha maçônica ‘A Fraternidade’, composta pelos membros da Academia francesa e o jornal Tribuna Católica, composto pela elite tradicionalista e o clero.

Mais “rebuliços” viriam, ainda, a serem causados, na cidade, por essa agremiação, pois em 1874 – para a preocupação das elites e governantes – surgiu a Escola Popular. Essa instituição se configurava como uma iniciativa para a promoção da educação pública e gratuita das camadas menos abastadas da cidade, voltadas para os trabalhadores e desfavorecidos socialmente. Com aulas noturnas, a população carente da cidade tinha a oportunidade de ter contato com o livro e leitura.

A Escola Popular é efetivamente um símbolo do vigor da vida intelectual do Ceará na segunda metade do século passado. Trata-se de uma iniciativa fiel á preocupação de Comte com a formação intelectual do proletariado: destinada aos pobres e operários, funcionava das seis e meia às dez da noite, com memoráveis palestras e debates. (LINS, 1964, p.110).

Rocha Lima e companhia, além de levar educação aos mais carentes, faziam também uma espécie de pedagogia para a vida, educação para a mídia e contra a ideologias de massa, algo que muito faz falta nos dias atuais de crises: moral, política e social nas quais o Brasil anda mergulhado. O fato é que a Escola Popular, como órgão da Academia francesa, levava ao povo palestras sobre Soberania Popular – ministrada por Tomás Pompeu; sobre o

Papado – proferida por Araripe Junior e Religião – tendo como orador Amaro Cavalcante. (CORDEIRO, 1997, p.93).

Vale aqui destacar as aulas ministradas por Rocha Lima, de leitura de jornais da terra, onde se faziam comentários políticos e filosóficos em uma linguagem de fácil assimilação afim de que as pessoas com pouca instrução pudessem entender as entrelinhas dos textos jornalísticos locais. A mídia da época pululava de discursos ideológicos, doutrinários, sendo preciso tornar mais vulgar ou comum para o entendimento das massas, a linguagem rebuscada e cheia de armadilhas discursivas.

Grande parte do legado dessa agremiação está registrado no jornal maçônico ‘A Fraternidade’. As atividades desse grupo atuante e incomodado com a realidade social e política local se desenvolveram até 1875. Como precursor das agremiações literárias na metade dos oitocentos, a Academia Francesa abriu espaço para outras instituições e grupos intelectuais, que acreditavam na força da educação e da leitura como forma de progresso social. É o caso do Gabinete Cearense de Leitura, do Instituto do Ceará e o Clube Literário.

3.3 O Gabinete Cearense de Leitura, o Instituto do Ceará e o Clube Literário

Sem muito incomodar à elite e ao clero local, como fez a Academia Francesa, o Gabinete Cearense de Leitura, ao contrário de sua antecessora, veio agradar boa parte da classe abastada da cidade, uma vez que gozava de prestígio político e contava com membros dos mais altos padrões sociais. Eram intelectuais com poder aquisitivo elevado e influentes na política local.

O fato é que essa nova agremiação, também sob a influência européia, com o culto à civilidade e imitando o que Portugal, França e recentemente Bahia, Recife e Rio de Janeiro já vinham fazendo em termos de espaços culturais e leitores, surge a ideia de montar um gabinete de leitura, coisa comum nas grandes metrópoles do período. “[...] instalou-se, a 2 de dezembro de 1875, no sobrado n. 92 da então rua Formosa (hoje Barão do Rio Branco), nesta cidade” (BARREIRA, 1986, p. 107).

O Gabinete trazia de inovador, em relação à agremiação que a antecedeu, o fato de os associados terem um estatuto, com objetivos e regras, deixando claro os fins da dita agremiação. Objetivando a divulgação das artes e ciências, o gabinete possuía uma grande biblioteca para a época, com quase dois mil volumes entre livros, revistas e jornais.

Era um espaço de culto ao saber, a leitura e a educação. Além disso, era um espaço de sociabilidade da cidade que ansiava pelo moderno, o chique e o civilizado. Mesmo

estando de portas abertas para toda a população, o gabinete era mais frequentado pelas elites, o que não é novidade, uma vez que um ambiente tão requintado, poderia intimidar e acanhar os menos favorecidos.

Essa instituição foi fundada pelos senhores: “[...] Dr. Antônio Domingues da Silva, Farmacêutico João da Rocha Moreira, Fausto Domingues da Silva, Joaquim Álvaro Garcia, Vicente Alves Linhares Filho, Francisco Perdigão de Oliveira e Antônio Domingues dos Santos Filho” (BARREIRA, 1986, 107). Vale lembrar que esse órgão da leitura local, tinha a aprovação do governo da província, uma vez que seu estatuto foi aprovado e contava com o apoio do presidente da província do Ceará.

Segundo a crônica histórica e literária cearense, os principais frequentadores do gabinete eram os estudantes do preparatório, sendo usuários e participantes dessa instituição nomes já aqui citados, como Rocha Lima, Tomás Pompeu, Capistrano de Abreu, Araripe Junior, João Lopes, Xilderico de Faria, Clóvis Bevilaqua, Antônio Martins, Guilherme Studart e Paula Ney (BARREIRA, 1986, p. 110).

Além do acervo disponível para a consulta do público, o Gabinete oferecia um curso noturno de instrução primária e conferências públicas, com aulas de ciências e línguas. Era mais um incentivo civilizatório da sociedade local.

Essa instituição encerrou suas atividades no dia 5 de julho de 1886, sendo seu rico acervo vendido e incorporado às coleções da Biblioteca Provincial do Ceará, como conta Barreira (1986, p. 112-113):

Pelo ofício, daquela data, ao Presidente da Província, Desembargador Joaquim da Costa Barradas, ao mesmo tempo que assim o declara, faz à Biblioteca Pública do Ceará a espontânea e valiosíssima oferta de tudo o que lhe pertence: entre outras coisas, a sua rica coleção de livros, revistas e jornais. E, em troca, pede que uma das salas da mencionada Biblioteca lhe perpetue o nome, ‘ao qual estará também ligada a lembrança daqueles nacionais e estrangeiros que lhe foram de incentivo e auxílio na cruzada em que por mais de um decênio folgou de estar empenhado’. (BARREIRA, 1986, p. 112-113).

Na mesma direção e com objetivos parecidos, surge também o Instituto do Ceará, órgão que resiste até os dias atuais, e é um importante espaço de memória, identidade e das ciências desta terra. Fundado em 4 de março de 1887, com 12 sócios efetivos: Paulino Nogueira Borges da Fonseca, Barão de Studart, Joaquim de Oliveira Catunda, João Augusto da Frota, Juvenal Galeno da Costa e Silva, José Sombra, Virgílio Brígido, Virgílio Augusto de Moraes, João Batista Perdigão de Oliveira, Antônio Augusto de Vasconcelos, Antônio Bezerra de Menezes, e Júlio César da Fonseca Filho (MENEZES, 1992, p. 177).

O objetivo do Instituto era de caráter científico, afim de incentivar a produção intelectual e científica local. “O objetivo do Instituto tem sido, até hoje, o culto da história, da geografia e das letras e ciências, sobretudo através de sua revista, por décadas publicadas ininterruptamente” (FARIAS, 2004, p.192). Essa instituição contava com uma Biblioteca de rico acervo de livros científicos, filosóficos e literário, além de um acervo de revistas e jornais, disponíveis para os sócios. Talvez seja a instituição científica e cultural mais antiga do Estado do Ceará, juntamente com a Biblioteca Pública do Estado.

A Revista do Instituto, publicada anualmente e que resiste até os dias atuais, é um dos primeiros exemplos de divulgação científica e literária do Ceará. Como incentivadores da produção do conhecimento, os membros do instituto formavam a mais seleta classe intelectual cearense. Segundo Oliveira (2001), esses intelectuais inauguraram o discurso científico na província, trazendo como influência o positivismo e as ideias naturalistas.

Como Micas das artes e ciências locais, é graças aos esforços dessa instituição que os primeiros estudos sobre a geografia, fauna e flora, história e literatura, folclore, medicina e outros foram salvaguardados para a posteridade.

Além da revista, o instituto incentiva e publica obras variadas de autores e cientistas cearenses que compõem seu seletto grupo de associados ou se destacam na cena intelectual local. A contribuição desse grupo para a cena leitora de Fortaleza vai além da literatura, indo à busca da produção científica da terra. Mesmo sendo um órgão das elites, não mediam esforços para em suas produções denunciarem as precárias condições sociais dos menos favorecidos. Em seus discursos sempre ficou evidente a preocupação com o social e a cultura desta terra, pois tinham nas artes e ciências a possibilidade de transformar e melhorar a realidade do povo.

O Clube Literário, ao contrário do Instituto do Ceará, se dedicava às belas letras e ao incentivo da literatura local. Fundado em 15 de novembro de 1886, “[...] idearam-no e formaram-no João Lopes, seu principal fundador e animador, Antônio Bezerra, Antônio Martins, Oliveira Paiva, José Olímpio, Abel Garcia e José de Barcelos” (BARREIRA, 1986, p. 116).

Era um clube exclusivo, cujas reuniões só podiam ser frequentadas pelos sócios. Objetivavam o enriquecimento e progresso intelectual de seus sócios, sendo incentivada a produção literária de qualidade dos seus membros. Vale lembrar, também, os demais participantes que foram incorporados um mês após a fundação do Clube, que foram: Francisca Clotilde, Augusto Xavier de Castro, Manoel Pereira, Juvenal Galeno, Justiniano de Serpa, Farias Brito, Rodolfo Teófilo e Alfredo Bomílcar (BARREIRA, 1986, p. 117).

Destarte, a única participante do sexo feminino caracterizou um ato de valentia e progresso para a época, uma vez que a participação de mulheres em agremiações literárias não era bem vista na sociedade. No caso, Francisca Clotilde era uma cearense à frente do seu tempo, trabalhava como professora e foi uma das escritoras cearenses de destaque na época. Foi muito criticada e excluída da cena local, por ter publicado o livro ‘A Divorciada’, um escândalo para a época.

[...] o clube promoveria um órgão na imprensa, promoveria conferências públicas, procuraria relacionar-se com os vultos da literatura, das artes e da ciência, corresponder-se com as corporações congêneres do império e do estrangeiro, e interveria perante os poderes públicos, quando necessário. (BARREIRA, 1986, p. 118).

Essa revista é um importante vestígio das produções literárias da época, que iam desde as produções romancistas, realista e naturalista cearense. A revista A Quinzena foi uma espécie de escola de belas letras para os escritores cearenses da época, uma vez que, em suas reuniões, discutiam-se os temas mais atuais da literatura brasileira e do mundo no século XIX.

Acrescente-se que, ao lado das atividades jornalísticas d’A Quinzena, realizava o Clube Literário sessões noturnas, durante as quais eram postas em discussão as mais recentes tendências da literatura estrangeira ou nacional. Dessa forma, o grêmio contribuiu admiravelmente para a renovação das letras no Ceará: com o conhecimento do que se passava nos grandes centros é que os nossos escritores foram pouco a pouco aderindo à nova corrente, o Realismo. Dir-se-ia haver João Lopes trazido da Academia Francesa o costume das leituras críticas [...] (AZEVEDO, 1976, p. 92).

Essas instituições de letras não foram as únicas dessa segunda metade dos oitocentos, servindo de ‘escolas literárias’ dos poetas e escritores que atualmente compõem o cânone da literatura cearense, essas agremiações deram espaço para outras como as produções dos alunos da Escola Militar, dos irreverentes e imortais ‘padeiros’ da Padaria Espiritual e dos intelectuais da Academia Cearense de Letras.

3.4 A Escola Militar, a Padaria Espiritual e a Academia Cearense de Letras

Com o maior patriotismo e sentimento repúblicano surgiu o movimento dos alunos da Escola Militar, nos idos de 1890. Era um agremiado de rapazes que tinha como objetivo a propagação das belas letras na capital da província do Ceará.

Esse “viçoso batalhão de intelectuais fardados”, alunos daquela tão falada Escola – os chamados Cadetes - , se compunha, entre outros, de ULISSES SARMENTO, ANÍBAL TEÓFILO, ALÍPIO BANDEIRA, MARCOLINO FAGUNDES, JOÃO BARRETO, GRACO CARDOSO, SOLFIERI ALBUQUERQUE, ÁLVARO

BOMÍLCAR, ANTÔNIO IVO, CARVALHO LIMA, FRANCISCO BARRETO, ALFREDO SEVERO, VIANA DE CARVALHO, LUÍS AGASSIZ, BRUNO SABOIA, OTACÍLIO DE OLIVEIRA, MANUEL POGGI, COUTO FILHO, FLÁVIO BELEZA, LEITE DE BERREDO, CORTES GUIMARÃES, EUTÍQUIO GALVÃO e JOSÉ DA PENHA. (BARREIRA, 1986, p.261-262).

Influenciado pela Academia Francesa e a Padaria Espiritual – agremiação contemporânea a esta – esse batalhão de intelectuais formados por poetas e prosadores, todos alunos da escola militar – e afetados pelas ideias repúblicas e positivistas encabeçadas pelos militares que haviam tomado o poder com a instalação da República. Possuíam uma revista dedicada às belas letras, ciências, filosofia e crítica literária.

Essa revista dizia-se órgão exclusivo da Escola Militar do Ceará, e procurava, segundo se exprimia no seu primeiro número, encimado com esse conceito de Horácio – *Difficile est mero proprie communia dicere* -, ‘modesto lugar para os seus jovens colaboradores entre aqueles que lutam e se esforçam pelo progresso das letras pátrias’. (BARREIRA, 1986, p. 264).

Tendo sempre como marca um profundo ufanismo em suas publicações, a Escola militar também publicou outros impressos, como nos conta Barreira (1986, p. 266):

Na Escola Militar do Ceará publicaram-se, ademais, -- cumpre mencionar – o jornal Silva Jardim, científico, literário e crítico, aqui surgido a 10 de Novembro de 1891, e a Revista Evolução, do mesmo modo crítica, literária e científica, aparecida nesta cidade a 20 de Julho de 1893, sob a redação dos alunos Luís Agassiz, Flávio Beleza, Viana de Carvalho, Leite de Berredo, Francisco Barreto, Cortes Guimarães, Eutíquio Galvão e José da Penha, e tendo por divisa as palavras sugestivas de Joseph de Maistre: ‘nada do que é grande começou grande’. (BARREIRA, 1986, p. 266).

Era um grupo configurado por estudantes, que se valiam do incentivo escolar e dos anseios de progresso e modernidade que aflorava em todo o país com a Proclamação da República. A época reclamava uma busca pela identidade nacional e um espírito de coletividade e nacionalidade. Era o rompimento do velho regime político que semeava esperança de mudanças em toda a sociedade. Pena que a república não tenha correspondido a esses anseios.

Diante de tal cenário, o incentivo às letras e a propagação de leituras positivistas e repúblicas, só fizeram aflorar, ainda mais, a produção de impressos em todo o país. Segundo Barreira (1986, p. 266), a Escola militar ainda publicou as revistas: ‘A Pequena Revista’, a 13 de maio de 1891 e ‘O Atleta’, de 15 de junho do mesmo ano.

É preciso registrar uma divergência quando Barreira relaciona a publicação da Revista ‘O Atleta’ à Escola Militar, pois segundo o historiador Mezeneses citado no início da

subseção 2.6, essa revista é atribuída aos integrantes da Fênix Caixeiral. Tal fato causa estranhamento, mas tal questão será investigada posteriormente.

No mesmo período, surge na capital um dos mais lembrados movimentos literários da história de Fortaleza, marcado pela irreverência e inovação, unindo sob os signos do café com o pão do espírito, o humor e a literatura que reclama uma identidade regional e nacional.

A Padaria Espiritual surgiu no dia 3 de maio de 1891. A agremiação teve duas fases, quando houve reorganização dos sócios e mudanças na direção do grupo. Sua segunda fase teve início em 28 de setembro de 1894, tendo a agremiação encerrado suas atividades em 20 de dezembro de 1898 (BARREIRA, 1986, p. 136).

A formação original ou a primeira fase foi composta pelos seguintes sujeitos e seus respectivos pseudônimos entre parênteses: Jovino Guedes (Vencesláu Tupiniquim); Antônio Sales (Moacir Jurema); Tibúrcio de Freitas (Lúcio Jaguar); Ulisses Bezerra (Frivolino Catavento); Carlos Vítor (Alcindo Bamdolim); José de M. Cavalcante (Silvino Batalha); Raimundo T. de Moura (José Marbri); Álvaro Martins (Policarpo Estouro); Lopes Filho (Anatólio Gerval); Temístocles Machado (Túlio Guanabara); Sabino Baptista (Sátiro Alegrete); José Maria Brígido (Mogar Jandira); Henrique Jorge (Sarasate Mirim); Lívio Barreto (Lucas Bizarro); Luís Sá (Corrégio Del Sarto); Joaquim Vitoriano (Paulo Kandalaskaia); Gastão de Castro (Inácio Mongubeira); Adolfo Caminha (Félix Guanabarino); José dos Santos (Miguel Lince) e João Paiva (Marco Agrata).

A segunda fase foi composta pelos seguintes nomes: Antônio de Castro (Aurélio Sanhaçu); José Carlos Júnior (Bruno Jaci); Rodolfo Teófilo (Marco Serrano); Almeida Braga (Paulo Giordano); Waldimiro Cavalcante (Ivan D’Azehofe); Antônio Bezerra (André Carnaúba); José Carvalho (Cariri Braúna); Xavier de Castro (Bento Pesqueiro); José Nava (Gil Navarra); Roberto de Alencar (Benjamim Cajui); Francisco Ferreira Vale (Flávio Boicinga); Artur Teófilo (Lopo de Mendonza); Cabral de Alencar (Abdul Assur) e Eduardo Saboia (Braz Tubiba).

Essa agremiação abraçou a cidade como palco de suas produções. A Padaria é fruto dos agitamentos culturais e literários que a antecederam, somados às influências da *Belle Époque*; os acontecimentos que culminaram na República e as ideias naturalistas, racionalistas e positivistas que afloraram no século XIX.

Mesmo tentando romper com os afrancesamentos e estrangeirismos que inundaram as sociabilidades da época, a Padaria Espiritual não poderia fugir, por completo,

dessas influências, pois nos moldes dos debates literários franceses muitos dos encontros dos padeiros aconteciam no Café Java, um dos quatro cafés da praça do Ferreira.

Sobre o nome da agremiação, se deve ao órgão de divulgação do grupo, um jornal, chamado espirituosamente ‘O Pão’. Nele se publicavam as composições literárias do grupo. Outro fato importante é que era um grupo formado também por sujeitos comuns – que não figuravam cotidianamente na elite intelectual – além de músicos e pintores, não sendo apenas restrito a escritores e poetas.

Possuíam um estatuto onde haviam as funções de padeiro mor, padeiros e até um guarda livros (no sentido de bibliotecário). Ficaram marcados na literatura como os precursores do simbolismo no Ceará, além de terem antecipadas muitas ideias nacionalistas defendidas pela Semana de Arte Moderna, de 1922, realizada em São Paulo. Com irreverência, humor e crítica política e social refinada a Padaria Espiritual trouxe novos ares para a literatura local, mostrando que literatura, cotidiano e política andam lado a lado nos discursos da época.

Outro marco da leitura em Fortaleza foi o surgimento da Academia de Letras mais antiga do País, fundada antes da Academia Brasileira. Criada no dia 15 de agosto de 1894, a Academia Cearense de Letras (ACL) se mantém ainda em atividade. Segundo Dolor Barreira (1986), a Academia Cearense passou por três fases distintas: a primeira fase estende-se de 15 de agosto de 1894 a 17 de julho de 1922; a segunda fase vai de 1922 até 1930 e a terceira fase abrange desde 21 de maio de 1930 aos nossos dias.

A Academia segundo Cardoso (2000) buscava inspiração nas repúblicas das letras francesas que buscavam na instauração do discurso erudito exercer sua influencia na sociedade. Cabe aqui investigar a parte do período inicial da ACL, da sua fundação até o fim do século XIX. Seus fundadores, atuais patronos das cadeiras da ACL foram:

[...] Tomás Pompeu, Pedro de Queirós, Valdimiro Cavalcante, Raimundo Arruda, Álvaro Mendes, Farias Brito, Antônio Augusto de Vasconcelos, Guilherme Studart, José Carlos Júnior, Virgílio Augusto de Moraes, J. Fontenele, José de Barcelos, Antônio Bezerra de Meneses, Francisco Alves Lima, Drumond da Costa, Eduardo Studart, Adolfo F. Luna Freire, Eduardo Salgado, Alcântara Bilhar, Franco Rabelo, Benedito Sidou, Antônio Fontenele, Antônio Teodorico Filho, Álvaro de Alencar, Padre Valdevino Nogueira, Henrique Théberge e Justiniano de Serpa. (BARREIRA, 1986, p. 179).

Essa organização possuía também um estatuto que objetivava incentivar a promoção da educação pública, pressionando o governo para que se democratizasse o acesso

à educação. Além disso, incentivavam as artes, ciências e literatura. Os objetivos registrados no estatuto da ACL são os seguintes:

[...] a) promover o exame das doutrinas ou questões literárias e científicas de actualidade, por meio de pareceres, memórias, livros, etc., que seriam entregues à publicidade, ou por discussões, palestras e conferências, cujos resumos ficariam exarados nas actas das respectivas sessões; b) acompanhar o movimento intelectual dos povos cultos, por meio de exposições escritas das principais teorias, problemas, ou questões tractadas em revistas especiais ou obras nacionais ou estrangeiras; c) esforçar-se por alargar a esfera da instrução superior e secundária do Ceará, devendo criar, manter ou auxiliar institutos profissionais e técnicos sempre que lhe fosse possível; d) Procurar levantar a instrução primária, provocando pela imprensa ou oralmente a atenção dos poderes públicos para os variados problemas da educação, da pedagogia, dos programas e, em geral, dos assuntos que a ela se prendem; e) fomentar o gosto artístico e literário pelos meios ao seu alcance. (BARREIRA, 1986, p. 180).

O que vale lembrar é que outro órgão literário organizado pelas elites, mas que tem um viés social e cultural, mesmo que seja esse viés nivelado pelos salamaleques da alta classe. No entanto, é uma importante instituição literária e leitora, uma vez que é guardiã da tradição literária e dos imortais das belas letras de Fortaleza. Como difusora de cultura, conhecimento e informação, a ACL cumpre seu papel de marco leitor e de propagação de múltiplas possibilidades leitoras para a população da cidade a época. Vale ainda lembrar o famoso órgão de divulgação dessa organização, impresso até a atualidade, a Revista da ACL é registro fiel das produções literárias locais.

Por fim, têm-se como marcos representativos finais da leitura dos oitocentos os sujeitos que compunham o ‘Centro Literário’ e a ‘Iracema Literária’, instituições que serviriam de referência para movimentos futuros das letras cearenses e para deleitar milhares de leitores cearenses com o legado literário por elas produzido.

3.5 O Centro Literário e a Iracema literária

No mesmo período do surgimento da Academia Cearense de Letras, surgiu, na redação do jornal ‘O Comércio’, a 27 de setembro de 1894, o Centro Literário, formado por muitos já consagrados escritores cearenses e que frequentavam as famosas reuniões literárias na Casa de Juvenal Galeno.

Foram seus sócios fundadores: Juvenal Galeno, Viana de Carvalho, Temístocles Machado, Pápi Júnior, Álvaro Martins, Luiz Agassiz, Pedro Moniz, Alves Lima, Octacílio de Oliveira, Ulisses Sarmiento, Bonfim Sobrinho, Alfredo Severo, Jovino Guedes, Quintino Cunha, Frota Pessoa, Alcides Mendes, Farias Brito, Rodolfo Teófilo, José Olímpio, Francisco Barreto, João Barreto, Tancredo de Melo, Eduardo

Saboia, Bruno Saboia, Almeida Braga e Belfort Teixeira. (BARREIRA, 1986, p. 226-227).

Essa agremiação tinha também como finalidade o incentivo da produção literária de qualidade, a difusão do livro e da leitura e o incentivo à educação. A questão da popularização do livro na cidade é uma marca característica dessa agremiação. Em seu estatuto declarava como sua finalidade:

[...] tinha o Centro Literário os seguintes fins: a) difundir o gosto literário e artísticos no seio da sociedade em geral; b) realizar conferências públicas e sessões literárias sendo aquelas de preferência de índole nacional, escolhendo o conferente inscrito a tese que lhe conviesse; c) criar fundos para editar obras de seus consócios, que fossem carecendo de publicidade, e d) pôr-se em comunicação e auxiliar a todas as sociedades congêneres, que fossem fundadas neste Estado ou mesmo fora dele. (BARREIRA, 1986, p. 234).

Tinham o intento de fundar uma editora para a divulgação da literatura cearense e de inaugurar um pavilhão biblioteca no passeio público, a fim de influenciar e inaugurar uma cultura livresca e leitora na cidade.

No cartão-circular, de 15 de Outubro de 1894, que Rodrigues de Carvalho transcreveu n' O Ceará Literário, ainda diziam os fundadores do Centro: 'Além dos intuítos inerentes às sociedades desta ordem, temos de realizar dois importantes bens para a comunidade: - abrir uma casa editora para a publicação dos trabalhos dos agremiados, e erigir, no lugar mais público da cidade, no Passeio Público, um Pavilhão-Biblioteca, para a exposição de livros modernos, jornais, obras de arte, etc.; por fim, o livro ao alcance de todos, no meio da rua'. (BARREIRA, 1986, p. 234 *apud* CARVALHO, 1984).

Infelizmente, não conseguiram lograr êxito com essas ideias, sem apoio financeiro e político, o projeto não se realizou. Queriam também mudar o nome da cidade para Iracema em homenagem ao legado literário de José de Alencar. As reuniões do Centro Literário eram muito animadas, tendo espaço para leitura pública e discussão de escritos originais dos agremiados ou livros em voga no momento. Sem sede própria, as reuniões aconteciam, nos salões da Fênix Caixeiral, clube Euterpe, Clube Cearense e do Instituto do Ceará (BARREIRA, 1986, p. 226-261).

Aos moldes das agremiações que a antecederam, o Centro Literário possuía uma revista que divulgava as principais produções do grupo, chamada revista Iracema, que tinha como mote: 'Só a Arte Imortaliza'. As atividades desse grupo cessaram nos idos de 1905.

Por fim, já no ocaso do século XIX, surgiu a ‘Iracema Literária’, [...] associação literária e científica, instalada em Fortaleza, sob a presidência de José da Cunha Sombra, a 23 de Abril de 1899 (BARREIRA, 1986, p. 322).

Tendo como nascedouro o Passeio Público, onde o jovem Odorico Moraes, ainda estudante do Liceu e reunido com três amigos, teve a brilhante ideia de criar essa peculiar agremiação, “afim de que pudessem, segundo a expressão do genial Emílio Castelar, obrar, o que sempre obram os homens reunidos – grandes milagres” (BARREIRA, 1986, p. 322-326).

Sem contar com seu idealizador, a agremiação era composta pelos seguintes nomes: [...] José Sombra, Francisco Gonçalves, Carlos Ribeiro, Francisco Maciel, Octávio Martins Rodrigues, Antônio Ferreira dos Santos, Godofredo Maciel, Virgílio de Aguiar, José Lourenço de Castro e Silva, Octávio Mendes, Armando de Oliveira, Jovelino de Sousa, Heitor Marçal, Bruno Barbosa, Virgílio Barbosa, Melo Sidnei e Paulo Aguiar (BARREIRA, 1986, p. 323).

O teor de suas produções literárias era repleto de humor afinado e muitas ‘pilhérias’, seus escritos eram divulgados na revista literária e humorística ilustrada, chamada ‘A Praça do Ferreira’. Durante a época era moda as publicações de humor e literárias na cidade. Sem sede própria, o grupo se reunia em uma das salas do Tribunal da Relação, na rua Major Facundo. A revista surgiu em 19 de outubro de 1900 e o fim da agremiação ocorreu em 1902 (BARREIRA, 1986, p. 325).

Traçado os caminhos da leitura na cidade de Fortaleza na segunda metade dos oitocentos, pode ser observado que entre livrarias, agremiações clubes e instituições leitoras e literárias os caminhos dessas práticas informacionais e leitoras se evidenciam nos espaços da cidade, deixando como legado a compor o imaginário local, as produções desses grupos. Cabe agora aprofundar esses registros e entender quem são esses sujeitos e suas relações na dinâmica cotidiana da urbe.

4 AS TRAMAS QUE TECEM UMA CIDADE

O intuito nesta seção é abordar os aspectos incutidos no nosso terceiro objetivo específico, que busca entender o panorama socio-cultural e histórico de Fortaleza no fim dos oitocentos. Para tanto, são apresentados os costumes da época, a moda, gastronomia, divertimentos, política e sociabilidades da época, a fim de contextualizar o desenrolar das práticas leitoras das instituições que incentivavam uma cultura da leitura na cidade.

Conjunto de signos e símbolos, as cidades são constituídas por tais designações, sendo essas suas marcas e traços identitários. Toda essa dinâmica faz parte de um “mito fundador” originado no seio da cultura de um povo que através do imaginário e da memória coletiva tecem o seu cotidiano e realidade.

A fundação da cidade de Fortaleza não foge a regra desse chamado mito fundador, uma vez que seguindo o exemplo de outras cidades brasileiras e do próprio país, tem suas origens fincadas na miscigenação de raças e na mistura cultural europeia, indígena e africana.

Talvez José de Alencar tenha sido responsável por esse mito fundador, ao publicar o romance *Iracema* no século XIX. Uma vez que o autor ao contar a história de amor entre Iracema, que representa os primeiros nativos do Ceará, com o homem branco, o português Martim Soares Moreno – que é considerado por muitos historiadores como o fundador de Fortaleza – mostra alegoricamente a constituição do povo cearense, pois do enlace entre Iracema e Martim, nasce Moacir, o primeiro cearense, seu nome significa filho da dor, pois no romance Iracema é abandonada por Martim, morrendo de tristeza. Sendo o destino de Moacir o da maioria dos cearenses que sofria e ainda sofre com as mazelas da seca e os desmandos das elites locais.

Além disso a narrativa de Alencar remonta as primeiras tentativas de colonização do Ceará. O autor tenta reconstituir o passado colonial do estado, que tem na construção de fortificações para combater as investidas indígenas e as invasões de franceses e holandeses sua principal estratégia para o domínio dessa terra.

O surgimento desse mito fundador no século XIX exprime os reflexos de um período agitado da história tanto de Fortaleza e da Província do Ceará como do Brasil. O período oitocentista foi repleto de acontecimentos que mudaram os rumos da história, como a abolição da escravidão, a queda do Império e o advento da República e a perda de poder pela igreja. Esses acontecimentos não passaram despercebidos pelos fortalezenses, pois se estabelecia nessa época a busca por uma identidade regional e nacional.

Desvendar uma cidade é entender sua condição de palimpsesto. É saber que as metamorfoses fazem parte de seu processo criador. Nessa dinâmica os ordenamentos e transgressões nas esferas simbólicas e físicas entram em cena, pois a cidade nasce selvagem, desordenada e com o estabelecimento das instâncias e instituições de poder é que ela vai se ordenando, urbanizando e civilizando.

Em Fortaleza essa mesma dinâmica não foi diferente, pois até meados do século XIX a cidade cresceu de forma espontânea ao redor do forte, sem nenhuma interferência de ordem urbanística e arquitetônica. Eram casas simples, paliçadas, sem muito ou nenhum requinte, pintadas de branco. A paisagem sonora ficava por conta da natureza, o som do mar e do vento a moldar as falésias, intercalados pelos sinos da igreja a demarcar o tempo ou som dos canhões da fortaleza na defesa contra invasores.

Apenas por volta de 1840 que a cidade começa a se preocupar com o ordenamento urbano e embelezamento. Seriam os anos de “prelúdio” da chamada Belle Époque, que se daria da segunda metade dos oitocentos até a primeira década do Novecentos. Essa época deixou profundas marcas culturais na cidade, pois foi um período em que Fortaleza importava os costumes e ideais de civilidade europeus, principalmente franceses e ingleses.

Como o interesse dessa pesquisa se atém ao panorama histórico da segunda metade do século XIX, começaremos a traçar a narrativa histórica de Fortaleza a partir de 1850 indo até 1900. Mas que fique registrado que a cidade tem como marco de fundação o dia 13 de abril de 1726, tendo registro de suas primeiras habitações remontando as primeiras décadas de 1600. Portanto cabe investigarmos as tramas que teceram o cotidiano da cidade no período caracterizado como Belle Époque, que a seguir abordaremos.

4.1 Do “chique no úrtimo” a “hora do chá”: a Fortaleza belle époque

Descreve-se aqui os principais costumes do fim dos oitocentos, apresentando aspectos da moda, gastronomia e sociabilidades desse período repleto de influências civilizatórias e intelectuais europeias.

A chamada Belle Époque importou os costumes e as finesses europeia para uma Fortaleza provinciana que se firmava como hegemonia local e capital da Província do Ceará. Aos moldes europeus Fortaleza se inspirava em Paris e Londres como exemplos modernos de cidade e cultura.

Sob o sol escaldante dos trópicos a cidade se enfeita e se aformoseia. Nas ruas desfilavam madames e messieurs, trajados com vestidos e palitós vindos no ultimo vapor da

França a aportar em Fortaleza. A cidade contava com alguns cafés que lotavam ao fim da tarde para tomar um refresco, café ou chá seguido de uma pequena volta no Passeio Público. Era um tempo de progresso, disciplinamento do povo e de exibicionismo das elites locais.

No que concerne à Fortaleza, o processo disciplinar igualmente se desenvolveu a partir de 1850 quando se verificou significativa exportação de produtos primários para o mercado europeu, com destaque para o algodão, o açúcar, couros e café. Entretanto, tal ordenação urbana e social foi menos sistemática do que pontual, mesmo quando se tornou mais intensa após a implantação do regime republicano. Essa pontualidade, porém, não minimizou os efeitos produzidos pelos investimentos realizados na sociedade local, tanto no controle da saúde, nos hábitos higiênicos e no comportamento da população, como nas alterações efetuadas (mesmo sem profundas cirurgias) no espaço e na arquitetura da capital cearense. (PONTE, 2000, p. 27)

Pode-se dizer que o aformoseamento da cidade, iniciado por volta de 1850, teve no aspecto da urbanização das ruas seu primeiro ponto rumo à transformação da cidade em uma urbe moderna e progressista. Vale ressaltar que Fortaleza não tinha somente a inspiração nas potências europeias da época, pois as cidades do Recife e do Rio de Janeiro, essa última capital do Império, eram também um referencial local de civilidade.

As reformas feitas na cidade tinham além do aspecto de embelezamento o de controle e vigilância da população, uma vez que o disciplinamento do povo era de interesse do poder público local. Nesse sentido a remodelagem das ruas, foi feita de modo a atender esses interesses. A encargo dessas obras ficou o engenheiro provincial Adolfo Herbester, que em 1875 entrega a Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Arruamentos.

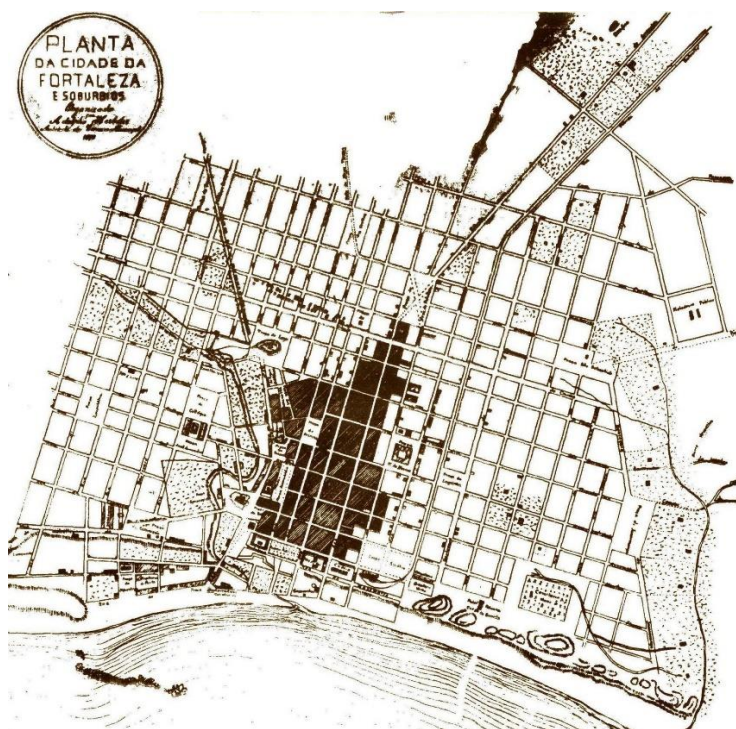
Apesar de não ser um projeto inteiramente original, uma vez que mantinha o sistema de traçado urbano em forma de xadrez projetado para a cidade pelo engenheiro Silva Paulet em 1818, tratava-se de um estudo decisivo para a capital dali para frente, pois ampliava-lhe o traçado para além dos seus limites de então e conferia-lhe 3 boulevards (as atuais avenidas do Imperador, Duque de Caxias e D. Manoel) margeando o perímetro central. (PONTE, 2001, p. 23).

Ainda sobre o arruamento da urbe vale destacar ainda que esse disciplinamento urbano refletia em um disciplinamento dos sujeitos. Tendo a geografia planejada pelos urbanistas e as instâncias de poder um impacto direto no comportamento da população.

A disciplinarização do espaço urbano da Capital cearense a partir do final do século passado acha-se estreitamente relacionada com um leque de medidas e técnicas voltadas para o reajustamento social das camadas populares, sobretudo por meio do controle da saúde, dos corpos, gestos e comportamentos. (PONTE, 2001, p. 25).

Abaixo é possível ver a planta da cidade feita por Adolfo Herbster. O traçado cartesiano, o estabelecimento de quarteirões e longas avenidas demonstravam além das táticas de vigilância o domínio do homem sobre a natureza. O positivismo das ideias que começavam a aflorar juntamente com o racionalismo crescente refletem na geografia física da cidade os discursos de poder advindos dessas ideias científicas.

Figura 1 – Planta da cidade de Fortaleza e suburbior (1875)



Fonte: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/> (2018).

Para além do arruamento, a segunda metade do século XIX em Fortaleza, houveram diversas obras públicas como a construção da estrada de ferro, a chegada do bonde puxado por animais, a criação de praças e passeios etc.

Na segunda metade do século XIX, sobretudo em 1870, Fortaleza passa por profundas mudanças em sua infra-estrutura e serviços urbanos, colocando-se entre as maiores cidades do país. Calçamento nas ruas centrais (1857), canalização de água potável (em 1867, a encargo da inglesa Ceará Water Company Limited), bondes a tração animal (inaugurados em 1880 pela Cia. Ferro Carril), iluminação a gás carbônico (em 1866, substituindo o azeite de peixe até então usado), linhas de navios a vapor para Europa e Rio de Janeiro (a partir de 1866), biblioteca (1867), jornais, passeio público (1880), clubes para lazer, fabricas de tecido (1883), hospital (Santa Casa de Misericórdia, em 1861), asilo para alienados (1886), mercado público com estrutura metálica (1897), estrada de ferro (EFB e EFS), telegrafo (1881), telefone (1883), caixas postais (1889), bons educandários (o liceu do Ceará desde 1845, o Seminário da Prainha e o Colégio Imaculada Conceição em 1864), entidades intelectuais, cemitérios etc. Viviam-se uma explosão de “modernidade” e

“aformoseamento” (embelezamento) quando os discursos e as práticas buscavam imitar a “civildade europeia”. (FARIAS, 2004, p. 184).

Não foi somente o governo local que realizou obras de embelezamento da cidade, as elites começaram a investir na construção de comércios e novas moradias na cidade.

Paralelas às obras erguidas pelos poderes públicos e pelo capital, as camadas afluentes fizeram surgir novas lojas, hotéis, clubes, mansões e chácaras. Prevaleceu nestas construções o ecletismo arquitetônico, estilo de arquitetura dominante na Europa desde meados do século XIX [...]. (PONTE, 2001, p. 39).

Vale destacar as referências feitas pelos cronistas e historiadores sobre a moda local, composta por trajés volumosos, com diversas camadas de roupas que contrastavam com o clima escaldante local, a “[...] temperatura média é de 26,7º, centígrados à sombra e 35º ao sol[...]” (MENEZES, 1992, p. 37). A elite desfilava com vestidos importados da França, sapatos da Alemanha e paletós de finos tecidos vindo da Inglaterra.

Na última metade do século vai-se ver aos reclames publicados aos jornais, como o Pedro II, em dezembro de 1867, o modo de vestir dos homens e mulheres. Os primeiros tinham na loja de Albano & Irmão, sobrecasacas e paletós de pano fino, calças e coletes de casemira preta ou de brim branco, uniformes completos decasemira de cores, ou de Bretanha [...], chapéus de palhinha da Itália, [...] etc. (CAMPOS, 1984, p.28).

As damas da província não ficavam para trás no quesito moda e luxo, como nos conta ainda o autor:

Para senhoras vendia aquela firma sutambaques (casacões) de seda e gorgorão “do último gosto de Paris”, rotundos (geralmente fingindo folhagens) enfeitados de vidrilhos, sedas listadas para vestidos, cambraias lisas, chalés de merinos, “chapéus finos para montaria, sapatos enfeitados e lisos, etc., etc. (CAMPOS, 1984, p.28).

Os modos de vestir e a etiqueta importadas da Europa e incorporadas nos costumes locais e Código de Posturas da Província, evidenciam que toda essa onda de progresso e elegância veio apenas para quem podia pagar por ela. O discurso do progresso era necessário, mas sempre estava acompanhado dos caprichos e interesses capitalistas de uma pequena parte da população, a elite que estava no poder.

Os interesses do capital tinham no afrancesamento da cidade uma espécie de marketing. Alguns pequenos comerciantes também se valiam do afrancesamento para aumentar a visibilidade e venda de seus produtos e serviços, para isso era comum a mudança

de nomes, “sendo afrancesados”, era mais chique e elegante comprar produtos de comerciantes franceses ou afrancesados e em estabelecimentos com nomes estrangeiros.

[...] Alguns casos de mudança de nomes nacionais por franceses não se deram por objetivos mercadológicos, mas pela espíritosidade popular que a tudo satirizava – daí o epíteto “Ceará Moleque” corrente na época – e que não poderia deixar passar sem gozação tamanha compulsão pelas coisas da França. Foram os casos do Bem-bém Garapeira, Chamado de “Bien-Bien Garapière”, e do Dr. Aurélio de Lavor que se tornou “Monsieur Laveur”. [...]. (PONTE, 2001, p.144-145)

Os dois sujeitos mencionados acima são um pequeno comerciante de garapa e um médico que após fazerem uma viagem a França, voltaram repletos de civilidade e “alma francesa”, sendo motivo de pilheria pelos amigos e jornalistas da época. O garapeiro Bem-bem voltou falando francês e adotando os hábitos e etiqueta parisiense. Já o doutor Aurélio ao retornar da Europa fazia questão de usar um fraque elegante com um cravo branco na lapela, isso virou motivo de chacota pelo folhetim de fofoca local que zombeteiramente o nomeou de Monsenhor Laveur.

Isso mostra que no seio do imaginário local haviam formas de resistência aos estrangeirismos da época, uma vez que usavam do humor, característica tipicamente cearense, para criticarem os hábitos civilizatórios da cidade. Urbanização, moda, etiqueta, afrancesamento são apenas alguns recortes de fatos que aconteceram. Não exagero dizer que os ideais de progresso e civilidade se estenderam por todos os aspectos da cidade, inclusive a culinária local.

Em Fortaleza, pela manhã, nos séculos XIX e XX, ou antes disso, e mesmo nos dias de hoje, se come pão – elemento base da alimentação diária e consumido sob os mais diversos formatos e composições. O pão chegava, à mesa dos consumidores, conduzido em cestos de vime, rua por rua, nos ombros dos próprios padeiros, por entregadores contratados pela padaria ou mesmo por quem fazia o serviço por conta própria, repassando o alimento até as áreas mais afastadas e deixando-o à disposição dos consumidores nas pequenas mercearias existentes na cidade. (QUEIROZ, 2011, p. 100).

Gênero de primeira necessidade o pão é alimento básico da refeição diária desde a antiguidade. Lembremos do pão e circo romano e da icônica frase atribuída a rainha francesa Maria Antonieta relativo a situação de fome e miséria do povo francês, pouco antes de irromper a Revolução francesa que a decapitaria: - “Se não tem pão, que comam brioche”. Além disso o pão repartido na santa ceia, que consagrado vira a hóstia, corpo e sangue do cristo. O pão é artigo básico e culturalmente consumido no café da manhã local.

Para compor a primeira refeição do dia, fervia-se o leite, fazia-se o indispensável café, ambos associados aos muitos artigos comprados nas padarias instaladas na cidade ou mesmo produzidos pelas donas de casa, como o cuscuz feito de milho. Entre os artigos que compunham o café da manhã, o pão ocupava lugar de destaque. Por toda a cidade, era fácil encontrar o chamado “pão d’água”, conhecido também como pão francês no sul do país. Havia também biscoitos diversos: bolachinhas de coco, roscas, pães doces de formatos e tamanhos variados, além do preferido pão sovado [...]. (QUEIROZ, 2011, p. 100).

Até o era o pão é francês ou da Provença como era também chamado o pão sovado. Sabe-se que hoje o pão francês é largamente popular em todo o Brasil, mas na época o pão produzido aqui era diferente, até então caseiro e de aspecto mais rustico. Já o pão francês tem pouco miolo, um tamanho menor e a casca crocante e dourada. Mas o ato de ir comprar o pão, o ir à padaria é até hoje na capital cearense uma ação de sociabilidade e oportunidade de atualizar-se das notícias locais. Além disso o espaço da cozinha, é para os brasileiros um lugar de recepção e aconchego, o lugar do cafezinho e de colocar o papo em dia. Vale salientar que o costume de tomar café é um hábito europeu importado do oriente, e trazido para as américas pelo colonizador, que aqui cultivou extensos cafezais, sendo esse artigo o principal produto de exportação do Brasil no século XIX.

A “merenda” ou café da manhã, consumido a partir de pão, bolachas e café, está, intrinsecamente, relacionado a uma rede composta por diversos sujeitos que tinha, nessa produção, comércio e consumo, uma parte importante do seu fazer cotidiano, parte do seu reconhecimento social. Assim, analisar os costumes culinários e os hábitos alimentares da população da cidade remete às sociabilidades envolvidas no momento da venda e também das refeições. (QUEIROZ, 2011, p. 103).

Outros produtos comuns na mesa de pobres e ricos além do pão são:

No Ceará, as opções são variadas, mas alguns alimentos sustentam a mesa. Durante o século XIX e o XX, e mesmo antes deles, a carne e a farinha eram a base da alimentação do trabalhador cearense: “o prato invariável, no almoço, era o xerém de milho para dar melhor sabor à carne assada na grelha ou cozida na panela; no jantar, o feijão era obrigatório, com a farinha de mandioca”. (CAMPOS, 1996, p. 28 *apud* QUEIROZ, 2011, p. 107).

O consumo de gêneros alimentícios importados era feito principalmente pela classe mais abastada da população. Com o crescimento das atividades comerciais em Fortaleza, as mercadorias vindas da Europa aumentaram, as empresas importadoras começaram a crescer e trazer maior variedade de alimentos industrializados na cidade.

Em Fortaleza, o hábito de consumir produtos considerados refinados esteve associado ao elemento estrangeiro na cidade. Durante a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX, o acréscimo da circulação de pessoas e mercadorias intensificou-se sob o fluxo do processo de desenvolvimento econômico

e urbano, quando se engendrou um maior contato com o capitalismo moderno e com elementos estrangeiros diversos que compunham as elites intelectuais e sociais na cidade. Durante o processo de dinamização das relações capitalistas, é possível destacar o estabelecimento de firmas estrangeiras em Fortaleza que, já no início de 1870, encabeçavam 40% dos estabelecimentos comerciais da capital. (PONTE, 1993, p.136 *apud* QUEIROZ, 2011, p. 116).

Além dos armazéns de firmas estrangeiras a população refinada da cidade que desejasse experimentar pratos da culinária europeia tinha a opção das mercearias especializadas, os restaurantes finos e cafés da cidade.

No decorrer deste processo, transforma-se também a face das práticas de consumo na cidade. Antes mesmo de frequentar restaurantes, que se propunham a prestar um serviço requintado, o consumidor exigente e antenado aos sabores considerados sofisticados, recorria a lojas especializadas, mas também a mercearias mais sortidas. Ainda no século XIX, “as boas mercearias” dispunham de um estoque sortido desses produtos; em 1877, o “Novo Palhabote” comercializava “fresh salmon”, “frees lobsters”, “real findes hadocks”, assim como “todas as qualidades de peixes fabricados por Johan Giloon & Cia”. (QUEIROZ, 2011, p. 116).

Ainda nos conta o escritor CAMPOS (1996, p. 65 *apud* QUEIROZ, 2011, p.116):

Na cooperativa cearense – “grade casa de comestíveis de primeira ordem” na Floriano Peixoto, 136, vendidos “presuntos ingleses de 7, 8, 9 e 10 lbs; bacon, toucinho inglês, queijos Palmyra e Dinamarquês; passa Choix”, em caixinhas de 1 quilo, aspargos americanos e alemães; azeitonas espanholas, vinagre francês, “patê de foie grâs”, “Amieux” e uma apreciável coleção de vinhos do Reno e da França, dentre esses o tradicional “Medoc”... (CAMPOS, 1996, p. 65 *apud* QUEIROZ, 2011, p. 116).

Salienta-se também sobre o hábito de frequentar os cafés da cidade.

A história dos Cafés da cidade de Fortaleza esteve sempre relacionada aos costumes e hábitos da cidade. Neles, vários sujeitos expressavam suas opiniões políticas e expressões culturais e artísticas, sendo considerados por diversos autores e memorialistas como espaços de fermentação de ideias e de personalidades expressivas na capital. (QUEIROZ, 2011, p. 119).

Talvez o mais famoso dos cafés da cidade tenha sido o JAVA, nascedouro de um dos mais celebrados movimentos literários e intelectuais da cidade, A Padaria Espiritual. “O restaurante e café “Java”, de Ivídio Leopoldino da Silva, dispunha de pratos diversos, bebidas finas, geladas e, é claro, o café.” (QUEIROZ, 2011, p. 118).

Entre carne, farinha, vinhos e patês a culinária e os gêneros alimentícios locais são outras fontes de informações do modo de vida e a condição social da população da cidade. A comida do rico e do pobre e as influências europeias no modo de se alimentar da população se

evidenciam cada vez mais. A dinâmica culinária e do comércio local evidenciam um grande fluxo informacional da cidade, a cultura alimentar de um povo é reflexo de seu habitat e costumes. O comer e o vestir são marcas de uma população, sendo parte do seu imaginário e perpetuados pela tradição, podendo ser identificado nas produções literárias e registros oficiais e cotidianos. Nesse sentido é possível identificar nessas marcas culturais traços do imaginário e retalhos históricos de um período.

4. 2 Os embates políticos e religiosos dos oitocentos

São abordadas nesta seção as reflexões acerca da dinâmica política local e os conflitos religiosos provenientes da perda de influência do clero nas esferas de poder da sociedade. Assim, é possível compreender os intuítos da elite intelectual da época que também exercia influência na esfera política da província.

O fim do século XIX é marcado por grande agitação política no cenário nacional e local. Mudanças no regime de poder, do Império para a República, a Abolição e o surgimento e derrocada de oligarquias locais são marcos desse período de progresso e ordem. O mundo mudava e o sentimento de mudança percorria toda a América. Não alheias as mudanças, as classes dominantes e os interesses do capital estrangeiro, viam o momento para aproveitar-se das transformações que vieram a ocorrer, enquanto os mais pobres, o povo, via boquiaberto, desprezado e a margem, o progresso dos ricos.

Sobre a política cearense na segunda metade do século XIX nos conta Cordeiro (1997, p.79), que as lideranças políticas-partidárias no período do Império permanecem sob o jugo dos clãs familiares e fazendeiros tradicionais e ricos. A política clientelista reafirma sua atuação no Nordeste, sendo comum no Ceará.

Ainda sobre a política local Cordeiro (1997, p.79) afirma, que haviam dois partidos, o Liberal que até 1860 foi liderado pelo Senador Alencar, depois de falecido a chefia do partido passa para Thomaz Pompeu de Souza Brasil. Em 1877, com o falecimento de Pompeu há uma cisão no partido, onde surgem os Liberais Pompeus, tendo a frente Nogueira Accioly, e os Liberais Paulas, comandados por Vicente Alves de Paula Pessoa. O partido Conservador não tinha um líder de consenso hegemônico, no entanto até 1862 o grupo chamado de boticários-cacarás, em alusão ao boticário Antonio Rodrigues Ferreira e Miguel Fernandez Vieira chamado Carcará, eram as maiores lideranças do partido. Depois desse período com a morte de Vieira, o grupo se divide em dois, Conservadores Graúdos, sob as

ordens do Barão de Ibiapina e Conservadores Miúdos, sob a organização do Barão de Aquiraz.

Com o novo regime repúblicano, extinguíram-se esses velhos e experimentados, de modo que os grupos oligárquicos foram momentaneamente afastados do governo. Os repúblicanos históricos e os militares (muitos destes adesistas de última hora) tomaram o poder, sendo confirmados no comando da província pelo governo central. Os primeiros tempos da república no Ceará foram marcados por muita instabilidade, agitações, trocas de governantes e práticas de atos ilógicos e cômicos. Uma verdadeira comédia de absurdos. (FARIAS, 2004, p. 240).

O movimento repúblicano já vinha desde o período imperial adentrando a cena política local, principalmente levantando a bandeira da abolição dos escravos e as ideias positivistas e da revolução francesa. Com o anúncio da instauração da República, a elite local começa a se reorganizar para manter-se no poder, conservadores e liberais passaram um tempo afastados pelos repúblicanos e militares. Sobre a política nesse período nos conta Farias (2004, p. 242), que em 1889 surge Partido Republicano e no ano seguinte, em fevereiro de 1890, funda-se o Clube Democrático, que se tornaria depois no Partido Republicano Democrático, que agrupou grande parte do grupo chamado de conservadores graúdos. Tinham como órgão divulgador o jornal O cearense, depois renomeado de Órgão Democrático e por fim O Ceará.

Vários clubes repúblicanos surgidos no período tornaram-se partidos e pelo que se pode ver as velhas raposas políticas do império aderiram a República dando “novas roupas” aos seus antigos partidos e permanecendo com a mesma ideologia. Segundo Farias (2004, p.242) Em julho de 1890, Nogueira Accioly cria a união Republicana, que acolheria os chamados liberais pompeus e os conservadores miúdos. Tinham um periódico chamado Gazeta do norte que foi renomeado para o Estado do Ceará. Havia também os Partidos Católico e Operário, o primeiro formado por religiosos ultrarreacionários da elite, sendo liderados pelo Barão de Aratanha; e o segundo tinha pouca representatividade dos trabalhadores, liderado pelo cirurgião-dentista Aderson Ferro, sem força passou a figurar como massa de manobra entre ex-monarquistas e repúblicanos.

O jogo de poder na política local é enredado por questões outras, relacionadas além dos interesses pessoais, nas ideias racionalistas higienistas, sanitaristas e nos dogmas religiosos. A velha querela entre fé e razão entra em cena na Fortaleza do século XIX. Isso se deve a perda de influência do clero desde o período imperial, o crescimento da maçonaria e a instalação da República e a separação da Igreja do Estado, com a sua laicização. Além disso, o século XIX faz aflorar nessas terras as ideias naturalistas, evolucionistas, positivistas, ou seja,

nascerem pensamentos pautados na filosofia racionalista que vai de encontro aos saberes dogmáticos da igreja.

Novos matizes de ideias começam a se fazer sentir na vida intelectual brasileira: positivismo, naturalismo, evolucionismo e todas as modalidades do pensamento europeu do século XIX, num progresso de espírito crítico concomitante [...] no Brasil a partir de 1860. (CORDEIRO, 1997, p. 28).

Para se ter uma ideia das ideologias e princípios políticos que circulavam na cidade na segunda metade do dezenove podemos recorrer a alguns dados da autora Celestes Cordeiro em sua obra *Antigos e Modernos no Ceará Provincial*, que traz um apanhado das ideologias política dessa época, através da análise dos jornais desse período. Nesse sentido vamos adaptar essas informações no quadro abaixo:

Quadro 1 – Grupos políticos e seus princípios

GRUPOS POLÍTICOS E SEUS PRINCÍPIOS	
GRUPOS	PRINCÍPIOS
CONSERVADORES	Desconfiados do progresso e críticos do progressismo; defendem como impossível a autonomia moral da sociedade; acreditam em um lento processo de reformas encabeçado pelo Estado e respeitando o passado, a lei e as circunstâncias; tradicionalistas . (CORDEIRO, 1997, p. 245)
LIBERAIS	Elogiam o progresso, defendem a liberdade de consciência e de expressão, e sua garantia em mecanismos institucionais que promovam a autonomia moral; e, finalmente, aceitam movimentos de reforma mais amplos e independentes. (CORDEIRO, 1997, p. 245)
LIBERAIS RADICAIS	Oposição ao poder moderador. (CORDEIRO, 1997, p. 245)
LIBERAIS CIENTIFICISTAS	Liberalismo religioso, crença no

	progresso necessário, aceitação do liberalismo econômico, preocupação pela autenticidade e ampliação do sufrágio e crença na educação básica como fator de reforma social. (CORDEIRO, 1997, p. 245)
LIBERAIS DOCTRINÁRIOS	Defendem a monarquia constitucional, a descentralização administrativa, o aperfeiçoamento do sistema representativo e do judiciário, o abolicionismo gradual, a subordinação da igualdade à liberdade e o reforço do Poder como garantia das liberdades. (CORDEIRO, 1997, p. 245)

Fonte: Adaptado de Cordeiro (1997).

Esse cenário de ideologias diversas se justifica por um lado pelo apego ao já estabelecido e o medo do novo e de mudanças na ordem social, uma vez que o rico quer continuar no poder. Do outro lado, há aqueles que anseiam por mudanças, que acolhem o novo como uma oportunidade de progresso e ascensão social. Essa bipolaridade entre conservadores e liberais, foi, nas circunstâncias que aconteceram, influenciadas pelas ideias de civilidade e progresso importadas da Europa e massivamente discutidas e implementadas no cotidiano local.

São novos tempos, o progresso vem acompanhado das novas descobertas científicas. Pode-se dizer que o período dos paradigmas, uma era de imposição dos limites e regras do jogo da ciência. A fé devia ser colocada em seu devido lugar, a ciência é igual “São Tomé”, só acredita vendo, ou melhor no que pode ser provado.

Nessa hora são os católicos os representantes da mais autêntica mentalidade conservadora. [...], a chamada “questão religiosa” pode ser vista como momento culminante da luta entre a mentalidade católico-conservadora e o espírito laico e liberal. E é a partir da década de 70, também no Ceará, que esse espírito se manifestará através de uma série de personagens e movimentos como a Escola Popular por exemplo, e que reação se fará incansavelmente pelos jornais, na tribuna parlamentar, nas cátedras, nos livros, e pela organização de um “laicato” católico frequentemente mais ortodoxo que o clero. (BARROS, 1983, p. 29-33 *apud* CORDEIRO, 1997, p.29).

A questão religiosa que eclodiu na cidade na segunda metade dos oitocentos teve como palco a imprensa local, agremiações literárias e científicas com seus folhetins de divulgação veiculavam suas ideias anticlericais e positivistas e a igreja e a elite conservadora criticando essas agremiações em seus respectivos jornais.

No Ceará, de acordo com Montenegro, o auge desse conflito seria alcançado com a fundação da Academia Francesa, defensora do ideário cientificista, em confronto com a qual se colocaria a reação católica que se posicionava, de modo geral, “contra o liberalismo, a revolução francesa, o capitalismo, a ciência moderna, a igualdade antindividualista, a reforma protestante. (MONTENEGRO, 1992, p.62 *apud* CORDEIRO, 1997, p. 29).

A Academia Francesa foi uma das primeiras agremiações literárias da cidade, mesmo tendo como membros pessoas da elite local tinha um discurso de responsabilidade social e de democratização do acesso à educação para toda a população da cidade, mas é preciso destacar que embora esse “discurso social” seja louvável, ele é bastante influenciado pelas ideias de progresso e civilidade espelhadas nas potencias europeias.

Os frutos da Academia Francesa serão o surgimento de várias outras agremiações literária na cidade. Mas vale destacar um desdobramento dessa tão ilustre agremiação, falamos da Escola Popular, que tinha o objetivo de levar a educação até as camadas mais pobres da população de Fortaleza. Lá diversos intelectuais proferiam palestras para o povo sobre diversos temas: desde a filosofia, política, artes etc. Havia até um curso de como ler o jornal, com a finalidade de identificar as sutilezas estratégias do discurso político, era uma forma de educação para a mídia no século XIX.

A escola popular era um dos órgãos disseminadores das ideias liberais, positivistas e anti-clericais sendo atacada pela elite tradicional e o clero, que perdia influência e poder na sociedade.

É muito significativo que esse embate entre o velho e o novo, nesse momento, se dê principalmente em torno da Escola. A Escola Popular, fundada pelos jovens acadêmicos, é chamada pelo jornal *Tribuna Católica de Escola d’Impiedade*. De um lado, a defesa da escola – e não da Igreja – como aparelho ideológico de massa. Uma escola popular afirma implicitamente o direito do povo em saber e participar. De outro lado, tudo é visto como ameaça: o progressismo ameaça a autoridade e vai nos levar à dissolução moral. Como garantir a obediência comum necessária à coesão, sem que a autoridade tenha estofo de divindade? O carisma de um chefe e da organização social que ele representa pode advir apenas de um contrato celebrado entre homens, entre iguais? (CORDEIRO, 1997, p. 30).

A questão religiosa, das liberdades individuais e coletivas, o racionalismo em oposição ao dogmatismo são umas das principais pautas dos periódicos locais e dos discursos

em praça pública. Ainda vemos nas duas indagações deixadas pela historiadora os indícios da mudança de regime, pois a república veio a substituir o império, podando os poderes da igreja, mas consolidando nos primeiros anos o poder militar.

O problema da liberdade, individual e coletiva, de pensamento e de costumes, oferece o pano de fundo aos grandes debates da época, e é a espinha dorsal do conjunto de mudanças em jogo. Tratava-se, como proclamavam os progressistas, de livrar-se do “padre” e do “soldado”, referindo-se à tutela da Igreja e do Estado. (CORDEIRO, 1997, p. 30).

Em meio ao jogo político e dos discursos entre clero e intelectuais positivistas, entre repúblicanos e monarquistas, entre progresso e higienização social, a cidade pulsava pelos seus ritos de calendário e tradições populares.

Nesse aspecto a religiosidade é traço marcante nas tradições de um povo, uma vez que o contato com o divino é característica antropológica das culturas. Em Fortaleza, assim como na maior parte do Brasil, o catolicismo é a religião mais expressiva, uma vez que nosso processo colonial teve como um de seus fundamentos o viés catequizador católico da Companhia de Jesus. Basta lembrarmos também, que quando Cabral aportou nessas terras, fincou uma cruz e mandou celebrar uma missa, além disso a primeira denominação geográfica dada pelo português foi ao Monte Pascoal, pois estávamos na época da comemoração cristã da Páscoa.

Não fugindo dessa herança católica, as celebrações da Quarema, Páscoa, Dias de Santos, o Natal e a festa de reis eram grandes eventos na cidade, e afetavam o cotidiano desde a elite até a classe menos abastada. Ainda podemos colocar no calendário festivo da cidade as quermesses e novenas promovidas pelas igrejas da capital. Dentre esses ritos o historiador e memorialista João Nogueira nos conta sobre o famoso Terço do Cruzeiro: Velha e tradicional devoção do povo da Fortaleza, da qual os últimos vestígios ainda se observam nas noites de segunda-feira, quando pessoas do povo acendem velas votivas e rezam, em silêncio, em frente o Cruzeiro da Sé. (NOGUEIRA, 1981, p. 68).

Símbolo da cidade naquela época, o Cruzeiro dá Sé não era apenas um altar de Igreja como nos fala o historiador, mas um local de pedidos de graças e promessas. Era um lugar de ligação com o divino, no qual vida e morte, e a memórias dos entes falecidos viam a habitar nas recordações dos vivos.

Os instrumentos da Paixão, as frases latinas inscritas no pedestal, a recordação de Frei Serafim, as almas do longínquo purgatório, a melopeia lúgubre das rezas e a majestade silente do Cruzeiro enchiam o espírito simples e devoto dos que ali se reuniam desse pavor secreto e indefinível, que sempre despertam as coisas que

sempre despertam as coisas que se predem ao mistério e a morte. (NOGUEIRA, 1981, p. 68).

Abaixo é possível ver entre a antiga igreja da sé de Fortaleza, hoje substituída por uma catedral de traços góticos e feita com pedras marinhas, e a estátua do Imperador Pedro II, o famoso cruzeiro, palco das novenas e terços no século XIX.

Figura 2 – Cruzeiro da Sé



Fonte: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2011/05/as-igrejas-do-centro.html> (2018)

4. 3 Festejos e costumes do povo do forte

São evidenciados nesta seção aspectos relativo à passagem de manifestações populares tipicamente locais, como os folguedos e mandacarus, para a incorporação de festividades com influências europeias, como o surgimento de teatros, clubes e festas ao ritmo da valsa e polca.

Como dito antes as principais festividades da cidade ocorriam pelo calendário religioso local. Antigamente as festas em Fortaleza quase se limitavam aos atos graves da Igreja ou às novenas, seguidas que eram dos leilões de prendas e das máquinas, que subiam

acompanhadas de fogos do ar e dos assobios dos meninos, chamando o vento. (NOGUEIRA, P. 87, 1981).

Para além desses festejos, a diversão teatral e esporadicamente a vinda de circos para a cidade, movimentavam as atividades de lazer local. Sobre esses acontecimentos nos conta a historiografia local:

Ao tempo do Governador Sampaio, começaram entre nós as diversões de carácter puramente literário, e os outeiros, que ele reunia em Palácio, vieram lentamente se ampliando e aperfeiçoando, até chegarmos a essas lindas reuniões do Salão Juvenal Galeno, caixa de jóias onde faíscam as mais luzentes gemas da nossa terra. (NOGUEIRA, p. 88, 1981).

Essas reuniões de que nos fala João Nogueira, foram as primeiras expressões literárias de Fortaleza, onde a elite intelectual se reunia para ventilar suas produções artístico-literárias. Os Outeiros se reunião no Palácio do Governo e declamam versos em homenagem as obras do governo e ao Governador nas primeiras décadas do século XIX. Já as reuniões na Casa, do escritor e poeta, Juvenal Galeno Tiveram início na segunda metade do Século XIX e reuniram também grande parte do círculo literário local, tendo suas atividades sobrevivido durante o século XX e esporadicamente estão sendo reavivadas em nossos dias.

Sobre os divertimentos teatrais da urbe nos conta ainda João Nogueira: a primeira casa de ópera de que há notícia entre nós é o teatrinho Concórdia, que ficava na esquina, bem em frente ao canto esquerdo do Rosário e onde, em tempo funcionou o Instituto do Ceará. (NOGUEIRA, P. 88, 1981).

Sobre as peças e eventos que ocorriam no Concórdia, pode ser dito:

Do que aí representavam pelos anos de 1824 nada chegou à nosso noticia: provavelmente eram dramas acomodados ao gosto dos velhos de cabelo de barba ou palhaçadas inocentes a que chamavam entremezes. (NOGUEIRA, p. 88, 1981).

O teatro no século XIX era uma das principais áreas de sociabilidade da cidade. Uma vez que a audiência das peças e concertos eram uma das principais formas de divertimento da população. Depois do Teatro Concórdia, ao longo do século XIX tivemos o surgimento de vários outros Teatros, até perderem espaço nos prelúdios do século XX para o deslumbramento dos Cinemas.

Em 1830, então, começam as atividades teatrais em Fortaleza, com o Concórdia, situado na Travessa Municipal (Guilherme Rocha) e a Rua do Quartel (General Bezerril), conhecido também como casa da ópera. Em 1842 o Concórdia transferiu-se para a Rua Formosa (Rua Barão do Rio Branco), com o nome de Teatro Taliense, local onde mais tarde – em 1870 – funcionou o colégio Anacleto, em que foram

realizadas festas artísticas e cívicas que se constituíam acontecimentos sociais de destaque para a vida da cidade. O Taliense teve vida até 1872. Depois, somente em março de 1876 criou-se outra casa de diversão teatral: o Teatro São José, ainda em funcionamento até hoje. Logo depois, surgiu o Teatro de variedades, ao ar livre, em 21 de janeiro de 1877, que deu lugar ao São Luís – de 1880 a 1896 – por onde passou a gente mais culta de Fortaleza. Foi, então, em maio de 1896, assentada a pedra fundamental, como início simbólico para o teatro oficial da cidade, que teria o nome de Teatro Santa Teresa, em homenagem à imperatriz do Brasil, mas de tentativa infrutífera. (ARARIPE, 2000, p. 83).

Vale lembrar ainda de alguns fatos repletos de humor escrachado e molecagem solta, típicos do “Ceará Moleque”. Segundo Nogueira (1981, p. 89): no decênio de 1860 a 70 houve, aqui, as Cavalhadas, brinquedo muito aceito do público de então. Essas cavalhadas ocorriam: “No antigo Campo da Amélia, hoje Praça da estação, aos domingos, cavaleiros com elmos emplumados e vestindo trajantinas vistosas e de várias cores, corriam de lança em punho a tirarem certa argolinha suspensa de uma trave.” (NOGUEIRA, 1981, p. 89).

Tais divertimentos davam muita margem para piadas e “mangofas”, uma vez que esse esporte medieval nada tinha de parecido com a cultura local. Essas extravagâncias eram sempre acompanhadas de ironia e humor pela elite e as demais camadas da população.

No que diz respeito aos divertimentos circenses é interessante observar nos dados históricos que além dos números de malabarismo, mágica, acrobacias, palhaçadas e esquisitices também havia a encenação de pequenas peças nos picadeiros que por cá passavam. Segundo Nogueira (1981, p. 89): “Há uma vaga tradição de um circo japonês que teria em 1870, exibindo maravilhas no Pátio do Palácio, hoje Praça General Tibúrcio.”

O historiador ainda registra a passagem de dois grandes circos na cidade, “O Grande Circo Equestre dos Estados Unidos, de Howes e Cushings, trazia “12 cavalinhos cheio de sortes, cachorros e cabras. (NOGUEIRA, 1981, p. 91). “E no ano de [...] 1880 estreou o Grande Circo Pavilhão, do diretor Vicente, instalado onde hoje se acha o Mercado da Carne” (NOGUEIRA, 1981, p. 92).

As companhias de teatrais e circenses que por cá passavam causavam muitos vexames em suas apresentações, mas se tratando de Fortaleza, considerada a capital da terra do Humor, as atrapalhadas teatrais eram recebidas com enormes gargalhadas do público, seguida das características vaias e chacotas cearenses.

Dentre essas trapalhadas escreve Nogueira (1981) que a encenação da peça o Gênio do Brasil, no Teatro Taliense, houve tremendo “rebuliço”, pois logo no início da peça, o ator principal, um alferes português chamado Francisco Edwirges de Sousa Mascarenhas que estava pendurado por cordas e declamava suas falas, se desequilibrou e ficou pendurado no cenário, no esforço de se desvencilhar das cordas e descer ao palco, o calção de meia muito

apertado no qual estava vestido rasgou-se exibindo o que não devia. Diante de tal situação o público reagiu com estrondosas gargalhadas e apelidando o ator de Anjo Penca, apelido que por si se explica, e que acompanhou o galã por muito tempo.

Outras companhias teatrais passaram por Fortaleza como a Companhia Dramática do Braga, em 1877, encenaram peças como A Cruz do Juramento, De Baturité a Lua, Madame Angot na Monguba, Sinos de Carneville em Arronches e outras do cearense Frederico Severo; No Teatro São José, haviam também os campanhologos grupo de cinco músicos que se apresentava, usando campainhas e copos, o crico pavilhão encenava a gata borralheira ou Cedrillon; no teatro São Luis, passaram peças como a comedia Amor Londrino, pela companhia do miloni encenaram-se Giroflé Giroflá, sinos de Corneville e a Filha de Madame Angot; houveram também outras peças como a Desordem e Gênio de Alexandre Dumas e Operas e operetas como Aída, Trovador, o Ouverture do Guarani e outras operas semelhantes (NOGUEIRA, 1981, p. 91-95).

Vale lembrar também da tradição dos congos, que integravam os festejos natalinos. Segundo Nogueira (1981, p. 129), nos idos de 1880 ele retrata como eram essas manifestações culturais: “Desde o princípio os “Congos” dançavam pelo natal, saindo pela primeira vez na “Noite da Festa” quando iam dançar em frente à igreja do Rosário, em honra à Virgem desta invocação, depois do que iam representar, a chamado e mediante paga, em frente das casas de família. ”

O Entrudo, prelúdio do Carnaval tem seus primeiros registros na cidade por volta de 1830, tendo como principal entusiasta o Boticário Ferreira, pois o restante da população não era muito simpática pelo festejo.

É tradição que Ferreira Boticário, por ser doído pelo Entrudo, mandava colocar uma grande tina d'água à sua porta e molhar a quem passasse.

Com isto ria a bom rir.

Se algum dos agredidos se revoltava contra isto, era agarrado e trazido para junto da tina, a fim de receber o batismo.

Aí, depois de inteiramente insopado, o infeliz recebia três pancadinhas, que um dos vadios, com a mão, lhe dava na cabeça, dizendo – Está batizado.

Imagine-se o que seria isto para quem detestasse semelhante brinquedo!

É tradição, também, que Ferreira tratava delicadamente das pessoas a quem um perigoso batismo provocasse constipados, catarrões amalinados, tosse de cachorro, etc. (NOGUEIRA, 1981, p. 141).

Com os anos o entrudo vai crescendo e ganhando o gosto popular, pois as invasões de casas seguidas das quebradeiras de móveis e objetos cessaram e tinham a

vigilância da polícia. “Já em 1870 o jogo do entrudo era menos grosseiro: em vez de bacias d’água e de batismo usavam-se as laranjinhas de borracha ou de cera, com água de cheiro.” (NOGUEIRA, 1981, p. 142).

Confetes, serpentinas, goma, lança-perfumes, mascaras, fantasias e outros “brinquedos” carnavalescos foram sendo incorporados a festa aos poucos. “A primeira passeata carnavalesca, que aqui tivemos, foi a dos camelos, que aqui viveram de 1859 a 1867.” (NOGUEIRA, 1981, p. 142). Os mascarados montados nos tais camelos causaram grande estardalhaço, passavam pelas ruas insultando os populares e fazendo graça.

Diferente de hoje, onde as comemorações carnavalescas se fixam nas praias e no interior, segundo Nogueira: até cerca de 1880 o nosso carnaval era constituído, quase, em pequenos grupos de mascarados e de máscaras avulsas ou papangus, que andavam pelas ruas a dizer graças sem graça alguma, somente nos três dias do folguedo (NOGUEIRA, 1981, p. 142).

Com o tempo a popularização da festa traz maracatus, entrancados e manifestações folclóricas, além disso, as elites tinham maneiras de sofisticar a festa realizando bailes nos clubes.

Até 1879 só havia partidas carnavalescas no Clube Cearense. Depois desta data, até o presente, o Clube Iracema as tem dado; e só de poucos anos a esta parte é que o Clube dos Diários entrou na liça. No Cearense e no Iracema dançavam-se figuradas (valsas e polcas) quadrilhas e lanceiros. (NOGUEIRA, 1981, p. 145).

Seguindo os modismos de clubes, sociedades e agremiações comuns na Europa, surgem as chamadas associações carnavalescas, sendo segundo Nogueira (1981, p. 147) a primeira associação surgida pelos anos de 1882, chamada de cavaleiros do prazer, depois dessa surgem outras como o clube do Zé Uru, formado por caixeiros e estudantes que desfilavam em carroças exibindo uma garrafa de luminosa, sinônimo de água ardente; surgiram também os Cavaleiros da Época, Legião dos Únicos, Dragões do Averno, Conspiradores infernais e o Clube da Lapição.

Vale ainda recordar a festa de reis na Igreja do Rosário, onde após a missa tínhamos os festejos do reisado partido da igreja e passando pelas ruas da cidade. Haviam também, na região denominada pelo povo de areias – áreas afastadas do tracejado urbano que se situava a cidade, na periferia – onde aconteciam os chamados “forrobodós”, festas para o divertimento das camadas mais pobres.

Por fim, é válido lembrar da paisagem sonora que embalava essas festas e o cotidiano da cidade no fim dos oitocentos. Segundo Martins (2016, p. 56) que estudou as práticas musicais da cidade:

Maracatus, sambas, bumba meu boi, fandangos, pastorinhas e congos foram manifestações musicais e dançantes que se fixaram na província no início do século XIX por negros e migrantes moradores de zonas periféricas e com a chegada de gêneros musicais provenientes da Europa, como a modinha, a polca, o *chottisch*, o miudinho, o solo inglês, a habarena, a valsa e a quadrilha no fim do século XIX, passaram a ser menos tolerados pelas elites econômicas e intelectuais que, em sua maioria, eram favoráveis a projetos reformadores sociais compatíveis com os ideais de “progresso” e “civilidade”. As manifestações de origem africana sofreram mais retaliações, enquanto as de origem rural foram posteriormente relegadas ao folclore. Porém, alguns artistas e intelectuais tiveram a preocupação em agrupar esses diferentes saberes quando começou a busca por uma identidade sonora e quando os boêmios se apropriaram de gêneros considerados menores para mostrarem a insubordinação contra os costumes sociais impostos. (MARTINS, 2016, p. 56).

O que se observa são mudanças no imaginário local que vão desde a passagem de festas folclóricas e religiosas ao divertimento nos clubes e salões de baile. A sonoridade urbana dos sinos das igrejas e bandas marciais é substituída pelo tic-tac dos relógios e a música europeia. O desejo de mudanças e as transformações sociais pululavam o imaginário local.

4.4 A Terra da luz entre a coroa e a espada república: a abolição, queda do império e a instauração da república

Essa seção busca evidenciar os três principais fatos da cena sociopolítica local e nacional, abordando as temáticas da abolição, fim do Império e a proclamação da República. Foi utilizada, preferencialmente, a obra História da Sociedade Cearense de Airton de Farias, uma vez que é um dos poucos historiadores cearenses que trazem um completo panorama da história política local.

Mesmo abordando fragmentos sobre a história política de Fortaleza, e em um cenário maior a política do Ceará, é preciso recordar dos momentos de transição das ordens de poder no país. Essas transformações impactaram de forma direta os rumos do cotidiano local, mesmo que para a grande parcela da população quase nada mudou, pois como a historiografia nacional atesta, pouco foi o envolvimento do povo nas questões relativas a mudança de regime, do império para a república, e a abolição da escravatura no Brasil.

Ao que concerne a essa pesquisa o que caberia tratar sobre o período imperial em Fortaleza, limitasse a segunda metade do século XIX, ou seja, aos últimos suspiros do Imperio Brasileiro, o segundo reinado, sob a liderança de D. Pedro II. “[...] o II Reinado poderia ser caracterizado por três palavras: café, “pacificação” e centralização.” (FARIAS, 2004, p.163).

Embora pintado em grandes telas como um período de prosperidade e avanços, o que em parte foi, o reinado de Pedro II foi de centralização do poder através de maquinações políticas do regente e seus aliados e de uma prosperidade que só favoreceu as elites. Lembremos do parlamentarismo às avessas implantado aqui, onde o parlamento não tinha poder algum e as decisões continuavam sob as ordens do imperador.

Mesmo tendo a simpatia do povo e o seu respeito, além de alguns biógrafos descreverem sua generosidade, sabedoria e simpatia assim como de outros membros da família real. O imperador cumpria seu papel de regente e se agarrava ao poder e favorecendo quem o mantinha no trono.

No segundo Reinado, a cena política continuou ocupada pelas elites que se aglutinavam em dois partidos, o Conservador (chamado também de Saquarema) e o Liberal (conhecido igualmente por Luzias), que se alternavam nos governos, com predominância do primeiro. Para quem estivesse na oposição havia sempre a esperança de ser chamado para governar, o que tornava desnecessário recorrer às armas. Eram, porém, agremiações mal-estruturadas, sem grandes traços ideológicos, cujas diferenças eram mínimas – prova que entre 1853 – 68 houve a chamada conciliação, na qual liberais e conservadores se uniram no mesmo gabinete (FARIAS, 2004, p.162).

Assim como em nossos dias a política tem muito mais haver com interesses pessoais do que com ideologias em prol do bem comum. O jogo político se transforma em pura barganha e troca de favores que continuam a negligenciar as demandas populares.

O Brasil via-se dominado, então, por uma aristocracia fortemente escravista; o sistema excluía a maior parte da população; os poderosos detinham o poder armado, a política e a guarda nacional; a fraude era pratica comum; as eleições marcavam-se por agressões e assassinatos; o voto censitário impedia a participação das massas na vida política; as mulheres não tinham o direito de votar e aos escravos não assistia direito algum. (FARIAS, 2004, p. 163).

No Ceará não era diferente, pois o poder ficava a cargo das grandes famílias da elite local, uma política formada por clãs ou oligarquias. A bipolarização partidária local ficava entre Liberais ou Chimangos – em alusão a aves de rapina – esses se dividiam em Liberais-Pompeus, que tinham como órgão de publicidade o jornal Gazeta do Norte, e Liberais-Paulas, que tinham como meio de divulgação de suas ideias o periódico O cearense;

E o Partido Conservador ou caranguejo – símbolo associado ao retrocesso e a lama e que se agarra com toda força ao poder com suas presas, pois caranguejo anda para trás e vive atolado no mangue – inicialmente tinham uma unanimidade de lideranças sendo chamados de Boticário-Carcará, alusivo ao seus dois chefes, Antonio Rodrigues Ferreira, que era boticário, e Miguel Fernandez Vieira, filho do Visconde de Icó, sua família foi apelidada de Carcaras devido a violência e as fraudes que cometiam na busca do poder (FARIAS, 2004, p. 163-165).

Vale destacar que entre as divisões internas dos partidos, em 1880 os Conservadores se dividiram entre Conservadores Miúdos ou carcarás e Conservadores graúdos, ambos tinham como jornais respectivamente o Pedro II e o Constituição (FARIAS, 2004, p. 163-165). Entre avanços e retrocessos ainda é preciso destacar o surgimento em 1847, do chamado Partido do Meio ou Equilibrista, uma tentativa de desestabilizar o governo dos conservadores, mas que não teve êxito devido a desorganização dessas lideranças (FARIAS, 2004, p. 163-165).

Sobre a questão da conciliação entre os dois partidos, mencionada no início desta subseção entre 1850 e 1869, esta não se sustentou por conta dos grandes interesses em jogo. Ainda sobre o poder político imperial nos conta Farias (2004):

No império, o controle do poder provincial possibilitava triunfos eleitorais. O partido ou facção que contasse com o apoio do presidente raramente perdia um pleito. Aquela autoridade, portanto, constituía-se a peça principal da eleição. A agremiação partidária governista dispunha da polícia, do pessoal administrativo, das mesas eleitorais e das câmaras apuradoras. Se o resultado das urnas fosse desfavorável à situação, a ação da câmara apuradora “revertia” o quadro – era tão descarada a fraude eleitoral que existia na época uma máxima segundo a qual “quem tem mesa não perde eleição”. As autoridades policiais – delegados e subdelegados – participavam dos pleitos, usando de todos os meios lícitos e ilícitos para garantir a vitória do governo. (FARIAS, 2004, p. 165).

Corrupção, nepotismos, desmandos autoritários das elites, assassinatos e roubos são males vindos com as caravelas para cá e que continuam a manchar a política brasileira. No império esses tristes hábitos fizeram com que o povo ficasse no meio, apenas a observar sem direitos e a sofrer, com uma política dos ricos para os ricos.

De 1841 a 1889 administraram o Ceará 43 presidentes, nomeados pelo imperador e seguindo a alternância dos gabinetes ministeriais nas cortes. À medida que era indicado um novo presidente contrário ao partido que até então governava a província, ocorria a chamada “derrubada”, ou seja, demissão em massa dos funcionários públicos, substituídos por correligionários do novo governo. (FARIAS, 2004, p.165)

Outra ação que em nada se diferencia de nossos dias, onde os cargos por nomeação são barganha política nos currais eleitorais, a cada eleição e o risco de demissões em massa se houvesse variação de políticos no poder. As ações políticas na capital cearense giravam em torno de reformas urbanas na cidade, como o calçamento e tracejado cartesiano das ruas, a busca de investimentos externos como fábricas e indústrias, a construção de um porto, estradas de ferro e a vinda de companhias que possibilitassem o oferecimento de serviços essenciais como energia elétrica e água encanada. Havia também investimentos nas áreas de saúde e educação ainda que não a contento para atender as demandas.

Foi na segunda metade dos Oitocentos que a monarquia tentava promover ações em prol da arte e ciência com a finalidade de fortalecer uma identidade nacional. O próprio imperador era um entusiasta das artes e ciências, sendo ele mesmo uma espécie de mecenas para artistas e cientistas, viajando pelo mundo a adquirir acervos para a formação de museus, galerias e bibliotecas. Além de se empenhar em abrir mais escolas públicas para atender a população.,

Na segunda metade do século XIX o governo monárquico se esforçava para consolidar a nacionalidade brasileira. Enquanto os intelectuais buscavam estudar as origens e a história do Brasil, a ciência ocupava-se em analisar os recursos naturais, as riquezas do solo, a população, a fauna, a flora. Nesse sentido, em 1856 o governo imperial cria a Comissão Científica de Exploração, uma expedição a ser enviada ao norte do país com o propósito de estudar as províncias locais, coletar materiais para o Museu Nacional e promover a pesquisa científica. (FARIAS, 2004, p. 166).

Centrando seus trabalhos no Ceará e sendo os “científicos acolhidos pela população, a comissão foi muito criticada pela oposição, sendo tida como desperdício de dinheiro. Os jornais locais logo tornaram motivo de chacota a expedição a nomeando de “comissão das borboletas” ou “comissão defloradora”, isso se deveu ao fato de que muitos integrantes da comissão se envolveram em escândalos com a polícia por conta de assédios e bebedeiras (FARIAS, 2004, p.167). Outro fator que merece destaque sobre a configuração política imperial são as secas constates em nossa região.

As secas afetavam igualmente a prática política local, pois aumentavam ainda a dependência das frágeis elites cearenses para com o poder central, favoreciam a corrupção na época das eleições (subornos, compra de votos etc.) e possibilitavam uma ação conjunta das classes dominantes nordestinas no sentido de pressionar as autoridades por ajuda – ajuda que não poucas vezes eram desviadas, indo parar nos bolsos dessas mesmas elites. (FARIAS, 2004, p.167).

Há também a questão da igreja, que como instituição social exercia grande força política. Segundo Farias (2004):

Os membros da Igreja possuíam intensa atuação política. Na realidade, com a gradativa estruturação do Estado nacional e sua consequente centralização do poder, a educação dos filhos se tornou fundamental para os senhores proprietários rurais – o título de padre ou de bacharel (sobretudo de Direito) os capacitava e os qualificava para ocupar cargos públicos. Estes, dessa forma, constituíam-se nas trincheiras avançadas dos latifundiários, contra quaisquer atentados às suas prerrogativas e privilégios. (FARIAS, 2004, p. 167-168).

Nessa trama de intrigas e interesses, nos perguntamos, ainda que já saibamos a resposta, como ficava o povo nesse cenário desleal. E a crônica histórica responde:

E as massas? Continuaram à margem das decisões políticas. O voto censitário e a subordinação delas aos latifundiários dificultavam os questionamentos ao sistema. Apenas uma ínfima minoria detinha o poder. Em 1867, a província possuía 1263 eleitores de província, distribuídos em 45 freguesias que se agrupavam em 28 colégios eleitorais. O colégio eleitoral de maior número votante era Sobral, com 75 eleitores, seguindo-se à Fortaleza, com 71, [...]. (FARIAS, 2004, p.169).

E tal situação mudou com o advento da abolição e da república? Houveram pequenos avanços, mas as elites dominantes se valeram de artifícios para se manterem no poder criando uma “nova imagem” para continuar com suas velhas práticas de poder, enquanto o povo permanecia na ignorância e entregue a própria sorte.

A abolição da escravidão negra, que na teoria tinha a igualdade de direitos e a inserção da comunidade negra na sociedade proporcionando dignidade e cidadania que lhes foi privada durante séculos de exploração não saiu do discurso para a prática. A abolição não foi fruto de bondades de monarcas e elites e sim uma luta que teve apoio popular, mas acima de tudo, teve na resistência negra sua maior força.

Na realidade, a abolição veio como fruto da brava e heroica resistência negra (cujo exemplo mais famoso foi o legendário Quilombo dos Palmares, em Alagoas), da mobilização da população em uma campanha abolicionista que agitou o Império e de mudanças econômicas ocorridas no Brasil e no mundo no século XIX. (FARIAS, 2004, p.198).

É preciso que se diga que os senhores de escravos foram preparados aos poucos para o fim da escravidão, uma vez que questões econômicas eram um dos fatores para que a abolição se consumasse. Ante as pressões inglesas, as elites nacionais se viram obrigadas a acabar com a escravidão – mas isso de forma lenta, “ordeira” e “legal”, sem modificações profundas na sociedade. A classe dominante se preparou para o fim do sistema escravista. (FARIAS, 2004, p. 198).

A Inglaterra pressionava o governo brasileiro para acabar com tal prática de exploração humana, não por motivos humanitários, mas com interesses capitalistas, uma vez que o Império Britânico possuía várias colônias na África e não era interessante que os africanos fossem capturados e escravizados. Para os ingleses os negros passaram a ser mão de obra remunerada barata e consumidores de mercadorias.

A preparação das elites para o fim do sistema escravista ocorreu através da criação das leis Eusébio de Queiroz, em 1850, que acabava com o tráfico negreiro africano; a lei do Ventre livre, em 1871, que garantia a liberdade de todo filho de escrava a partir da promulgação dessa lei e a lei dos Sexagenários, que alforriava os escravos de 60 anos ou mais.

Por último, com a pressão popular e a adesão de intelectuais, mercadores, soldados, profissionais liberais e a sociedade civil em geral, temos a promulgação da Lei Áurea no dia 13 de maio de 1888, pela Princesa Isabel, que via nesse ato um modo de melhorar a arranhada imagem do império, aumento sua popularidade, o que não teve êxito, pois no ano seguinte a República foi instaurada.

A alcunha Terra da Luz, atribuída ao Ceará, que muitas vezes é associada ao nosso sol ou a chegada da energia elétrica, está relacionada à libertação dos escravos quatro anos antes da assinatura da Lei Áurea. Aludindo as luzes da sabedoria e da liberdade que fizeram os bons homens desta terra a proclamarem a abolição. No entanto, o fato é que economia e política, foram fatores igualmente relevantes, junto as ações populares e a luta negra para culminar na abolição no Ceará.

Sobre os escravos no Ceará nos conta Farias (2004):

Para cá vinham predominantemente africanos da etnia banto, embarcados em Angola (existia também uma reduzida quantidade de sudaneses), embora por volta da terceira década do século XIX escasseassem os negros de “nação” (africanos) e preponderassem os crioulos e mestiços nas importações. (FARIAS, 2004, p. 200).

Por aqui havia grande número de negros libertos, para diferenciar e controlar a comunidade escrava dos negros livres as autoridades adotaram um sistema simbólico de diferenciação entre esses grupos. “Uma curiosa forma de controle dos cativos estava no uso de sapatos, sandálias ou tamancos, reservados aos livres e libertos. Os negros escravos deviam andar descalços (por isso, eram vítimas de muitas verminoses).” (FARIAS, 2004, p. 202).

Em todo Ceará havia escravos no campo e na cidade, onde trabalhavam nas lavouras das fazendas, nas casas como responsáveis pelos afazeres domésticos e como escravos de ganho. Ainda sobre a escravidão nas cidades, escreve Farias (2004):

Ocorria nas cidades e vilas cearenses a chamada “escravidão urbana”. Os senhores, no intuito de lucrar mais ainda com o trabalho dos cativos, além de dispor destes para o seu próprio atendimento, ensinava alguma habilitação profissional ou se aproveitava de algum ofício de domínio do escravo (cozinheiro, lavadeira, doceiro, pedreiro, carpinteiro etc) e os alugava a outras pessoas, obtendo rendimentos consideráveis (no momento de venda, um cativo com esses “atributos” era mais valioso) – eram os chamados “negros de aluguel”. Ao mesmo tempo, existiam senhores que mandavam o negro escravo procurar por conta própria trabalho, impondo-lhe, contudo, a obrigação de dividir entre eles o lucro obtido – eram os “negros de ganho”. Escravas chegavam a se prostituir com esse propósito. (FARIAS, 2004, p. 203).

O movimento abolicionista cearense diante de tal contexto só começa a se organizar de fato a partir de 1879, tendo maior expressividade na década de 80 dos oitocentos. No entanto, o movimento de resistência negro já dava indícios de movimentação, uma vez que existiam na província vários lugares de “açoitamento” de escravos fugidos inclusive na periferia de Fortaleza, como Tauape e Parangaba (FARIAS, 2004, p. 203).

As razões da precocidade abolicionista cearense se deveram a fatores, em sua maioria ligados a economia, segundo Farias (2004), motivos como a pouca utilização de mão de obra escrava nas atividades econômicas como pecuária e cultura algodoeira; as secas que assolava periodicamente o Ceará, o alto preço dos escravos, o tráfico escravo interprovincial e a campanha abolicionista aliada ao movimento de resistência negro.

É preciso deixar claro que esses fatores foram “maquiados” em muitos registros históricos sobre a escravidão por uma aura humanística e filantrópica, trazida em parte, pelos ventos civilizatórios da Belle Époque. Ainda segundo Farias (2004), a abolição teve seu maior “incentivo”:

Com o preço dos negros escravos em baixa, com a crise econômica local no pós-1870 – lembremos novamente dos efeitos dantescos da seca de 1877-79 e da crise do algodão no período – e com as dificuldades, agora sim, de manter os cativos, começa a ganhar corpo a ideia emancipacionista, surgindo uma forte campanha articulada por segmentos médios, intelectuais, burgueses e até oligarquias agrárias dirigentes, todos “contagiados” pelo ideário liberal e “civilizado” da Europa, onde o capitalismo industrial há décadas condenara o sistema escravista. A belle époque, os contatos da província com o velho mundo ou com os viajantes dali provenientes contribuem para uma mentalidade anti-escravocrata. (FARIAS, 2004, p. 206).

Nesse embalo abolicionista surgem os clubes, associações e agremiações libertadoras, formada em sua maioria por comerciantes e homens ricos que promoviam festas filantrópicas para arrecadar dinheiro com o intuito de comprar cartas de alforria. Dentre essas instituições vale destacar: a organização emancipacionista Esperança e Porvir, fundada em 1879, último ano de seca, em comemoração ao oitavo ano da Lei do Ventre Livre, formada

por jovens comerciantes como José do Amaral, Manuel Albano Filho, Alfredo Salgado entre outros (FARIAS, 2004, p. 206).

Não se contentando com o que estavam realizando em prol da causa abolicionista, os jovens da Perseverança e Porvir, fundam no fim de 1880 a Sociedade Cearense Libertadora, que tinham sócios como João Cordeiro, Isaac Amaral, Antônio Bezerra, Pedro Artur de Vasconcelos, José Teles Marrocos, Justiniano de Serpa, Pedro Borges e outros. Da mesma forma que sua predecessora, essa instituição era defensora e entusiasta da causa abolicionista, onde tinham até um jornal, O Libertador, no qual divulgavam suas ideias em prol da libertação dos escravos. Outros jornais da época também apoiaram essa causa como: A Constituição, Gazeta do Norte e Pedro II (FARIAS, 2004, p. 206).

Vale destacar que o jornal O Cearense era um ferrenho combatente desses jornais, se posicionando contra a abolição. Mas na contramão desse pensamento conservador, o Ceará ainda viu nascer outras instituições libertadoras como o Centro Abolicionistas em 1882, formado por Guilherme Sturdart, Júlio Cesar da Fonseca e João Lopes Ferreira Filho; a Sociedade das Senhoras Libertadoras em 1883, fundada por Maria Tomasia Filgueira Lima; o Clube Abolicionista Caixeiral, também em 1883, tendo como líder Antônio Papi Júnior, e nesse mesmo ano também, os estudantes do Liceu, Ateneu Cearense, Instituto Cearense de Humanidades e outros estabelecimentos fundaram a Libertadora Estudantil. Ainda é válido destacar a participação da maçonaria local e alguns padres na causa libertadora (FARIAS, 2004, p. 207).

Dessas instituições é válido salientar que serviam também para movimentar as sociabilidades da época, uma vez que gostavam de festejar e discutir as ideias abolicionistas, enquanto a população negra continuava a sofrer. Não estamos dizendo que essas iniciativas foram inválidas, mas sim destacamos certas “futilidades” burguesas disfarçadas de filantropia e intenções políticas outras.

No geral, essas entidades promoviam reuniões que não passavam de encontros públicos de elementos ricos e “distintos” da sociedade que através de festas, quermesses e bailes arrecadavam fundos para alforriar cativos (a maioria mulheres e crianças, enquanto os homens permaneciam escravos nas atividades mais pesadas) em pomposas cerimônias sob aplausos efusivos e discursos melosos cheios de patriotadas humanitárias... (FARIAS, 2004, p. 207).

Diante dessa efervescência “humanística” e “civilizada”, que tivera a participação de todos os estratos sociais, mesmo que pequena por parte de alguns, abolição aconteceu, e iria de uma forma ou outra se realizar. Mas novamente é preciso que se esclareça a tamanha relevância dos movimentos de resistência negra para o fim da escravidão.

Dessa forma, a 25 de março de 1884 – 60º aniversário da constituição imperial e no dia da anunciação da Virgem Maria – realizou-se uma grande festa para celebrar oficialmente o fim da escravidão na província. [...]. Após fogos de artifícios, gritos, lágrimas e tiros de canhões, a multidão que compareceu a Praça Castro Carreira (Praça da Estação) delirou quando o presidente da província, Sátiro de Oliveira Dias, concluiu seu discurso anunciando: “a província do Ceará não possui mais escravos.” (FARIAS, 2004, p. 211).

Mesmo a abolição tendo ocorrido em março de 1884 no Ceará, houve muitos focos de resistência a essa medida no interior. Além disso, é preciso se questionar também como foi o momento pós-abolição. Será que o negro foi acolhido como um igual no seio da sociedade, exercendo seus direitos como cidadão? A história responde a essas questões evidenciando novas formas de exclusão social, repletas de racismo, ódio e miséria, perpetuando uma nova forma de escravidão moderna pautada na exploração do trabalho e na hostilização da cultura negra. Exemplo disso é visto nos heróis da abolição, que por aqui, como exemplo, podemos citar o herói jangadeiro Dragão do Mar, que falamos na subseção anterior, o qual morreu na pobreza e caiu no esquecimento por longo tempo. Nesse sentido a historiografia nos faz refletir sobre os impactos da abolição na sociedade e para a vida de milhares de negros.

Há, contudo, de se ver os limites da abolição “precoce” da escravidão negra no Ceará. Os mesmos senhores das elites e da classe média que abraçaram euforicamente o movimento, não se preocuparam em dar condições aos ex-cativos de ascensão social ou de uma condição de verdadeiros cidadãos. Sem instrução, trabalho e vítimas do hipócrita racismo brasileiro (e cearense!), permaneceram os negros à margem da sociedade. Deixaram a condição de escravos para virarem agregados e empregados – com salário de fome – dos ex-donos. (FARIAS, 2004, p.212).

Como nos mostra o historiador, a filantropia hipócrita antes pré-abolição dá lugar ao preconceito e as vilanias das elites, que mesmo atualmente comete atos de racismo e discriminação contra o negro. Os registros de exclusão da cultura negra é um sério problema do Brasil, onde a hipocrisia de muitos ao dizer que não há racismo no Brasil vem acompanhado de um preconceito velado e disfarçado de piadinhas e atos de mal gosto.

Findada a escravidão em 1888, o país no ano seguinte passa por nova transformação de impacto político e social. O império cai e em seu lugar é posta a República, regime implantado com pouca participação popular. Como nos conta o historiador José Murilo de Carvalho, em sua obra de título icônico, os Bestializados publicado em 1987, que o

povo brasileiro ficou “feito besta” a observar de forma quase que instantânea a queda do Império.

Em 15 de novembro de 1889 findava-se melancolicamente a monarquia brasileira, sendo D. Pedro II deposto num dos tantos golpes militares de nossa história. E o que levou o regime monárquico a cair? Razões diversas, sendo a principal o fato de não ter acompanhado nem se adaptado às mudanças sócio-econômicas que aconteceram no país a partir de meados do século XIX – decadência das oligarquias tradicionais do vale do Paraíba e do Nordeste (eram o sustentáculo da monarquia), abolição, imigração, processos de industrialização e urbanização etc. Exigia-se uma nova condição política que não era oferecida pelo centralizado esquema de poder imposto pelo império. (FARIAS, 2004, p. 236).

Fruto das artimanhas das elites, a República é resposta das classes dominantes ao descontentamento com o império e sua política atrasada e centralizadora. Arquitetada como um mero golpe de estado, em prol dos interesses de uma minoria.

A república, como tantos outros episódios de nossa história, foi um movimento da classe dominante, um mero golpe de estado, ao qual, no dizer de um republicano exaltado, Aristides Lobo, o povo assistiu bestializado, sem compreender bem o que se passava. Uma vez instaurado, o novo regime não mudou as estruturas do país: o latifúndio continuou a ser a base da vida econômica, enquanto a maior parte da população permaneceu excluída das decisões políticas nacionais. Inclusive muitos cargos importantes da república continuaram ocupados pelos mesmos políticos oligarcas que haviam servido a D. Pedro II. (FARIAS, 2004, p. 237).

No Ceará da metade dos oitocentos, as ideias repúblicas começam a reavivar juntamente com o movimento abolicionista, além disso, fatores como a crise econômica do algodão, principal mercadoria de exportação local e a seca de 1877-79 que atingiu em cheio as elites, que começaram passar por dificuldades financeiras, contribuíram para um descontentamento com o governo imperial que pouco ou nada fazia para melhorar a situação.

Foi no contexto de crise econômica que abalou a província a partir de da década de 1870 – crise que atingia em cheio a classe média, a qual não conseguia preservar o padrão de consumo e por isso ansiava por novos espaços políticos – que surgiu a primeira agremiação republicana da província, o Clube Republicano de Aracati. Fundado em 21 de abril de 1870 e presidido pelo fervoroso jovem Júlio César da Fonseca Filho[...]. (FARIAS, 2004, p. 238).

Vale salientar que o Clube Republicano do Aracati tinha por objetivo a propagação em massa das ideias repúblicas, havendo até um jornal chamado Barrete Frígido. No entanto, é preciso dizer que esse clube e seu jornal foi duramente reprimido pela polícia. Mais tarde, outros grupos repúblicos não de criar novos clubes para a causa, como em 1872, na cidade de Saboeiro, onde Cícero Cavalcante de Luna cria um Clube Republicano. (FARIAS, 2004, p. 238).

Em Fortaleza os clubes repúblicanos começam a aparecer por volta de 1872, onde segundo Farias (2004, p. 238) surge o Centro Republicano organizado por João Cordeiro e Brito Paiva, que tinham como órgão de divulgação o jornal A Revolução. Na década seguinte surgem outros grêmios do gênero na capital e no interior, como em Sobral, Baturité devido sua ligação também com a causa abolicionista.

Somente em 26 de julho de 1889 ganhou maior consistência a campanha anti-monarquista, com a organização do Centro Republicano do Ceará, em Fortaleza. Entre seus membros encontravam-se Joaquim Catunda, Antônio Cruz Saldanha, Gonçalo de Lages, José do Amaral, Antônio Sales, Jovino Guedes, Tenente Floriano Florambel, João Cordeiro, Antônio Papi Júnior, Adolfo Caminha, João Lopes Ferreira Filho, Álvaro Martins entre outros. Defendiam seu ideário no jornal O Libertador, que atuara antes na causa abolicionista. Muitos desses “repúblicanos históricos” eram políticos egressos dos partidos monárquicos e por algum motivo haviam rompido com as tradicionais lideranças oligárquicas do império, por não encontrarem espaço para suas ambições políticas e pessoais. (FARIAS, 2004, p. 239).

Muitos dos integrantes desse grupo, além de políticos eram intelectuais, artistas e escritores que viriam a formar diversas agremiações literárias na metade dos oitocentos, contribuindo para a formação do imaginário leitor e literário local, dentre os citados acima, podemos destacar Adolfo Caminha, Antônio Sales, Antônio Papi Júnior entre outros. Entender a formação política e intelectual desses personagens e dos movimentos em que faziam parte é entender a formação cultural e leitora de uma época e que pode ter sido ou foi transcrita nas produções literárias desses sujeitos, ou seja, é compreender de forma ampla o contexto das produções/mercadorias culturais de um distinto período histórico de Fortaleza.

Na verdade, a campanha [Republicana] em terras cearenses praticamente restringia-se a grupelhos intelectuais e médios da sociedade. Nas reuniões, realizavam-se discursos veementes, declamavam-se algumas poesias e decidia-se quais artigos publicar nos jornais. Em tais artigos condenava-se, até de maneira jocosa, a monarquia, enxergada como o velho, o arcaico, o atraso. Dentro das ideias científicas e positivistas que circulavam no Ceará no final do século XIX, a “civildade”, o progresso, o moderno e o futuro ideal estavam na república e no federalismo. Identificava-se o império com clientelismo político e corrupção. (FARIAS, 2004, p. 239).

Ao observarmos a identificação do império, por esses grupos, com corrupção e clientelismo, vemos o desejo de mudanças e transformação social, que infelizmente não vinga, pois, corrupção e troca de favores continuam a causar crises e danos a sociedade brasileira nos primeiros anos da república até dias atuais.

No momento da proclamação da República o Ceará estava dividido entre liberais e conservadores, em um contexto de crise econômica e o periódico problema da seca, que

ocasionaram o declínio de grande parte da elite local. A proclamação da república, como no resto do Brasil, foi uma surpresa para o Ceará. As autoridades constituídas, os segmentos populares, as elites e os próprios repúblicanos locais não esperavam tal advento – pelo menos não naquele momento (FARIAS, 2004, p.239).

Vale lembrar que as ideias repúblicas no Ceará têm seu início no período colonial e no começo do período imperial e vinham acompanhadas de ideais separatistas e de independência. Podem ser citadas, a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador em 1824, que foi apoiada por parte da elite dessa época. Tal fato demonstra que a ideia não era nova, sendo cultivada por uma parcela, ainda que pequena da sociedade local.

A classe dominante cearense que no passado havia sustentado o ideal repúblico, como na “Revolução” de 1817 e na Confederação do Equador, estava, por suas divisões internas e fragilidade estrutural, além da pobreza da província, acomodada ao centralismo monárquico e às alternâncias no poder entre os partidos liberal e conservador – temia-se que numa república, o nordeste ficasse mais subordinado ainda ao sudeste. Os partidários repúblicos (sobre tudo elementos da classe média, militares e intelectuais) eram poucos e desorganizados, um reflexo da própria situação dos pequenos segmentos médios locais, cujos empregos dependiam das elites. (FARIAS, 2004, p.238).

Uma classe acomodada, temerosa do futuro, havendo muita incerteza quanto aos rumos do Brasil, principalmente depois da abolição. O sentimento de mudança imperava, no entanto, as pessoas não sabiam quais seriam essas mudanças e seus impactos. Foi com esse sentimento que a proclamação da república chega em Fortaleza, ao provocar espanto, medo e trapalhadas.

“Comédia trágica”, “bestializados” e outros termos cômicos e de espanto são usados pela narrativa histórica para descrever o advento da República. De fato, foi o início de uma “comédia de erros” que até nos dias de hoje nos deixam “bestializados” com as canalhices e trapalhadas políticas de nossos governantes. Mas ao que concerne ao 15 de novembro na capital da província de Ceará, segundo Farias (2004, p. 240), a notícia da proclamação chega por telegrafo no fim da tarde do dia 15 de novembro. Algo rápido para a época.

No comando do governo cearense estava o coronel Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim. O coronel foi deposto no dia seguinte pelos participantes do Centro Republicano locais, os estudantes da escola militar e os militares do 11º Batalhão, reunidos no Passeio Público, os quais insuflaram a população a retirar do cargo de presidente da província Moraes Jardim. Na sede do governo e diante da pressão pública, o então presidente entregou o poder sem resistência. Seu sucessor foi indicado pelo professor da escola militar, Major

Manuel Bezerra de Albuquerque, que indicou o comandante do 11º Batalhão, Luis Antônio Ferraz, para assumir a presidência. Convém ressaltar que o novo presidente era ferrenho defensor da monarquia e foi recebido por protestos e descontentamentos pelos repúblicanos locais (FARIAS, 2004, p. 240).

Ainda sobre o 15 de novembro, os relatos históricos nos contam mais sobre o acontecido na cidade, que estava em polvorosa diante da “revolução que acontecia, segundo Farias (2004, p. 240):

Os repúblicanos, tendo à frente uma bandeira vermelha carregada por um espanhol de má fama chamado Catalão, por onde passavam, quebravam as insígnias reais e placas de ruas com nomes ligados à coroa, tudo isso ao romper de fogos de artifícios, gritos de “viva a república, viva a França!” e ao som de uma banda musical tocando a marselhesa (o hino francês). Para alguns dos ingênuos repúblicanos cearenses aquilo parecia uma revolução francesa nos trópicos. (FARIAS, 2004, p. 240).

Mais uma “extravagância” da Belle Époque, no calor repúblicano e nacionalista da época. Concernente à sucessão de governo, o recém-presidente da província Luis Antônio Ferraz, chegou a montar um governo provisório, o qual foi dissolvido no dia 18 de novembro de 1889 por ordem, vinda do Rio de Janeiro, do Ministro da República Aristides Lobo que nomeava para o cargo de presidente da Província do Ceará João Cordeiro, o qual estava desconfiado e temeroso de que a república não vingasse, e recusou o convite duas vezes. Diante desse fato, restou como opção ao governo central aceitar o nome de Luis Antônio Ferraz, que foi oficialmente empossado em primeiro de dezembro de 1889 (FARIAS, 2004, p. 241).

Do ano da proclamação até 1900 tivemos quatro presidentes no governo central, os Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, além dos civis Prudente de Moraes e Campos Sales. Esses presidentes enfrentaram e ocasionaram crises políticas, repletas de perseguições e assassinatos de opositores, e crises econômicas e sociais, típicas da instalação de novas ordens de poder. No Ceará as primeiras medidas do governo repúblicano local foram, no mínimo, atrapalhadas, como nos conta Farias (2004):

As primeiras medidas do governo – verdadeiras trapalhadas para uma administração que precisava de apoios para se consolidar – provocaram muita agitação na capital: dispõem-se os vereadores da câmara municipal, proíbe-se o ensino religioso nas escolas, para indignação dos católicos mais conservadores (vários membros do centro repúblicano eram materialistas), demite-se os funcionários públicos monarquistas, preenchendo-se os cargos com correligionários repúblicanos (as mesmas “derrubadas” da época do império), troca-se os antigos nomes das ruas por números no mesmo sistema de Nova York, causando imensa confusão (tanto que essa medida depois seria revogada) etc. (FARIAS, 2004, p. 241).

No meio de tamanha confusão as velhas raposas monarquistas se articulavam para voltar ao poder, argumentando que o novo governo não os deixava participar da nova ordem política instalada. Surgem diversos partidos, como o Democrático, Republicano, Católico e Operário em 1890, que são apenas “atualizações” do bipartidarismo entre conservadores e liberais. Por mais que os repúblicanos locais tenham assumido o poder nos anos iniciais da República, isso permaneceu por pouco tempo, uma vez que as velhas oligarquias se articulavam para retornar ao poder. Em 1891, o presidente imposto, Luis Antônio Ferraz, deixa o cargo por causa de uma enfermidade, assumindo temporariamente os vice-governadores: João Cordeiro e Benjamim Barroso, que foram demitidos por Deodoro da Fonseca que nomeou Clarindo de Queiroz para o governo (FARIAS, 2004, p.243).

Esse período foi marcado por novas polarizações entre os partidos surgidos e entre os jogos de poder dos chamados “repúblicanos históricos”, que apoiavam a república mesmo no período imperial. Esses grupos ou facções eram divididos em apoiadores de Floriano Peixoto, como João Cordeiro líder do Centro Republicano junto com os apoiadores do Jornal O Libertador, que criticavam o autoritarismo de Deodoro – Eram também chamados CAFINFINS (Piolhos que atacam galinhas) - e apoiadores de Deodoro da Fonseca, dissidentes do Centro Republicano como Martiniano Rodrigues, Antônio Cruz, Gonçalo de Lages, Justiniano de Serpa entre outros, eram chamados MALOQUEIROS (Pivetes, bandidos, mal-educados), tinham como divulgação de suas ideias o jornal O Norte (FARIAS, 2004, p.243).

Outros acontecimentos importantes acontecem nesse período, como em 6 de maio de 1891, onde se organizam o Congresso Constituinte, para elaborar uma constituição para o estado e eleger novos governantes, tendo ganhado para governador Clarindo de Queiroz, Deodorista, e para vice o Major Benjamim Liberato Barroso, florianista, ou seja, um vice-governador que não tinha as mesmas convicções políticas com o chefe do governo. Isso só poderia dar em problemas, o que de fato aconteceu (FARIAS, 2004, p.243).

Qualquer semelhança com os fatos da república atual é mera coincidência. Mas a história deixa claro para se ter cuidado com vices-governantes. Comentários a parte, a cisão entre os repúblicanos abriu brecha para que as velhas oligarquias do império agissem, para tanto o chefe dos oligarcas Nogueira Accioly se alia aos Cafinfins e florianistas com o intuito de derrubar Clarindo de Queiroz. Com a queda de Deodoro em novembro de 1891, começa uma caça aos governadores deodoristas, com a ascensão de Floriano Peixoto a Presidência (FARIAS, 2004, p.244).

No meio desses embates, Clarindo de Queiroz passou apenas 10 meses no poder. Em fevereiro de 1892, a oposição liderada por Accioly conspira abertamente para depor Clarindo. Neste período o 11º batalhão estava realizando exercícios práticos em Maranguape para cortar o apoio militar de Clarindo, onde diante dessa situação, as forças armadas locais lideradas pelo Major e Senador Bezerra de Albuquerque, munidos de grande arsenal bélico exigiam a renúncia de Clarindo (FARIAS, 2004, p.243).

Acuado no palácio do Governo Clarindo de Queiroz resistiu com o apoio de um grupo de assessores e civis apoiadores. O centro de Fortaleza vira praça de guerra, a oposição levanta barricadas, cava trincheiras e bombardeia o palácio do governo com canhões e metralhadoras, destruindo a praça General Tibúrcio e parte da sede do governo. Sem munição, Clarindo se rende e entrega o governo ao coronel, deputado e comandante interino da escola militar José freire Bezerril Fontenele. No dia posterior ao golpe, 18 de fevereiro de 1892, Bezerril passa o poder ao vice-presidente Liberato Barroso (FARIAS, 2004, p.243).

Houve imensa perseguição aos deodoristas, os quais muitos foram presos, e a constituição promulgada por Clarindo assim como o governo eleito foram dissolvidos. Somente em 12 de julho foi promulgada uma nova constituição e deixa o cargo Liberato Barroso, assumindo de forma provisória Nogueira Accioly até 27 de agosto de 1892.

Nogueira Accioly, por meio de eleições indiretas elegeu-se José freire Bezerril Fontenele para o governo estadual. Seu governo foi marcado pela consolidação da República na capital e no interior do estado. Nesse meio tempo, Accioly se organizava novamente com a ajuda de Bezerril, e assume o governo em 1896, dando início a um triste período de mandos e desmandos provocados pela oligarquia acciolyana que adentra o século XX (FARIAS, 2004, p.244).

A República que viria ser a esperança de mudanças sociais para alguns intelectuais defensores do povo e da democracia, não passou de um mero golpe planejado pelas elites insatisfeitas. A corrupção, o nepotismo e a politicagem sem escrúpulos, que diz o bordão ter vindo nas caravelas para o Brasil, continuam com a República. É possível sugerir que esses males se “repaginam com ela”. No Ceará não é diferente, pois as velhas oligarquias afastadas momentaneamente da vida política retornam a ela com novos discursos e artifícios, agora em prol dos ideais cidadãos e republicanos, constituindo um puro sinismo, tratando-se de um degrau político para voltar ao poder, reinaugurando a política clientelista e oligárquica.

Talvez fique o leitor a se perguntar o porquê abordar as mudanças de poder em uma pesquisa que tem como objeto a leitura e seu imaginário? A resposta pode parecer simples, mas carrega mais complexidades do que se imagina. O fato é que na esfera do

imaginário coletivo e das tradições e cultura de um povo, o poder e as formas como ele se desenvolve na sociedade impactam diretamente na formação do imaginário, pois estão ligadas a construção do cotidiano e do modo de viver de um povo.

Além disso, muito dos sujeitos que formam os círculos de poder compõem nesse mesmo período, a metade dos oitocentos, as agremiações e instituições de leitura que marcaram a história literária e leitora local. Eram produtores de informações e conhecimentos, deixaram suas marcas nos produtos culturais dessa época, figurando além de intelectuais, jornalistas, artistas, escritores que ao mesmo tempo desempenhavam papéis de políticos, médicos, advogados, farmacêuticos etc. Ou seja, esse extrato leitor intelectualizado formado por integrantes de agremiações leitora estavam a frente também dos rumos políticos, na esfera do poder, e por isso são “contaminados” pelas ideias políticas e partidárias também, podendo esse fato refletir ou não nas produções literárias da época.

O fato é que alguns dos políticos citados ao longo dessa subseção, como Antônio Sales, Barão de Sturdart, Papi Junior entre outros, produziam conhecimento. Eles eram o que chamamos hoje de produtores de conteúdo. Muitos intelectuais e políticos dessa época eram donos de jornais. Fortaleza tinha diversas tipografias nos oitocentos. Eles alimentavam o fluxo de informação e eram alimentados por esse mesmo fluxo que em seus caminhos de disseminação eram alimentados com informações repúblicas, abolicionistas, conservadoras, modernas e civilizatórias, podendo ser adquiridas no último vapor vindo da Europa ou pela assinatura das folhas jornalísticas e revistas que estavam disponíveis nas tipografias, bodegas e livrarias da cidade.

5 CAMINHO METODOLÓGICO

Entendendo que o processo, ou jogo científico, não é mera reprodução do real, mas algo que proporciona experiências múltiplas organizadas em narrativas que vão tentar representar uma parcela mínima de um assunto ou objeto em análise:

A ciência como a arte, aliás, não busca copiar a realidade e descrever o mundo tal como é, mas elaborar sistemas simbólicos para apreciá-lo. Ela não é uma atividade de reprodução do real, quer dizer a imitação de algo que seria anterior ou exterior ao próprio ato da descoberta, mas da produção de experiências que serão organizadas e reunidas, compostas e recompostas em um texto (por exemplo, um artigo em uma revista científica) que ele mesmo organiza a partir de outros textos (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997, p. 74).

Nesse sentido, esta pesquisa busca, em seu curso, construir estruturas textuais com a ajuda de similaridades, metáforas e redes simbólicas para aproximar a leitura, como parte do processo informacional das sociedades, sendo ligada a práticas informacionais e de construção do cotidiano, compreendida como fio da rede de significações que a cultura tece e está emaranhada ao mesmo tempo.

Assim, uma pesquisa passa a ser, de certo modo, um processo semiótico e mediador, uma vez que está, a todo momento, gerando sentidos e se ressignificando. “[...] a pesquisa, a experimentação, a análise científica, procedem incontestavelmente da imaginação: fazem existir algo que não existia antes, ou criam relações entre duas realidades até então percebidas como distintas” (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997, p. 74).

Esta pesquisa evoca, portanto, o caráter interdisciplinar da Ciência da Informação, pois se envereda pelos percursos históricos de uma cidade juntamente com os aspectos socioculturais de seus sujeitos. Além disso, recorre-se aos aspectos da arte literária a fim de contribuir com uma melhor análise dos componentes reais do cotidiano estudado.

Esta pesquisa é de caráter exploratório, pois tem o “[...] objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2011, p. 27). E também tem caráter descritivo, pois se debruça a esmiuçar as características de um grupo ou população e investiga um fenômeno que a permeia, traçando relações entre múltiplas variáveis (GIL, 2011, p. 28).

A abordagem adotada é qualitativa, pois mesmo ao trabalhar com índices estatísticos sobre alfabetização e números ligados a acervos bibliográficos, estatísticas de empréstimos de livros e a tiragem de periódicos, a pesquisa objetiva determinar populações leitoras existentes no cenário investigativo por um viés interpretativo desses dados. Para além

da quantificação, os dados são interpretados para desvendar as nuances das práticas leitoras da época, podendo o aspecto qualitativo ser evidenciado na análise dos documentos e fontes que serão utilizadas, buscando respostas para as nossas questões na consulta a esses textos.

Quanto ao tipo da pesquisa, afirma-se ser bibliográfica e documental, uma vez que foram utilizadas obras de referência sobre leitura, memória, imaginário e informação e fontes documentais disponíveis nos arquivos de Fortaleza, como atas, regimentos, documentos governamentais e periódicos do século XIX.

Foi usado o método histórico que, em linhas gerais, pode ser compreendido por duas ações básicas a análise – dividida em três operações: heurística (levantamento das fontes a serem analisadas), crítica (interna ou externa, o momento de determinar a validade discursiva dos documentos) e, por fim, a hermenêutica (interpretação dos conteúdos no intuito de responder a problemática inicial da pesquisa) – e a síntese, construção da narrativa em si.

Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 106-107).

Entender o método histórico é se deparar com os complexos processos que possibilitaram a escrita da história em nossa sociedade, uma vez que cada época traça suas formas de compreender o seu cotidiano e escrever as suas histórias.

É preciso que se entenda que mais que uma simples reconstituição do passado, o método histórico busca através de resquícios materiais entender as dinâmicas sociais de um período e suas complexidades. É sempre uma interpretação dos fatos que levam em consideração fontes e vestígios que fundamentam os pensamentos de uma determinada época.

[...] em resumo, o método historiográfico tem, como caracterização de seu procedimento, ao menos três peculiaridades distintas: a) Seu tratamento de uma realidade praticamente sempre mediata (restos); b) Sua necessidade de sempre captar o processo (diacrônica) e c) Sua necessidade de globalização (inexistência de especificidades do histórico). (ARÓSTEGUI, 2006, p. 459).

É preciso que se ressalte que a pesquisa histórica surge de achados ou insatisfações sobre a explicação de fatos históricos sobre determinados pontos de vista. Além disso, não se pode deixar de enfatizar que o método histórico não oferece uma ordem única e estruturada para o desenvolvimento da pesquisa, segundo Aróstegui (2006, p. 459):

[...] ao menos em seu estado atual, o método historiográfico deve conjugar três problemas importantes: a) seu escasso nível de formalização metodológica, escassa articulação das regras do método histórico e a carência de uma linguagem distintiva; b) os escassos instrumentos teóricos e técnicos de que de que dispõe para a apreensão de uma realidade com muitas variáveis implicadas; e c) o problema sempre presente da necessária articulação entre a análise das estruturas e o acontecimento, e entre o sistemático e o referencial. (ARÓSTEGUI, 2006, p. 459).

Mesmo apresentando esses problemas, o método historiográfico não pode fugir a regra geral das demais pesquisas sociais, pois precisa seguir o plano estabelecido por uma problemática, hipóteses e objetivos, e a partir deste ponto pode ser construída a narrativa científica, ancorada nos vestígios históricos e nos postulados teóricos da área em questão.

Para tanto nos valem da bibliografia sobre a história do Ceará e de Fortaleza no século XIX para entender hábitos, costumes, estruturação urbana, economia, educação, sociabilidades, políticas e manifestações culturais nesse período e para o entendimento das práticas leitoras das três instituições nos valem de fontes documentais provenientes da produção intelectual desses espaços.

No que se refere as fontes documentais sobre a Biblioteca Pública: foram utilizados os relatórios provinciais do governo Cearense de 1850 até 1901, que foram microfilmados e estão disponíveis para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel e no site: <http://ddsnext.crl.edu/>. Quanto ao Instituto do Ceará: foi usado o Dicionário Bio-bibliográfico Cearense do Barão de Studart e o Acervo da Revista do Instituto de 1887 até 1900, disponível no site: <https://www.institutodoceara.org.br/>. E a Academia Cearense de Letras: serviram de base as revistas da Academia de 1896 até 1901 disponíveis na sede desse sodalício e no site: <http://www.academiacearensedeletas.org.br/>.

Para a análise das informações dos relatórios da Biblioteca Provincial, foi realizado o mapeamento e síntese de todas as informações relativas a instalação e funcionamento da Biblioteca, onde procuramos evidenciar o desenvolvimento do seu acervo, mapear o seu crescimento bibliográfico, identificar os sujeitos responsáveis pela sua idealização e funcionamento e mostrar suas relações com os leitores, assim como dos leitores e essa instituição. Por fim, a pesquisa buscou entender qual a posição da biblioteca na estrutura informacional da cidade, no sentido da disseminação e produção de conhecimento na cidade.

No que se refere à análise das informações das revistas do instituto, foi realizado o mapeamento das principais temáticas identificadas em suas publicações e de forma orgânica comparamos com as principais ideias em voga na época procurando identificar autores mais

lidos e seus posicionamentos. Além disso, foi elaborada a biografia de cada membro desse sodalício para entendermos quais as suas funções e influências na sociedade local e averiguar o impacto de suas leituras e produções no cotidiano da cidade.

Por fim, as análises da revista da Academia Cearense de Letras focaram na identificação das principais temáticas presentes na revista, a fim de entender as pautas informacionais e leituras dessa instituição, assim como foi feito o mapeamento das principais obras e seus respectivos autores que eram recebidas e discutidas pela Academia e que foram registradas nas atas de suas sessões publicadas em sua Revista. Também foi realizado processo semelhante com o Instituto do Ceará, onde foi traçado o perfil biográfico dos membros da Academia para avaliar sua função e grau de influência na estrutura social local.

As inferências das análises foram feitas de forma orgânica, no sentido de preservar a fuidez do texto e tornar a narrativa clara e objetiva. Desse modo os dados foram agrupados de forma linear a fim de se criar uma linha cronológica sempre intercalada de considerações que levam em conta o estabelecimento das teorias da informa apresentadas nas seções anteriores e a historicidade das práticas leitora do fim dos oitocentos na cidade de Fortaleza.

Vale ainda salientar que o processo metodológico de uma pesquisa histórica requer tempo e paciências para a busca dos vestígios históricos de uma época e suas respectivas análises. Nesse sentido, a pesquisa em questão adotou como estratégia metodológica: incursões a arquivos no interior do Estado, como Baurité, Redenção e Guaramiranga, além do contato com arquivos do Cariri, mas que não tiveram êxito na coleta de fontes históricas. Assim como também foram realizadas visitas nos arquivos de Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza, Biblioteca Publica Governador Menezes Pimental, Academia Cearense de Letras e Instituto do Ceará, nos quais tivemos êxito em encontrar algumas publicações e documentos referentes à história de Fortaleza e de suas praticas leitoras.

Por fim, foram pesquisados documentos na Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, onde conseguimos relatórios administravos sobre a Província do Ceará e a Biblioteca Pública, assim como alguns periódicos, que por conta do pouco tempo não foram utilizados. Todo esse processo de busca foi realizado desde o início do mestrado, em meados de agosto de 2016 e se intensificou do segundo semestre de 2017 até junho do presente ano (2018).

6 REVERBERAÇÕES DA LEITURA NA CIDADE

À luz dos legados históricos e bibliográficos da Biblioteca Provincial, do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, esta seção atendeu ao nosso último objetivo específico: entender o papel das três instituições escolhidas na construção da cidade e de seu cotidiano leitor, nos aspectos da assimilação, produção e disseminação de informações e conhecimentos.

Nesse sentido, são evidenciados os aspectos da assimilação, produção e disseminação das informações e conhecimentos pelas práticas leitoras dessas instituições. Os acervos bibliográficos assim como os periódicos desses sodalícios serviram como base para ver as nuances das leituras daqueles que constituíam esses espaços. Portanto seguem nas sessões posteriores, os vestígios da leitura nessas instituições.

6.1 O discurso dos livros: as intenções de uma biblioteca

A constituição de um acervo bibliográfico traz em seu processo de formação o que certamente Foucault (2010) chamaria de desejos de poder ou discursos repletos de intenções variadas. Segundo Foucault (2010, p. 5): quando um simples ato profissional define o universo de informações a que um grupo de usuários terá acesso, é possível dizer que o bibliotecário detém o poder.

Esse poder do qual Vergueiro (2010) atribui ao bibliotecário faz referência à capacidade de interferir na dinâmica social de uma determinada população através da construção de um *corpus* discursivo bibliográfico, ou seja, um acervo. Nesse processo é possível intencionalmente determinar o que uma população de pessoas poderá ou não ter acesso em termos de informação, impactando diretamente na esfera social.

No que se tange ao acervo da Biblioteca Provincial do Ceará, podemos constatar aspectos dos desejos ou intenções de poder através das obras selecionadas para a formação dessa instituição. Assim como também é preciso saber mais sobre os sujeitos envolvidos no processo de instalação da biblioteca e seu acervo, pois certamente suas escolhas implicaram na delimitação de um repertório informacional a ser acessado pela população da cidade.

Quanto aos sujeitos envolvidos, se destacam no momento da constituição do acervo o Presidente da Província em 1865, o Barão Homem de Melo, no qual encabeçou a proposta de implantação de uma Biblioteca na cidade de Fortaleza, proposta que remontava os

idos de 1848. Sobre a biografia do Barão, a Academia Brasileira de Letras dispõe das seguintes informações:

Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, foi advogado, historiador, cartógrafo, político e professor, nasceu em Pindamonhangaba, SP, em 1837, e faleceu em Campo Belo, hoje Homem de Melo, RJ, em 1918. [...]. Presidiu a Província de São Paulo (1864), a do Ceará (1865-1866), a do Rio Grande do Sul (1867-1868) e a da Bahia (1878). (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2018).

Pela biografia do Barão é possível entender o porquê do desejo de criar uma biblioteca em Fortaleza nos idos da década de 60 dos oitocentos. Tratava-se de um homem das letras, dedicado a política e acostumado a ter acesso a espaços eruditos, algo que Fortaleza reclamava na época. Tal figura tinha grande influência no cenário intelectual e político nacional tendo ocupado diversos cargos públicos pelo Brasil e sendo eleito como membro da Academia Brasileira de Letras em 1916, mas infelizmente morreu antes de efetivamente tomar posse.

Figura 3 – Barão Homem de Melo



Fonte: Academia Brasileira de Letras (2018).

O Barão Homem de Melo lança as bases para a construção da Biblioteca, mas não chega a inaugurá-la, deixando o cargo de Presidente Provincial em 1866. Vale destacar que Homem de Melo é o responsável por designar o diretor da instrução o Padre Hyppolito

Gomes Brasil, que em 1865 ocupava o cargo de diretor do Lyceu do Ceará para elaborar a lista de livros que originará o acervo da Biblioteca. Abaixo, é possível ver a ordem do Presidente da província para o início da instalação da Biblioteca e a compra do acervo.,

Para começo da bibliotheca publica, que deve crear-se n'esta província em virtude da resolução d'esta assembleia, fez-se, por contracto, encomenda para europa de várias obras clássicas e outras, escolhidas sobre parecer do director da instrução. Cumpre prover sobre a aquisição ulterior de novas obras, que venham augmentar o numero das que se esperam e constituam o fundamento de uma biblioteca escolhida e que acompanhe o movimento das letras e das sciencias (RELATÓRIO APRESENTADO À ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO CEARÁ PELO PRESIDENTE DA MESMA PROVINCIA O EXC. SR. DR. FRANCISCO IGNÁCIO MARCONDES HOMEM DE MELLO NA 1º SESSÃO DA 22º LEGISLATURA EM 01º DE JULHO DE 1866).

No que se refere a biografia do Monsenhor Hyppolito Gomes Brasil, as fichas do Arquivo da Sala de História Eclesiástica, da Arquidiocese de Fortaleza, dispõe das seguintes informações:

Nasceu em Aracati, a 6 de Junho de 1822. Ordenação em Pernambuco, a 29 de Setembro de 1845. Faleceu em Fortaleza, a 22 de Outubro de 1899. Pais: Joaquim Gomes Brasil e D. Inácia da Purificação Brasil. Professor por concurso de Latim, em Granja. Lente de Latim no Liceu, 1852 (Removido de Granja); Jubilado a 12/09/1870. Cura interino da Sé. 9 de Julho a 1º de Dezembro de 1863. Vigário Geral, nomeado e empossado a 1º de Abril de 1865-10 de Agosto de 1881. Governou o Bispado, em ausências de D. Luiz e D. Joaquim. Vigário Capitular, 10 de Agosto de 1881-22 de Novembro de 1883; Posse, 11 de Agosto. A 22/11/1883, tomou posse da Diocese em nome de D. Joaquim. Governador do Bispado, 22 de novembro de 1883-24 de Fevereiro de 1884. Vigário Geral (2ª vez), 24 de Fevereiro de 1884-22 de Dezembro de 1899. Diretor do Liceu, em 1866. Diretor da Instrução Pública, 1868. Vereador de Fortaleza. Presidente da Província, 1881-1882. Cônego, por Carta Imperial de 29 de Julho de 1868. Prelado Doméstico, em 1881. Circulou uma poliantea, que homenageava, em 1895 (Jubileu Sacerdotal). Governou o Bispado: 23 de Junho de 1866. 26 de Abril de 1867-19 de Setembro de 1867. 22 de Junho de 1868. (ARQUIVO DA SALA DE HISTÓRIA ECLESIASTICA).

Era comum para a época que religiosos ocupassem cargos políticos e públicos além de atuarem na área da instrução pública. Historicamente a educação no Brasil foi iniciada com os padres jesuítas com a catequização de índios e na fundação de escolas. Além disso, a separação da Igreja do Estado só vem acontecer alguns anos depois com a decadência e queda do Império e a instalação do regime republicano em 1889. O Monsenhor Hyppolito Gomes Brasil sempre defendeu a instalação de uma Biblioteca na capital como podemos ver no relatório elaborado pelo mesmo, salientando a importância de tal empreendimento.

Desde a criação do lyceu cearense em 1845 que meus antecessores não tem cessado de pedir aos poderes competentes a criação de uma biblioteca. Por mais de uma vez já tem a assembleia legislativa provincial consignado verba com esse destino; não sei

porém porque fatalidade não tem havido um administrador que tenha querido pôr em execução essa disposição do orçamento. Instando para que só satisfaça está tão palpitante necessidade, eu espero que V. Exc. como protetor hoje das letras n'esta província, não se recusará a glória de fundar um estabelecimento indispensável à instrução, e que em todos os tempos para demonstrar o grão de civilização de um povo. (RELATÓRIO DO DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ DE 1865)

Ao se verificar a listagem de livros que o clérigo Hyppolito Brasil elaborou foi constatado que temas ligados à religião, a moral e decoro, filosofia e catolicismo se sobrepunham a textos mais literários como romances e ficções. Isso evidenciava uma tentativa de manter o discurso católico e eclesiástico, em um período agitado em que cada vez mais a igreja vinha perdendo espaço. Além disso, o acervo passava a ter um “selo de aprovação” da igreja uma vez que um padre escolheu cada título, o que na época figurava como algo extremamente aceitável, afinal quem melhor que um “homem de Deus” para guiar os intelectos do povo cearense.

Encommenda feita para a Europa com destino à bibliotheca pública do Ceará

[...] P. Felix, Le progrès par le christianisme – 1 vol.

[...] Gratry, De la connaissance de Dieu – 2 vol.

[...] Guizot, L'église et la société – 2 vol.

[...] St. Augustin, Cité de Dieu – 1 vol.

[...] Armand, Homme, Univers et Dieu – 2 vol.

[...] Janoski, Abolition de l'esclavage – 1 vol.

[...] J. Simon, La Liberté – 2 vol.

[...] Stuart Mill, La liberte – 1 vol.

[...] Dante, Divine comedia – 1 vol.

[...] Kant, Oeuvres -15 vol. [...]. (RELATORIO APRESENTADO AO PRESIDENTE DA PROVINCIA PELO BIBLIOTHECARIO JOSÉ DE BARCELLOS em 1867).

É valido salientar ainda a existência dos chamados *Index Librorum Prohibitorum*, listagens de livros proibidos que atentavam contra os dogmas da igreja, a moral e os bons costumes, os quais eram divulgados pela igreja a fim de censurar diversas obras. No caso do acervo da Biblioteca Provincial do Ceará, essa já nasce sob as bênçãos da igreja e com a garantia da manutenção do poder das instâncias religiosas e políticas locais. Títulos que se relacionam com temas ligados a civilidade; liberdade individual e coletiva; o poder de Deus, da igreja e do Estado; Abolição; política; Ciências Naturais e tecnologia fazem parte do

acervo, eles refletem as discussões de uma época que ansiava por mudanças e não se tratam de uma escolha aleatória, mas pensada nas pautas de uma época.

Outro fato interessante é o fato de que todos os livros encomendados na Europa são em francês, onde os autores, em sua maioria são franceses figurando também alguns escritores espanhóis, alemães, italianos e ingleses que foram traduzidos para o francês. Outra tática de importação de imaginários pela autoridade do rol de nomes de autores da época, como nos conta Foucault (2010, p. 28): “O autor é aquele que dá a inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real”. Embora a lista inicial não tenha mencionado autores clássicos como Homero, Platão, Sócrates e outros filósofos e escritores da antiguidade clássica, é mencionada na ordem de compra que os livros clássicos sejam incluídos.

[...] essa recepção de modelos importados no espaço cearense não deve ser vista, no entanto, como um comportamento de passividade diante do que nos chegava ao conhecimento, como pode parecer para muitos, mas, por outra, como uma forma de acompanhar as ideias e o pensamento do mundo civilizado e tomar parte nele, já que vivíamos em um momento que reivindicava mudanças na estrutura social, não só no Ceará como no restante do Brasil. A Biblioteca com seu acervo diversificado, não é inocente, ela traz um saber que, entre outras coisas, pode provocar alterações no modo de ser e de viver das pessoas, já que a leitura não é um ato linear, ela é rebelde e, portanto, permite transgressões. (ARARIPE, 2000, p.132).

Da predominância da língua francesa em detrimento da língua portuguesa, duas explicações são plausíveis. A primeira é o preço do papel, pois imprimir livros no Brasil era mais dispendioso devido aos impostos que incidiam sobre essa matéria-prima. Era mais barato e fácil importar livros da Europa. E por fim a crescente influência da França como potência mundial no século XIX, o que, por conseguinte vem inaugurar em algumas cidades brasileiras a chamada Belle Époque, período em que os padrões civilizatórios franceses são incorporados a dinâmica social brasileira, sendo Fortaleza uma das cidades que passou por esse processo de afrancesamento.

A própria biblioteca enquanto instituição fez parte de um projeto civilizatório com influências culturais europeias que a elite local desejava implantar na cidade, portanto o discurso de progresso sob a influência das luzes do saber era adotado. Lembrando os postulados de Frohmann (2006) sobre a materialização dos enunciados, a biblioteca seria a materialização de um discurso sob a forma de um conjunto documental. Todo esse esforço culminou na inauguração da Biblioteca em 25 de março de 1867. Sob tal evento, registrou-se o discurso do presidente da província João de Souza Mello e Alvim no momento da inauguração:

A diffusão das luzes por todadas as camadas da sociedade é hoje uma tendência irresistível dos povos cultos. Facilitar por todos os meios a alimentação do espirito, deixar que todos busquem sem distincção ilustrar-se, facilitar a leitura e consulta de nossas tradições; tal deve ser também o objeto dos constantes desvelos do governo. E minha convicção profunda que um povo é tanto mais respeitado, quanto maior for a sua civilização. Já não fallo d'essa civilização que paira na esfera elevada da sociedade e que constitui a moderna aristocracia do talento; eu fallo d'essa civilização que se democratiza, por assim dizer, penetrando por toda parte, e que fere a luz das trevas em que pairam milhares de indivíduos. Uma biblioteca aberta a concorrência publica parece-me que, nas condições de desenvolvimento em que se acha esta província, já era uma necessidade geralmente sentida, um melhoramento urgentemente reclamado. Dei-me, portanto, pressa em realisar a lei de sua criação, e para esse fim organizei o regulamento que será presente a V. Exc. com algumas ofertas e donativos que tem sido feitos, e uma compra de livros autorizada pela assemblea, compra que se acha em grande parte effectuada, entendi que satisfazendo a anciedade publica, devia instalar, quanto antes, a biblioteca cearense, o que effectivamente teve logar no dia 25 de março, com a solemnidade compatível ao assumpto, para mim, de tanta magnitude. Está lançada a 1º pedra d'esse monumento importante do progresso moral do Ceará. Saiba o povo cearense tirar de tão util instituição todas as vantagens a que ella se presta: são os votos que faço do fundo do meu coração. Permitta-me V. Exc. que antes de passar a outras matérias consigne os valiosísimos serviços do digno bibliothecario cearense, cujo talento, dedicação ao cargo, e retidão de animo, terá V. Exc. occasião de apreciar por si, como eu tive para lisonjear-me da acordada nomeação que fiz. Dos donativos constantes de uma relação que está entre os annexos, V. Exc. verá quaes os nomes dos contribuintes para o fundo destinado a sustentatr a revista da biblioteca. Toda a importância recebida acha-se convertida em 5 apolices da divida publica do valor nominal de 200\$000 cada uma, restando em poder do Dr. Secretario a quantia de 50\$000. São dignos de encômios os que tem concorrido para a obra de tanta utilidade. (RELATÓRIO COM QUE O EXCELENTISSIMO SENHOR TENENTE-CORONEL DE ENGENHEIROS JOÃO DE SOUZA MELLO E ALVIM PRESIDENTE DA PROVINCIA DO CEARÁ PASSOU A ADMINISTRAÇÃO DA MESMA AO EXCELENTISSIMO SENHOR 1º VICE-PRESIDENTE, DR. SEBASTIÃO GONÇALVES DA SILVA, NO DIA 6 DE MAIO DE 1867).

O Presidente Mello e Alvim nasceu no ano de 1823 em Desterro, hoje Florianópolis – SC e faleceu no Rio de Janeiro em 1885. Foi além de político filiado ao partido liberal, tenente coronel do exército brasileiro além de engenheiro. Foi responsável pela execução de diversas obras públicas em Fortaleza no século XIX. O seu discurso evidencia uma tendência para a época ao se abordar os temas da instrução pública e o progresso, sempre atrelados a “filosofia das luzes”, pois o legado iluminista funcionava como uma força civilizadora e colonizadora das mentalidades da população de Fortaleza.

Ainda sobre o acervo a sua organização, esta ficou sob a responsabilidade do senhor José de Barcelos, primeiro bibliotecário dessa instituição. Sobre Barcelos, era natural de Baturite, foi professor e diretor do Lyceu e Escola Normal, vernaculista, helenista, jornalista, pedagogo, desincumbiu-se de várias missões de estudo, no Brasil e na Europa, de métodos e processos de ensino aplicáveis à província. Tradutor de Octave Feuillet, Zola e Heine. Atuou também como Geógrafo e historiador (STUDART, 1915).

José de Barcelos organizou os livros de através de uma classificação alfabética, no qual cada letra do abecedário correspondia a um assunto: A – Enciclopédias; B - Teologia, História da Igreja, Obras de devoção etc; C – Clássicos Antigos; D – Literatura Nacional, E – Literatura Estrangeira; F – Filologia e Pedagogia; G – Linguística e Gramática, H – Filosofia; I – História da Arte, Arquitetura, Pintura, Música; Arte Dramática, Mitologia; K – Ciências Políticas e Econômicas; L – História e Biografias; M – Geografia; N – Viagens; O – Matemáticas; P – Ciências Naturais em geral, Geologia, Astronomia, Física, Química e História Natural; Q – Tecnologia, Economia Doméstica e Rural, Mecânica, Indústria Mineira e Comércio etc.

Para além da organização nas estantes, os temas classificatórios refletem as preocupações da época, como a educação, a política, religião e o progresso econômico e social. Vale destacar a sessão Q - Tecnologia, Economia Doméstica e Rural, Mecânica, Indústria Mineira e Comércio; que reflete a mudança de uma sociedade que seguia a dinâmica da natureza, do acordar com cantar do galo e que encerra suas atividades com as galinhas, uma vida pacata e campestre que passa a incluir em sua rotina o trabalho da indústria, da aplicação do capitalismo das grandes metrópoles, na mudança das relações entre patrão e empregado, explorado e explorador; da inserção da tecnologia no cenário urbano, do crescimento da população e cidade. É a substituição do galo pelo relógio.

Do regulamento elaborado em 1867, só foi possível identificar alguns fragmentos utilizados por Araripe (2000, p. 134-135), pois o publicado pelo governo não foi encontrado. O rolo de microfilme com esse documento de posse da Biblioteca Pública do Estado do Ceará foi encontrado estragado e a biblioteca afirma não ter outros registros desse documento. Os originais foram digitalizados e disponibilizados online, no entanto, os anexos do relatório provincial de 1867 onde constaria o regulamento da Biblioteca, por algum motivo, não foram arquivados nessa página online. Os originais de posse da biblioteca nacional, por conta das obras de reforma de seu prédio não puderam ser consultados.

Os fragmentos encontrados evidenciam a organização dos livros: “Art. 3º Os livros devem ser colocados e arranjados em estantes abertas, na ordem de seu formato e segundo as seguintes classes: 1º teologia, 2º Jurisprudência, 3º História, 4º Ciências e Artes, 5º Belas Letras.” (REGULAMENTO DA BIBLIOTECA PROVINCIAL, 1867). Das atribuições do Bibliotecário, consta no REGULAMENTO DA BIBLIOTECA PROVINCIAL (1867): examinar os arquivos do governo e selecionar os documentos dignos para a preservação da história da província e divulgar os principais assuntos contidos no acervo da biblioteca a fim de noticia-los em um informativo circular.

Por fim, foi encontrado o registro sobre o funcionamento e regras da instituição: “Art.10 A biblioteca estará aberta ao público todos os dias uteis das 4 horas às 8 da noite. Art. 12 É permitido a qualquer pessoa tomar notas e fazer extratos. Art. 13 A ninguém é permitido falar alto ou passear dentro da biblioteca. Art. 14 Só ao Bibliotecário é licito tirar e pôr livros nas estantes.” (REGULAMENTO DA BIBLIOTECA PROVINCIAL, 1867).

O rígido controle do acervo, a tradição do silêncio em um ambiente dedicado ao estudo e a consolidação daquele espaço como um lugar dedicado ao saber ficam evidentes nos fragmentos do regulamento. Aqui o paradigma custódial identificado por Malheiro (2013) e o positivismo inicial das primeiras táticas organizacionais biblioteconômicas se evidenciam na composição de um discurso informacional de guarda e domínio do conhecimento bibliográfico. Além disso, sobre o horário de funcionamento é possível concluir que o horário das 4 horas, possivelmente matutinas, concidia ao horário em que as pessoas deixavam o trabalho e tinham tempo livre de ir à biblioteca.

Outro aspecto considerado é o de a biblioteca funcionar inicialmente em uma das salas do Liceu, exercendo indiretamente uma função de biblioteca escolar também. É simbólica essa relação, pois como a Biblioteca era um sinal de progresso, nada mais justo que ela nasça junto de onde as mentes mais jovens estão sendo moldadas, no caso, o Liceu. Indo para além do simbolismo, havia também a questão financeira, pois o governo não dispunha de recursos para construir um prédio somente para a Biblioteca.

Esse fato se relaciona também com o legado histórico do próprio surgimento das bibliotecas brasileiras, que na obra de Rubens Borba de Moraes (2006), Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial, mostra que a biblioteca dos convento e ordens religiosas foram as primeiras do País, sendo essas ordens religiosas responsáveis por fundarem escolas e responsáveis pela instrução.

O papel memorial também é atribuído a instituição assim como ao Bibliotecário. É esclarecer que a Biblioteca tinha também a função de arquivo. Tal atribuição é justificada, uma vez que uma sociedade que almejava um futuro próspero, civilizado, e que precisa primeiro ter o domínio do seu passado, construindo uma narrativa fundacional de um povo que naquele momento almejava o moderno e reclamava uma identidade sob o estandarte das luzes do saber.

Além disso, uma biblioteca tem a capacidade de ser o receptáculo tanto de uma memória coletiva quanto individual como a concebida por Halbwachs (1990). Nela convergem as memórias de autores e suas obras, assim como a dos leitores que frequentam aquele espaço. E no mesmo ambiente está contida a história de um ou vários povos. Lá, a

própria tessitura das realidades é aprisionada/materializada nas obras de um acervo. A teia cultural e de informações que Geertz (2008) criou ali vira trama, e na urdidura controlada da renda vai tecendo discursos, ora autoritários, ora transgredidos pelos próprios mecanismos de transgressão possibilitados pela leitura e seus leitores.

Trata-se de uma seleção de memórias que viriam a evidenciar os feitos dos grandes homens do Ceará. Ao privilegiar apenas os documentos governamentais, logo se vê o ponto de vista dessa narrativa histórica que se pretende preservar na biblioteca, a qual traz a versão das elites, assim como a própria biblioteca era pensada para o usufruto da classe letrada e abastada da cidade.

O acesso à educação era um privilégio de poucos, sendo os mais beneficiados os membros da elite local. O acervo em francês da Biblioteca só reforçava essa característica elitista. Mesmo o programa de ensino da época garantindo o ensino do francês, latim e por vezes o inglês em sua grade curricular, o sujeito comum pouco tinha a chance de estudar. E já nos alertava Elias (1993) em sua obra *O Processo Civilizador*, que o averiguar atitudes das elites na idade média, ocorria na adoção do Francês uma distinção de status social elevado.

Embora não se possa ter uma estatística precisa da população letrada da capital, que segundo o recenseamento de 1 de agosto de 1872 tinha uma população aproximada de 21.372, sendo parte deste montante, 1.183 de escravos; a crônica histórica estima que boa parte da população era analfabeta. Segundo Venâncio (2006, p. 23) 85% da população do estado era analfabeta, e em 1872 o Ceará possuía 721.686 habitantes, equivalente a aproximadamente quase 614.000 pessoas analfabetas.

Portanto ao se questionar a quem se destinava o acervo da Biblioteca as possibilidades de dedução dessa pergunta convergem para a classe rica e letrada local. Embora o discurso dos idealizadores daquele projeto trouxesse a vertente da democratização e universalização do acesso ao conhecimento, sendo possível ver no regulamento, que qualquer pessoa poderia consultar os livros, na prática é possível notar algumas táticas de censura e exclusão, pois em relação aos não letrados, a biblioteca não oferecia nenhum outro serviço. Além disso, as regras de decoro e vestimentas que vigoravam a época não permitiam o acesso daqueles que não tinham roupas adequadas para frequentar repartições públicas. O autor Connerton (1993) relata como as sociedades recordam, e a influência da moda e vestuário como uma linguagem que determina posições sociais, políticas, econômicas, ou seja, categorias culturais que influenciam na dinâmica e cotidiano das pessoas. Por fim, resta a barreira linguística que separava os fluentes em francês daqueles que só dominavam a língua pátria.

De 1867 até 1900 a biblioteca mais que quintuplicou o seu acervo. A partir dos 1.730 volumes do momento de sua inauguração, esta passa a possuir no fim dos oitocentos 11.404 volumes. Examinando os relatórios provinciais de 1867 até 1900 a Biblioteca é mencionada em quase todos eles. Abaixo elaboramos um quadro que sintetiza as principais pautas reclamadas pela biblioteca desde a sua fundação.

Quadro 2 – Evolução da Biblioteca Provincial

A EVOLUÇÃO DA BIBLIOTECA PROVINCIAL DO CEARÁ	
PERÍODO	MENÇÃO EM RELATÓRIOS
1867	<p>O relatório de 1867 traz menção ao discurso de inauguração proferido pelo Presidente da Província João de Souza Mello e Alvim, que entusiasmado com essa nova instituição deseja que seja de grande utilidade para o progresso intelectual e social do povo da capital. Ainda consta no relatório a menção aos esforços do bibliotecário José de Barcelos em arrecadar donativos para a criação de uma revista mensal da Biblioteca. Tendo arrecadado uma quantia: “[...] convertida em 5 apolices da dívida pública do valor nominal de 200\$000 cada uma, restando em poder do Dr. Secretario a quantia de 50\$000.” Infelizmente a revista nunca foi impressa. (RELATÓRIO COM QUE O EXCELENTÍSSIMO SENHOR TENENTE-CORONEL DE ENGENHEIROS JOÃO DE SOUZA MELLO E ALVIM PRESIDENTE DA PROVINCIA DO CEARÁ PASSOU A ADMINISTRAÇÃO DA MESMA AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR 1º VICE-PRESIDENTE, DR. SEBASTIÃO GONÇALVES DA SILVA, NO DIA 6 DE MAIO DE 1867.)</p>
1868	<p>O relatório de 1º de novembro de 1868 traz informações relativas as boas acomodações da biblioteca e reclamações sobre sua localização. Segundo José de Barcelos a Biblioteca fica muito distante da área de circulação das pessoas, o que provoca uma baixa frequência de usuários, ficando melhor instalada no prédio do Liceu. A época a biblioteca consta de um acervo de 3802 volumes. É válido destacar nesse relatório o surgimento de um museu, talvez o primeiro da capital, quicá o primeiro do Estado: “Museu – Ao Dr. Joaquim Antonio Alves Ribeiro, medico desta cidade, deve-se a existência de um estabelecimento daquela natureza, já em proporções superiores aos cursos de um amator particular. Cultor assíduo das sciencias naturaes, o Dr. Ribeiro organizou uma curiosa colleção digna por certo de vossa animação.” (FALA RECITADA NA ABERTURA DA ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO CEARÁ PELO EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DA PROVINCIA DR. DIOGO VELHO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NO DIA 1º DE NOVEMBRO DE 1868)</p> <p>No Relatório de 31 de Julho de 1868 é possível destacar a solicitação do</p>

	<p>bibliotecário para examinar os arquivos das secretarias do governo e militar para selecionar documentos importantes para a preservação da história da província. Novamente é mencionado o Museu de Ciências Naturais, como podemos ver:</p> <p>“[...] É um trabalho de mérito e de utilidade pública, pois como sabe V. Exc. na opinião Cuvier (Georges Cuvier- naturalista francês da primeira metade do século XIX) – um museu de história natural é uma escola de instrução pública. A criação d’esse museu pelos esforços de um particular é facto importante para a sciencia e um serviço real, que merece ser tomado em consideração e auxiliado pelos poderes públicos em proveito da província, e animação a tentativas de igual utilidade(RELATORIO COM QUE O EXCELENTISSIMO SENHOR DOUTOR PEDRO LEÃO VELLOZO PASSOU A ADMINISTRAÇÃO DA PROVINCIA AO EXCELENTISSIMO SENHOR 1º VICE-PRESIDENTE DR. ANTONIO JOAQUIM RODRIGUES JUNIOR, NO DIA 22 DE ABRIL DE 1868)</p>
<p>1869</p>	<p>O Relatório de 30 de março de 1869 evidencia uma nova seção de classificação dos livros dedicada a História da Pátria, que conta com 204 livros. Na lista figuram títulos como: Memoria para a história da capitania de S. Vicente publicado por ordem da Academia de Ciências por Fr. Gaspar da Madre de Deus; e Memórias do Grande Exercito aliado libertador da América do Sul em 1851 e 1852 escrito por Ladislao dos Santos Titara. Fica registrada também a frequência desde 17 de outubro de 1867 até 30 de março de 1869 frequentaram a biblioteca 1262 pessoas que consultaram 754 obras.</p> <p>O Relatório de 1º de Setembro de 1869 traz a informação que o bibliotecário José de Barcelos pediu demissão do cargo sendo substituído pelo Major João Severiano Ribeiro (Natural de Cascavel, nasceu em 1817. “Empregado público desde 1839, ocupou, sempre com proficiência e vantagem para o governo, os seguintes cargos: Inspector da Thesouraria de fazenda do Ceará e de Alagoas, Chefe de secção da Thesouraria de fazenda de Pernambuco, Bibliothecario público, Thesoureiro e Inspector do Thesouro provincial do Ceará, Guarda-livros da Estrada de Ferro de Baturité, Vice-provedor e installador da Santa Casa de Misericórdia do Ceará, reconduzido por tres vezes.Prestou relevantes serviços na epidemia do cholera-morbus em 1862, sendo seu nome um dos citados no Reservado fornecido a respeito pelo Presidente José Bento. Esse Reservado está por mim publicado na Revista do Instituto do Ceará, anno de 1910.Pertencente á política conservadora, foi eleito deputado á Assembléa Provincial por seis legislaturas .”(Dicionário Bio-bibliografico do Barão de Studart)). Consta ainda reclamações sobre a afastada localização da biblioteca do centro de circulação da cidade. O mesmo relatório faz novamente menção ao louvável estabelecimento que é o museu de ciências natuais do Dr. Joaquim Antônio Alves Ribeiro. (Nascido em Icó em 1830. “[...] Formado em medicina pela Universidade de Haward, Cambridge, em 1853, sustentou theses perante a Faculdade da Bahia, vindo exercer sua profissão na província natal. Era</p>

	<p>médico do hospital de Caridade de Fortaleza, cirurgião da Guarda Nacional, Cavalleiro da Ordem da Rosa (2 de Dezembro de 1858) e de Christo (12 de Outubro de 1867), sócio correspondente da Imperial Academia de Medicina do Rio de Janeiro, da Sociedade Medica de Massachusset, da Sociedade de Historia Natural de Frankfort, da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. A esse medico se deve o 1.o museu que o Ceará viu; após sua morte as diversas collecções, algumas bem preciosas, passaram por doação ao governo do Estado, que as confiou á Bibliotheca Publica, e mais tarde foram removidas para a Escola Normal.” (Dicionário Bio-bibliografico do Barão de Studart)</p>
1870	<p>Consta no relatório de 1º de setembro de 1870 que a biblioteca continha 4.769 volumes e que o seu catalogo e o registro de frequência de visitantes e locação de livros foi efetivamente implantado. Além disso a mesma reclamação sobre a localização da biblioteca persiste. Vale salientar que o número de doações é que efetivamente tem aumentado o acervo da biblioteca, pois as compras realizadas pelo governo ainda são poucas. Reclama-se também a compra de novos periódicos para atualização do acervo hemerografico da biblioteca. É valido ainda destacar no mesmo relatório que a Assembleia provincial concedeu pela resolução de nº. 1290, uma ajuda de 500\$000 reis anuais para a manutenção do Museu, mencionado como Gabinete de História Natural, tendo como condição que o nome fosse modificado para Museu Cearense. Ainda é valido destacar o valor gasto no ano anterior com a Biblioteca e Arquivo que consta a despesa de 100\$000 réis com o salário do Bibliotecário e 30\$000 réis relativas ao expediente, papeis etc. Por fim tem-se a mudança de bibliotecário, assumindo o cargo em 28 de novembro de 1870 Revd. Dr. Justino Domingues da Silva(Nasceu em 1823 em Sobral, clérigo formado em direito ocupou alguns cargos públicos como o de professor do liceu e bibliotecário. (Dicionário Bio-bibliografico do Barão de Studart))</p>
1871	<p>Trata o relatório provincial de 4 de Julho de 1871 da posse temporária do cargo de bibliotecário o Dr. Augusto Barbosa de Castro e Silva (Nascido em Fortaleza no ano de 1836, formado em Direito pela faculdade de Recife, ocupou no Ceará os cargos de juiz, desembargador e promotor público), em ocasião da viagem do Dr. Justino Domingues da Silva. Consta também a reclamação da má localização da biblioteca e dá falta de usuários. Além disso comunica o requerimento para a mudança da instituição para a praça municipal. O documento ainda trata da situação do arquivo de responsabilidade da biblioteca que guarda apenas os relatórios das presidências e não tendo posse de nada sobre a história da província. Ainda é preciso destacar o relatório do engenheiro chefe da direção de obras publicas que compra para a biblioteca exemplares de obras sobre astronomia, engenharia ferroviária e construções. Fato que se justifica pelo crescimento do negócio ferroviário e das obras de urbanização na capital.</p>
1872	<p>Registra o relatório provincial de 8 de janeiro de 1872 a falta de consulentes devido</p>

	<p>a localização descentralizada da biblioteca. O museu reaparece nos relatórios, onde se pode verificar a aquisição da coleção pelo governo provincial por 520\$000 reis somados a quantia de 80\$000 reis para a aquisição de novas estantes, instalação e organização do Acervo. Para a inventariação das peças e organização foram designados os Drs. Antonio Manoel de Medeiros (Medico nascido em Aracati em 1820, ocupou diversos cargos públicos tendo atuado na comissão medica da guerra do Paraguai), José Pompeu de Albuquerque Cavalcante(engenheiro militar e político cearense) e Adolpho Herbster (arquiteto pernambucano responsável pela elaboração de uma das primeiras plantas da cidade de Fortaleza, foi um dos responsáveis pelo arruamento e remodelação urbana da cidade, implantando os traços cartesianos em forma de tabuleiro de xadrez nas ruas da capital). Depois da aquisição passa o museu a funcionar junto a biblioteca pública. Outro relatório desse mesmo ano, o de 20 outubro de 1872, traz uma crítica feita a biblioteca citando a Escola Popular (Iniciativa da Academia Francesa, sendo essa uma agremiação literária surgida em Fortaleza em 1872-73, que criou a Escola popular com o intuito de promover aulas de instrução para a população menos favorecida da capital). Diz o relatório: “A Escola Popular torna-se infructifera desde que as bibliotecas publicas se não multiplicam, e não não estão ao fácil acesso dos que a desejam frequentar.” Novamente tem-se a reclamação da má localização da biblioteca. Sobre o acervo e frequência registram-se respectivamente 4715 volumes e 9.022 consulentes.</p>
1873	<p>O Relatório de 7 de julho de 1873 informa sobre a troca de bibliotecário, tendo assumido o cargo o Bacharel Herculano de Araújo Salles (Natural de tamboril, nascido em 1819, formou-se pela Academia de Olinda como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. “Durante perto de 40 annos exerceu vários cargos públicos no Ceará: Promotor público nas comarcas de Fortaleza, Aracaty e Ipú; Juiz municipal nos termos do Aracaty e Canindé; Juiz substituto nos termos de Inhamuns, Aracaty e Pacatuba; Lente substituto de Geographia no Lyceu; Bibliothecario público. Foi deputado á Assembléa Provincial em oito biennios.”(Dicionário bio-bibliografico do Barão de Studart). Ainda relata sobre a má localização da biblioteca e a frequência de 92 consulentes. Aborda também sobre o museu, que funciona junto da biblioteca sendo seu acervo composto por objetos dos reinos animal e mineral.</p>
1874	<p>No Relatório de 1º de julho de 1874 consta que o acervo possui 4491 volumes e a frequência entre os meses de maio do ano passado a junho do ano corrente foi de 1674. Ainda pede o bibliotecário maiores investimentos para a reforma do prédio e melhoramento do acervo. Por fim aparece uma pequena nota sobre o museu que continua a funcionar junto com a biblioteca.</p> <p>O segundo relatório, de 23 de outubro de 1874, traz novamente a reclamação da má localização do prédio da biblioteca e pede a sua transferência para o pavimento térreo da assembleia legislativa. Reivindica também, a contratação de um</p>

	<p>amanuense, porteiro e um continuo para auxiliar o bibliotecário. É também solicitado mais atenção para o espaço que foi drasticamente reduzido para a incorporação do acervo do museu, com isso faltam estantes e moveis para acomodar os livros. Sobre o horário de funcionamento pede-se que seja estendido até as 9:00 horas da noite. Por fim é solicitada verba para a encadernação de brochuras. Vale destacar ainda, a titulo de curiosidade, que o relatório faz menção a construção de um Teatro municipal a fim de contribuir para a evolução cultural do povo fortalezense.</p>
<p>1875</p>	<p>Registra o Relatório Provincial de 2 de julho de 1875, que foi escrito pelo bibliotecário interino Fausto Domingues Silva (Sobralense, “Era membro correspondente da Comissão de Geographia Commercial de Paris. Foi Bibliothecario da Bibliotheca Publica e um dos fundadores do Gabinete Cearense de Leitura”. (Dicionário Bio-bibliografico do barão de Stubart)), a descentralizada localização da biblioteca, na Praça Marques de Herval, e a falta de espaço e reformas para acomodar todo o acervo, que a época tinha 4400 volumes, sem contar com brochuras, revistas etc. É possível ainda notar a reclamação sobre a falta de obras relativas a história do Brasil e da América do Sul. Além disso é solicitada a compra de mais estantes e a colocação de arames nesses moveis, como é comum nas bibliotecas europeias para evitar furtos. Traz ainda informações sobre a organização do acervo, reclamando a falta de um catalogo melhor elaborado e impresso, para isso cita os ensinamentos de um bibliotecário e livreiro francês chamado Léopold-Auguste-Constantin Hesse: “ Para que um estabelecimento d’esta ordem, diz Constantin em sua bibliotheconomia, seja util, é de mister que o público possa dispor de um livro comoda e prontamente. Para consultal-o commodamente, o local deve ser bem apropriado a este fim: para achal-o prontamente, deve estar a mão um cathalogo completo, exacto e circunstanciado.” Outro trecho que mercê destaque é o apelo para que a biblioteca possa realizar empréstimos, pois até o momento só é possível realizar a consulta local. Para isso ele cita o novamente Constantin: “A utilidade de uma biblioteca pública, diz ainda constantin [...], é de duas espécies: em seu interior pelo uso que fazem os estudiosos; no exterior pelo empréstimo de livros.” De julho do ano anterior a julho de 1874 a biblioteca teve a frequência de 2400 usuários. Por fim solicita novamente a contratação de mais funcionários para a manutenção da instituição.</p>
<p>1876</p>	<p>O Relatório provincial de 22 de março de 1876 traz novamente queixas sobre a descentralizada localização da biblioteca. Diante da queixa a Assembleia provincial manda que a biblioteca ocupe o prédio do quartel do corpo de policia da cidade. Para tanto, é autorizada obras para adequar o prédio para sua nova funcionalidade. O mesmo relatório também informa que foi criado um novo regulamento para a biblioteca e que deve ser posto em pratica. Tal regulamento não foi localizado.</p>

1877	<p>No Relatório de 10 de janeiro de 1877 é informado que o bibliotecário Dr. Herculano está novamente cumprindo licença de 6 meses, ficando interinamente em seu lugar Manuel Moreira da Rocha (Político cearense natural da Vila de Soure (Caucaia), nascido em 1860, era conhecido como “Mané Onça” e tornou-se um dos mais influente políticos do regime republicano(Dicionário Bio-bibliografico do Barão de Studart)). O relatório ainda traz informações sobre uma auditoria na biblioteca a fim de averiguar denúncias de roubo de livros e má administração, pois consta informações de que a biblioteca anda com seu acervo desorganizado e em péssimo funcionamento. Por fim estabelece que a biblioteca mude de local, para o prédio do quartel de policia onde está instalado o gabinete de leitura.</p> <p>No Relatório de 2 de julho de 1877 não a menção direta a biblioteca pública, mas é possível ver o surgimento de novos equipamentos culturais voltados para a leitura, instrução e produção de conhecimentos assim como a difusão de informações na cidade. É mencionado a criação de do gabinete de leitura cearense, de iniciativa privada sua biblioteca conta com 2800 livros e periódicos; suas reuniões promovem aulas de instrução e arrecadação de donativos para combater a seca. Há também a criação de um curso de Tachigraphia ministrado pelo Sr. Sebastião Mestrinho. Outra informação que se faz relevante diz respeito ao museu e a criação de um instituto arqueológico cearense, sobre isso o relatório registra: que a biblioteca do gabinete de leitura cearense ocupara o prédio do quartel de policia junto com a biblioteca pública e o museu. Sob sua responsabilidade fica a administração do museu, a instalação de uma aula de taquigrafia e a criação de um instituto arqueologico</p>
1878	<p>Consta no Relatório de 1º de novembro de 1878 o registro que o acervo da biblioteca tem sido furtado, portanto seus funcionários foram demitidos e a direção dessa instituição passa a ser temporariamente da administração do Liceu, ficando de encargo da mesma o amanuense Raimundo Antonio da Rocha Lima (Nasceu em Fortaleza, no ano 1855, ocupou alguns cargos públicos e participou de vários movimentos intelectuais da cidade como a Academia francesa e a Academia Cearense de letras(Dicionário Bio-bibliografico do Barão de Studart)). No entanto em maio do mesmo ano ocorre de falecer o Amanuense Raimundo Antonio da Rocha Lima, sendo designada uma comissão para inventariar e organizar toda a biblioteca. A comissão foi formada por: Antonio Telemaco Ferreira Lima Verde, Fausto Domingues da Silva e Joaquim do Carmo Filho. Por fim, novamente é autorizada a mudança de sede.</p>
1879	<p>Não foram encontrados registros.</p>
1880	<p>Registra o Relatório de 1º de Julho de 1880: ratifica a transferência da biblioteca para o prédio do gabinete de leitura; Dar posse a Fausto Domingues da Silva como novo bibliotecário e por fim reclama a falta de obras modernas para acompanhar a evolução literária das nações civilizadas e pede novas estantes e moveis para</p>

	acomodar o acervo. Quanto a frequência registra-se um aumento de consulentes devido a mudança da biblioteca para uma parte mais central, de agosto de 1879 a maio de 1880 o movimento foi de 3657 pessoas que consultaram 772 obras. Sobre o Gabinete de leitura, consta a relatoria a realização de uma sessão literária, no dia 19 de junho, em comemoração a memória de Luiz de Camões. Na mesma ocasião foi inaugurada um curso noturno de instrução primaria. Quanto ao museu continua seu funcionamento a cargo do gabinete. Ainda é valido registrar a criação de uma biblioteca com 700 livros pela Sociedade Reform Club (Uma sociedade literária surgida na capital à época).
1881	O Relatório de 1881 traz um panorama geral da Biblioteca onde informa seu pleno funcionamento e a aquisição da obra em 86 volumes: Bibliothéque des Merveilles e algumas obras oficiais. Sobre o gabinete de leitura registra o seu bom funcionamento e um público de mais de 200 alunos para sua aula de instrução noturna. Ainda consta no relatório o crescimento da Biblioteca do Reform Club, que desde sua inauguração em junho de 1876 já conta com mais de 3197 volumes. No período de junho de 1880 a junho de 1881 teve uma frequência de 13.683 homens e 625 mulheres, tendo sido emprestados 9100 volumes. Vale salientar que o reform Club trata-se de uma sociedade literária privada, composta de sócios de maioria comerciários e que o uso de seus serviços era restrito aos seus associados.
1882	O Relatório de 1882 informa que a biblioteca continua a funcionar anexa ao gabinete de leitura e que de julho do ano passado a junho do ano corrente registra a frequência de 3169 leitores que consultaram 2580 obras. Reclama também pela aquisição de novas obras, principalmente as modernas que muito tem procura dos usuários. Ainda consta no relatório informações sobre a biblioteca do Reform Club, que conta com 5091 obras, a frequência do ultimo ano foi de 7170 homens e 178 senhoras. A diminuição dos usuários se deve ao período em que essa biblioteca estava sendo realocada para outra sede, passando alguns meses fechada.
1883	Não foram encontrados registros.
1884	Não foram encontrados registros.
1885	Não foram encontrados registros.
1886	Registra o Relatório de 1º de setembro de 1886 o fim do funcionamento do gabinete cearense de leitura e a aquisição e incorporação de seu acervo pela biblioteca pública. Informa também o mesmo relatório a posse do novo bibliotecário, João Baptista Perdigão de Oliveira (Nascido em Fortaleza no ano de 1854, ocupou diversos cargos públicos, sendo reconhecido como historiador, abolicionista e um dos fundadores do Instituto do Ceará. Foi um dos mais destacados intelectuais de seu tempo. (Dicionário Bio-bibliografico do Barão de Studart)). Consta ainda a contratação de um amanuense e um porteiro, respectivamente os senhores: Joaquim Alves Vieira e Luiz Ribeiro Vianna. Por fim pede que seja liberado a quantia de 3000\$000 de reis para a manutenção da

	biblioteca e compra de mais obras.
1887	O Relatório de 1887 traz como bibliotecário dessa instituição o Bacharel Antonio Augusto de Vasconcellos (Natural de Maranguape, nascido em 1852, foi professor e político, ocupando diversos cargos públicos, sendo também fundador da Academia Cearense de Letras e do instituto do Ceará. Registra a biblioteca um acervo de 5421 obras e 3575 brochuras, tendo frequência de 2219 pessoas, algo apontado como insatisfatório, tal estatística é justificada pelo acervo desatualizado. Além disso, a biblioteca divide espaço com a sede do Instituto do Ceará. Por fim registra a transferência do acervo do museu para a Escola Normal.
1888	Registra o Relatório de 21 de abril de 1888 apenas que a biblioteca onde se localiza gera uma economia de 264\$000 reis anual em aluguel e que o bibliotecário Antonio Augusto de Vasconcellos continua a se esforçar para aumentar o público e manter em pleno funcionamento a biblioteca.
1889	Não foram encontrados registros.
1890	Não foram encontrados registros.
1891	Consta no Relatório de outubro de 1891 a pouca frequência de usuários devido ao acervo desatualizado e a falta de manutenção de seu prédio, deixa a entender que a biblioteca passara a funcionar no prédio do tribunal da relação.
1892	Não foram encontrados registros.
1893	O Relatório de 1893 revela a transferência da Biblioteca para um prédio construído para ela na rua Sena Madureira. Sobre seu acervo consta a marca de 10392 obras. Sobre a frequência consta que em 1893 houveram 3314 pessoas que consultaram 4930 e de janeiro a maio de 1893 a frequência foi de 1099 pessoas que consultaram 1501 obras. Por fim informa o orçamento anual de 100\$000 reis e lista algumas medidas para melhorar a instituição: Adquirir novas obras e revistas, imprimir um catalogo, encadernar os livros, abrir a biblioteca a noite, criar uma comissão de funcionários para criar um catalogo, selecionar e comprar novas obras além de tomar decisões gerenciais. Por fim sugere que os empréstimos de livros sejam feitos mediante o pagamento de uma taxa que varia de 1\$00 a 5\$00 reis.
1894	Registra o relatório de 1894 a acomodação da biblioteca em um prédio na rua Sena Madureira. Do seu acervo consta o número de 10500 volumes. A frequência foi do segundo semestre de 1893 foi de 2134 usuários que consultaram 1430 obras, já em 1894 foram consultadas 951 obras por 1418 pessoas. Consta ainda o apelo do bibliotecário para a aquisição de novas obras. Nessa época o cargo de bibliotecário foi ocupado por Juvenal Galeno da Costa e Silva (Fortalezense nascido em 1838, escritor e poeta cearense, assumiu a direção da biblioteca em 1889 ficando no cargo por 19 anos, fundou o instituto do Ceará, Clube literário e o centro literário, fundou e escreveu para diversos jornais da cidade e pelo Brasil), que em seu relatório não poupa críticas aos doadores de livros: informando que as obras doadas são em sua maioria velhas, repletas de traças e de livros que não agradaram os seus

	donos, sendo as doações fruto da limpeza de bibliotecas pessoais.
1895	O Relatório de 1895 consta a reclamação para aquisição de moveis e a renovação do acervo, que possui até o momento 10 657 obras; a frequência de 31 de maio de 1894 a 31 de maio de 1895 foi de 6045 leitores que consultaram 3.700 obras. Registra novamente um pedido para a criação de um teatro municipal. Informa ainda que o acervo do Museu se encontra em péssimo estado de conservação em uma das salas do liceu, solicita uma reforma geral do mesmo.
1896	O Relatório de 1896 traz reclamações sobre a falta de verba para a compra de novos livros, pede seja impresso um catalogo e se organize uma sessão de empréstimos mediante o pagamento de uma taxa. A frequência relatada foi de 2500 pessoas no semestre findo que consultaram 2796 obras e de janeiro a maio de 1896 consta a visita de 1022 usuários que consultaram 1109 obras. Ainda registra o documento o assentamento em 24 de maio do referido ano a pedra fundamental da construção do teatro.
1897	Consta no relatório de 1º Julho de 1897 a reclamação para a aquisição de novas obras, fato que ajudaria no aumento da frequência desse estabelecimento. Para tanto concedeu-se a verba de 1000\$000 reis para a assinatura de periódicos e compra de livros.
1898	O Relatório de 4 de julho de 1898 pede que se de mais atenção a aquisição de obras para a biblioteca, no entanto devido a crise que passa as finanças do estado não se é permitido liberar verbas para a instituição.
1899	Registra o Relatório de 1º de julho de 1899 o normal funcionamento da biblioteca pública. Fato curioso é que a sua manutenção é tida como um pequeno ônus para as finanças da província, algo que vinha mudando no discurso, uma vez que nos seus primeiros anos essa instituição é vista como um investimento.
1900	Não foram encontrados registros.
1901	Consta no Relatório (Mensagem) de 1º de julho de 1901 a menção ao acervo, que constava com 11.404 obras e a designação de verba para renovação da assinatura de apenas 5 periodicos.

Fonte: elaborado pelo autor.

Os relatórios provinciais relativos à Biblioteca Provincial evidenciam um interesse contínuo em criar uma sociedade letrada, além de deixar claro que essa iniciativa partiu do governo. Os relatórios também trazem uma preocupação com o ensino primário e secundário na província na segunda metade do século XIX. Isso é evidenciado nas viagens que José de Barcelos fez a Europa a fim de ter formação quanto aos principais métodos de ensino que vigoravam a época e aplicá-los na educação da província. Outro fato que contribui

para essa situação é o crescente surgimento de escolas na capital e a aparição de ofertas de aulas de instrução primárias oferecidas por agremiações e gabinetes de leitura.

Além disso, as práticas leitoras da época remetiam a um modo de ler que Chartier (1999) identifica como uma espécie de encarnação do texto pelos leitores, lembrando o mesmo afincado na assimilação do texto religioso ou sagrado, mas que agora é direcionado para as artes, ciências e lazer. Tal incorporação do texto se reflete na própria configuração da cidade e realidade. É a própria aplicação do conhecimento na construção da realidade.

Da leitura sobre as obras sobre as liberdades individuais e coletivas que a biblioteca dispunha poderiam ter começado a se propagar as ideias abolicionistas, ou então pelo menos, a referenciar esse discurso. Outro exemplo é a remessa de obras sobre engenharia, arquitetura e ferrovias remetidas pelo engenheiro da província em 1871, momento que a expansão ferroviária e o arruamento da cidade estava sendo feito, sendo o mesmo engenheiro responsável por muitas dessas obras.

Os relatórios também revelam uma oscilação do discurso do governo em relação a biblioteca, que ora a trata como um farol de civilidade e outra como depósito de livros, ou anexo de outras instituições privadas que surgem na cidade, como o Gabinete Cearense de Leitura e o Museu do Ceará. Outro ponto são os primeiros anos de sua inauguração, onde essa instituição é vista como um investimento. A partir do fim do século, o caráter oneroso de sua manutenção é sempre destacado, mesmo que mascarado por um discurso saudosista de que se trata de um espaço erudito.

A Biblioteca é ponto inicial para o desenvolvimento de uma cultura leitora e o estabelecimento de uma dinâmica informacional na cidade. A partir dela outras instituições surgem ou são auxiliadas por ela. O Gabinete de Cearense de Leitura, O Museu, O Instituto do Ceará e até a idealização de um Teatro. São lugares memoriais e de assimilação e produção do conhecimento que surgem a partir da Biblioteca e que são incorporados por ela, como é o caso do Gabinete e Museu. Quanto ao Instituto, posteriormente, forma sua própria biblioteca e o Teatro só vêm efetivamente à luz no século XX.

O papel dos sujeitos que idealizaram esse projeto erudito de civilização fica evidente na biografia de cada um deles. Os presidentes da província eram os chefes de oligarquias ou apadrinhados políticos de lideranças locais, eram pessoas de status e situação elevada na Província, Homem de Melo e Mello e Alvim são exemplos disso. Foram responsáveis pelo progresso urbano da cidade na época. Quanto aos Bibliotecários: José de Barcelos (1867) contribuiu para a reformulação do sistema educacional da província sendo participante de vários movimentos literários, sendo fundador da Academia Cearense de

Letras; seu sucessor Major João Severiano Ribeiro (1869), político conservado e um dos combatentes mais destacados na epidemia de cólera morbus. Justino Rodrigues da Silva (1870), clérigo e professor do Liceu; Dr. Augusto Barbosa de Castro e Silva (1871), foi bibliotecário interino, juiz e desembargador; Bacharel Herculano de Araújo Salles (1873), juiz, promotor e professor do Liceu; Fausto Domingues Silva (1875), ocupou o cargo como interino, servidor público e um dos fundadores do Gabinete Cearense de Leitura; Manuel Moreira da Rocha (1877), um dos maiores políticos de destaque da primeira república, ocupou o cargo interinamente; Raimundo Antonio da Rocha (1878), ocupou o cargo como interino, participou da Academia Francesa e era servidor público; João Baptista Perdigão de Oliveira (1886); abolicionista, historiador e um dos fundadores do Instituto do Ceará; Antonio Augusto de Vasconcelos (1887), professor, político e um dos fundadores da Academia Cearense de Letras; e Juvenal Galeno da Costa e Silva (1889), homem de letras, escritor e poeta, um dos fundadores do Instituto do Ceará, do Clube e do Centro Literário, figurando talvez como o mais longevo a ficar no cargo de bibliotecário da biblioteca província no século XIX, ocupando por 19 anos essa função.

Portanto, a trajetória desses sujeitos mostra o tamanho de suas influências na dinâmica social e informacional da cidade. Como políticos, professores, intelectuais, homens da lei e das letras que ao ocuparem o cargo de bibliotecário trazem consigo reflexos de seus interesses na educação, política, economia e cultura.

Quanto aos leitores dessa biblioteca, os relatórios não cansam de dizer que a frequência era pouca em relação ao coeficiente populacional da cidade. Sobre as leituras, pouco se sabe dos livros mais consultados, uma vez que os relatórios não apresentam esses dados. No entanto, o pesquisador José Humberto Carneiro Pinheiro Filho, encontrou no Arquivo Público do Estado do Ceará documento que mostram o movimento das consultas de 1878 a 1887, documento que não foi localizado nas visitas ao arquivo. Mas tendo como base o trabalho Pinheiro Filho (2014, p. 55) informa que “entre os anos de 1878 e 1887, ficção impressa foi uma escolha constante, diária. O romance esteve muito sobre suas mesas.”

Fato que pode ser associado aos catálogos de livros a venda na cidade de Fortaleza em suas principais livrarias, como mencionado anteriormente, onde os romances eram largamente oferecidos nesses estabelecimentos. Nos relata ainda Pinheiro Filho (2014, p. 80):

Houve cinco registros de consultas. Era 5 de maio de 1879. Neste momento, havia pouco mais de doze anos que a Biblioteca Provincial do Ceará funcionava. Nesta data, José Antônio de Sá abriu os registros informando a leitura dos romances Amor

dos amores, de Enrique Perez Escrich, e O Rei dos ciganos, de Ponson du Terrail. Na sequência da lista, Leopoldo Cabral, Lourenço Pessoa, Joaquim do Carmo Filho e Raymundo Justiniano Filho leram, respectivamente, os romances A esposa martyr, A mulher adúltera, Promessa sagrada e Os anjos da Terra. Todas histórias do universo ficcional do escritor espanhol Enrique Perez Escrich. Dias depois, em 9 de junho de 1879, Joaquim Álvaro Garcia, Marcos de Almeida Pinto, João Ferreira da Costa, Thiago G Motta, Ildfonso F. de Medonça, Antonio Braga e J. J. Ayres do Nascimento registraram suas consultas aos romances O pão dos pobres, A mulher adúltera, A esposa Martyr, Os mascarar vermelhas, Drama no mar, e A Calunia, de Perez Escrich, e Estória da Provincia, de Xavier de Montepin. (PINHEIRO FILHO, 2014, p. 80).

Os romances de Enrique Perez Escrich apresentavam em sua maioria nuances de uma ideologia católica conservadora, os quais os títulos de suas obras dão a tônica dos principais temas abordados pelo autor. Tal sucesso pode ser atribuído às discussões sobre moral e decoro além da chamada questão religiosa (perda do poder do clero no cenário político e social nacional e local) que passava a província a época. Ainda sobre as consultas ao acervo, registra Pinheiro Filho (2014, p. 83-84):

Marcus de Almeida Pinto foi à Biblioteca no dia 2 de janeiro de 1880 para consultar Um drama no mar, de Perez Escrich, voltando no dia seguinte para prosseguir com a mesma leitura, que foi trocada dois dias depois por Os homens de sangue, de F. de Castro. Já Álvaro Teixeira de Souza Mendes frequentou a Biblioteca em diferentes dias de julho de 1879, variando também os títulos (mas não tanto o autor) escolhidos. No dia 2, foi Um drama no mar, no dia 4, O piano de Clara, ambos de Perez Escrich. Voltaria em 14 de julho para ler A mulher adúltera, que também foi retirada por ele nos dias 17 e 19 desse mês. Com exceção de um volume de Virgílio consultado no dia 15, Alvaro Teixeira de Souza Mendes preencheu seu mês com os romances de Perez Escrich, escolhendo no dia 25 O inferno dos ciúmes e mudando no dia seguinte para A perdição da mulher. (PINHEIRO FILHO, 2014, p. 83-84).

E ainda continua:

A propósito das consultas de ficção, nove das dez obras mais consultadas naquele intervalo de anos são romances, e todos eles de autoria de Enrique Perez Escrich. Um drama no mar, 95 consultas; Calunia, 86 consultas; A mãe dos desamparados, 83 consultas; A mulher adúltera, 60 consultas; Os anjos da terra, 59 consultas; Amor dos amores, 40 consultas; A inveja, 39 consultas; O livro de Job, 38 consultas; e O coração nas mãos, 36 consultas foram as obras mais solicitadas pelos que frequentaram a Biblioteca Provincial do Ceará entre 1878 e 1887. (PINHEIRO FILHO, 2014, p. 83-84).

Nos conta Pinheiro Filho (2014) que de 1879 a 1887 as obras de Escrich foram consultadas 1.137 vezes, enquanto José de Alencar apenas 98 e Cervantes 10. De todas as obras registradas no livro de consulentes, 27 eram de autores nacionais e 146 de estrangeiros.

Mesmo isso mostrando um panorama das leituras na capital no período em questão, não se pode aplicar esses dados a toda a população de leitores locais. O prova que

todos os consulentes anotavam suas leituras no livro de registros? Além disso, haviam outros espaços para ler na cidade e também os gostos literários dos sujeitos são vários. Escrich podia estar na moda a época, o que não implica que Cervantes, Alencar entre outros não poderiam estar sendo lidos em outros locais, levando em conta a publicação de coleções de livros a preços populares com encadernações baratas no fim dos oitocentos.

No entanto, os romances no século XIX começam a ter maiores preferências dos leitores, principalmente porque o gênero romance tem maior destaque no Brasil no século XIX, com os romances Indianistas de José de Alencar ou as obras românticas de Aluísio Azevedo, Gonçalves Dias entre outros.

Como já foi dito o acervo da biblioteca contava com livros que refletiam as preocupações da época. Sua organização temática passava pelos vários ramos das ciências e artes, embora não se possa levar ao “pé da letra” a designação temática da organização por completo, pois classificar e catalogar são uma operação que requer um exame detalhado de cada obra para poder classificá-la. Naquele período, tal operação poderia encontrar alguns erros, visto que as classificações verificadas nos relatórios são bem generalistas, sem contar com a falta de espaço e móveis que faziam com que o acervo ficasse espalhado e mal organizado.

Em linhas gerais, a biblioteca enquanto espaço de acesso ao conhecimento e informação desempenha o seu papel refletindo as preocupações de sua época, principalmente o de dar suporte a instrução do povo. Tenta através de um discurso democrático atingir todas as camadas sociais, embora nas entrelinhas desse discurso do saber, as ações para os menos desfavorecidos soavam mais como filantropia do que a confirmação de direitos universais, como se pode ver nas aulas de instrução oferecidas pelo gabinete de leitura, voltadas para a população mais pobre, e que funcionava no espaço da biblioteca. Além disso, o acesso ao acervo tinha suas restrições simbólicas e físicas, uma vez que o paradigma custódia e positivista era uma tendência na época, como consta no relatório de 1875 foram colocados arames nas estantes para se evitar furtos. Outro impedimento ao acesso do livro pode ser relacionado a cobrança de uma taxa para a realização de empréstimo, o que para os que não tinham condição de pagar restringia o acesso ao livro a apenas o ambiente da biblioteca, que em seus primeiros anos era distante do centro de circulação social da época.

No que se refere à disseminação e produção de saber nesse espaço, pode ser visto o papel colonizador do acervo, que em seu momento de formação privilegia as obras de escritores europeus, principalmente os franceses. A importação de um imaginário leitor europeu aos moldes das ditas potências civilizadas da época (Inglaterra e França) tem forte

impacto na construção e popularização de hábitos e práticas leitoras na capital, que é refletida na organização de sociedades, clubes e agremiações literárias e de leitura. Um modelo importado diretamente da Europa e que era mantido pelo comércio cultural entre o Brasil e esses países. Isso pode ser verificado pelo comércio livreiro da capital da província a época.

Como diz Marteleto (2016) as práticas informacionais, enquadrando-se as práticas leitoras, são feitas pela produção e reprodução de artefatos culturais. E nesse caso a Europa fornecia essa matéria prima para os fortalezenses do fim dos oitocentos.

A disseminação de ideias nessa época orbitava em torno dos ideais de progresso científico, econômico, cultural e social. Esse discurso cresce, principalmente pelas elites da cidade. De 1867 a 1900 a Biblioteca presenciou a abolição em 1884 no Ceará e 1888 no Brasil todo, a queda do império e o estabelecimento da República em 1889 e foram nesses períodos de transição que esse discurso civilizador foi se adequando aos anseios de seu tempo.

Com a aproximação da abolição e o fim do império as ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, o lema iluminista francês, começa a ganhar força e se popularizar, e a biblioteca incentiva isso através do seu acervo, com obras de Kant, Stuart, Rousseau. A influencia das ideias civilizatórias europeias continua depois da instalação da República, mas surge agora a questão de uma busca da identidade nacional. O que é ser brasileiro? O que é ser cearense? Começam a reclamar uma resposta. E a biblioteca novamente procura responder com a criação de uma seção de história da pátria igualmente aliada com o funcionamento de um museu de história natural que começa a compartilhar o seu espaço.

Diante da popularização dessas ideias ou informações, esse ambiente ainda possibilita e fomenta a produção de conhecimento na cidade uma vez que sutilmente abriu caminho para o surgimento do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, duas instituições que vão contribuir para a produção do conhecimento científico e literário local.

Portanto, a Biblioteca Provincial do Ceará e os sujeitos que a idealizaram atuou como um marco no universo leitor da cidade, impactando diretamente na complexa trama de informações que circulavam na sociedade desse período. O discurso contido em seu acervo possibilitou mudanças no imaginário cultural da cidade e na sua organização física. Seu caráter de organizadora do saber possibilitou a implantação de um discurso de reordenamento urbano e social. No entanto, como esfera de poder permaneceu do lado das elites, mesmo trazendo em seus objetivos uma narrativa democrática. Nesse espaço a convergência do passado, presente e futuro possibilitaram a adoção de práticas informacionais que sustentavam as ideias de progresso e civilização da elite local.

Seu acervo e os bibliotecários que aturam nesse espaço mediaram os hábitos leitores por quase meio século na cidade. Mas como observamos, a leitura e os leitores são transgressores e a preferência pelos romances se sobrepunha pelas obras filosóficas e científicas. Mesmo passando por dificuldades, a Biblioteca Provincial, que até hoje funciona como biblioteca pública do estado, permanece como importante ferramenta para universo leitor e informacional da cidade de Fortaleza.

6.2 Cientificismo e erudição na terra dos cabeças chatas: o Instituto do Ceará

A inauguração de um discurso erudito e letrado pela Biblioteca Provincial do Ceará dará subsídio para o surgimento de vários outros movimentos e instituições que buscam a construção de uma cultura civilizada no Ceará. Nesse sentido Fortaleza como centro administrativo da província começa a sediar e popularizar os discursos do saber produzidos pelos grupos intelectuais locais.

Não fugindo dos ideais de progresso e civilidade defendidos na segunda metade do século XIX, o Instituto do Ceará ou Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará nasce com grandes pretensões, pois circunscrito em um ambiente que ansiava pelos avanços da modernidade tinha tal instituição a missão de inaugurar um discurso científico, e porque não dizer também, memorial, pois também é uma instituição de culto a história, na Província do Ceará.

O principal registro da narrativa científica legado por essa instituição está em sua revista (até hoje publicada), que dá a tônica das pautas em voga no fim dos oitocentos e que permite conhecer as ideias e o repertório de informações que circulava em Fortaleza nessa época. Antes de adentrarmos na esfera da produção e circulação de conhecimentos realizada por essa instituição é preciso conhecer os sujeitos que encabeçaram a produção desse conhecimento.

Para tanto é possível traçar um perfil biográfico dos membros fundadores, que foram os protagonistas na popularização das pautas científicas do fim dos oitocentos. Como já foi dito anteriormente, o Instituto do Ceará nasce em 1887 e continua em atividade até os nossos dias, é uma entidade com mais de um século de tradição, ocupando um espaço privilegiado no cenário cultural e científico nacional. Suas produções são consideradas referência na construção da história e ciências no Ceará e no Brasil. O fazer científico local é devedor da tradição inaugurada por essa instituição.

Podemos considerar que o lugar de seu nascedouro foi a Biblioteca Provincial, que como podemos verificar no relatório de 1887 o compartilhamento do espaço da Biblioteca com a sede do Instituto. Lugar propício para tal entidade, cercado de conhecimento, uma vez que no espaço haviam também estado o Gabinete Cearense de leitura e o Museu do Ceará.

Portanto fica mais que referenciado e aprovada sua criação pelas instâncias de poder civilizatórias e do saber que figuravam a época na cidade. Seria em uma esfera simbólica e, também, administrativa a reafirmação de um discurso erudito.

Sendo uma referência para a cultura letrada local, os idealizadores do instituto dão mais status a esse espaço dedicado ao saber. Compunham a elite local, intelectuais e políticos, onde mesmo com pautas sociais em seus discursos, formavam a classe mais favorecida da cidade. Seu discurso por si, já carregava os desejos de poder de uma parcela da população que queria se manter no poder em tempos agitados pela incerteza política nacional, e para isso trataram de colonizar o espaço das letras e ciências da provincial.

Portanto, seu discurso era ao mesmo tempo impulsionador da cultura local e excluído dos menos abastados, uma vez que a educação era privilégio de poucos, sendo a sociedade da época extremamente iletrada.

No que diz respeito a seus fundadores, colhemos algumas informações biográficas o dicionário Bio-bibliográfico do Barão de Studart, que sintetizamos no quadro a seguir:

Quadro 3 – Informações biográficas dos membros do Instituto do Ceará

INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS DOS MEMBROS DO INSTITUTO DO CEARÁ
1 Bacharel Antonio Augusto de Vasconcellos
<p>“Antônio Augusto de Vasconcellos - Nasceu em Maranguape a 23 de Dezembro de 1852, sendo setts paes Justino Augusto de Vasconcellos e D.a Francisca Cândida de Vasconcellos. Neto paterno do Capitão Manoel José de Vasconcellos e D.a Maria Izabel de Vasconcellos e materno de João da Costa Maia e D.a Vicencia Custódia Maia. Destinou-se a principio ás ordens sacras para o que frequentou o Seminário Diocesano até 1874, mas depois, em 1876, passou-se para a Academia de direito do Recife na qual diplomou-se com distincção a 5 Novembro de 1880. De volta á terra natal e preferindo a carreira da magistratura, foi nomeado promotor das comarcas de Canindé e Granja e ahi fundou o jornal Granjense, uma escola popular e um gabinete de leitura. Em Junho de 1882 foi nomeado juiz municipal de Aracaty, sendo em Março de 1883 removido para a comarca do Pereiro a cujos habitantes prestou igualmente relevantissimos serviços com a fundação de um Gabinete de Leitura e uma escola nocturna. Nessas diversas localidades foi grande auxiliar do movimento abolicionista. Abandonando a magistratura, transferiu-se para Fortaleza e entregou-se ao magistério particular e público. Em 1887 foi nomeado Director da Bibliotheca Publica e a 18 de Março de 1889 professor de Historia na Escola Militar, que acabava de ser creada na Província. Em 1896 foi nomeado professor de Geographia do Lyceu. Faz parte do Instituto do Ceará e é professor da Escola Livre de Direito do Ceará, cuja fundação advogou na imprensa diária. Essa Faculdade, que se installou a 1.º de Março de 1903, foi avocada pelo governo a 2 de Setembro e reconhecida pelo Governo Federal a 23 de Novembro. Do seu casamento realizado na cidade do Recife a 12 de Julho de 1879 com D.a Cesaria Barreto Carneiro Leão de Vasconcellos, filha de José Marques Carneiro Leão e D.a Celestina Barreto Carneiro Leão, teve os seguintes filhos: D.a Julia Carneiro Leão de Vasconcellos (Vide esse nome) Professora da Escola Normal do Ceará; Carlos C. L. Vasconcellos (Vide esse nome) Engenheiro civil e Bacharel em sciencias physicas e naturaes (1902); Arthur C. L. de Vasconcellos, Medico, formado na Faculdade do Rio (1906); Abner C. L. de Vasconcellos, formado na Faculdade de Direito do Ceará (1907), Promotor público de Fortaleza; Nilo C. L. de Vasconcellos, 5.º annista</p>

de Direito ; jayme C. L. de Vasconcellos, 4.º annista de Direito; Maria Augusta, normalista diplomada; Edgard C. L. de Vasconcellos, estudante de preparatórios; Hilda, Esther, Carmen, Zaíde, Cezar, Waldo e Thales. Conheço de sua penna: —Município do Pereiro, monographia publicada na “Revista do Instituto do Ceará” (2.º e 4.o trimestre de 1880). —A evolução do passado, publicado na “Revista do instituto do Ceará”, vol. 17º. —Apontamentos biographicos do notável ocufista cearense doutor Moura Brazil, vindos á luz no n.º 4 do Ceará 11-lustrado. —Juizo Critico sobre o Diccionnrio geographico e histórico das campanhas do Uruguay e Paraguay pelo General Leite de Castro, publicado no dito periódico. Redigiu com Antônio Bezerra, Studart e Ferreira do Valle o jornal Ceará, e foi assíduo collaborador da Verdade, orgam catholico de Fortaleza e redactor-director da Galeria Cearense.” (STUDART,1915)

2 Antonio Bezerra de Menezes

“Antônio Bezerra de Menezes - Filho do Dr. Manoel Soares da Silva Bezerra, de quem me occuparei adiante, e de D.a Maria Thereza de Albuquerque Bezerra, nascida a 13 de Agosto de 1818 e fallecida ás 9 horas da noite de 5 de Maio de 1908, nasceu em Quixeramobim a 21 de Fevereiro de 1841. Neto pelo lado paterno do T.e C.el Antônio Bezerra de Menezes e D.a Fabiana de Jesus Maria Bezerra e bisneto do C.el Antônio Bezerra de Souza Menezes, de quem trato adiante, e D.a Anna Maria da Costa, da familia Antunes; pelo lado materno neto do T.e C.el Manoel Alexandre de Albuquerque Lima, pernambucano, da familia Albuquerque Mello, e de sua mulher D.a Maria de Nazaretli Bezerra de Menezes. Estudioso das sciencias naturaes, historiographo, poeta e prosador. Foram de relevância os serviços, que prestou na campanha abolicionista. Com Telles Marrocos e Antônio Martins fundou O Libertador e com Antônio Augusto de Vasconcellos, Ferreira do Valle e Dr. G. Studart O Ceará. Pode-se affirmar sem receio de erro que tem collaborado em todos os jornaes literários publicados em Fortaleza de 30 annos a esta parte. Havendo-se aposentado como empregado público, que foi por muitos annos, mudou sua residência para Manáos, onde occupou o logar de director do Museu e foi redactor principal da Pátria, orgam da Colônia Cearense. De volta ao Ceará, continua a entregar-se aos estudos de sua predilecção constando-me que tem entre mãos um livro sobre o Estado no qua abundam mappas, gravuras, etc. É membro do Instituto do Ceará, da Academia Cearense, do Centro Litterario de Fortaleza e foi o 1.º presidente da Sociedade de Sciencias Praticas. Tem publicado: —Sonhos de moço, livros de poesias, a mor parte das quaes foram compostas em S. Paulo para onde o autor se transportara com o intuito de se bacharelar, o que, aliás, não conseguiu. — Tres Lyras. Poesias de A. Bezerra, Justiniano de Serpa e Antônio Martins, Typ. Econômica, rua da Bôa Vista, 85, 1883, 88 pp. Introducção por Almino Alvares Affonso e Pedro de Queiroz. No volume as poesias de A. Bezerra tem o titulo ce Lampejos e as de J. Serpa Scintillações. Tres Lyras também chamou-se o livro de bellas poesias publicadas em Maranhão em 1862 por Trajano Galvão de Carvalho, A. Marques Rodrigues e Gentil Homem de Almeida Braga. —Maranguape, Notas de viagem, Ceará, Typ. Economica, Praça do Ferreira n.º 43, 1885. —Horas de Recreio, collecção de folhetins, formando um livro de 200 pp., sahido da Typ. Econômica, em 1886. A edição esgotou-se dentro de 15 dias. —Província do Ceará. Notas de Viagem (parte do norte). Ceará, 1889, Typ. Econômica, Praça do Ferreira 43, 8.º 357 pp. —Descripção da cidade da Fortaleza, publicada na Revistado Instituto do Ceará, 3.º e 4.º trimestres de 1895. Fora publicada com menos desenvolvimento no jornal Libertador sob o titulo Ligeira Descripção da Cidade de Fortaleza. — Duvidas históricas, publicado na Revista da Academia Cearense e na Revista do Instituto do Ceará correspondente a 1897. —Algumas Origens do Ceará, publicado na Revista do Instituto do Ceará, anno 15.º, 3.º e 4.º trimestres de 1901. A parte documental vem inseria na dita Revista, anno de 1902. —As Praias. Mocuripe. Barra do Pacheco, publicado na Revista do Instituto do Ceará, anno de 1902. —Origem do nome Ceará, publicado na Revista da Academia Cearense, anno de 1902. —Carta ao Dr. Theodoro Sampaio, S. Paulo, publicada na Revista da Academia Cearense, anno de 1902. —O desembargador Christovão Soares Reymão julgado á vista dos documentos de seu tempo, publicado na Revista do Instituto do Ceará, 1902. —O Ceará e os Cearenses, ligeiras apreciações. Fortaleza, editor Assis Bezerra, Typ. Minerva, 1906. O livro reproduz, melhorados e desenvolvidos, os artigos, que A. Bezerra públicou no jornal Pátria de Manáos.” (STUDART, 1915)

3 Dr. Guilherme Studart

Guilherme STUDART - Nasceu em Fortaleza, 5 de janeiro de 1856, filho primogênito de John Vil filham Studart (1º Vice-Cônsul inglês no Ceará) e Leonísia de Castro Barbosa Studart, neta do Major Facundo. Estudou no Ateneu Cearense; do Professor João de Araújo Costa Mendes, e com 12 anos foi para Salvador, onde ingressou no Ginásio Baiano, de Abílio César. Borges; ao final do curso, todo feito com distinção, recebeu medalha de ouro e teve seu retrato incluído na galeria de honra, entre os, alunos excepcionais. Coursou a Faculdade de Medicina da Bahia e doutorou-se em 1877 com tese sobre os empregos terapêuticos da electricidade. Retornou ao Ceará e assumiu a representação diplomática que o pai, falecido, exercia, bem como a responsabilidade pela manutenção e educação de onze irmãos menores. Médico humanitário, prestou relevantes serviços na assistência às vítimas da seca de 1877 e aos órfãos recolhidos em Jacarepaguá, sem qualquer retribuição pelo seu trabalho. Prestou bons serviços como Médico da Santa Casa de Misericórdia. Fundador e primeiro Presidente do Centro Médico Cearense, do Instituto Pasteur e Diretor honorário da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará. Um dos fundadores do Centro Abolicionista. Dedicou-se aos estudos e

pesquisa histórica, ajudou a fundar o Instituto do Ceará, figurando como sócio nº 2, logo a seguir a Paulino Nogueira; em 1893 fez viagem a Portugal e realizou minuciosos levantamentos nos arquivos da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional de Lisboa, buscando subsídios para a História do Ceará Presidente perpétuo do Instituto do Ceará. Participou do Centro Literário, Iracema Literária, Boêmia Literária, diversos gabinetes de leitura interioranos. Ajudou a fundar a Academia Cearense de Letras, tendo ocupado a cadeira nº 2, patronímica de Paulino Nogueira. Membro de numerosas entidades culturais e científicas, do país e do exterior, incluindo institutos históricos e geográficos, academias de letras, Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, British Medical Association de Londres, Societé de Geographie do Havre, Sociedade Bibliográfica da França, Academia Físico-Química Italiana de Palermo, Academia Americana de Ia História de Buenos Aires, Academia de História Internacional de Paris e muitas outras. Participou da fundação do Círculo Católico e do Círculo dos Operários Católicos de Fortaleza. Sua obra em livro inclui: História do Ceará - Família Castro - Apontamentos (1883); Notas para a História do Ceará - Segunda Metade do Século XVIII (1892); Datas e Fatos para a História do Ceará (3 volumes, os dois primeiros publicados em 1896 e o último em 1924); Documentos para a História do Brasil e Especialmente do Ceará (4 volumes, 1904, 1909, 1910 e 1921); Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense (3 volumes, 1910, 1913 e 1915); Para a História do Jornalismo Cearense - 1824/1924 (1924), e Geografia Cearense (1924). Numerosos ensaios de fôlego publicados nas revistas do Instituto do Ceará, Academia Cearense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Almanaque do Ceará e outras. Também publicou uma Gramática Inglesa e Elementos da Gramática Inglesa, para uso de estudantes. O Papa Leão XIII concedeu-lhe em janeiro de 1900 o brasão de Barão e o Foreign Office (Ministério das Relações Exteriores da Inglaterra) distinguiu-o com as insígnias de Membro da Ordem do Império Britânico. Morreu em Fortaleza, 25 de setembro de 1938. (NOBRE, 1996)

4 Joaquim de Oliveira Catunda

Joaquim de Oliveira Catunda - Nasceu em S. Quitéria a 2 de Dezembro de 1834. Filho de Antonio Pompeu de Souza Catunda, e oriundo de antiga familia Riograndense do Norte. Estudou preparatorios no Lyceu de Fortaleza tendo nesse intuito vindo erro. 1849 para casa de seu tio e padrinho o Senador Thomaz Pompeu. Por sentir vocação para a vida militar sentou praça em 1853. Seguiu nesse anno para o Rio de Janeiro, serviu no 1.º Batalhão de artilharia a pé, matriculou-se na. Escola Militar em 1857 e della teve baixa em 1860 quando seguiu para. Alagoas em commissão do Governo a demarcar as terras, devolutas do Urucú, como agrônomo. Pretendendo depois um emprego público, foi nomeado 2.º escripturário d'Alfandega, por concurso, em principio” de 1862, 1.º escripturario da do Ceará em 1864, logar que abandonou por ser nomeado professor de instrucção primaria no Ipu em 1867. No anno seguinte foi nomeado Official maior da Secretaria do Governo e em 1879 Secretario da Relação do Districto. Joaquim Catunda foi professor de philosophia do Lyceu (1882) da antiga Provincia e professor de allemão da extincta Escola Militar do- Ceará, representou a Provincia nos biennios de 1866—67, 78-79, 80-81 e fez parte do Conselho de instrucção Publica. Desde a proclamação da República representou seu Estado natal no Senado; do qual era 1.º secretario. Falleceu na Capital Federal a 28 de Julho de 1907, victimado por gripe intestinal, realisando-se o seu enterramento na tarde do dia seguinte no Cemitério de S. João Baptista. Na triste cerimonia o Instituto do Ceará foi representado pelos Drs. Belisário Távora, Justiniano de Serpa e Barão de Studart. Como um tributo de saudades e em obediência ao respectivo Regulamento essa sociedade celebrou no palacete da Assembléa solenne commemoração fúnebre, encarregando-se do necrológio o orador Dr. Antonio Augusto de Vasconcellos, e traz ornado o salão de suas sessões com o retrato do illustre extincto. É autor do livro intitulado : —Estudos de historia do Ceari, Typ. do Libertador, Fortaleza, rua Major Facundo 56, 1886. Sobre os Estados foi publicado por G. M. na Constituição de Fortaleza, 1887, uma serie de substanciosos artigos. No Instituto do Ceará, de que era membro conspícuo, exerceu desde sua criação o logar de 1.º secretario e para sua Revista contribuiu em 1887 com o trabalho Origens americanas, Immigrações prehistoricas e em 1888 com um outro sob o titulo As evoluções do clima. O Almanaque Brasileiro, sob a intelligente redacção de João Ribeiro, anno 7.º, publicou a biographia do Senador J. Catunda e terminou-a dizendo que elle deixa inédita uma obra A historia do Ceará a que dedicava amorosamente os seus lazeres; vai nisso um engano: Catunda ha muito que deixara de se entregar aos estudos de historia pátria, sendo de ultimo seus predilectos os que se refiriam ás sciencias naturaes, especialmente á botânica. O Almanaque quiz fallar dos Estudos de historia do Ceará, mas esses vieram á luz da publicidade ha 24 annos. (STUDART, 1915)

5 P.º Dr. João Augusto da Frota

João Augusto da Frota - Filho de Antonino da Frota e Vasconcellos, irmão do Padre Miguel da Frota, e de D.A Anna da Frota. Doutorou-se em Philosophia, deixando de tirar o doutorado em Theologia por motivo de saúde, e ordenou-se no Collegio Pio Latino Americano de Roma. Foi director da instrucção publica do Estado e é lente jubilado de mathernaticas do Lyceu de Fortaleza. Salientou-se com outros no movimento, que acabou com a escravidão na Provincia. Um dos 12 membros fundadores do Instituto do Ceará, é hoje membro honorário dessa importante e conhecida associação. Não acceitou a mitra da Diocese do Pará como não a acceitaram dois outros cearenses, Padres Ananias C. do Amaral e José Teixeira da Graça. Nasceu em Sobral e de ha muito reside na Serra de Baturité. (STUDART, 1915)

6 João Baptista Perdigão de Oliveira

João Baptista Perdigão de Oliveira – Nasceu em Fortaleza a 23 de agosto de 1854, sendo seus pais o Capitão Antonio Joaquim de Oliveira e D.^a Leopoldina Carolina de Oliveira, e faleceu a 28 de fevereiro de 1929. Amanuense da Secretaria do Governo por título de 25 de setembro de 1878, foi promovido a official a 22 de novembro de 1881 e a chefe de secção a 11 de setembro de 1889. A 25 de setembro de 1891 com a reforma das secretarias do estado passou a servir como Director de secção da secretaria de justiça e a 4 de maio de 1892 foi promovido a diretor da mesma secretaria. Com a reforma das secretarias da justiça e do interior, passou a servir como secretario da chefatura de polícia, organizada a 23 de novembro de 1909 e nesse cargo foi aposentado a 26 de julho de 1911. Collaborou em diversos jornais do Ceará e a 12 de julho de 1902 fundou O Estudante, jornal de feição catholica, com Vicente Mendes, Joaquim Fabricio e Arimathea Cysne. Foi um dos 12 fundadores e secretario do Instituto do Ceará e em sua << Revista publicou vários trabalhos, entre os quaes A primeira villa da Provincia; Os secretários de Borges da Fonseca; A imprensa no Ceará; Os limites do Ceará, Questão com o Rio Grande do Norte, merecendo especial menção o ultimo citado, muito proveitoso à causa do Ceará na Questão Grossos, injustamente decidida a favor do Estado contendor graças à política então dominante. (STUDART, 1915)

7 Dr. José Sombra

José Sombra - Filho do Coronel Joaquim José de Souza Sombra e D.a Severina Correia Sombra, nasceu em Maranguape a 4 de Dezembro de 1852. Aos 14 annos de idade deixou o Ceará indo estudar preparatórios no Collegio Gymnasio Rahiano, onde por sua intelligencia e applicação recebeu uma medalha de prata. Havendo-se matriculado em, 1872 na Faculdade de Medicina da Bahia transportou-se para a do Rio de Janeiro e nella recebeu a laurea de doutor a 22 de Dezembro de 1881 juntamente com dois outros cearenses, João Francisco Pereira e José Pacifico Caracas. No anno seguinte partiu para a Europa e em Vienna d'Austria e Paris dedicou-se principalmente aos estudos de gynecologia. De volta á terra natal, pouco se entregou á vida da clinica, minando-lhe as forças diuturna e pertinaz enfermidade. Desde os tempos dos preparatórios José Sombra salientou-se entre os companheiros paio amor aos estudos de philosophia e linguistica e estes estudos elle os aperfeçoou posteriormente. Sua bibliotheca nesse particular era a melhor provida e escolhida que em Fortaleza existia; por varias mãos se dispersou ella com a morte do dono. O amor de José Sombra pelos estudos didácticos revelou-se com exuberancia quando era simples acadêmico; prova-o a discussão que travou em Outubro de 1877 nas paginas da Constituição escreveu-lo os artigos sob o titulo Compendio de Grammatico, da Língua Nacional por Manoel Soares da Silva Bezerra. A esses artigos respondia o Dr. Manoel Soares na Tribuna Catholica com a epigraphe Resposta á critica de um Snr. Estudante d minha Grammatica. Sua these de doutoramento versou sobre Condições Pathogenicas das palpitações do coração e meios de combatel-as e sahiu da Imprensa Industrial, Rio de Janeiro, rua da Ajuda r. 75, 1882. Faleceu em Fortaleza a 16 de Março de 1888. Um mez após sua morte o Instituto do Ceará, de que era thesoureiro, celebrou em sua memoria solemmissima sessão, pronunciando discursos fúnebres o presidente e o orador dessa associação Snrs. Desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca e Julio Cezar da Fonseca Filho. Uma e outra peças oratórias vêm publicadas na Revista do Instituto, 2.o Trimestre de 1888. (STUDART, 1915)

8 Julio Cesar da Fonseca Filho

Júlio César da FONSECA FILHO - Nasceu em Aracati, 19 de outubro de 1850, filho de Júlio César da Fonseca e Joana Ramos da Fonseca. Erudito, dono de invulgar taler, conhecia profundamente os mais diferentes ramos da atividade humana, falando com igual desembaraço sobre fisiologia, direito, contabilidade, terapêutica, física, química, filologia, sociologia, história, astronomia, o que fosse. Possuidor de entusiasmo incomum, defendeu bravamente a causa da abolição do cativo negro, assim como a da república. Participou das atividades das sociedades libertadoras e fundou o Centro Republicano de Aracati, o primeiro do Ceará e anterior ad do Rio de Janeiro. Orador fluente e inflamado, com estilo persuasivo, dominava completamente os auditórios, surpreendendo-os às vezes com algum termo chocante. Jornalista, fundou “O Barrete Frígido” (1870) e “Jornal do Aracati” (1873). Foi Deputado Provincial e, depois, trabalhou como Secretário da Câmara. Com apenas 19 anos, publicou no “Jornal de Fortaleza” o seu primeiro artigo em defesa do ideal republicano; nos opúsculos Palavras de um Revolucionário e Peregrinos da Democracia divulgou o seu ideário político e apresentou um projeto de Constituição para o Ceará; homem de convicções, entretanto, vendo os desmandos praticados em nome do regime republicano, emudeceu e, desiludido, recolheu-se ao isolamento. Foi um dos fundadores e orador official do Instituto do Ceará, a que renunciou por discordâncias quanto à maneira de sua condução. Morreu em Fortaleza, 23 de abril de 1931. Patrono de uma cadeira da Sociedade Cearense de Geografia e História. (STUDART, 1915)

9 Juvenal Galeno da Costa e Silva

Juvenal Galeno da Costa e Silva - Filho de José Antonio da Costa e Silva e de D.a Maria do Carmo Theophilo e Silva, nasceu a 27 de Setembro de 1836 em Fortaleza na casa n. 66 da rua Formosa, visinha á casa em que hoje funciona O Cruzeiro do Norte e anteriormente occupada pela Litho-Typographia Cearense, que é de propriedade de D.1 Diva de Alencar Gadelha e substituiu á Lithographia Cearense dos Irmãos Costa Sousa. Neto pelo lado paterno de Albano da Costa dos Anjos e pelo lado materno do português Manoel José

Theophilo. Primo pelo lado paterno de Capistrano de Abreu e pelo,, materno de Clóvis Beviláqua. .Em 1850 por morte do Dr. Ayres, que exercia a medicina no Aracaty, tratou José Teixeira Castro de dar-lhe successor. Teixeira Castro, que foi o sogro do Dr. Thomaz Pompeu Filho e do actual Desembargador Gomes Tavares, era dono de grande pharmacia e pois tinha interesse em que a localidade possuísse um profissional. Sobre Marcos Theophilho, tio de Juvenal, recahiram suas vistas e para lá seguiu o novo medico mediante o partido de dois contos de réis. Em companhia do parente seguiu Juvenal, que já então estudava latim com o Padre Nogueira Braveza. A mudança não lhe prejudicava os estudos por quanto em Aracaty havia uma Fscola Publica da mesma disciplina sob a regência de Porphirio Sabóia; nessa escola matriculou-se elle. Foram seus condicípulos Pergentino, Clycerio, Sá Leilão, que depois de Juiz de Direito tomou ordens sacras e Leôncio Chaves, o heróico Padre que succumbiu na epidemia do choleia victima de sua admirável caridade. Ao tempo em que frequentava o curso público, ouvia Juvenal igualmente as lições de um seu amigo, que se empregava a desmanchar fardos de fumo e a fazer e vender charutos. Esse charuteiro mais tarde frequentou o Seminário de Olinda, emprehendeu uma viagem á Terra Santa e cingiu com brilho a Mitra Pernambucana; chamou-se D. Manuel de Medeiros. Destinado por seu pae, que vivia da agricultura, a substituil-o como único filho varão, que era, na direcção dos trabalhos ruraes, conseguiu, todavia, Juvenal a permissão de visitar a Capital do paiz e para o Rio se transportou. Ali ligou-se intimamente a Paula Brito a quem o recommendaram cartas de Rufino José de Almeida, o velho, residente em Recife, um amigo de seu pae que estivera no Ceará. A casa de Paula Brito era então o rendez-vous dos magnates e também dos homens de letras; ahí travou Juvenal relações com alguns que mais tarde e hoje têm chamado a attenção publica e celebrisado o nome, por exemplo Machado de Assis, então typographo, e Quintino Bocaytíva, pupilo de Saldanha Marinho e que substituiu a Alencar na redacção do Diário do Rio de Janeiro. Em tal meio as letras seduziam; Juvenal principiou a escrever poesias e a publicar-as na Marmota Fluminense, propriedade de Paula Brito, em que collaboravam Macedo, o autor da Moreninha e do Moço Louro, Teixeira e Souza a quem se deve o poema Independência do Brazil, e outros distinctos literatos. Instado pela família a regressar, Juvenal ajuntou os magros dinheiros, que tinha e que o pae destinara a um passeio pelo interior da província do Rio no propósito de que estudasse de visu o que dizia respeito á cultura caféeira, e enfeixando em livro as suas poesias esparsas publicou os Prelúdios. Na mesma mesa em que tirava as provas na typographia de José Soares Pinho tirava também Mello Moraes Pae as provas da sua Physiologia das Paixões. De volta ao Ceará sobraçava Juvenal dous exemplares dos Preludios ricamente encadernados. Eram um mimo para o pae e para a mãe extremosa e afim de mais captival-os encerravam o retrato do joven cultor das Musas. Esse trabalho de photographia, que fora arranjado por intervenção de Insley Pacheco, a quem Mello Moraes Filho dedicou algumas paginas do seu bello estudo intitulado Artistas do meu tempo, foi, talvez, o primeiro que o Brasil conheceu. Simples prova ou ensaio, mantem-se até hoje perfeitamente esse retrato como verifiquei. Joaquim José Pacheco, depois Joaquim Insley Pacheco, a quem me referi, chegando de Portugal á Fortaleza foi por annos caixeiro de Antonio Borges e depois de João Antonio Garcia, com cuja filha, D.a Elvira, consorciou-se a 6 de Agosto de 1852, sendo celebrante do acto o Padre José Candido da Guerra Passos e testemunhas Antonio de Oliveira Borges e sua Senhora e o Commendador Francisco Coelho da Fonseca e D.a Maria Ephigenia, irmã mais velha da noiva; depois seguiu para os Estados Unidos, onde aperfeçoou-se na arte da photographia para a qual tinha decidido pendor, e onde nasceu-lhe a primeira filha, também de nome Elvira. Tornando ao Ceará após penosíssima viagem, aqui demorou-se por algum tempo, seguindo depois para Pernambuco e dahi para o Rio de Janeiro, onde fixou residencia e vive ainda a trabalhar honrando-se e a profissão em que se fez notável e tão apreciado. Na sua fazenda da Serra da Aratanha, onde residia até 1886, consorciou-se Juvenal a 19 de Novembro de 1876 com Da Maria do Carmo Cabral e Silva, filha do Commendador Cabral de Mello. Por occasião da cerimonia, que foi celebrada pelo bispo Dom Luiz Antonio dos Santos, recitou uma poesia encomiástica um dos sacerdotes da comitiva. Terminava ella assim : Salve festa dies; Juvenalis tu inclyte vates. Salve; et tu conjux psi caríssima; salve. O autor da poesia chamava-se Jeronymo Thomé da Silva e é o actual Arcebispo da Bahia. Mudando de residencia para Fortaleza,- Juvenal exerceu até 1908 o cargo de Bibliothecario Público, que occupava desde 1889 por nomeação do presidente Caio Prado e em substituição ao Dr. Antonio Augusto de Vasconcellos, nomeado lente da Escola Militar, e, grande desconhecido, vive hoje mergulhado nas trevas de triste cegueira. Em 1859 tomou assento como deputado supplente pelo circulo do Icó, sendo um dos que recusaram as leis de meio ao Presidente Silveira de Souza. Nessa sessão apresentou e defendeu um projecto de criação de uma escola pratica, escola normal de agricultura, de que se occupou o Sol de Pedro Pereira. É Cavalheiro da Ordem de Christo. É a seguinte a lista de suas obras: - Prelúdios Poéticos, Rio de Janeiro, Typ. Americana de José Soares do Pinho, rua d'Alfandega n.o 210, 1856, com 152 pp. —A machadada, poema phantastico por..., Ceará, impressa na Typ. Americana de Theotónio Esteves de Almeida, rua do Fogo, 1860, com 26 pp. Deu causa á Machadada ter Juvenal Galeno, que então era Alferes da Guarda Nacional, preferido comer um appetitoso peru em companhia de Gonçalves Dias, Pompeu e Coutinho a se aehar presente a uma Revista do seu batalhão; dahi seis dias de prisão no Estado Maior por ordem do Commandante Superior João Antonio Machado; dahi a terrível versalhada, para cuja não publicação choveram os pedidos tanto perante o autor como junto a Theotónio Esteves, que resistiu a todas as peitas e seducções. Celebrou-se o banquete, em que se sacrificou o peru preferido ás manobras e exercícios da

velha Guarda Nacional, no edifício construído em Jacarecanga em que então se hospedava parte da Comissão Científica e que mais tarde serviu de Lazareto. —Porangaba, Ceará, Typ. Cearense, impresso por Joaquim José de Oliveira, 1861, 102 pp. —Quem com ferro fere com ferro será ferido, comedia levada a scena em Fortaleza pela J.a vez a 3 de Novembro de 1861. Não foi impressa. —Lendas e Canções Populares, Ceará, 1865, Typ. de João Evangelista, 415 pp. Teve 2.a edição, augmentada com as “Novas lendas e canções” e precedida dos juisos críticos de Pinheiro Chagas, Araripe Júnior, Franklin Távora, José Feliciano de Castilho, Fernandes Pinheiro, Marques Rodrigues e Machado de Assis, Lisboa, 1892, Typ. da Casa editora Antonio Maria Pereira, com 622 pp., edição de 3000 exemplares, editor Guálter R. Silva. —Scenas Populares, Ceará, Typ. do Commercio, 1871, com 283 pp. Teve 2.a edição, com uma carta de José de Alencar, editor Louis Cholowiecki, 1902, e 321 pp. notas inclusive. Sobre as Scenas Populares escreveu José de Alencar: “Livro tão original ainda não se escreveu entre nós, e o Ceará deve lisongear-se de ter quem lhe dê na litteratura pátria um logar que não tem outras Províncias mais ricas e adiantadas em progresso material. —Canções da Escola, obra adoptada pelo Conselho de Instrucção Publica do Ceará para uso das aulas primarias, Ceará, Typ. do Commercio, 1871, á venda na livraria de Joaqnim J. d'Oliveira & Filho á Praça do Ferreira, 34 pp. com 14 canções. —Lyra Cearense, Ceará, Typ. do Commercio, 1872, com 150 pp. —Folhetins de Silvanus, Fortaleza, Typ. Universal de Cunha Ferro & C.a, rua Major Formosa n. 33, 1891, 219 pp. Alem dessas obras tem publicado, mais de uma vez, satyras em verso e prosa e collaborado em revistas e jornaes do Ceará e Rio de Janeiro, como O Peregrino, Revista do Instituto do Ceará, A Quinzena, República, Revista Popular e Jornal das Famílias. No Diccionario Universal de Maximiano Lemos encontram-se a biographia, aliás muito resumida, e um óptimo retrato de Juvenal Galeno, que nelle é qualificado de Beren ger Brasileiro A Penna, Revista Científica e Litteraria de Fortaleza sob a redacção de Graccho Cardoso, Marcolino Fagundes e Mattos Guerra, traz também no n. 4.o sua biographia. No Quadro Synthetico da evolução dos géneros na Litteratura Brasileira por Sylvio Romero é Juvenal o único cearense citado no quadro Poesia, e figura como representante do Período Romântico, quarto momento, ao lado de Bittencourt Sampaio, Bruno Seabra, Mello Moraes Filho, etc. (STUDART, 1915)

10 Bacharel Paulino Nogueira Borges da Fonseca

Paulino Nogueira Borges da Fonseca - Filho de Francisco Xavier Nogueira, natural de Russas e D.a Maria das Graças Nogueira, nascida a 6 de Julho de 1799 e fallecida a 2 de Janeiro de 1878, nasceu em Fortaleza a 27 de Fevereiro de 1842. Formou-se a 22 de Dezembro de 1865 na Faculdade de Direito do Recife, sendo pouco tempo depois nomeado Promotor Público de Saboeiro em substituição ao Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, cargo que deixou por ter sido nomeado pelo presidente Dr. Homem de Mello para Official maior da Secretaria. O espirito partidario da administração Mello e Alvim, que foi a que se seguiu á de Homem de Mello, demittiu-o do emprego. Referindo-se a esse acto de Mello e Alvim, publicou Paulino um folheto, ao qual respondeu Mello e Alvim com outro folheto. No trabalho Os Presidentes do Ceará, sahido á luz na Constituição, jornal por muitos annos abrilhantado por sua penna, Paulino Nogueira tratando desse facto escreveu : “Ferido profundamente por um acto de perversidade partidaria sua (de Mello e Alvim), escrevi um folheto sobre sua administração, o qual mereceu resposta sua também em folheto. Quem chegar a ler um e outro hade se convencer de que não lhe faço a minima injustiça deixando-me levar por sentimentos individuaes”. O acto que o privou do emprego elevou-o de mais em mais no conceito dos seus patricios, máxime dos correligionarios, os conservadores, e isso explica sua nomeação para Secretario dos Presidentes Taquary no Ceará e Freitas Henriques na Bahia, Professor de Latim e Director do Lyceu e Inspector Geral da Instrucção Publica, Deputado Geral por duas vezes (1872 a 1879), Vice-presidente da Província, e nesse character a 21 de Fevereiro de 1878 recebeu das mãos do Dr. Ferreira de Aguiar, o futuro Barão de Catuama, a administração. Pelas reformas que realizou na Instrucção Publica da Província, e entre ellas não pode ser esquecida a abolição dos bolos, dos castigos corporaes, foi condecorado com a Ordem de Christo (1871). Em 1883 abandonou a política, voltando então á sua banca de advogado. Em 1888, sendo presidente o Dr. Caio Prado, foi nomeado Provedor da Santa Casa, cargo a que voltou em 1906 a instancias do Presidente Dr. Nogueira Accioly. A Provedoria da Misericórdia assentava optimamente no Des.or Paulino Nogueira, homem á antiga, catholico praticante, alma aberta a todas as dores, a todos os soffrimentos; que o diga o valiosíssimo documento, que muito me apraz deixar aqui consignado: “Fortaleza, 25 de Março de 1906.—Ex.mo Sr. Desembargador Paulino Nogueira. Tenho a honra e a satisfação de accusar o recebimento do seu officio de 20 do corrente, dando-me a fausta noticia de sua tomada de posse do cargo de Provedor da Santa Casa de Misericórdia desta cidade. Ex.mo Sr., por mais esforços que faça o impio utilitarismo, cujas idéas materialistas vão até ao extremo de considerar como um mal social—a protecção e os favores que os corações bem formados costumam dispensar aos que soffrem a pobreza, a dôr e a miséria, jamais essa perversa e cruel doutrina conseguirá medrar entre os verdadeiros discípulos d'Aquelle, que tanto amou a humanidade, que por ella se sacrificou, derramando até a ultima gotta o seu Precioso Sangue, para livral-a da grande miséria, que interessa á vida moral, no tempo e na eternidade. A caridade é e será sempre o mais saliente característico do Christianismo. Verdade é, Ex. Sr., que muitos, levados por suas boas disposições naturaes, e porque possuem mais que o necessário e o confortável, praticam ás vezes acções generosas, dando algo do seu supérfluo ; mas, infelizmente, com certa indifferença, sem referir-se ao Auctor de todo o bem, e não raros movidos pela vangloria e outros sentimentos mundanos ;

deixando assim de render a devida homenagem ao Pae commum dos homens, e menosprezando as recompensas a que tem direito aquelle que dá a beber um copo d'agua em nome de Christo. A justiça divina, é certo, não deixa sem recompensa qualquer bem que neste mundo se faça; mas este galardão será temporal ou eterno, consoante o fim que tiver movido o auctor da boa obra. Feliz de quem procura glorificar a Deus em seus actos, porque, com certeza, receberá immarcessivel coroa na eterna gloria, e por ventura alguns favores já mesmo neste mundo d'aquem tumulo. Assim sendo, Ex.mo Sr., muito é para applaudir-se a acertada nomeação de V. Exc. para o mencionado cargo, pois a uma superior illustração une V. Exc. pela graça de Deus, viva fé catholica, que o inspirará e animará na dispensação do bem, espiritual e temporal, aos nossos irmãos necessitados, que procuram abrigo nessa Instituição de Caridade. Congratulo-me, pois, com a Santa Casa desta cidade, por se achar sob a sabia e zelosa direcção de V. Exc. a quem de coração abençoo, pedindo a Deus lhe conceda todar as graças que forem de mister para o bom desempenho da humanitária tarefa, que em boa hora lhe foi confiada. Deus Guarde a V. Exc.—D. Joaquim, Bispo Diocesano. Ill.mo e Ex.mo Sr. Desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca, D. D. Provedor da Santa Casa de Misericórdia”. Por occasião da organização judiciaria do Estado no novo regimen foi nomeado membro do Tribunal da Relação, e inaugurada a Academia Livre de Direito do Ceará coube-lhe a Cadeira de Direito Criminal. Recusou a presidência da Província do Amazonas e esteve indigitado para Barão de São Paulino pouco antes do 15 de Novembro. A's pesquisas perseverantes e conscienciosas do Dês.or Paulino Nogueira se devem muitas paginas da historia do Paiz, cumprindo aqui assignalar, que seu amor aos estudos históricos se revelou bem cedo porquanto no 5.o anno da Academia já se occupava dessa especialidade no jornal A Crença, de Recife. Entre as suas muitas produções, publicadas na maior parte na Revista do Instituto do Ceará, importante associação de que foi presidente desde o seu inicio, conheço: —O ex-presidente Tenente-coronel João de Souza Mello e Alvim ou a demissão do Official maior da Secretaria do Governo do Ceará Bacharel Paulino Nogueira Borges da Fonseca. Fortaleza, Typ. da Constituição, Rua da Bôa-Vista n.O 25, 1869. —O Major João Erigido e sua refutação ao discurso do Deputado Paulino Nogueira. Essa extensa serie de artigos sahiu publicada na Constituição, anno de 1873. —Discurso proferido na Camara dos Srs. Deputados na sessão de 25 de Agosto de 1875 sobre Limites da Província do Ceará com a de Piauhy, Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C.a, 1875. — Eleições Senatorias do Ceará. Refutação ao Major João Brigido. Publicada na Constituição, anno de 1884. — O livro do Sr. R. Theophilo, publicado na Constituição, anno de 1884. —Execução de Pinto Madeira perante a historia, por Paulino Nogueira, bacharel em Direito. Este trabalho foi pelo auctor offerecido ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, que o publicou em sua Revista, tomo 50, parte 1.a — Vocabulário indígena em uso na Província do Ceará com explicações etymologicas, orthographicas, topographicas, históricas, therapeuticas, etc, por Paulino Nogueira. Este trabalho sahiu publicado na “Revista Trimensal do Instituto do Ceara” 4.o trim. de 1887. Contem 225 pags. — Vida de Antonio Rodrigues Ferreira, publicada na “Revista do Instituto do Ceará”, 1887. —Fortaleza do Ceará, publicado na “Revista do Instituto do Ceará”, anno de 1888. — O Padre Ibiapina, publicado na “Revista do Instituto do Ceará”, anno de 1888. —O naturalista João da Silva Feijó, publicado na “Revista do Instituto do Ceará”, 1888. Como complemento deste trabalho Paulino Nogueira publicou com annotações na Revista de 1889 a Memoria sobre a Capitania do Ceará, escripta pelo dito naturalista. —Additamentos ás biographias do padre Gonçalo e do Coronel Andrade, publicados na “Revista do Instituto do Ceará”, anno de 1889. —Presidentes do Ceará: Primeiro Reinado, Período Regencial, Segundo Reinado. A serie vem publicada na “Revista do Instituto do Ceará” a contar do anno de 1890, e foi interrompida pela morte do autor. Foi primitivamente publicada no jornal Constituição, de Fortaleza, mas em traços ligeiros. —Província dos Cariris Novos, publicada na “Revista do Instituto do Ceará” 4.º trim. de 1892 com annotações. —Execuções de pena de morte no Ceará. Notável trabalho publicado na “Revista do Instituto do Ceará”, anno de 1894. Sobre as Execuções de pena de morte no Ceará publicou o Padre Bellarmino de Souza uma apreciação no “Jornal do Commercio” de 31 de Dezembro de 1894, que mais tarde ajuntou como appendice ao folheto Carta a um amigo, Rio de Janeiro, Typ. d' “O Apostolo”, rua d'Assembléa n.o 53, 1895. — O Coronel José Antonio Machado injustamente accusado pelo Presidente Coronel Antonio de Sales Nunes Berford, na “Revista do Instituto do Ceará”, 1895. —A Relação da Fortaleza, publicada na “Revista do Instituto do Ceará”, anno de 1900. —Relatório da Procuradoria Geral do Estado em 3 de Junho de 1901. Vem annexo ao Relatório do presidente do Estado Dr. Pedro Augusto Borges. —Naturalidade do Dr. José Cardoso de Moura Brasil. Publicado na “Revista do Instituto do Ceará”. 1901. —Relação dos Cearenses Titulares e Condecorados. Publicado na “Revista do Instituto do Ceará”, anno de 1901. —Ainda a naturalidade do Dr. José Cardoso de Moura Brasil. Publicado na “Revista do Instituto do Ceará”, anno de 1902. —O Padre Francisco Pinto ou a Primeira Catechese de índios no Ceará. Esse trabalho, que foi primitivamente publicado na “Quinzena”, jornal literário de Fortaleza, ns. 3 a 8. e posteriormente, em 1887, em folheto, Typ. Economica, com dedicatória ao Exm. Bispo Diocesano D. Joaquim José Vieira e ao Rvd. Vigário Padre Francisco Xavier Nogueira, irmão do autor, vem reproduzido nas paginas da “Revista do Instituto do Ceará”, anno de 1904. É pena que a reprodução encerre ainda algumas incorrecções que a noticia de documentos recentes encontrados, e que Paulino conhecia perfeitamente, tem expungido da historia Cearense. —O verdadeiro soneto de Maciel Monteiro, publicado no Almanach do Ceará, anno de 1905. Sobre elle inseriu o “Jornal do Descalvado” de 12

de Março de 1905 os seguintes conceitos, que faço meus: “O interessante artigo, que a propósito do conhecido soneto de Maciel Monteiro abrilhanta a nossa primeira pagina, sahio da bem aparada penna do sr. desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca, membro do Tribunal da Relação de Fortaleza, capital do Ceará. “É o sr. desembargador Paulino Nogueira, além de conspícuo membro do mais elevado tribunal d'aquelle Estado, uma das figuras mais sympathicas do dilatado meio litterario da bella capital nortista. “Dispondo de uma capacidade de trabalho admirável em homens de sua idade, não malbarata o minguido tempo que lhe sobra dos graves estudos a que se entrega por dever de seu honroso cargo: consagra-o, sabiamente distribuído, ao estudo da litteratura e da historia pátria e ao cultivo dos mais accendrados sentimentos de piedade christã. “Na política do Império coube-lhe saliente papel. “Representou o Ceará na Camara Temporária e foi honrado pelo üovemo Imperial com a nomeação de vice-presidente da província. A' frente do jornal—Constituição bateu-se galhardamente, e nunca da penna sempre gentil do dr. Paulino Nogueira cahio um período, uma phrase, uma palavra siquer que destoasse da aristocrática correcção de maneiras que ainda hoje constitue um dos traços característicos de sua individualidade”. Paulino Nogueira falleceu pela madrugada de 15 de Junho de 1908, causando o acontecimento o mais profundo pesar/ no seio de toda população de Fortaleza e nada então faltando para a consagração, sob todos os aspectos devida, da memoria de homem tão rico de dotes, tão querido e respeitado. Entre as muitas demonstrações que se fizeram, fique aqui consignada a Acta da sessão do Tribunal da Relação do Estado, reunida após a morte de Paulino. Com os seus dizeres, todos justos e verdadeiros, encerra-se esta minha ligeira noticia sobre um dos homens, que mais prezei e admirei por sua sciencia e virtudes. (STUDART, 1915)

11 Bacharel Virgílio Augusto de Moraes

Virgílio Augusto de Moraes - Filho do Major Manoel Francisco de Moraes, Pernambucano, fallecido em Sobral em Fevereiro de 1884 aos 67 annos de idade, e de D.a Carlota Maria de Moraes, Sobralense, e irmã do Conselheiro Francisco Domingues da Silva, nasceu em Sobral a 21 de Dezembro de 1845. Seguiu muito cedo para a cidade do Recife, onde fez o curso completo de humanidades, encontrando-se uma menção mui honrosa a seu respeito nas Memorias de viagem do finado Imperador do Brasil, D. Pedro II, pelas províncias do Norte, á fl. 120, II volume. Matriculado na Academia do Recife, formou-se em sciencias sociaes e jurídicas em 1867. De volta ao Ceará, exerceu os cargos de promotor, por duas vezes, na comarca de Baturité, tendo sido na primeira vez removido para a da Capital, e de procurador fiscal da Fazenda Provincial. Com Pergentino da Costa Lobo redigiu a Gazeta Forense, apparecida em 1876 em Fortaleza. Por muitos annos foi professor de Inglês no Lyceu do Ceará, sendo aposentado por Acto de 16 de Agosto de 1898 e até bem pouco na Academia do Ceará foi o cathedratico de Direito Commercial, matéria em que era o primeiro entre o% seus pares. Foi membro fundador e 2.º vice-presidente da Academia Cearense e thesoureiro do Instituto do Ceará desde a sua fundação. Neste posto de responsabilidade mostrou-se inexcédível. Cultor notável da sciencia do Direito, mormente em assumptos commerciaes, possuía extensíssima clientela, não tendo conta os trabalhos, que produziu e publicou. Consorciado na importante familia Caracas de Baturité, deixou de seu consorcio com D.a Cândida Moraes um filho, o Dr Virgílio A de Moraes, que acaba de publicar o trabalho Responsabilidade Civil do Estado, largamente documentado, e duas filhas cuja educação esmerada promoveu com assiduo e desvelado carinho. Falleceu de aneurysma da aorta ás 8 horas da noite de 6 de Maio de 1914 esse inesquecível patricio, cuja vida, de austeridade provada, conquistou em todos os círculos da sociedade cearense o máximo respeito, todo acatamento. (STUDART, 1915)

12 Bacharel Virgílio Brigido

Virgílio Brigido - Filho do Coronel Raymundo Vossio Brigido dos Santos e D a Pacifica de Medeiros Brigido, nasceu na povoação de Santa Cruz, da comarca de Uruburetama, a 24 de Abril de 1854. Pelo lado materno pertence á familia Azevedo e Sá. Genro do Commendador Felício de Souza Brandão, que foi empregado d'Alfandega do Rio de Janeiro e falleceu victima de um desastre de automóvel a 31 de Julho de 1913. Cursou humanidades no Seminário Episcopal e no Lyceu de Fortaleza, e matriculou-se na Faculdade de Direito de Recife, obtendo em 1880 o grão de bacharel em sciencias jurídicas e sociaes. Dotado de vivo amor ás letras, fez parte de diversos grémios literários e escreveu para revistas creadas na-quella capital, ao lado de Clóvis Beviláqua, Martins Júnior e Pedro de Queiroz. Foi professor de geographia no Atheneu do Rio Grande do Norte e de allemão no Lyceu do Ceará. Em 1879 publicou um volume de poesias sob o titulo Cantos do Amanhecer. Nomeado em 1884 promotor de Fortaleza, tomou parte no renascimento literário do Ceará, na phase brilhante do Libertador e da Quinzena. Publicou em 1888 os Traços Biographicos do General Tibarcio, na ocasião de inaugurar-se a estatua do grande general cearense. Esse estudo foi transcripto no Álbum Imperial de S. Paulo, n.o 4.º, Fevereiro de 1907. Em 1900 e 1912 foi eleito deputado federal pelo Estado do Ceará. Em 1902 fundou no Rio de Janeiro o Correio Mercantil, que, aliás, teve pouca duração. Alem dos trabalhos citados, publicou : —Discurso pronunciado nas exéquias solemnes do Conselheiro José Bonifacio de Andrade e Silva no dia 30 de Outubro. Fortaleza, Imp. na Gazeta do Norte, 1886, pequeno folheto de 10 pp. — Ligeiras considerações sobre as lutas de 1824. Publicado na “Revista do Instituto do Ceará”, anno de 1888. — O Pessimismo. Conferencia feita no Instituto do Ceará. Está publicada na respectiva “Revista”, anno de 1889. —Discurso proferido sobre a secca do Ceará na sessão da Camara dos Deputados de 22 de Novembro de 1901,

Rio de Janeiro, 1901, Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C.a. —Mineral resources of Ceará, Brazilian Mining Re-view, 1, 93—94, Rio de Janeiro, July, 1903. (STUDART, 1915)

Fonte: elaborado pelo autor.

Das finalidades e objetivos dessa instituição aponta seu estatuto, publicado em sua revista, em que apontamos alguns trechos:

Art. 1.º

§ 1.º O Instituto do Ceará tem por fim tornar conhecidas a história e a geografia da Província e concorrer para o desenvolvimento das letras e sciencias. [...]

§ 5.º Publicará em uma revista trimestral as actas das sessões e os trabalhos e mimorias oferecidas pelos sócios.

Art. 2.º

§ 1.º Para ser admittido socio effectivo, no caso de morte ou renuncia de qualquer dos sócios actuais, deverá o candidato apresentar um trabalho ou minoria que será submetido à consideração da comissão respectiva.[...]

§ 4.º Cada um dos sócios effectivos pagará uma joia de dez mil réis (10\$000) e a mensalidade de dois mil réis (2\$000). Os sócios correspondentes pagarão igualmente a joia de dez mil réis. (REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1887).

O estatuto reafirma o compromisso da entidade com a cultura erudita e a propagação de ideias na província através de uma revista trimestral, que acabou sendo de periodicidade anual. Outro fato é a exclusividade que esta instituição exige. Os associados devem pagar uma taxa para fazer parte do grupo, além do limite de 12 sócios. Há também a questão do notório saber, a ser verificado pelo grupo a quem pretendia integrar a instituição.

Do simples e sintético estatuto vale ainda o destaque as funções estabelecidas pela instituição aos sócios, como: Presidente, Vice-Presidente, Dois Secretários, Tesoureiro e Orador.

[...] Art. 3.º

§ 1.º Ao presidente incumbe: dirigir os trabalhos das sessões, resolver os negócios urgentes no intervallo d'ellas, e assignar com os secretários o expediente e correspondência com as sociedades litterarias e científicas.

§ 2.º Ao primeiro secretario incumbe: lavrar a acta das sessões, têr à sua guarda o archivo do Instituto e escrever a correspondência.

§ 3.º Ao segundo secretario incumbe: fazer a chamada dos socios, substituir ao 1.º secretario em seos impedimentos e auxiliar-o quando houver accumulção de trabalhos.

§ 4.º Ao orador incumbe: fazer o discurso de recepção dos socios effectivos, a oração fúnebre dos socios falecidos, e a do anniversario da fundação do Instituto.

§ 5.º Ao thezoureiro incumbe: arrecadar a joia e mensalidade dos socios e assignaturas da Revista, e fazer as despesas determinadas pelo presidente.

Art. 4.º

§ Único: Haverá mais as seguintes comissões: de redacção, incumbida da distribuição das matérias a publicar na revista; de sciencias e letras, de geographia e história, encarregadas de dar parecer sobre sobre trabalhos offerecidos ao Instituto e que digam respeito àquellas matérias; de aquizição de documentos relativos à história e geographia da Província, sendo cada uma de três membros. (REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1887)

Há também uma preocupação com a memória da entidade, sendo verificada na função do primeiro secretário como arquivista. As comissões de ciências, letras, geografia e história dão a ideia do caráter seletivo da produção do conhecimento local. Isso corrobora o pensamento de Murguia (2011) sobre a historicidade do documento, que se constitui como fenômeno social e nesse caso informacional, pois trata-se do estabelecimento de uma memória científica e a consolidação de pesquisas empíricas que começam a formar uma narrativa do fazer ciência no oitocentos cearense.

Tal produção pode ser visualizada nos artigos da Revista do Instituto. Abaixo realizamos uma síntese temática das edições dos anos de 1887 até 1900. Isso nos permite compreender as ideias e informações que circulavam na província nessa época.

Quadro 4 – Síntese temática dos assuntos da Revista do Instituto

SÍNTESE TEMÁTICA DOS ASSUNTOS DA REVISTA DO INSTITUTO	
ANO	PRINCIPAIS TEMAS
1887	A seca, a política conservadora, memórias da colonização da América e a temática do índio e das origens do povo brasileiro e cearense figuram como os principais temas desse número. A de se salientar que este exemplar apresenta a sociedade a instituição e traz artigos relacionados a memória política e administrativa provincial no período colonial e século XIX. Consta também memórias de políticos de destaque, no caso, o Sr. Antonio Rodrigues Ferreira e passagens da vida do Senador Alencar. Era comum também a “doação de memórias”, que consistia no relato pessoal de algum fato de importância para a província, trazendo esse exemplar o relato do Padre Vicente José Pereira. Traz ainda poema de denúncia sobre a seca de 1878, escrito por Juvenal Galeno, além de ensaios históricos sobre a queda de Montezuma e das origens do povo americano. Por fim é válido destacar o interesse pela cultura e língua dos índios do Brasil, sendo organizado um vocabulário. Sobre a história do Ceará consta ainda ensaio sobre a primeira vila da província e a listagem de todos os primeiros estabelecimentos da vila de Aracati.
1888	Clima, Ceará Colonial, Morte de José Sombra, Memória Política, o legado de Alexandre Humboldt, Bernardo Manuel de Vasconcelos e do Naturalista João da Silva Feijó. A composição desse exemplar foca mais na memória colonial da província, trazendo relatos históricos de municípios do interior como Barbalha e Pereiro

1889	Geografia cearense, Origens do povo cearense e memoria colonial do Ceará. Os maiores registros desse numero se relacionam ao relevos da província, sendo um numero que foca na geografia local. É valido ainda destaque para a memorial colonial do estado e as origens do povo local.
1890	Memoria Política Cearense, Tributo a Victor Hugo, História do Ceará colonial, cartografias do estado e origens do povo cearense. Este exemplar traz um completo apanhado da política dos presidentes provinciais do primeiro reinado, além das relações entre índios e portugueses na formação do povo cearense. Além disso faz homenagem a um dos autores mais lidos na época Victor Hugo, mostrando a influencia da literatura francesa na construção das letras cearense. No mais, desde a primeira publicação tem-se focado bastante na reconstituição histórica da província durante o período colonial.
1891	Ceará colonial, Política Imperial e biografia política. O volume em questão dedica-se todo a reconstituição do passado colonial do Ceará e um pouco do Brasil. Aborda ainda a memoria política de Borges da Fonseca, político conservador do período colonial.
1892	Ceará Colonial, política imperial e as ideias de Spencer e Mill. A reconstituição histórica do Ceará colonial se sobressai nesse volume. Chama a atenção um ensaio em duas partes sobre as ideias e influências de Herbert Spencer e Stuart Mill sobre liberalismo econômico e político.
1893	Ceará colonial e memoria dos oitocentos. Esse numero é o menor publicado até o momento, sua composição traz ensaios sobre a formação administrativa da província no período colonial.
1894	Escravidão, Pena de morte e Ceará colonial. Discute ideias ligadas as liberdades individuais e coletivas, o valor da vida e tópicos e datas relevantes para a memória da província no período colonial.
1895	Economia e Política provincial, descrição de Fortaleza, Educação no Ceará e retratos do ceara colonial e imperial. Além do recorrente histórico colonial da província, destacam-se temas ligados a economia e educação na província. Assunto em pauta que se justifica na época pelo crescente movimento do comercio na cidade e a necessidade de se estabelecer uma sociedade letrada e instruída.
1896	Ceará colonial. Este volume é curto e totalmente dedicado ao Ceará colonial com um pequeno ensaio sobre os presidentes provinciais no primeiro reinado.
1897	Imprensa Cearense, História das Comunicações no Ceará, Abolição, Tributo a José de Alencar, Saúde Pública, História do Brasil e Instalação da República no Ceará. Este volume começa a intruduzir com maior frequência as memorias do segundo reinado e os primeiros anos da república, trazendo temas como saúde pública, a política republicana e um apanhado extenso sobre o desenvolvimento da imprensa e comunicações na província.
1898	Ceará Republicano, Cotidiano Cearense no Oitocentos, Imprensa Cearense e Política Provincial. Com a consolidação do regime republicano começa a revista a trazer assuntos relativos a memoria presente daquele período, sendo o desenvolvimento da imprensa e o desenrolar dos fatos políticos do regime republicano no Ceará os temas que mais se sobressaem nesse exemplar.
1899	Ceará Colonial e Republicano, Geografia Cearense e política provincial. Novamente o que se

	pode destacar desse exemplar é a reconstituição dos fatos históricos dos primeiros anos da República.
1900	Ceará Colonial e Republicano, Política provincial, Imprensa no Ceará e Relatos sobre a Cidade de Fortaleza. O advento da virada do século reafirma ainda mais o poder estabelecido pela República, desse modo a revista foca nesse tema. Vale ainda a preocupação com a construção de uma linha temporal que demarca o desenvolvimento do Ceará, principalmente em uma data simbólica que é o fim do século XIX, onde se comemora os 400 anos do descobrimento e pode-se notar uma busca da identidade brasileira e cearense. Isso se evidencia nos ensaios sobre a origem do nome Ceará e povoamento do Ceará.

Fonte: elaborado pelo autor.

Os volumes da revista parecem não ter uma organização ou estrutura temática, mesmo alguns temas se sobressaindo, os artigos não seguiam uma ordem discursiva. No entanto os volumes de 1887 a 1900 tem em comum a temática colonial. Todo esse período traz em sua estrutura uma reconstituição da província na época da colonização no Ceará.

O domínio do passado e o poder sobre o discurso histórico colonial tem o intento de criar uma história oficial chancelada pelos intelectuais do instituto e a elite intelectual da época, como se a colonização do passado pelos sócios do Instituto legitimasse seu poder sobre o discurso do presente e as pretensões sobre o futuro. O Instituto implanta um discurso de:

[...] ideias românticas de construção de um saber histórico necessário às propostas civilizatórias definidas pelos intelectuais da época. O modelo de academia seguia uma tendência já experimentada na criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e de outros institutos históricos provinciais inspirados pelos elementos românticos do Instituto Histórico de Paris na década de 1830. As instituições acadêmicas comprometidas com o aperfeiçoamento do Estado liberal apoiavam-se nos instrumentos racionalizadores do nacionalismo, do romantismo na idealização de um passado histórico que fornecesse a consolidação de um ideal nacional. O modelo do Instituto Histórico de Paris significou assim, além da forma organizativa da academia, uma opção por uma metodologia documentalista onde a organização dos documentos oficiais da história teve um destacado lugar. (OLIVEIRA, 2001, p. 35).

A narrativa histórica elaborada pelos autores é pautada no recolhimento e construção de acervo documental e de memórias fornecidos por políticos, membros da elite e instituições administrativas governamentais. Isso é observado nas aquisições de documentos feita pelos membros do Instituto.

A valorização romântico-nacional das academias de história ofereceu coerência aos discursos articulados as condições políticas centralizadoras/conservadoras de defesa da unidade política. O eixo de definição da unidade nacional mediante o conhecimento das particularidades das histórias locais possibilitou a construção de

uma história voltada para as origens e para o culto dos nacionalismos provinciais o que pode ser observado na idealização do passado e das riquezas regionais através de uma formulação nacionalista/romântica que se cristalizou na valorização do elemento indígena. (OLIVEIRA, 2001, p. 35).

Todas essas ideias podem ser observadas na produção do Instituto Histórico que é fundamentado pelos primeiros anos da República no Brasil, que fomentou a busca por um nacionalismo crescente que tentava se livrar das imagens do império e procurava estabelecer o culto aos heróis nacionais, como a incorporação da figura de militares, a exemplo Tiradentes, e dos indígenas, verificada nas obras românticas indianistas e no fato de em 1895, Tristão de Alencar e os integrantes do Centro Literário queriam mudar o nome da cidade de Fortaleza para Iracema. Ainda sobre a organização dessa instituição, nos conta Oliveira (2014, p. 38):

Entendemos a organização dessa academia de intelectuais voltadas para a produção de um saber histórico com base na emergência da narrativa historiográfica sobre o Ceará, desenvolvida a partir do final da década anterior. Questões como a grande seca entre 1877 e 1880, os movimentos sociais em torno da abolição da escravidão na província entre 1879 e 1884, a própria abolição da escravidão no Ceará em 1884 e os diferentes movimentos literários da década de 1880 marcaram as atitudes intelectuais e definiram os padrões da ação civilizatória pretendida por eles, e aí o saber histórico encontrou seu espaço para florescer. (OLIVEIRA, 2014, p. 38).

Fundam sobre esses temas, os membros do Instituto, a narrativa oficial da história local. Tendo por base a tradição historiográfica francesa e estando disponível para suas leituras o acervo do Gabinete Cearense de Leitura e da Biblioteca Provincial, além das suas próprias bibliotecas particulares, os membros do Instituto tratam de construir a história da província desde seu passado colonial. As temáticas abordadas em sua revista até o fim dos oitocentos são notadamente sobre a temática colonial juntamente com inserções sobre saúde pública, comércio e indústria, sendo Thomás Pompeu um destacado político e um dos primeiros industriais do estado. Sua fábrica de tecidos foi uma das primeiras indústrias do estado e o interesse pelo industrialismo, assim como pelas questões antropológicas são destacadas em suas produções na revista.

Assuntos como organização e ética do trabalho, além de uma sociedade mestiça e pluriracial são presença constante nas publicações da revista. Como anteriormente discutidos, esses temas são devedores da pauta da abolição da escravidão e do estabelecimento de um capitalismo industrial na cidade, mudando as relações de trabalho.

A super-valorização das ideias científicas ganhou uma dimensão não apenas intelectual. Embasou uma leitura/visão do mundo que constituiu um repertório promissor entre intelectuais e estudantes, atingindo ainda uma clientela mais ampla e

significativas parcelas das sociedades letradas da província. Através dessas atividades iniciou-se no Ceará um sistema de referências modernas para a geração de 1870, aglutinando setores como, por exemplo, a imprensa local e associações de comerciantes e tipógrafos. As questões científicas discutidas vincularam-se as questões políticas do período, propiciando uma contínua intervenção dos intelectuais na vida social da província no final do século XIX. (OLIVEIRA, 2014, p.40).

É o que Hjørland e Albrechtsen (1995) estabelecem como a instituição de um domínio de informação, que nesse caso pode ser verificado através do estabelecimento de uma comunidade discursiva que procura fundar as bases do cientificismo local.

Trabalhos sobre a delimitação geográfica do estado, fauna e flora, personagens ilustres, os heróis da terra publicados na revista do Instituto referenciam essa hipótese. É também o estabelecimento de um regime de informação, como concebe González de Gomes (2012) no estabelecimento de relações entre informação e poder que impactam diretamente na esfera social.

As leituras de Taine; Comte, Buckle e Spencer, além das correspondências entre os institutos Historiográficos de São Paulo, Recife, Bahia e o Brasileiro que proporcionavam o intercâmbio das publicações sobre as ciências no Brasil e no Mundo são pontos cruciais para o estabelecimento de um regime de informação que tenta dominar o discurso científico local.

De 1887 até 1900, o Instituto do Ceará produziu e amou enorme acervo sobre a história colonial do Ceará. Suas publicações são até hoje a principal fonte para a reconstituição da história e memória do chamado Ceará Primitivo e da Política e Ciências do período oitocentista. Seus membros, acima biografados, exerciam suas influências sobre diversas áreas da sociedade. Políticos, filósofos, historiadores, juizes, ou seja, homens da elite, como Barão de Studart, Thomás Pompeu e Juvenal Galeno. Eram sujeitos que tinham no ideal das luzes e numa política conservadora, que sob a influência do positivismo e racionalismo vigente moldaram o cotidiano da Província.

O domínio do homem sobre a natureza, a crença no desenvolvimento do espírito e a imposição de um discurso científico nacionalista, com base em uma reconstituição de um passado romântico e a idealização de um futuro moderno e sustentado pelo poder político e econômico local fizeram do Instituto do Ceará um importante centro de circulação e produção de ideias e informações em Fortaleza. As leituras de seus membros culminaram na produção de conhecimentos voltados para um leitorado erudito e que comandava os interesses da província e do País. Nesse sentido o Instituto converge em sua trajetória memória, história e ciência, figurando como outra instância mediadora de informações das elites locais,

contribuindo para o estabelecimento de um universo informacional que além de receber influências europeias também produzia seu próprio repertório intelectual.

6.3 As luzes do beletrismo cearense: a Academia Cearense de Letras

A inauguração da tradição literária no Ceará tem no grupo dos Outeiros, no período colonial, seu marco inicial. José Pacheco Spinosa, Cônego Antônio de Castro e Silva, Pedro José da Costa Barros, Lino José Gonçalves de Oliveira e Manuel Correia Leal que reunidos no Palácio do Governador Tenente Coronel Manuel Inácio de Sampaio, realizavam saraus para declamar suas produções poéticas e discutir literatura nas primeiras décadas dos oitocentos.

A semente plantada no início dos oitocentos renderá diversos frutos para as belas letras da província. Ao longo desse século várias agremiações literárias surgem, principalmente a partir da segunda metade do dezenove. Exemplo disso são os já citados grupos da Academia Francesa (1872-73), Gabinete Cearense (1875), Instituto do Ceará (1887), Clube Literário (1886), Escola Militar (1890), a Padaria Espiritual (1891) e talvez o último grande esforço literário da época que continua a funcionar até os nossos dias, A Academia Cearense de Letras (1894), tendo ainda esse século dado a luz ao Centro Literário (1894) e a Iracema Literária (1899).

Sendo considerada a primeira academia de letras do país, surgida antes mesmo da Academia Brasileira, essa instituição seguia também os desejos de sua época, de estar em par de igualdade com as letras das potências civilizadas da época.

Muitos de seus fundadores participaram também de outras agremiações que foram destacadas anteriormente, tendo talvez muitos intelectuais que foram fundadores do Instituto do Ceará. Vale destacar que a Academia Cearense de Letras tinha uma particularidade para época, pois esta não era voltada apenas para o desenvolvimento da arte literária, mas também para o desenvolvimento das ciências.

Seus fundadores faziam parte, também, da elite local e tinham em mente o mesmo projeto civilizatório compartilhado por outras instituições dessa época. A possibilidade de desenvolvimento social possibilitada pelo desenvolvimento das belas letras era o principal foco da Academia.

Como o entendimento dessa instituição passa pelo conhecimento da trajetória dos sujeitos que a compunham, abaixo elaboramos um quadro com a síntese biográfica desses homens de letra. Apenas a título de melhor estruturação da narrativa se repetirá a biografia

dos sujeitos que participaram como fundadores do Instituto do Ceará ou desempenharam alguma função na Biblioteca Provincial.

Quadro 5 – Biografia dos fundadores da Academia Cearense de Letras

BIOGRAFIA DOS FUNDADORES DA ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS
1 Tomás Pompeu
<p>Nasceu em Fortaleza, a 30 de junho de 1852. Filho do Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, diplomado em 1872. Dedicou-se ao magistério, ao jornalismo, à política e, sobretudo, às letras e ao estudo das questões sociais, econômicas e jurídicas e da terra que lhe serviu de berço. Redatoriu o ‘Cearense’ e a ‘Gazeta do Norte’, foi deputado geral às 17.a, 18.a e 19.a legislaturas, assumiu em 1889 o Governo da província, lecionou no Liceu do Ceará, Escola Militar e Escola Normal e foi um dos fundadores da Faculdade de Direito, na qual ocupou uma das* cátedras e exerceu o cargo de Diretor. Com Rocha Lima, Araripe Júnior, Capistrano de Abreu, França Leite, Antônio José de Melo e Felino Barroso fêz parte das famosas reuniões a que o primeiro chamava Academia Francesa. Pertenceu ao Instituto do Ceará, de que foi presidente. Monarquista de sólidas convicções, não aderiu ao golpe militar de 1889, exalçando pela imprensa as instituições decaídas, o que lhe valeu uma injusta prisão no quartel do Batalhão do Exército sediado nesta capital. Trabalhava catorze horas por dia. Quando foi colhido inopinadamente pela morte, encontrava-se no seu gabinete, de pena na mão, escrevendo o seu ensaio alusivo a José de Alencar. Foi o primeiro presidente que teve a Academia Cearense de Letras, instituição a que prestou grandes serviços. Polígrafo, possuidor de extraordinária cultura, legou às gerações presentes e futuras trabalhos de alto valor, escritos com critério e base científica, durante a sua longa vida toda dedicada aos estudos e esforços intelectuais. Faleceu em Fortaleza, a 6 de abril de 1929. Obras principais: ‘Lições de Geografia Geral’; ‘O Ceará no Começo do Século XX’; ‘O Ceará no Centenário da Independência do Brasil’; ‘Direito Público Constitucional’; ‘Lições de Direito Constitucional’; ‘A Cultura do Algodão, especialmente no Ceará’; ‘A Maniçoba’; ‘O Ensino Superior no Brasil’; ‘História Política do Ceará’ (inédito); ‘História da Instrução Pública no Ceará’ (inédita); ‘Teoria Geral do Direito Público’ (em dois volumes, inédita, resumida em ‘Direito Público Constitucional’); ‘Dicionário de Pensamentos’ (em doze volumes, inédito); ‘Dualidade das Câmaras Legislativas’; ‘José Martiniano de Alencar - O homem e o homem de letras’(ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < http://www.academiacearensedelettras.org.br/>)</p>
1 Pedro de Queirós
<p>Nasceu em Cascavel, a 5 de setembro de 1854. Filho de João Tomás Ferreira e de Da. Laurentina Queirós Ferreira. Bacharel em Direito, formado a 12 de novembro de 1880 na Faculdade de Recife. Quando estudante de preparatórios, redigiu em Fortaleza, com Clóvis Beviláqua, Paula Nei, Gil Amora e João Edmundo, o jornal ‘E Pur Se Mouve’. Em Recife redatoriu, com Antônio Augusto, Virgílio Brígido, Gil Amora, Tarquínio de Sousa Filho e José Augusto de Sousa Amaranto, o ‘Ensaio Jurídico e Literário’, colaborou no ‘Academus’, ‘Revista de Pernambuco’ e ‘Província de Pernambuco’ e foi relator da comissão da redação do órgão do Clube Liberal Acadêmico e um dos oradores das solenidades promovidas por ocasião da passagem do centenário de Camões. Exerceu no Ceará os cargos de Juiz Municipal de Baturité, Chefe de Polícia, na antiga província e, depois, no Estado, e Desembargador do Tribunal da Relação. Manteve em Baturité o periódico ‘O Tempo’, com Pedro Sombra e Pedro Catão, e colaborou vastamente na imprensa da capital. Profundo conhecedor do Direito Penal, da Sociologia e da Literatura, foi no seu tempo um dos escritores mais cintilantes da nossa terra. Demitido injusta e afrontosamente do cargo de Desembargador pelo sucessor do General José Clarindo no governo estadual, recolheu-se à vida privada. Faleceu em Fortaleza, a 12 de julho de 1918. Obras principais: ‘O Novo Regimen. O Cidadão de 13 de maio. A Escola e o Trabalho’ (com o pseudônimo de Wilbergorce); ‘Palavras de Política Criminal’; ‘Sociologia Criminal’; ‘Fragmentos’; ‘Estudos Literários’; ‘O Tricentenário da Evolução Cearense’; ‘O Projeto do Código e o Divórcio’; ‘Relatório de Chefe de Polícia’; ‘Sociologia Criminal’; ‘A Luta contra o crime’; ‘Cifras criminais do Ceará’. (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < http://www.academiacearensedelettras.org.br/>)</p>
3 Valdimiro Cavalcante
<p>Nasceu em Granja, a 26 de janeiro de 1869. Filho do Ten. Cel. Antônio Pereira Jacinto Cavalcante e de D. Antônia Ferreira Barros Cavalcante. Na adolescência mostrou inclinação para o jornalismo, havendo fundado na sua cidade natal o ‘Ensaio’. Fêz os estudos preparatórios no Instituto de Humanidades, dirigido pelo Monsenhor Bruno Figueiredo. Quando estudante, em Fortaleza, colaborou no ‘Cearense’ e fundou os jornais literários ‘Colibri’ e ‘Phylolitera’. Matriculado na Faculdade de Direito de Recife, bacharelou-se a 19 de julho de 1891. Durante o seu curso acadêmico, na capital de Pernambuco, escreveu no ‘Clarim’, órgão do Centro</p>

Repúblicano mantido pelos seus colegas, e no 'Norte'. Representou, nessa mesma época, os estudantes cearenses, na sessão fúnebre realizada no Teatro Santa Isabel em homenagem a José Bonifácio, o Moço, como um dos oradores. Exerceu no Ceará as funções de Promotor de Justiça do Icó, secretário da Chefatura de Polícia, Secretário do Interior e Diretor da Escola Normal. Tomou parte no primeiro Congresso Constituinte estadual, havendo sido membro da comissão encarregada de elaborar o projeto de Constituição. Dirigiu o 'Libertador', 'A República' e 'Jornal do Ceará' e colaborou na 'Pátria', 'Diário do Ceará' e 'Jornal do Agricultor', este do Rio de Janeiro. Manteve banca de advogado, com grande clientela. Pertenceu à Padaria Espiritual, com o nome de Ivan d'Azhoff. Presidiu a Sociedade Cearense de Agricultura. Foi orador fluente, hábil manejador da pena e político de evidência. Faleceu em Fortaleza, a 3 de fevereiro de 1914. Obras principais: 'Barbosa de Freitas' (biografia, no 'Cearense'); 'Males e Remédios - Pro Ceará'; 'Silos, Forragens'; 'Discurso' (Proferido por ocasião da inauguração do retrato do Dr. Nogueira Acioli no quartel do Corpo de Segurança); 'Relatório de Diretor da Escola Normal' (1899). (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedelettras.org.br/>>)

4 Raimundo Arruda

Nasceu em Sobral, a 2 de novembro de 1863. Filho de Vicente Ferreira de Arruda, professor de Latim, e de D. Guilhermina Gomes Coelho de Arruda. Diplomou-se em Farmácia no ano de 1884, pela Faculdade de Medicina da Bahia. De volta ao Ceará, dedicou-se ao magistério, em que se notabilizou, sobretudo como conhecedor profundo dos assuntos filológicos. Exerceu as funções de lente de Português, Geografia e Literatura do Liceu do Ceará, estabelecimento de instrução em cuja direção esteve mais de uma vez. Criada em 1903 a Faculdade Livre de Direito, foi dos primeiros cearenses a nela se inscrever, conquistando tempos depois a carta de bacharel em ciências jurídicas e sociais. Militou na política, havendo exercido o mandato de deputado estadual em diversas legislaturas e os cargos de Secretário da Fazenda e Chefe de Polícia. Escreveu vários discursos e artigos de colaboração em jornais, com a correção que lhe era peculiar. Faleceu em Fortaleza, a 26 de julho de 1934. Obras principais: 'Relatório de Secretário interino dos Negócios da Justiça' (1908); 'Relatório de Chefe de Polícia' (apresentado ao Presidente do Estado em 26-6-1908); 'Plaudite, cives!' (discurso, pronunciado em 1915, por ocasião do regresso a Fortaleza do ínclito Arcebispo D. Manuel da Silva Gomes, que fora aos Estados do sul esmolar em benefício dos cearenses, vítimas da seca); 'Medicina e Farmácia' (publicado no 'Almanaque do Ceará' de 1922); 'Discurso' (pronunciado na sessão cívica de 10 de setembro de 1922, promovida pela Escola de Comércio da Fênix Caixeiral). (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedelettras.org.br/>>)

5 Álvaro Mendes

Nasceu em Teresina, Piauí, a 25 de julho de 1863. Filho do Desembargador Antônio de Sousa Mendes Júnior. Estudou preparatórios no Liceu Piauiense. Coursou a Faculdade de Direito de Recife, colando grau de bacharel em 1884. Exerceu os cargos de Promotor de Justiça de Baturité (Ceará), Juiz de Direito de Morrinhos (Goiás), Chefe de Polícia do Piauí e Chefe de Polícia do Ceará. Todos os seus atos como Chefe de Polícia do Ceará, de 19-7-1912 a 9-8-1913, em um período de grande agitação na política da nossa terra, revelaram energia e espírito de justiça, assinalou Hugo Vítor, no livro "Chefes de Polícia". Desempenhou, também, o mandato de Deputado Federal pelo seu Estado, em duas legislaturas. Faleceu em Fortaleza, a 27 de setembro de 1940. Obras principais: "Moinhos de Vento", (vantagens de sua aplicação à agricultura e pequenas indústrias do Ceará) e vários outros trabalhos publicados esparsamente. (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedelettras.org.br/>>)

6 Farias Brito

Nasceu em São Benedito, a 24 de julho de 1863. Filho de Marcolino José de Brito e de D. Eugênia Alves de Farias. Fêz os primeiros estudos em Sobral e cursou depois o Liceu do Ceará. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Recife, em 1884. Exerceu no Ceará os cargos de Promotor de Justiça de Viçosa e Aquirás, Secretário do Governo nas administrações Caio Prado e José Clarindo de Queirós e professor de Grego e de História do Liceu. No Pará foi advogado de nota, 3.º Promotor da Capital, lente de Lógica do Liceu e de Filosofia da Faculdade de Direito. Na Capital Federal, onde por último estabeleceu o seu domicílio, ocupou a cátedra de Filosofia do Colégio Pedro II, conquistada em memorável concurso em que teve como competidor Euclides da Cunha, para a qual somente foi nomeado após a morte deste, embora houvesse sido o verdadeiro vencedor. É o vulto de maior destaque dos estudos filosóficos no nosso país. Os seus trabalhos têm despertado, nos últimos anos, uma forte e salutar reação espiritualista nas elites intelectuais. Obras principais: 'Cantos Modernos' (poesias); 'Pequena História' (ligeiro apanhado sobre os fenícios e hebreus); 'Finalidade do Mundo'; 'Sobre a Filosofia de Malebranche'; 'A Verdade como regra das ações'; 'A Filosofia como atividade permanente do espírito humano'; 'A Filosofia Moderna'; 'Evolução e Relatividade'; 'A Base Física do Espírito'; 'O Mundo Interior'. (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedelettras.org.br/>>)

7 Antônio Augusto de Vasconcelos

Nasceu em Maranguape, a 23 de dezembro de 1852. Filho de Justino Augusto de Vasconcelos e de D. Francisca Cândida de Vasconcelos. cursou o Seminário de Fortaleza, que abandonou em 1876, matriculando-se na Faculdade de Direito de Recife, onde, após um curso brilhante, recebeu com distinção o grau de bacharel, a 5 de novembro de 1880. Em Recife manteve, com os seus colegas Gil Amora, Virgílio Brígido, Pedro de Queiróz, Tarquínio de Sousa Filho e José Augusto de Sousa Amaranto, a revista "Ensaio Jurídico e Literário" e colaborou na imprensa. Voltando ao Ceará, exerceu os cargos de Promotor de Justiça de Canindé e Granja e Juiz Municipal de Aracati e Pereiro, deixando em todas essas localidades traços da sua passagem, com a fundação de gabinetes de leitura e uma Escola Popular e pela pregação abolicionista que levou a efeito. Desistindo das funções judiciárias, entregou-se ao magistério público e particular, lecionando História na Escola Militar e Geografia no Liceu do Ceará. Dirigiu a Biblioteca Pública do Estado. Teve assento como deputado na Assembléia Legislativa. Foi um dos mais ardorosos defensores da ideia da fundação da Faculdade de Direito do Ceará e, criado o importante instituto em 1903, nele ocupou a cátedra de Filosofia do Direito. Fundou, com outros reputados intelectuais, o Instituto do Ceará. Dirigiu o periódico "Galeria Cearense" e colaborou no "Ceará" e na "A Verdade". Era jornalista vibrante e orador que encantava os mais seletos auditórios, pela eloquência, cultura clássica, ritmo das frases, sonoridade da voz e atitude imponente na tribuna. Educou primorosamente a prole, constituída de quinze filhos, dentre os quais se contavam escritores, professores e juristas, todos possuidor de vasta ilustração, o que levou Pedro de Queirós a dizer que o preclaro cearense tinha uma academia em casa. Faleceu em Fortaleza, a 10 de março de 1930. Obras principais: "Município de Pereiro"; "Abuso de Imposto"; "A Evolução do Passado"; "Apontamentos Biográficos do Dr. Moura Brasil"; "Juízo Crítico sobre o Dicionário geográfico e histórico das campanhas do Uruguai e Paraguai, pelo General Leite de Castro"; "Cristo no Júri" (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedelettras.org.br/>>)

8 Guilherme Studart

GUILHERME STUDART (Barão de Studart). - O principal fundador da Academia Cearense de Letras e o seu mais denodado servidor. Nasceu em Fortaleza, à rua Major Facundo, n. 73, a 5 de janeiro de 1856. Filho primogênito de John William Studart, vice-cônsul da Grã-Bretanha no Ceará, e de D. Leonísia de Castro Studart. Guilherme Studart Médico, diplomado pela Faculdade da Bahia a 15 de dezembro de 1877. Clínico dedicado à caridade, curou as dores físicas das criaturas humildes. Na grande seca de 1877 a 1879 foi notável a sua ação filantrópica em benefício dos variolosos. Na qualidade de presidente da Sociedade de São Vicente de Paulo, continuou a prestar à indigência relevantes serviços, durante longos anos, dando constantes provas do seu espírito humanitário. Foi um dos heróis mais destacados do movimento abolicionista na província. Dando-se aos estudos históricos, ninguém o excedeu em devotamento às pesquisas desse gênero, cujos resultados eram, depois, por ele divulgados em livros e revistas. Colheu nos arquivos portugueses e holandeses, com a paciência de um beneditino, importantes documentos relativos à História do Brasil e principalmente do Ceará. Fêz parte das mais célebres sociedades científicas, históricas e literárias do país e do estrangeiro. Fundou, além da Academia Cearense, o Instituto do Ceará e o Centro Literário. Na Academia foi o propulsor da sua profficua atividade, animando a realização das sessões, fazendo o trabalho de intercâmbio, propondo sócios correspondentes e tomando a si a árdua tarefa da publicação da Revista, até 1914. Consagrou a maior parte da sua existência ao culto das tradições pátrias e ao amor ao Ceará. A brilhante comemoração do tricentenário da chegada dos primeiros portugueses à nossa terra foi devida aos seus esforços. A elaboração do Hino do Ceará, por Alberto Nepomuceno e Tomás Lopes, resultou de unia solicitação sua a esses eminentes conterrâneos. Era o verdadeiro Mecenas das letras cearenses. Para divulgá-las, criou a Tipografia Studart, cujas despesas corriam às suas expensas, altruística e patrioticamente. Mereceu da Santa Sé o título de Barão, que lhe foi outorgado pelo Papa Leão XIII, a 22 de janeiro de 1900. Historiógrafo consciencioso e seguro, tornou conhecidos fatos relevantes e elucidou questões controvertidas, relativos ao passado da gleba do seu nascimento. Escreveu mais de cem livros e folhetos a respeito de assuntos da sua especialidade. Figura nacional de primeira grandeza, é uma glória da terra alencarina. Faleceu em Fortaleza, a 25 de setembro de 1938. Obras principais: 'Da Eletroterapia' (tese de doutoramento); 'Gramática Inglesa'; 'Elementos da Gramática Inglesa'; 'Seiscentas datas para a crônica do Ceará na segunda metade do século XVIII'; 'Notas para a História do Ceará'; 'Datas e Fatos para a História do Ceará'; 'Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense'; 'Documentos para a História do Brasil e, especialmente, a do Ceará'; 'Para a História do Jornalismo Cearense'; 'Geografia do Ceará'. (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedelettras.org.br/>>)

9 José Carlos Júnior

Nasceu na capital da Paraíba, a 24 de julho de 1860. Filho do Dr. José Carlos da Costa Ribeiro e de D. Adelaide da Costa Ribeiro. Formou-se em direito pela Faculdade de Recife, a 24 de outubro de 1882. Exerceu as funções de Promotor Público de Recife e, no Ceará, as de Procurador da Fazenda Provincial, Juiz Municipal de Ipu, Delegado de Polícia do 2o Distrito de Fortaleza, Chefe de Polícia, membro do Conselho Superior da Instrução Pública, catedrático de Alemão do Liceu e Secretário da Fazenda. No Magistério granjeou merecido renome. Colaborou em vários jornais paraibanos, pernambucanos e cearenses. Foi figura das mais distintas da

literatura provinciana. Fêz parte da Padaria Espiritual, onde era o padeiro - Bruno Jaci. Como escritor foi um prosador admirável, cantor primoroso, finíssimo cronista e poeta delicado e correto, segundo escreveu Antônio Sales em 'O Pão', edição de 15 de agosto de 1896. Desaparecido bem cedo do rol dos vivos, o seu sucessor na Academia foi RODRIGUES DE CARVALHO (José), nascido na povoação de Alagoinha, comarca de Guarabeira, Paraíba, a 18 de dezembro de 1867 e falecido em 1936 no mesmo Estado, poeta, folclorista e jurista, autor dos livros de versos 'O Coração', 'Prismas', 'Sacrário' e 'Poema de Maio', do 'Cancioneiro do Norte' e do célebre soneto 'Os Seios'. Faleceu José Carlos em Fortaleza, a 29 de maio de 1896. Obras principais: 'Estudos Americanos' (inédito); 'Os Sinos', de Schiller, tradução, e vários trabalhos de colaboração em revistas e jornais. Foi Diretor da Associação Propagadora da Arboricultura, fundada nesta Capital em 1894, e Presidente da Associação Artística Cearense. Homem de letras de indiscutível merecimento, redatoriu durante nove anos a Revista da Academia, publicou a 3a. parte do 'Esboço Histórico sobre a Província do Ceará', do seu ilustre pai, e escreveu vários trabalhos sobre Botânica, relativos à nossa terra, os quais receberam Menções Honrosas nas Exposições do Rio de Janeiro, de Filadélfia e de Chicago. Faleceu em Fortaleza, a 11 de junho de 1905. Obras Principais: 'Carta da Província do Ceará'; 'Flora e Fauna Cearenses'; 'De Fortaleza à cidade de Limoeiro' (impressões de viagem). (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedeletas.org.br/>>)

10 Virgílio Augusto de Moraes

Nasceu em Sobral, a 21 de dezembro de 1845. Filho do Major Manuel Francisco de Moraes e de D. Carlota Maria da Glória de Moraes. Coursou o Ginásio Pernambucano, onde fêz os preparatórios, e, depois, a Faculdade de Direito de Recife, nesta recebendo o diploma de bacharel em ciências jurídicas e sociais, no ano de 1867. Exerceu as funções de Promotor de Justiça de Baturité, Procurador da Fazenda Provincial, Diretor da Instrução Pública e professor do Liceu do Ceará e da Faculdade de Direito. Redigiu a 'Gazeta Forense', em 1876. Jurisconsulto, especializado em Direito Comercial, e advogado criterioso, conquistou merecido renome perante os seus conterrâneos. Amava as letras jurídicas e as belas letras. Foi um dos fundadores do Instituto do Ceará. Publicou vários trabalhos, escritos por exigências da sua profissão de causídico. O seu nome ilustre está mencionado nas 'Memórias de Viagem de D. Pedro II pelas províncias do Norte', à pág. 120, II volume, conforme refere Guilherme Studart no seu 'Dic. Bio-Bibliográfico Cearense'. Faleceu em Fortaleza, a 6 de maio de 1914. Obras principais: 'Responsabilidade Civil do Estado'; 'Jurisprudência - Juízo Arbitral'. (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedeletas.org.br/>>)

11 J. Fontenele

Nasceu na fazenda Cipoal, da comarca de Piracuruca, Estado do Piauí, no ano de 1869. Filho de José Joaquim Fontenele Sobrinho e de D. Maria da Conceição Fontenele. Estudou preparatórios no Liceu do Ceará. Coursou a Faculdade de Direito de Recife, recebendo o diploma de bacharel em 1893. Exerceu no Ceará os cargos de Juiz Substituto de Itapipoca, Promotor de Justiça de Fortaleza, Procurador dos Feitos da Fazenda Municipal na mesma cidade e professor de Matemática, interino, do Liceu. No Estado do Amazonas foi Juiz de Direito da comarca de Remate de Males. No Ministério Público cearense defendeu com firmeza e brilho as causas que lhe foram confiadas, mesmo tendo adversários do porte de Farias Brito, como certa vez aconteceu. Fêz parte do Grêmio General Sampaio. Era profundo conhecedor da língua inglesa e orador afamado. Faleceu a 25 de abril de 1905, a bordo de um navio, no rio Amazonas, sendo sepultado na localidade de Fonte Boa. Obras principais: 'Discurso' (em prol da ereção de um monumento ao Senador Pompeu, 1904) e vários trabalhos jurídicos. (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedeletas.org.br/>>).

12 José de Barcelos

Nasceu em Baturité, a 7 de julho de 1843. Filho de João Tomás de Barcelos e de D. Francisca Alexandrina de Carvalho. Foi um notável humanista, competente, sobretudo, em Geografia, História e Grego. Exerceu os cargos de Diretor da Escola Normal, estabelecimento de ensino em que lecionou Português, Pedagogia, e Metodologia, professor do Liceu do Ceará e Diretor da Biblioteca Pública. Desempenhou importantes comissões do governo da antiga província, em benefício da instrução pública, havendo estado com esse objetivo na Bahia e depois na Bélgica, apresentando a respeito excelentes relatórios. Mereceu honrosas referências de Mr. Sluys, Diretor da Escola Normal de Bruxelas. Na Suíça, convidado pela direção de um afamado ginásio, ministrou uma aula de Geografia, escolhendo para tema da palestra o próprio país em que se encontrava, e demonstrou tanta competência que despertou a admiração e o entusiasmo do auditório. Redatoriu a 'Estrela' e o 'Jornal de Domingo' e colaborou no 'Cearense', 'União Artística' e 'Gazeta do Norte'. Era cultor da ciência da educação e da língua e literatura helênicas. São de sua autoria vários Regulamentos e Regimentos Internos relativos a escolas do nível secundário. Publicou na imprensa diversas traduções de autores clássicos e modernos. Faleceu em Fortaleza, a 24 de outubro de 1919. Obras principais: 'Estudo sobre os Trágicos Gregos'; 'Noções de Pedagogia Teórica e Prática'; 'Pontos de Geografia e Cosmografia'; 'Ensino simultâneo da leitura e da escrita'; 'Novos pontos de Geografia'; 'A prova escrita dos pontos de Geografia e Cosmografia'; 'A Volta', poema de Henri Heine, tradução; 'Relatório de Bibliotecário Público'; 'Relatório de Diretor da Escola Normal' (1898). (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS,

Disponível em: < <http://www.academiacearensedelettras.org.br/>>

13 Antônio Bezerra de Menezes

Nasceu em Quixeramobim, a 21 de fevereiro de 1842. Filho do Dr. Manuel Soares da Silva Bezerra e de D. Maria Teresa de Albuquerque Bezerra. Desejoso de seguir a carreira eclesiástica, matriculou-se no Seminário de Fortaleza, que em seguida abandonou, viajando para São Paulo a fim de cursar a Faculdade de Direito, de que também desistiu, voltando ao Ceará, de cujo Tesouro Provincial se tornou alto funcionário. Foi poeta, prosador, historiógrafo e naturalista. Colaborou na imprensa cearense, versando assuntos literários. Constituiu com João Cordeiro e José de Amaral a tríade máxima do abolicionismo cearense, consoante opinou um de seus biógrafos. Foi residir no Amazonas, depois de aposentado, onde dirigiu o Museu de Manaus e redatoriu o jornal "Pátria". Fundou com outros companheiros o Instituto do Ceará e o Centro Literário. Pertenceu à Padaria Espiritual, onde usava o pseudônimo de André Carnaúba. Escreveu sobre os mais variados assuntos, com a proficiência de um sábio e a elegância de um artista. O seu espólio de homem de letras e pesquisador dos fatos históricos é constituído de livros e monografias de subido valor. Antônio Bezerra foi considerado, por Andrade Furtado, "O Cearense Padrão". Faleceu em Fortaleza, a 28 de agosto de 1921. Obras principais: "Sonho de Moço" (versos); "Três Liras" (poesias, com Antônio Martins e Justiniano de Serpa); "Notas de Viagem"; "Horas de Recreio" (folhetins); "O Ceará e os Cearenses"; "Maranguape"; "Descrição da Cidade de Fortaleza"; "Porangaba"; "As Praias"; "Algumas Origens do Ceará". (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedelettras.org.br/>>

14 Francisco Alves Lima

Nasceu em Pedro II, Estado do Piauí, a 2 de janeiro de 1869. Filho de Francisco Alves de Moraes, cearense, e de D. Raquel Cecília de Oliveira Lima. Aos dez anos de idade veio para o Ceará, onde iniciou os seus estudos no Instituto de Humanidades, dirigido pelo Monsenhor Bruno Figueiredo. Terminados os preparatórios, depois de breve passagem pelo Liceu do Ceará, seguiu para Recife, matriculando-se na Faculdade de Direito, pela qual se bacharelou em 1891. No secular estabelecimento de instrução superior foi aluno de Tobias Barreto, Clóvis Beviláqua, Martins Júnior, Artur Orlando, Adelino Filho e Sílvio Romero, numa época de grande agitação intelectual, na qual Evolução - era a palavra mágica, no dizer de um escritor piauiense. De volta ao Ceará, ocupou diversos cargos de projeção, como os de promotor de justiça e juiz em comarcas do interior, professor de Direito Civil da Faculdade de Direito e Diretor da Escola Normal, demonstrando em todos eles invulgar erudição e formoso talento. Redatoriu o jornal 'O Norte'. Foi um dos fundadores da Padaria Espiritual. Na opinião valiosa de Clóvis Beviláqua, na 'História da Faculdade de Direito de Recife', Alves Lima é poeta e jurista filósofo de real merecimento. Como poeta, nos seus versos combateu os exageros do parnasianismo e prestou culto ao sentimento, fonte de toda a poesia. Como jurista filósofo, é autor de um livro notável, aparecido em 1909, a 'Psicologia do Direito'. Em idade propecta, sabe ainda versejar como nos bons dias da mocidade e, tendo tido a grande satisfação de comparecer, no dia 15 de agosto de 1954, à sessão solene comemorativa do 60.º aniversário da Academia, proferiu belo e substancioso discurso, que lhe valeu uma consagração dos presentes. Obras principais: 'Estrofes' (versos); 'Psicologia do Direito'; 'A base física do Estado'; 'O Código Civil e a ideia de força do Direito'; 'O Direito Internacional Privado e a liberdade de consciência'; 'A luta pela vida na consciência' (estudo sobre a capacidade jurídica no Código Civil Brasileiro); 'A Psicologia, sua posição e seu método'. (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedelettras.org.br/>>

15 Drumond da Costa

Nasceu no Ceará. Filho do Major Joaquim José da Costa f, de D. Ana Isaura Drumond da Costa. Formou-se em Direito pela Faculdade de Recife, em 1890. Exerceu em 1897 as funções de professor interino de Francês do Liceu do Ceará e, na mesma época, as de Juiz Substituto de Milagres. Redatoriu o jornal político 'O Norte', de Fortaleza, com Martinho Rodrigues, João Oton, Gonçalo de Lagos, Justiniano de Serpa, Alves Lima e Pedro Gomes da Rocha. Antônio Bezerra o considerou, em 'O Ceará e os Cearenses', um dos vultos preeminentes do jornalismo conterrâneo. O bem feito primo-editorial da poliantéia dedicada a Oliveira Sobrinho, publicada em 1897, é de sua lavra. No Amazonas, para onde se transferiu, foi Auditor de Guerra, Juiz Municipal de Humaitá, Procurador Seccional da República, Consultor Jurídico da Chefatura de Polícia e colaborador do periódico intitulado 'Comércio de Manaus'. Em 1937 esteve em visita à capital cearense, merecendo honrosas referências da imprensa local. Faleceu em Manaus. Obras principais: 'Razões' (na ação que propôs contra a União em defesa de seus direitos) e vários artigos de colaboração em jornais e revistas. (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedelettras.org.br/>>

16 Eduardo Studart

Nasceu em Fortaleza, a 21 de outubro de 1863. Filho do cônsul britânico, John William Studart, e de D. Leonísia de Castro Studart. Cursou o Colégio S. José, da Bahia, matriculando-se depois na Faculdade de Direito de Recife, por onde se bacharelou, a 23 de novembro de 1886. Exerceu vários cargos na magistratura e no Ministério Público do Ceará, Maranhão e Piauí. Em Fortaleza lecionou Direito Comercial e Economia

Política, na Escola de Comércio anexa ao Liceu do Ceará, foi procurador geral da Santa Casa, Cônsul da Bélgica, Diretor do Congresso de Ciências Práticas e um dos organizadores da Associação Comercial. Desempenhou os mandatos de Deputado Estadual e Deputado Federal. Nomeado Juiz Federal, durante alguns anos esteve no exercício dessas relevantes funções, sendo depois aposentado. Jornalista, colaborou na imprensa cearense e carioca, escrevendo a respeito de assuntos políticos e literários. Era pai de Mário Studart, um talento promissor, desaparecido no verdor dos anos. Faleceu Eduardo Studart no Rio de Janeiro, a 3 de setembro de 1955. Obras principais: ‘Continuas a viver...’ (dedicado à memória de seu filho Mário Studart) e vários artigos de colaboração em revistas e jornais. (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedeletas.org.br/>>)

17 Adolfo F. Luna Freire

Nasceu em Recife, Estado de Pernambuco, a 29 de agosto de 1864. Filho do Desembargador Adelino Antônio de Luna Freire, que foi membro do Tribunal da Relação do Ceará, e de D. Umbelina Augusta de Melo Luna. Médico, diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1887. A sua tese de doutoramento, que teve por título ‘Estudo Clínico da Diátese Fibrosa’, foi aprovada com distinção. Chegando à Capital cearense a 22 de março daquele ano, aqui se entregou ao exercício da sua profissão e assumiu o cargo de professor de Ciências Naturais da Escola Militar. Como seus irmãos Adelino Filho, Antônio Tomás e Júlio Augusto, bacharéis de notório brilho intelectual, era um homem de valor, havendo sido considerado pela ‘Gazeta do Norte’, edição de 14 de novembro de 1887, ‘ilustre clínico e talento de grandes esperanças’. Nas colunas desse jornal escreveu uma série de artigos intitulados ‘A Transfusão de Sangue’, a propósito de um caso de gangrena senil, tratado pelo Dr. Meton de Alencar, com quem manteve então polêmica, servindo-se o último das páginas do ‘Cearense’. Na Academia Cearense teve brilhante atuação, fazendo parte de importantes comissões e discutindo assuntos científicos nas suas sessões ordinárias. Transferindo-se em 1901 para a metrópole brasileira, lá exerceu o magistério como docente livre de Clínica Médica da Faculdade de Medicina e professor de Higiene da Escola Normal, foi médico do Hospital D. Pedro II e do Hospital da Gamboa, Sanitarista da Diretoria de Saúde Pública, colaborando com Oswaldo Cruz no combate à febre amarela, Membro Titular Emérito da Academia Nacional de Medicina, redator do ‘Brasil Médico’ e presidente da Associação de Funcionários Públicos Civis. Em 1918 fez parte, com o posto de coronel, da Missão Médica Militar enviada pelo Brasil à Europa em guerra, obtendo as condecorações pro Labore e Medalha de Honra, por devotamento. Durante a epidemia da gripe, foi distinguido com convite para dirigir o Hospital de Bordeaux, demonstrando nessa chefia grande capacidade e dedicação. Faleceu no Rio de Janeiro, a 23 de setembro de 1953. Obras principais: ‘Estudo Clínico da Diátese Fibrosa’; ‘A Hipermegalia Hepática’; ‘Meningite Secundária, consecutiva às eólicas do Recife’; ‘Algumas Considerações sobre a Patologia Nervosa’; ‘Sobre um Caso de Hemi-Espasmo Facial’; ‘Contra a Horriopatia’; ‘Lição de Clínica Médica’; ‘Filhos de Alcoólatras’; ‘Estudos sobre o Câncer’; ‘Semiótica do Espaço Semilunar de Traube’. (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedeletas.org.br/>>)

18 Eduardo Salgado

Filho de Francisco Luiz Salgado, negociante por muitos annos, de nacionalidade portuguesa, e D.a Virgínia da Rocha Salgado, nasceu em Fortaleza a 20 de Abril de 1864. D.a Virgínia Salgado é filha de Joaquim da Rocha Moreira, também português, official reformado, conhecido pelo nome de Rocha Gouvea e que por muito tempo foi morador na Praça de Palacio. Havendo-se doutorado em medicina, viajou o Dr. Eduardo pela Europa, cujos hospitaes frequentou. Faz parte do corpo médico da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, é membro da Academia Cearense e professor de Medicina Publica na Faculdade de Direito do Ceará (Maio de 1905). Foi Inspector de Hygiene do Estado e por algum tempo esteve encarregado do serviço médico do Batalhão de Segurança. Publicou o volume: —Do tratamento cirúrgico dos aneurismas da aorta, these apresentada á Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a 29 de Setembro de 1888, Rio de Janeiro, Papelaria Gonçalves Mendes & C.a, Rua do Ouvidor ns. 25-6 e 38. No periódico Divulgador, da Pharmacia Gonzaga, de Fortaleza, e na República (1902) publicou vários artigos de propaganda medica. É actualmente o Director da Escola de Direito do Ceará. (à época de Cosntrução do Dicionário Biográfico do Barão de Studart). (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedeletas.org.br/>>)

19 Alcântara Bilhar

Joaquim Lopes de Alcântara Bilhar (Bacharel) Nasceu em Crato a 27 de Fevereiro de 1848, sendo seus paes o Major Joaquim Lopes Raymundo Bilhar, fallecido com 66 annos em 1882, e D.a Isabel Bilhar de Alcantara, e falleceu em Fortaleza na noite de 9 de Maio de 1905, victimado por tuberculose pulmonar. Obteve o grau de Bacharel em sciencias jurídicas e so-ciaes pela Faculdade de Direito do Recife a 17 de Novembro de 1871. Exerceu os cargos de promotor público da comarca do Crato, logar para o qual foi nomeado por acto de 2 de Agosto de 1872, e de juiz municipal do mesfno termo e comarca por Dec. de 23 de Agosto de 1873. Findo o quadriennio foi nomeado juiz de direito da comarca da Telha (hoje Iguatú) por Dec. de 9 de Março de 1878, tendo deixado o exercício por ter sido nomeado chefe de polícia do Ceará por Dec. de 22 de Março de 1882. Terminada a commissão de policia, foi-lhe designada a comarca de Baturité para nella ter exercício por Dec. de 22 de Setembro de 1882, sendo dalli chamado para exercer interinamente a mesma commissão de policia na

administração do Dr. Satyro de Oliveira Dias por acto de 10 de Abril de 1884. Removido da comarca de Baturité para a de Acarajú, Capital de Sergipe, por Dec. de 10 de Julho de 1890, foi aposentado neste ultimo cargo por Dec. de 12 de Novembro de 1890. Era advogado nos auditórios da capital do Estado, sendo muitos dos seus trabalhos transcriptos no Direito, do Rio de Janeiro. Era sócio effectivo da Academia Cearense e leccionava a cadeira de Direito Civil na Faculdade Livre de Direito do Ceará, a qual commemorou o 3.º dia de seu fallecimento com uma sessão solemne, servindo de orador o Dr. Alvaro Gurgel de Alencar. Em 1876 com Felon Bomilcar da Cunha e Ulysses de Penafort redigiu no Crato a Liberdade. Delle conheço : — Defeza apresentada pelo Bacharel Joaquim Lopes de Alcantara Bilhar, juiz de direito da comarca de Baturité, no processo contra elle instaurado por denuncia de Lourenço Francisco Sampaio, Ceará, 1886 8.º de 91 pp. (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedeletas.org.br/>>)

20 Franco Rabelo

Nasceu em Fortaleza, a 25 de abril de 1861. Filho de Antônio Franco Alves de Melo e de D. Ana Franco Rabelo. Coursou o Liceu do Ceará. Sentou praça como 2º cadete no 15º B. L., com destino à Escola Militar, saindo alferes-aluno a 12 de janeiro de 1884. Tinha os cursos de Artilharia, Infantaria, Cavalaria e Engenharia e o grau de Bacharel em Matemáticas e Ciências Físicas. Adepto das ideias repúblicas, sofreu perseguições, sendo removido várias vezes. No Ceará, onde testemunhou a implantação da República, foi professor da Escola Militar e secretário do Clube Militar. Construiu neste Estado o açude Lages e reparou as pontes de Redenção. Na Capital Federal lecionou na Escola Militar de Realengo e na Escola do Estado Maior do Exército e serviu junto à Estrada de Ferro Central do Brasil. Indicado pelo povo para suceder ao Comendador Nogueira Acioli na suprema magistratura estadual, foi eleito e, após a deposição daquele venerando cearense, assumiu o cargo de Presidente a 14 de julho de 1912, recebendo-o das mãos do Cel. Belisário Cícero Alexandrino. Governou durante um período agitado, realizando regular administração, que foi interrompida a 15 de março de 1914, quando entregou as funções ao Cel. Setembrino de Carvalho, Interventor Federal, nomeado em virtude da irrupção do movimento armado de Juazeiro, chefiado por Floro Bartolomeu. Era homem culto e honrado. Foi um ídolo dos seus conterrâneos. Faleceu no Rio de Janeiro, a 30 de outubro de 1928. Obras principais: ‘Ao Povo Cearense’ (Plataforma de Governo); ‘Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa’ (1913). (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedeletas.org.br/>>)

21 Benedito Sidou

Nasceu em Cascavel, a 12 de junho de 1864. Filho do Major Francisco Severiano Façanha Sidou e de D. Benedita de Oliveira Sidou. Coursou em Fortaleza o Instituto de Humanidades, dirigido pelo Monsenhor Bruno Figueiredo. Matriculado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, dela saiu com o diploma de Engenheiro Civil. Durante o curso superior exerceu na metrópole vários cargos de menor relevo, a fim de fazer face às despesas com a própria manutenção. Foi alferes do Batalhão Acadêmico constituído nos primórdios da República para a defesa das novas instituições. Depois de formado trabalhou na construção da Estrada de Ferro de Baturité, como condutor, ajudante, chefe de secção e chefe do tráfego e locomoção. Fêz parte da comissão de estudos da duplicação da linha da Estrada de Ferro Central do Brasil. Em Manaus foi ajudante do Diretor de Obras Públicas e professor de Matemática da Escola Modelo e de Geografia da Escola Normal, ambos por concurso. Era possuidor de grande cultura científica. Faleceu em Fortaleza, a 16 de maio de 1926. Obras principais: ‘Figura da Terra e Teoria das Marés’ (tese de concurso); ‘Concepção Geral da Matemática’ (tese de concurso). (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedeletas.org.br/>>)

22 Antonio Fontenele

Nasceu em Viçosa, a 23 de março de 1863. Filho do Capitão José da Cunha Fontenele e de D. Ana Alexandrina Fontenele. Fêz os estudos preparatórios no Instituto de Humanidades, de Fortaleza. Coursou a Faculdade de Direito de Recife, pela qual se bacharelou a 26 de março de 1887. Ocupou vários cargos judiciários, como Promotor de Justiça da sua terra natal, de Príncipe Imperial e de São Benedito, Juiz Municipal de Viçosa, Juiz de Direito interino da mesma comarca, Juiz Substituto da primeira vara da capital e Juiz Substituto Seccional do Estado. Exerceu as funções de Diretor da Escola Normal, professor de História Geral e Instrução Cívica do mesmo estabelecimento, Diretor interino do Liceu do Ceará, catedrático de Direito Civil e, depois, de Teoria do Processo Civil e Comercial da Faculdade de Direito a advogado das Prefeituras de Fortaleza e Messejana. Foi causídico competente e de reputação. Escreveu diversos trabalhos forenses. Faleceu em Fortaleza, a 16 de outubro de 1937. Obras principais: ‘Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal’; ‘Processo de Responsabilidade’; ‘Apelação Cível n. 1179’; ‘Relatório de Diretor da Escola Normal’ (1905). p. (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedeletas.org.br/>>)

23 Antônio Teodorico Filho

Nasceu em Fortaleza, a 12 de agosto de 1861. Filho do Comendador Antônio Teodorico da Costa e de D. Higina de Castro Costa. Fêz os preparatórios na sua cidade na tal e no Rio de Janeiro, em cuja Escola Politécnica se matriculou e veio a receber o grau de Engenheiro Civil em 1884. Exerceu vários cargos técnicos, como os de Condutor de 1ª classe, Engenheiro de 2ª classe da Estrada de Ferro da Bahia a Jardim e, transferido para o prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, nesta os de ajudante de 1ª classe, Chefe de Secção e Io Engenheiro. Foi Tesoureiro das Sociedades Abolicionistas da Escola Politécnica e Cearense, da antiga Capital

do Império. Colaborou na ‘Revista Politécnica’, do Rio de Janeiro, na ‘Galeria Cearense’ e em diversos jornais do Ceará. Pertenceu ao corpo docente do Liceu do Ceará, na qualidade de professor de Geografia e Corografia do Brasil. Era membro do Instituto Politécnico, sediado na metrópole brasileira, e do Instituto do Ceará. Tinha vasta cultura científica e foi autor de formosas páginas literárias. O convívio com outros homens de pensamento, na Academia Cearense e no Instituto do Ceará, foi sempre do seu agrado. Faleceu em Fortaleza, a 4 de junho de 1939.

Obras principais: ‘Projeto de um teatro para a cidade de Fortaleza’; ‘Projeto de esgotos para a mesma cidade’; ‘Projeto de abastecimento d’água e esgotos para a mesma cidade’; ‘Notícias sobre a agricultura do Ceará’; ‘A Geografia’; ‘O Cometa de Halley’; ‘Folhas ao Vento’; ‘Homenagem a Lauro Sodré’ (discurso); ‘Liceu do Ceará’ (discurso); ‘O homem e os progressos de sua locomoção’; ‘Ruídos e sonsidos’; ‘Fragmentos Esparsos’; ‘Colheita Literária’; ‘Páginas Volvidas’; ‘Considerações Gerais sobre Higiene Privada’ (salubridade e saneamento de Fortaleza). (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedeletas.org.br/>>)

24 Álvaro de Alencar

Nasceu no Icó, a 10 de janeiro de 1861. Filho do Dr. Rufino Antunes de Alencar e de D. Quitéria Dulcineia Gurgel de Alencar. Coursou o Liceu do Ceará. Diplomou-se em Direito pela Faculdade de Recife, em 1885. Quando estudante, na capital pernambucana, manifestou os seus ideais abolicionistas e repúblicanos, ao lado de Joaquim Nabuco e José Mariano. Pertenceu a várias sociedades emancipadoras, como a Caixa Emancipadora Pedro Pereira e Clube Abolicionista, de Recife, Clube Abolicionista, de Goiana, e Messejanense Libertadora e Sociedade das Messejanenses Libertadoras, de Messejana, Ceará. No seu Estado natal exerceu as funções de Promotor de Justiça de Quixeramobim e Viçosa, Juiz Municipal dos termos reunidos de Granja, Camocim e Palma, Juiz de Direito de Granja, S. Francisco, Quixadá e Pacatuba e Desembargador do Tribunal da Relação, cargo este em que se manteve durante doze anos. Fêz parte do corpo docente da Faculdade de Direito, na qualidade de professor de Legislação Comparada. Foi jurista e historiador de renome. De sua lavra é o excelente ‘Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Estado do Ceará’, repositório de preciosas informações sobre a terra cearense. Faleceu em Fortaleza, a 12 de julho de 1945. Obras principais: ‘Traços Biográficos do Bacharel Pedro Pereira da Silva Guimarães’; ‘Apontamentos para a notícia da Comarca de Viçosa’; ‘Sentença de Sustentação de não pronúncia’; ‘Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Estado do Ceará’; ‘Discurso’ (pronunciado na sessão fúnebre da Faculdade de Direito dedicada à memória do Prof. Alcântara Bilhar); ‘Discurso’ (de posse como professor da Faculdade de Direito); ‘Memória Histórica do ano de 1906’ (alusiva à Faculdade de Direito). (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedeletas.org.br/>>)

25 Padre Valdevino Nogueira

Nasceu em Limoeiro do Norte, a 24 de abril de 1866. Filho de Francisco Valdivino Nogueira e de D. Maria Joana de Carvalho. Coursou o Seminário de Fortaleza, ordenou-se sacerdote em 1888. Lecionou vários anos no mesmo Seminário, época em que dirigiu o jornal ‘A Luz’ e redatoriu a ‘Verdade’, grande órgão católico. Exerceu o seu ministério como coadjutor da freguesia de Baturité e Vigário de Cascavel.

Representou o Estado do Ceará nas festas do Io Centenário da Revolução de 1817, em Recife, capital de Pernambuco. Foi notável orador sacro, podendo ser chamado o Alves Mendes cearense. Cultivou também as musas, com delicadeza e sentimento. Faleceu em Redenção, a 8 de setembro de 1921. Obras principais: ‘A Ação Social do Padre’; ‘A Cruz na História’; ‘Oração Sacra’ (produzida no Te-Deum de 31 de julho de 1903 na Sé Catedral de Fortaleza); ‘O Processo do Coronel Juvenal’; ‘A Dignidade da Mulher no Cristianismo’; ‘Discursos’; ‘Oração’ (proferida na Sé Catedral de Fortaleza a 9 de janeiro de 1921, por ocasião das solenidades comemorativas da chegada ao Brasil dos restos mortais dos inesquecíveis Imperadores D. Pedro II e D. Teresa Cristina); ‘Florilégio’ (edição patrocinada pelo Cel. Juvenal de Carvalho, seu padrao, e publicada sob a direção do seu sobrinho Acadêmico José Valdivino, onde estão contidas poesias e discursos). (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: < <http://www.academiacearensedeletas.org.br/>>)

26 Henrique Théberge

Nasceu em Recife, a 27 de junho de 1838. Filho do Dr. Pedro Théberge, médico francês e grande historiador do Ceará, e de D. Maria Elisa Soulé Théberge. Veio para o Ceará em companhia dos pais, indo residir no Icó, onde fêz os primeiros estudos. Sentando praça no 1.º Batalhão de Artilharia a pé, então sediado nesta capital, viajou para o Rio de Janeiro onde se matriculou na Escola Militar e, saindo alferes-aluno, com a conclusão simultânea do curso de Agronomia, foi promovido a tenente em 1864. Serviu no teatro de operações do Paraguai, durante a guerra de Solano Lopez contra o Brasil, havendo sido agraciado com Medalhas Militares pela sua pátria, a Argentina e o Uruguai. Exerceu no Ceará as funções de Engenheiro-Ajudante das Obras Públicas, Bibliotecário Público, Engenheiro-Chefe das Obras Públicas, Engenheiro da Província, Engenheiro da Estrada de Ferro de Baturité, Gerente da Companhia Ferro-Carril e professor interino de Geometria do Liceu. Na Bahia havia sido, em 1886, o titular do cargo de Engenheiro-Chefe do Tráfego e Locomoção da Estrada de Ferro de Paulo Afonso. Foi Diretor da Associação Propagadora da Arboricultura, fundada nesta Capital em 1894, e Presidente da Associação Artística Cearense. Homem de letras de indiscutível merecimento, redatoriu durante nove anos

a Revista da Academia, publicou a 3a. parte do ‘Esboço Histórico sobre a Província do Ceará’, do seu ilustre pai, e escreveu vários trabalhos sobre Botânica, relativos à nossa terra, os quais receberam Menções Honrosas nas Exposições do Rio de Janeiro, de Filadélfia e de Chicago. Faleceu em Fortaleza, a 11 de junho de 1905. Obras Principais: ‘Carta da Província do Ceará’; ‘Flora e Fauna Cearenses’; ‘De Fortaleza à cidade de Limoeiro’ (impressões de viagem). (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: <<http://www.academiacearensedeletas.org.br/>>)

27 Justiniano de Serpa

Nasceu em Aquirás, a 6 de janeiro de 1852. Filho de Manuel da Costa Marçal. De origem humilde, ascendeu às mais elevadas posições, por esforço próprio. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Recife, em 1888. Exerceu, antes de formado, diversos cargos públicos, como secretário e advogado da Câmara de Aquirás e lente de História Universal e do Brasil do Liceu do Ceará, além de haver desempenhado, mais de uma vez, o mandato de Deputado Provincial. Redatoriu em Fortaleza os jornais ‘Constituição’, órgão do Partido Conservador, ‘A Pátria’, ‘O Norte’ e ‘Diário do Ceará’ e colaborou em ‘Iracema’, órgão do Centro Literário. Foi um dos mais fervorosos adeptos do movimento abolicionista, cujos ideais defendeu pela imprensa e pela tribuna. Em Manaus, para onde se transferiu depois, redatoriu a ‘Federação’ e ‘Rio Negro’, foi superintendente do governo do município, Delegado da Intendência, Procurador da República, Diretor da Biblioteca Pública do Estado e professor e Inspetor Federal junto ao Ginásio Amazonense. Deixando o Amazonas, indo residir no Pará, em Belém ocupou as funções de professor e Vice-Diretor da Faculdade de Direito e montou banca de advogado, que foi das mais conceituadas. Eleito Deputado Federal em 1906, integrando a representação paraense, viu o seu mandato renovado em várias legislaturas. Na Câmara dos Deputados foi escolhido presidente da Comissão de Finanças e teve fulgurante atuação na discussão do projeto do Código Civil. Em 1920, depois de disputada eleição em que saiu vitorioso, assumiu o governo do Ceará, na qualidade de Presidente do Estado, havendo sido brilhante a sua gestão, infelizmente interrompida com a morte. Fundador e esforçado membro da Academia Cearense e seu primeiro orador oficial, promoveu-lhe em 1922 a reconstituição, quando abrigou o tradicional cenáculo no Palácio da Luz. Jornalista, poeta, orador primoroso e arreatador, parlamentar, jurista e homem público dos maiores da história republicana, Justiniano de Serpa é um dos cearenses mais ilustres. Faleceu no Rio de Janeiro, a 1o de agosto de 1923. Obras principais: ‘O Poeta e a Virgem’; ‘Oscilações’ (poesias); ‘Três Liras’ (poesias, com Antônio Bezerra e Antônio Martins); ‘Sombras e Clarões’ (versos); ‘Discurso’ (proferido a 14-8-1887 em favor do monumento ao General Tibúrcio); ‘Sob os ciprestes’; ‘Discurso’ (pronunciado na sessão fúnebre da Academia em homenagem a José Carlos Júnior); ‘A Educação Brasileira - seus efeitos sobre o nosso meio literário’ (tese de concurso à cadeira de Literatura Nacional no Ginásio Amazonense); ‘Discurso’ (na sessão magna comemorativa do 1.º aniversário da Academia Cearense); ‘Reforma da Legislação Cambial’ (discurso no Congresso Nacional); ‘Questões de Direito e de Legislação’. (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, Disponível em: <<http://www.academiacearensedeletas.org.br/>>)

Fonte: elaborado pelo autor.

Os fundadores da Academia Cearense de Letras tinham o mesmo perfil, daqueles, que alguns anos antes fundaram o Instituto do Ceará. Faziam parte da elite local, quando não eram filhos de chefes políticos ou ricos fazendeiros eram protegidos por esses grupos. Fundar uma Academia era seguir os moldes das velhas instituições eruditas da Antiguidade, como a Academia de Platão ou a Escola de Aristóteles.

Na Academia Cearense a força evolutiva do processo social e o conhecimento das leis científicas estruturaram o pensamento orgânico dos seus sócios, como sendo agentes fundantes do processo civilizador cearense, os próprios sócios da agremiação. Motivados por um darwinismo político e intelectual, acreditavam que de acordo com as conquistas obtidas mediante o conhecimento das leis naturais (que determinaram a superação dos traços climatéricos relativos à seca de 1877) e a realização político-institucional de caráter civilizatório outrora garantida em 1884, poderiam identificar as leis morais e sociológicas que melhor condicionariam a regeneração nacional, sobretudo, a construção do novo regime mediante o desenvolvimento político-moral alcançado sobre o poder das elites conservadoras e

dos demais seguimentos que digladiavam-se nas arenas políticas e partidárias. (CARDOSO, 2000, p. 134).

Tal ação passava a imagem de legitimação e domínio sobre as belas letras cearenses. Era tomar para si o legado das “repúblicas das letras” europeias com suas academias de artes, letras e ciências. Era um lugar de culto a língua pátria e as origens do povo brasileiro e das gentes cearenses. Esse intuito era justificado pelo período agitado de busca de uma identidade nacional, pois com a instalação da República as pautas nacionalistas tomam conta do cenário erudito e com a Academia Cearense isso é incorporada na produção de uma literatura tipicamente cearense. Embora a produção de literatura tenha sido uma vertente importante em sua criação, até o fim do século o que mais se sobressaiu foi o discurso científico, fazendo a Academia se destacar no cenário das ciências nacional e da província.

A doutrina cientificista da Academia Cearense para a construção tanto de um novo Estado quanto de uma Nação elegeu as leis naturais como sendo a força das transformações humanas. Conhecendo-as, poder-se-ia administrar a sociedade e suas instituições conforme o curso do progresso. As ideias matrizes e o uso do saber científico possibilitariam a prescrição de leis morais para os grupos sociais que haveriam de alcançar o estado positivo. Portanto, “evangelizar” os indivíduos para estarem a par desses princípios da positividade humana, orientando-os de acordo com a evolução sociológica, seria a tarefa incessante dos acadêmicos cientocratas. Doutrinar para o progresso, eis a sua missão. (CARDOSO, 2000, p.144).

Seus objetivos, para que recordemos, eram: examinar e publicar pareceres sobre as questões literárias e científicas da época; acompanhar e publicizar as principais ideias que movimentavam o cenário erudito civilizado; tentar ampliar a esfera da instrução superior e secundária no Estado, apoiando e financiando institutos profissionais e técnicos; lutar pelo aprimoramento da instrução primária e fomentar o interesse pelas artes e literatura.

No seu estatuto elaborado por Pedro de Queirós, Waldimiro Cavalcante e Justiniano de Serpa e aprovado em sessão de 26 de Setembro de 1894, consta ainda que para ser sócio, o acadêmico precisava ter publicado uma obra literária, artística ou científica de real merecimento. Além disso, cada membro deveria em prazo de um ano apresentar um trabalho condizente aos fins da Academia.

Outro fato curioso e que revela a classe social desses intelectuais era o valor da jóia e da mensalidade que cabia a cada membro. Segundo a ata da sessão de 23 de outubro de 1894, cada membro deveria pagar uma joia no valor de \$ 15000 réis e uma mensalidade de \$ 2000 réis.

Quanto a sua revista, ela foi idealizada no primeiro ano da fundação desse sodalício, mas só foi publicada em 1896. Tinha esse periódico o lema de Lord Beaconsfield: “Forti nihil difficile”. Que significa: para o determinado, nada é difícil. Lord Beaconsfield, de nome Benjamim Disraeli, foi um político conservador britânico, que ocupou o cargo de primeiro ministro do Reino Unido no século XIX.

A Academia também era dividida por comissões, que facilitavam o estudo das matérias de seu interesse, eram oito comissões: 1 – Ciências matemáticas e físicas; 2 – Ciências biológicas: higiene e médico-farmacêuticas; 3 – Ciências sociológicas: direito; 4 – Ciências sociológicas: antropologia e filosofia; 5 – Ciências sociológicas: economia política, estatística, demografia, geografia e história; 6 – Ciências sociológicas: instrução pública e profissional; 7 – Ciências sociológicas: literatura e artes; e 8 – Ciências sociológicas em geral: filosofia e história das artes.

Ainda houve no ano de 1896 a ideia de se elaborar uma grande enciclopédia sobre o Ceará, intitulada: o Ceará em 1896. Segundo Dolor Barreira (1948, p. 188 e 189), o livro seria estruturado da seguinte forma:

PRIMEIRA PARTE

- Cap. 1. Estruturas físicas do solo – Tomás Pompeu.
- Cap. 2. Clima e Salubridade – Guilherme Studart.
- Cap. 3. Geologia – António Bezerra.
- Cap. 4. A flora e a fauna – Henrique Théberge.
- Cap. 5. Topografia – Álvaro de Alencar.

SEGUNDA PARTE

- Cap. 1. População – Tomás Pompeu.
- Cap. 2. Povoamento – Guilherme Studart.
- Cap. 3. Emigração – Drumond da Costa.
- Cap. 4. Raças e Tipos – Luna Freire.
- Cap. 5. Língua – Raimundo Arruda.
- Cap. 6. Costumes – António Bezerra.
- Cap. 7. Alimentação – Eduardo Salgado.
- Cap. 8. Habitação – Teodorico Filho.
- Cap. 9. A Família e a sociedade – A. Fontenele.
- Cap. 10. Pauperismo – Eduardo Salgado.
- Cap. 11. a) Brincos e festas populares – A. Bezerra.
b) Teatro – José Carlos Junior.
- Cap. 12. Higiene – Luna Freire.
- Cap. 13. Ideias, crenças e religião – Farias Brito.
- Cap. 14. Artes e letras – José Carlos Junior.
- Cap. 15. Cultura científica – Alves Lima.
- Cap. 16. Instrução e Educação – José de Barcelos.
- Cap. 17. Vida política – Justiniano de Serpa.
- Cap. 18. Município – Valdimiro Cavalcante.
- Cap. 19. Organização política e administrativa – Pedro de Queirós.
- Cap. 20. Organização militar – Franco Rabelo.
- Cap. 21. Organização Eclesiástica – Padre Valdivino.
- Cap. 22. Propriedade territorial – Alcântara Bilhar.
- Cap. 23. Agricultura – Tomás Pompeu.

- Cap. 24. Criação – Tomás Pompeu.
 Cap. 25. Indústria – Álvaro mendes.
 Cap. 26. Comércio e Navegação – Eduardo Studart.
 Cap. 27. Finanças – Virgílio de Moraes.
 Cap. 28. História – Guilherme Studart. (BARREIRA, 1948, p. 188-189).

Pelos temas, pode ser observado o ecletismo da Academia que para além da literatura enveredava por todos os campos do saber humano. Infelizmente, o livro não veio a ser publicado. No entanto, os artigos de sua revista traziam muitas das temáticas idealizadas para essa enciclopédia.

Em sua revista também eram publicadas as atas de suas sessões, que descreviam os principais debates intelectuais da época. Nesses registros é possível verificar também as leituras feitas por esses intelectuais, além de suas produções. Abaixo há uma síntese dos principais temas de sua revista de 1896 até 1900.

Quadro 6 – Síntese dos principais temas da revista de 1886 - 1900

SÍNTESE DOS PRINCIPAIS TEMAS DA REVISTA DE 1896 -1900	
ANO	SÍNTESE TEMÁTICA
1896	<p>Saneamento Básico. Homenagem póstuma a José Carlos Junior, Direito Criminal, História da imprensa no Ceará.</p> <p>(A título de curiosidade, esse foi o primeiro acadêmico a falecer e o único da primeira fase a ser substituído por outro membro. Seu sucessor foi Rodrigues de Carvalho, que tomou posse em 1897, não é considerado um fundador mas contribui para a produção intelectual do sodalício na primeira fase, abaixo se registra sua biografia).</p> <p>Rodrigues de Carvalho: José Rodrigues de Carvalho nasceu em Alagoinha, Paraíba, em 18 de dezembro de 1867 e faleceu em Recife no dia 20 de dezembro de 1936, aos 69 anos de idade. Foi contador do Banco do Ceará, professor da Fenix Caixeiral e da Escola Normal. Graduou-se pela Faculdade Livre de Direito do Ceará, em 1906, fazendo parte da primeira turma daquela instituição. De volta ao seu estado natal, dedicou-se à advocacia, ao jornalismo e à política, tendo sido membro da Câmara Estadual da Paraíba, secretário de governo e procurador do estado. Após a revolução de 1930 mudou-se para Recife onde continuou suas atividades na área cultural. Advogado, crítico e poeta de grande talento, publicou em Fortaleza o melhor de sua obra literária. Mário Linhares, no livro Poetas esquecidos, comenta que ele era insubmisso ao jugo das escolas e seguia o conselho de Longfellow quando dizia: “olha para dentro de teu coração e escreve”. Um importante destaque que deve ser dado à sua obra é o pioneirismo no campo do folclore. Livros publicados: Coração, 1894; Prismas (1893-1896), 1896; Poema de maio, 1901; Cancioneiro do norte, primeira edição em 1903; segunda edição aumentada em 1928; e terceira edição comemorativa do centenário de nascimento do autor em 1967. Escreveu os subsídios para o dicionário da língua nacional, sendo que parte do</p>

	livro foi publicado na Revista da Academia Brasileira de Letras. Obras jurídicas: Do recurso extraordinário; Da liberdade de imprensa, 1918; Da tentativa (monografia); Cheque visado; e Lacunas da lei de falências, 1922. Ingressou na Academia Cearense no dia 23 de maio de 1897 ocupando a vaga deixada por José Carlos da Costa Ribeiro Júnior, tendo sido recebido pelo acadêmico padre Valdivino Nogueira. Foi o primeiro e único acadêmico a ser eleito na primeira fase da academia. Ativo, apresentou nas sessões da instituição muitas de suas obras literárias e alguns trabalhos de Direito. Membro da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico da Paraíba e do Instituto de Arqueologia e Geografia do Recife, do qual foi presidente. Foi sócio do Centro Literário e presidente da instituição.
1897	Religião, Apreciação dos livros: América de Álvaro Martins e Prismas de J. Rodrigues de Carvalho; Higiene e Saneamento básico; biografia d cearenses ilustres; Fauna e Flora cearense; Hidrografia; História do Ceará e da imprensa cearense.
1898	Flora e Fauna; Filosofia; Arte colonial brasileira, Alimentação no Ceará e Literatura cearense.
1899	Flora e fauna Cearense, Biografias de Cearense ilustres, relatos de viagem, religião, Filosofia, Literatura, Pedagogia, Economia e política e história do Ceará
1900	Fauna e Flora, História do Ceará e Geografia local.

Fonte: elaborado pelo autor.

Os temas relacionados à fauna, flora e geografia, estudos históricos e filosóficos, além dos debates sobre política e legislação se sobressaem aos de natureza literária que quase não aparecem nesse período analisado da Academia.

Tais temas são devedores dos princípios intelectuais de seus membros e de sua época. Abraçando os ideais positivistas, comungando de postulados liberais e racionalistas, seus membros influenciavam a política e a dinâmica social.

A evolução positiva da sociedade seria determinada, segundo a leitura de Buckle da Academia, não somente por leis naturais, mas, sobretudo, por leis morais que deveriam reger a humanidade e suas instituições. E seria através do conhecimento científico dessas leis que o desenvolvimento social poderia ser garantido. Portanto, as próprias leis da sociologia tornariam possíveis aos grupos sociais identificar nas realizações e fenômenos humanos (como a proclamação da República, por exemplo) o conjunto sistemático das leis morais que determinaria o progresso social. Logo, a legitimar era induzida para que a sociedade confiasse suas instituições aos agentes que em suas práticas políticas detivessem o saber sobre o curso natural da existência. Pode-se neste momento identificar que no caso da Academia Cearense, os seus sócios atribuíram à ciência, ao domínio de suas leis positivistas, o sentido epistemológico do real e poder de intervenção política aos sujeitos que fizessem uso cotidiano desse conhecimento. (CARDOSO, 2000, p. 136).

É válido destacar que os membros da Academia eram ferrenhos críticos da classe política no poder na cidade. De forma antagônica, como defensores de um liberalismo político

os membros da Academia criticavam aqueles de quem eram parentes e que por muitas vezes eram seus parentes. O que de fato eles queriam era tomar o lugar das ditas velhas raposas políticas, queriam eles estabelecer uma nova ordem pela produção de um discurso erudito pautado na ciência e letras.

As atas das sessões dos anos de 1894 até 1900 trazem importantes informações sobre o que esses intelectuais liam, discutiam e as principais ideias que circulavam na província. Sintetizamos abaixo o registro das leituras desses sujeitos registrados nas atas.

Quadro 7 – Índícios das leituras da Academia Cearense de Letras registrado em suas atas de 1894 - 1900

INDÍCIOS DAS LEITURAS DA ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS REGISTRADO EM SUAS ATAS DE 1894 - 1900	
ANO	PRINCIPAIS LEITURAS
1894	<p>Sessão de 12 de setembro de 1894 – Leitura da obra: Da finalidade do Mundo de Farias Brito.</p> <p>Sessão de 22 de setembro de 1894 – Leitura do trabalho histórico: “Lutas dos Montes e dos Feitosas no tempo do Capitão-mór Manuel Francez.</p> <p>Sessão de 10 de outubro de 1894 – Pedido de estudo e esclarecimento sobre o direito de queixa e da suspensão de magistrados pelo presidente da província de acordo com as leis vigentes.</p> <p>Sessão de 23 de outubro de 1894 – Leitura do trabalho do Dr. José Hygino sobre o Ceará Holandês publicado no jornal do Comércio do Rio de Janeiro.</p> <p>Sessão em 7 de novembro de 1894 – Apreciação dos documentos: Carta autografada pelo Padre Antônio Vieira e quatro cartas cartográficas do Ceará, portuguesas, sendo duas do século XVII da coleção de Guilherme de Studart. E leitura dos primeiros capítulos do livro Flora Cearense do Sr. H. Theberge.</p> <p>Sessão de 21 de Novembro de 1894 – Leitura da obra: Os Moinhos de vento, vantagens e sua aplicação de sua aplicação à agricultura e às pequenas indústrias do Ceará de autoria do Sr. Álvaro Mendes. Dissertou o Sr. Guilherme Studart sobre a epidemia da bicha (febre amarela), que atingiu Pernambuco e Bahia no século 17. Recebimento de trabalhos do Dr. J. F. da Siva Lima apresentados no Congresso medico da Bahia e recebimento de folheto retrospectivo da Padaria Espiritual.</p> <p>Sessão de 3 de dezembro de 1894 – Leitura do trabalho do Padre Valdivino sobre a Ação social do Padre. Apresentação do projeto de construção do teatro na capital pelo Sr. Theodorico Filho. Considerações sobre o livro de Duarte Pacheco Pereira, Esmeraldo de situ orbis, e as aquarelas contidas na mesma obra que representam as expedições portuguesas de Cabral e Albuquerque.</p> <p>Sessão de 18 de dezembro de 1894 – Apreciação de jornais londrinos de 1508 a 1666 para compara-los com os jornais locais pelo Sr. Guilherme Studart.</p>
1895	<p>Sessão de 8 de janeiro de 1895 – Leitura do Boletim da Sociedade de Geografia de Paris. Leitura de artigos relativos a exploração e produção da borracha nas regiões setentrionais do alto</p>

Amazonas e Peru. Leitura da primeira parte da obra sobre Higiene pública e privada, com aplicação no Estado do Ceará escrito pelo Sr. Thomás Pompeu. Informe da publicação do livro: Lições de Geografia de Thomás Pompeu.

Sessão de 22 de janeiro de 1895 – Leitura da obra Flora Cearense do Dr. Theberge e do trabalho: Importância e valor da vida humana como fator da riqueza publica; desenvolvimento da população de Fortaleza; natividade e mortalidade. Discussão sobre a questão histórica do local do naufrágio do Padre Luiz Figueira e seu assassinato pelos índios arauans por Guilherme Studart.

Sessão de fevereiro de 1895 – Apreciação de 8 inéditos de 1614 sobre a história do primitivo Ceará apresentados por Guilherme Studart.

Sessão de 20 de março de 1895 – leitura de documento da biblioteca eborense sobre a descrição do naufrágio do Padre Luiz Figueira no Pará, por um dos três missionários que escaparam da catástrofe.

Sessão de 2 de abril de 1895 – Leitura de uma carta do Padre Manuel Gomes sobre a expedição ao Maranhão em que ele tomou parte juntamente com o Padre Diogo Nunes e fez considerações sobre ela.

Sessão de 11 de junho de 1895 – estabelece a elaboração e confecção da revista da Academia Cearense.

Sessão de 18 de junho de 1895 – Apresentou o Sr. Eduardo Salgado fotografias e relatos de 4 casos clínicos ocorridos em sua clínica hospitalar, eram os casos sobre: elefantíase da vulva, lipoma da língua, um carcinoma ulcerado do seio e uma necrose do calcâneo com invaginação de parte do osso.

Sessão de 25 de junho de 1895 – Aprovação da encomenda de uma coluna de bronze dos Estados unidos para a estatua do General Sampaio, sendo o desenho feito pelo Sr. Moreira Clares, funcionário da Estrada de ferro Baturité. Distribuição do livro de Farias Brito, Finalidade do mundo.

Sessão de 9 de julho de 1895 – Leitura do trabalho histórico de Guilherme Studart intitulado: Documentos para a biografia do fundador do Ceará(Martim Soares Moreno)

Sessão de 20 de agosto de 1895 – apresentou teses sobre anginas membranosas o Sr. Luna Freira.

Sessão de 3 de setembro de 1895 – O Sr. Eduardo Salgado fez uma apanhado dos estudos médicos sobre difteria desde Bretonneau e Trousseau passando pela descoberta do bacilo de Loffler e os trabalhos de Roux e Yersin.

Sessão de 17 de setembro de 1895 – Apresentação e leitura do livro: relações de Manuel Severim de Faria, chantre da Sé de Évora, sobre historia de Portugal e província ocidentais. Cópia adquirida por Gilherme Studart tirada da famosa coleção Vimieiro.

Sessão de 1 de outubro de 1895 – Proposição da criação de um livro sobre os múltiplos aspectos do Ceará. Emissão de nota de pesar sobre o falecimento de Pasteur.

Sessão de 15 de outubro de 1895 – Discussão sobre a mudança de nome da cidade de Fortaleza para Iracema, proposição feita pelo Conselheiro Tristão de Araripe. Recebimento do livro Memórias de Silvano de Godoi e apresentação de trabalho inédito do Sr. J. Arthur Montenegro, que pleiteia vaga como socio correspondente, intitulado Notas para a carta geográfica do Rio

	<p>Grande do Sul.</p> <p>Sessão de 29 de outubro de 1895 – Leitura do Esboço histórico do Dr. Theberge. Leitura de manuscrito encontrado na Biblioteca nacional de Lisboa sobre a descrição das matas do Ceará por Vicente Ferreira Forte em 1800. E leitura de uma descrição da cidade do Crato nos períodos de 1815-1824 e 1894 elaborado pelo Dr. Horácio de Figueiredo.</p> <p>Sessão de 12 de novembro de 1895 – Fez-se a apreciação de duas plantas, uma de Fortaleza(1813) e outra da barra e cidade do Aracati(1844) oferecidas pelo Sr. H. Theberge, que as adquiriu do inglês Stephen Bettem. Leitura do Estudo d Sr. Theodorico intitulado: O século XIX, a eletricidade e o vapor. O Sr. A. Bezerra realizou leitura referente a documentos históricos do Ceará no século XVII, sobre a antiga missão e aldeia dos índios do Camussy.</p> <p>Sessão de 25 de novembro de 1895 – Oferecimento da obra o Consultor militar pelo autor, Tenente Cândido B. Castello Branco. Recebimento de convite para comemorações de aniversário da Sociedade literária de Redenção, Igualdade e Progresso. Apresentação de quatro plantas e desenhos de localidades a 6 quilômetros de Quixadá onde se pode encontrar inscrições rupestres, oferecidas por A. Bezerra. E apreciação de documentos sobre a história do Ceará no século XVIII e XIX por Guilherme Studart. Um desses documentos pertence ao arquivo da câmara de Aracati e traz informações sobre a queda de Napoleão e os demais sobre o período da abdicação de D. Pedro I.</p>
1896	<p>Sessão de 1 de setembro de 1896 – Recebimento dos periódicos e livros: Congresso Academico (Recife); Revista Silva Jardim (Porto Alegre), Programas das festas comemorativas de Portugal em 1897 para o centenário da viagem de Vasco da Gama para Índia e o livro Datas e Factos para a história do Ceará do Dr. Guilherme Studart.</p> <p>Sessão de 15 de setembro de 1896 – Recebimento do opúsculo: Pela República do Snr. Pereira da Costa Filho; recebimento dos periódicos Tribuna Literária (Recife) e Symbolo (Baturité), Leitura de trabalho sobre viação férrea no Brasil e no Ceará pelo Sr. Theodorico Filho.</p> <p>Sessão de 27 de outubro de 1896 – Recebimentos dos periódicos e livros: Revista Silva Jardim, Congresso Acadêmico, A Tuba, Revista do Instituto do Ceará, Revista dos Tribunaes, O Symbolo, Tribuna Literaria, Manifesto das camaras municipais de São Paulo reunidas em congresso, Relatório do movimento do Centro Literário de Fortaleza. Apreciação dos livros: Prismas de José Rodrigues de Carvalho e América de Álvaro Martins.</p> <p>Sessão de 1 de dezembro de 1896 – Recebimento dos periódicos: Congresso Academico, A Tuba, Silva Jardim, Annaes da Academia de Medicina do Rio de Janeiro. Apreciação de soneto inédito do Padre José Martiniano de Alencar de 1817 descoberto na documentação enviada pelo arquivo da Bahia ao Instituto do Ceará</p> <p>Sessão de 15 de dezembro de 1896 – Recebimento dos periódicos e livros: A Tuba, Discurso do Capitão R. G. de Oliveira proferido ao meeting de 5 de novembro de 1896.</p>
1897	<p>Sessão de 16 de fevereiro de 1897 - Recebimento dos periódicos e livros: Revista dos Tribuanes, Revista do Instituto do Ceará, O Jaguaribe, Jornal fur Ornithologie, O Contemporaneo. Livros: A Comunicação dos Dous Mundos pela Atlantis antes do Diluvio oferecida pelo autor Patroclo</p>

Campanakis de Constantinopla; Ornithologia Paulista por Gustav Koenigswald. Recebimento de medalha e diploma da exposição internacional de Chicago pelo Sr. Theberge pela coleção de madeiras cearenses.

Sessão de 16 de março de 1897 - Recebimento dos periódicos: Revista do Instituto Geografico e arqueológico de Pernambuco, Phenix Caixeiral e A Turba.

Sessão de 18 de maio de 1897 – Recebimentos: do 2º volume da obra de Guilherme Studarte, Datas e Factos para a história do Ceará, Revista Iracema, Periodico Jaguaribe, Revista do Conselho Central da S. de S. Vicente de Paulo no Ceará, Revista dos Tribunaes, A Federação, A Tuba. Quanto a livros: La República del Paraguay de Carlos Santos.

Sessão de 1 de julho de 1897 - Recebimento dos periódicos e livros: Congresso Acadêmico, Revista do Conselho Central da S. de S. Vicente de Paulo no Ceará, Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, Jaguaribe, Revista dos Tribunaes da Bahia, Revista Acadêmica e A Tuba.

Sessão de 20 de julho de 1897 – Recebimentos: Periódico Cidade do Maracanaú, Periódico Jaguaribe, livro Atlantide, romance histórico e satírico do Dr. Domingues Jaguaribe. Convite para o Congresso Científico Latino Americano de 1898.

Sessão de 3 de agosto de 1897 – Recebimentos de periódicos: A Tuba, A Cidade de Maracanaú e Jaguaribe e livros: O Último Livro do Dr. Oliveira Lima, Arte de Formar homens de bem, Contribuições para a canalização do rio São Francisco ao rio Jaguaribe, Homens e ideias no Brasil, Os herdeiros do Caramurá, Atlantides, Obras e pensamentos – obras oferecidas pelo autor Dr. Domingos Jaguaribe.

Sessão de 17 de agosto de 1897 – Recebimentos: Relatório da Associação das Senhoras da Caridade de Maranguape; Livro: Myrtos de Themistocles Machado; Porto de Fortaleza no Estado do Ceará, Memorandum, Periódico Congresso Acadêmico, Periódico Jaguaribe, Periódico Ordem e Progresso, A Tuba, Revista do Instituto do Ceará. Leitura do trabalho de Arthur Montenegro intitulada O Marques de Tamandaré. O Dr. Guilherme Studart comparecerá ao Congresso Bibliografico Internacional em Paris. Apreciação de uma carta inédita do Dr. Marcos Antonio Macedo sobre a canalização do São Francisco e o Jaguaribe apresentada por G. Studart.

Sessão de 31 de Agosto de 1897 – Recebimentos de Livros: Direccion de Estadistica de la República Oriental del Uruguay. Leitura de carta inédita de Martim Soares Moreno de 1616 apresentada por G. Studart.

Sessão de 14 de setembro de 1897 – Recebimento de periódicos: Jaguaribe, Escola de Direito, Revista do Conselho Central da S. de S. Vicente de Paulo no Ceará, Rio Negro, Carta Pastoral do Sr. D. Joaquim José Vieira publicando as decisões da Inquisição Romana na causa dos milagres do Joaseiro. Discussão sobre a água potável na cidade e apreciação da coleção de fotografias de Arthur Montenegro composta de retratos dos vultos salientes da guerra do Paraguay, brasileiros, orientais, argentinos e paraguayos.

Sessão de 28 de setembro de 1897 – Recebimentos de periódicos: Congresso Acadêmico, Rio Negro e Revista do Conselho Central da S. de S. Vicente de Paulo no Ceará. Leitura de um trabalho de H. Theberge sobre a devastação das matas no país. Leitura de Pedro de Queiroz sobre

	<p>o parecer dos livros históricos de G. Studart. Farias Brito apresenta questões filosóficas para discussão: O universo tal como se manifesta à consciência, e admitindo-se que constituem um todo orgânico, tem consciência de que existe? A moral do interesse pode ser transportada do ponto de vista individual para o ponto de vista coletivo sem a intervenção de um principio superior?</p> <p>Sessão de 19 de outubro de 1897 – Recebimento de periódicos: A Tuba, Jaguaribe, Rio Negro, Congresso Acadêmico, Oito de Setembro, Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, Monografia: Um ponto importante da história do Ceará por Luiz Januário Lamartine Nogueira. Guilherme Studart discute as opiniões de Henri Cordier e G. Schlegel sobre a teoria de ser o Fousang a atual América, Também apresenta Studart Carta de 1728 que registra a possibilidade do rio Vicente Pizon, do tratado de Utrecht ser o atual rio Oyapock. Registra ainda a presença do botânico suíço Dr. Jacques Huber.</p> <p>Sessão de 9 de novembro de 1897 – Recebimentos: Memoria apresentada a la Direccion General de Instrucion publica por Don Urbano Chucarro, Ensayo critico sobre las Obras poéticas de Olegario V. Andrade de Jacob Larrain. Anuario Demografico de la república del Uruguay e dois boletins demográficos. Apresentação de um autografo de José de Alencar com relação a Oliveira Sobrinho.</p> <p>Sessão de 23 de novembro de 1897 – Recebimentos dos periódicos: Jaguaribe, Rio Negro, Labaro, A Tuba, Anaes da Academia de Medicina do Rio de Janeiro, Revista dos Tribunaes da Bahia, El Comercio e Oito de Setembro.</p> <p>Sessão de 7 de dezembro de 1897 – Recebimento do livro: Chromos de Francisco Silverio; periódicos: Congresso Academico, Jaguaribe, Rio Negro, Travelers Record, Labaro, Eloide do Sud; Monografias: Os Grés Eolios de Fernando de Noronha (Branner), Inscipções em rochedos do Brazil (Branner e Hart) e Geologia de Fernando de Noronha (Branner). Discussão sobre a rebelião dos negros dos Palmares encabeçada por G. Studart.</p>
1898	<p>Sessão de 1 de fevereiro de 1898 – Recebimento das obras: Exercicios de língua castelhana; Elementos de pratica forense em matéria civil; Repertorio alfabético de la jurisprudência e hondurenismos; Das águas minerais em geral e especialmente do Brasil; Conferências do Doutor Miranda de Azevedo; Factos históricos da política república brasileira, Discursos do Dr. Miranda de Azevedo e Regulamento da Força Publica de São Paulo; Velo-aero, o aerostato dirigível; Exemplar da monografia: Aldeias do Camarão de Luiz Januário Lamartine; Revista dos Tribunaes; Boletim do Museu Paraense; Periódicos: Rio Negro, Revista Moderna; Jaguaribe, Revista Italo-Braziliana; Oito de Setembro e Era Nova. Oferecimento de 20 jornais portugueses sobre o Padre Antonio Vieira pelo Dr. G. Studart; Apresentação de discurso sobre O Cambio, e causas de sua oscilação por Rodrigues de Carvalho.</p> <p>Sessão de 15 de Fevereiro de 1898 – Expediente: Comunicado do Congresso científico latino americano que ocorrerá em 1º de abril em Buenos Aires. Documentos para os Anais da Venezuela desde o movimento separatista coordenado pela academia nacional de história (11 volumes); folhetos com discursos dessa Academia de Rojas Paul; Jacinto Pachano, Ezequiel Gonzales e Marcos Antonio Saluzzo, tomo de Memorias de La Academia Nacional de la História</p>

e Documentos Relativos a la festa em Honor del Gran Mariscal de Ayacucho; Datos sobre la Agricultura em Venezuela e Tres Proceres de la causa liberal Donato Rodriguez Silva, Zoilo Medrano e José de Jesus Gonzalez; Revista Moderna, Revista do Instituto do Ceará, Jaguaribe, Rio Negro, Era Nova, El Comercio, Oito de Setembro, Labaro; Circulares do Congresso Bibliografico Internacional de Paris e do Congresso brasileiro de medicina e cirurgia.

Sessão de 1 de março de 1898 - Expediente: Trabalho de Farias Brito intitulado Homens do Ceará – biografia de Guilherme Studart publicado na revista do Instituto do Ceará; Periodico Jaguaribe, Revista de Belem, Oito de Setembro, El Comércio e Era Nova.

Sessão de 15 de março de 1898 – Expediente: Revista dos Tribunaes, Era Nova, Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, Rio Negro, Um Mapa do Canadá, um carta do Ceará por José do Valle Feitosa, folhetos publicados da Tipografia de José do Valle Feitosa e uma planta da Lagoa Rodrigo de Freitas oferecida por G. Studart. Apresentação dos outros capítulos de Fauna e Flora do Ceará pelo Dr. Theberge e considerações históricas a proposito da memória descritiva do Ceará publicada na revista do Instituto Histórico e atribuída erradamente ao Engenheiro Silva Paulet.

Sessão de 12 de abril de 1898 – Expediente: Revista dos Tribunaes, Oito de Setembro, Era Nova, El Comercio, exemplar do Livro homenagem ao Padre Antonio Vieira elaborado pelo Instituto Geografico e Histórico da Bahia, Revista do Instituto do Ceará, Rio Negro, Album de la Guerra del Paraguay. Leitura do Trabalho: Aspectos da arte colonial brasileira do Dr. Cunha Barbosa.

Sessão de 26 de abril de 1898 – Expediente: Olinda Conquistada do Padre João Baers, leitura do prologo da obra de Arthur Montenegro sobre as campanhas do Uruguay e Paraguay.

Sessão de 24 de maio de 1898 – Expediente: Jaguaribe, Oito de Setembro, Rio Negro, Era Nova, The Brazilian Rewiew, El Comercio, Revista do Instituto da Bahia, Revista do Pará, Revista dos Tribunaes, Congresso Academico, Escola de Direito, Fabulas pelo Dr. Bomsucesso, Discursos sobre negócios do Ministerio da guerra por Franklim Doria, Biografia de Amaro Cavalcante por Pelino Guedes; História de la organizacion nacional de Mariano Pelliza. Pedido para a produção de obras sobre a história das secas no Ceará.

Sessão de 7 de junho de 1898 – Expediente: The brazilian Rewiew; Era Nova; Oito de Setembro; A Verdade; Revista do instituto histórico e geográfico de São Paulo. Relatório Geral da sociedade S. Vicente de Paulo. Esboços históricos do Dr. Theberge sobre a província do Ceará. Fascículo de Viticultura pelo Dr. Campos da Paz; A questão das secas da província do Ceará por G. Raja Gabaglio.

Sessão de 21 de junho de 1898 – Expediente: Documento sobre as lutas políticas cearenses em 1822 oferecido por Álvaro de Alencar, The Brazilian rewiew, El Comercio, Era Nova, Rebate, Rio Negro, Jaguaribe, Gil Braz (Quinzenário de Lisboa), Catalogo das antiguidades da Costa Rica de Julio de Arellano, Ensayo lexicográfico sobre la lengua de Terraba por Pittier e Gagini, Exposicion sobre limites presentada por la comission Nicaraguense, Alegato de la comission Nicaraguense contestando la exposicion de la comission de Costa Rica sobre limites, Etnologia Centro Americano, Catalogo razonado de los objetos arqueológicos de la república de Costa Rica em la exposicion histórico-americana de Madri em 1892 por Peralta e Alfaro; República de Costa

	<p>rica, Apontamentos geográficos estatísticos e históricos por Joaquim Bernardo calvo.</p> <p>Sessão de 12 de julho de 1898 – Expediente: Livros: De San José al Guanacoato e índios Guatueros do Presbitero D. José Daniel Carmona, Estado do amazonas, limites com a Guiana inglesa por Ernesto Mattosa, Decretos, leis e regulamento do Estado do Amazonas. Periodicos: Escola de Direito; O Cearense; Era Nova; Oito de Setembro. The Brazilian Review; O Municipio e A República, A Lavoura. Explanação pelo Dr, Theberge sobre as tentativas de aclimação de plantas forrageiras exóticas no Ceará.</p> <p>Sessão de 26 de julho de 1898 – Recebimento de; Memórias del Departamento Nacional de ingenieros correspondente a los anos de 1895 e 1896 e El Socialismo triunfante de Francisco piria; Teses para o concurso de aritmetica e álgebra do Lyceu cearense; Relação das conferências de S. Vicente de Paulo e Conselhos Instituidos; Congresso acadêmico, O Cearense, Rio Negro, Jaguaribe, Era nova. Discussão sobre os negócios e economia local. Pedro de Queiroz faz leitura de uma criticas as obras de Farias Brito.</p> <p>Sessão de 6 de setembro de 1898 – Expediente: Memorial sinóptico sobre a glorificação do Padre Antonio Vieira pelo Conego Ulysses Penafort; Oito de Setembro, Jaguaribe, Evolução física dos bahianos do Dr. J. B. de Sá Oliveira; Discurso do Dr. Braz do Amaral sobre o centenário da India; Industria Pastoral discurso do Dr. Carlos Travassos; A Lavoura, Escola de Direito, Revista dos Tribunaes, Revista Juridica, A Revista, O Cearense, Lei orgânica do centro cearense; Anuario Hidrografico del Rio de La Plata por C. A. Arocena. Leitura do Estudo de Farias Brito sobre a Philosophia de Malebranche.</p> <p>Sessão de 11 de outubro de 1898 – Expediente: Revista do Instituto da Bahia, Revista dos Tribunaes, Estudio de los Ferro-Carriles que ligaran em el provenir las Repúblicas Americanas por D. JoanJosé Castro; Prismes reitrateurs applique au sextante par enrique Legrand e la Nebulosidad em el clima de Montevidel por Luis Morandi; Oito de Setembro, Era Nova, Jaguaribe, Revista do Instituto do Ceará; História de la Organizacion nacional de Mariano A. Pelliza; O Simas de Papi Junior, Escola de Direito. Apresentação de estudo critico sobre o livro Ruinas de H. Castriciano elaborado por Rodrigues Carvalho.</p> <p>Sessão de 25 de novembro de 1898 – Expediente: Artinha Grega do Almirante J. J. da Fonseca; Revista Iracema de Manaus, Oito de Setembro, Era Nova, O Cearense e A Pátria. Leitura de relatos de viagem ao Aracati sobre comercio e indústria feitos pelo Dr. H. Theberge. Leitura de trabalho sobre A Maniçoba.</p>
1899	<p>Sessão de 7 de fevereiro de 1899 – Expediente: orações Patrióticas do Conego Penafort; Alimentação do Vegetal conferencia do Dr. Germano Vert; A Lavoura; Discurso sobre a liberdade da consciência de Tristão de Alencar Araripe, Era Nova; L'Educacion; Ave Maria; A Patria; Revista dos tribunaes; Revista do Instituto polytechnico Brasileiro; O Cearense; Revista do instituto do ceará; tese: Quem descobriu o Brasil de Candido Costa; Boletim do centro cearense; Revista da Faculdade de Direito. Leitura dos trabalhos: Conselhos e praticas da medicina domestica para os casos mais comuns de envenenamento na ausência de um medico pelo Dr. Eduardo salgado; Considerações geraes sobre hygiene privada, condições de salubridade</p>

e saneamento da cidade de Fortaleza, acompanhados de quadros gráficos relativos a mortalidade comparada entre diversas cidades do Ceará por Theodorico Filho; Notas e impressões de viagem da cidade de Fortaleza ao Limoeiro com apreciações sobre o fenômeno das secas no Ceará e meios a empregar para lhes atenuar os efeitos calamitosos por H. Theberge. Comemoração do 4º centenário do Descobrimento do Brasil.

Sessão de 21 de fevereiro de 1899 – Expediente: A Pátria, O Cearense, Oito de Setembro, Era nova e Revista da Sociedade de geografia do Rio de Janeiro.

Sessão de 28 de Março de 1899 – Expediente: Constituicion nacional y constituciones provinciales vigentes por Arthur Carranza; Revista dos Tribunaes; Revista do Instituto do Ceará; A Lavoura, Revista do conselho central da sociedade São Vicente de Paulo; A Patria; O Cearense; A Cidade; Oito de Setembro; Era Nova; Boletim da sociedade de geografia de Paris, Boletim do Museu paraense; Revista do Instituto da Bahia e de São Paulo, Revistas do Arquivo Público Mineiro. Revista da Escola Politecnica do Rio de Janeiro; Almanaque do Estado do Ceará para 1899 de João Câmara; A meridional; Revista Internacional do Rio.

Sessão de 11 de Abril de 1899 – Expediente: Circular do Congresso internacional de geografia em Berlim; Diario Popular de São Paulo; Era Nova; A Cidade; A Lavoura; O Cearense; Quadro Sinoptico dos nomes Indo-Brasilienses; Boletim do Museu Paraense.

Sessão de 13 de Junho de 1899 – Expediente: A Cidade, Era Nova, Revista do Brasil, Revista Juridica, Circular da Internacional Paper Company de New York, Catalogo dos jornaes pernambucanos, Boletim comercial do museu comercial de Bruxellas, Anais da academia de medicina do Rio, Revista do Instituto da Bahia, Escola de Direito, Revista dos Tribunaes, Patira, A Lavoura, Moral Insanity - tese de Alvaro Fernandes; Quarto centenário do descoblimento de Pernambuco do instituto arqueológico de Pernambuco; Estudos Históricos de Cunha Barboza, Anais da biblioteca nacional do Rio de Janeiro e 3º volume da obra Datas e factos para a história do Ceará de Guilherme Studart.

Sessão de 25 de julho de 1899 – Expediente: Patria, Era Nova, Relatorio geral da sociedade São Vicente de Paulo; 2º volume das Finalidades do Mundo de Farias Brito.

Sessão de 22 de agosto de 1899 – Expediente: Revista do Instituto da Bahia; Revista do Arquivo Público Mineiro, Estudos sobre o Pará de Arthur Octávio Nobre Vianna. Leitura do livro O Ceará Literário nos últimos dez anos de Rodrigues de Carvalho.

Sessão de 12 de setembro de 1899 – Expediente; Revista dos Tribunaes, A Lavoura e Leitura de trechos do Dicionario Bio-bibliografico do Barão de Studart.

Sessão de 3 de outubro de 1899 – Expediente: Era Nova, A Patria, Livro Brazil-Paraguay de Alberto Souza.

Sessão de 17 de outubro de 1899 – Expediente: Oitenta e Nove(Baturité); O Cearense, Era Nova, Jaguaribe, A Patria e Leitura de trabalho de Farias Brito: As operações do entendimento segundo Spencer.

Sessão de 14 de novembro de 1899 – Expediente: Monografias: Tres próceres de la causa liberal Donato Rodriguez Silva, Zoilo Medrano y José de Jesus Gonzalez, Guerra da Venezuela em 1898 e Hoja de serviços del General Antonio Guzman Blanco. Discurso sobre as origens profundas das

	<p>águas do Cocó.</p> <p>Sessão de 3 de dezembro de 1899 – Expediente: Officina Literária(Pará), Revista dos Tribunaes, Jaguaribe, Esboços e fragmentos de clovis Bevilaqua; Memória de Relaciones Exteriores e Culto em 1899, A Lavoura, Era Nova, e A Cidade.</p>
1900	<p>Sessão de 12 de fevereiro de 1900 – Expediente: Anuario Pillado de 1809 que contem todas as sociedades anônimas da república Argentina, Revista do Instituto da Bahia, Comercio da Paraiba, Officina Literária, Jaguaribe, A Lavoura, Suplemento, Era Nova, A Cidade e a Patria. Leituras de H. Theberge sobre o Algodoeiro e o seu plantio no Ceará.</p> <p>Sessão de 10 de abril de 1900 - Expediente: O Primeiro Amor de Manuel Gouveia; Documentos para los Annales de Venezuela coordenados y publicados pelo Dr. Andueza Palacio (11 volumes); As nossas fronteiras e a reorganização do exercito nacional de Gaspar Guimarães, Notas sobre a Parayba de Iriney Joffily, Revista do Arquivo de Salvador, Manifesto do Corpo comercial do Ceará contra o imposto do Stock; Officina Literária, Cidade, Oitenta e Nova, Era Nova e Commercio e Leitura do Poema de Rodrigues de Carvalho: Poema de Maio.</p> <p>Sessão de 8 de maio de 1900 – Expediente: Revista do Instituto do Ceará, A Lavoura, Silos e Forragens de Valdemiro Cavalcante, Monochromo, pequeno conto Parauara; Dicionario geográfico, histórico e estatístico de Pernambuco de Sebastião de Vasconcelos Galvão; Titulos de Concessão e verdadeiros limites do Brazil de Vicente Liberalino de Albuquerque; Noivado, cancionero de Aristheo de Andrade; Boletim do Instituto Agronomico de São Paulo; O Instituto Civivico-Juridico de Virgilio Cardoso de'Oliveira; Religião conferencia do Dr. Amaro Cavalcanti; Officina Literária, O Comércio e A Cidade. Leitura do dicionário bio-bibliografico do Barão de Studart.</p> <p>Sessão de 5 de junho de 1900 – Expediente: As Belezas da Religião do Padre Pedro Leopoldo de Araújo Feitosa; A Sagrada Memoria do Marechel Floriano Peixoto, o Comercio, A cidade e João Cotoco.</p> <p>Sessão de 3 de julho de 1900 – Expediente: O Uruguay de José Basilio da Gama; Discursos proferido na Iracema Literária de 1900;Revista do Instituto da Bahia, Relatorio Geral da sociedade S. Vicente de Paulo; Boletim do museu paraense;Relatório da sociedade beneficente portuguesa dous de fevereiro; O Paraná no Centenário de José Francisco da Rocha Pombo; Grandes Honores acordados ao libertador Simon Bolivar de Manuel Landaeta Rosales; Anais da academia de medicina do Rio de Janeiro; A Lavoura e Oficina Literaria. Leitura de outros capítulos da Flora e Fauna Cearense do Dr. Theberge.</p> <p>Sessão de 7 de Agosto de 1900 – Expediente: Relatório das Senhoras de caridade de Fortaleza de 1900; A Lavoura, Revista do centro Militar do rio de Janeiro e Officina Literária. Continuação das leituras do Dr. Theberge sobre a Fauna e Flora cearense.</p> <p>Sessão de 11 de setembro de 1900 – Expediente: Histórico dos trabalhos da sociedade nacional de agricultura de 1899; Memorias do Museu Paraense, escavações arqueológicas em 1895; Revista do Instituto do Pará; A cidade, Oitenta e Nove. O Comercio, A Verdade e Era Nova. Leitura do trabalho: Subsídios para a história do Norte literário de Rodrigues de Carvalho.</p> <p>Sessão de 9 de outubro de 1900 – Expediente: Yapehú; El Sol del Escudo Nacional y la</p>

<p>Restauracion de los Incas de Mariano A. Pelliza; Ephemerides do Ceará de João Brigido dos Santos; Echos d’Amazonia, Revista do Instituto da Bahia. Continuação da leitura de Subsídios para a história do norte literário.</p> <p>Sessão de 6 de novembro d 1900 – Expediente: Revista do arquivo público mineiro de 1900, A lavoura e leitura do trabalho de Antonio Bezerra, O Ceará e os cearenses.</p> <p>Sessão de 18 de dezembro de 1900 - Expediente: A Lavoura; Boletim da Agricultura, Revista do Instituto da Bahia e do Pará, A Cidade e Era Nova.</p>
--

Fonte: elaborado pelo autor.

Além das chamadas influências civilizatórias europeias, entre essas, o positivismo e racionalismo, o que chama atenção para além dos conteúdos é os emissários dessas ideias. Ao verificarmos as obras recebidas pela Academia é possível ver o estabelecimento de uma grande rede de comunicação e intercâmbio de ideias que vai desde o interior da província, passando pelos principais centros populacionais brasileiros do período e estendendo-se pelos países da América e Europa.

A atividade missionária da Academia não resumiu-se apenas ao âmbito da esfera cearense. As correspondências foram igualmente responsáveis pela circulação das ideias produzidas no periódico do referido núcleo. Era, na verdade, a tentativa de divulgar na “República das Letras” brasileira a organicidade dos seus pressupostos científicos e teorias para a nova ordem que se estabelecia. Logo, manter contato com institutos, academias, jornais, sociedades literárias e científicas espalhadas não só na esfera nacional, mas também de outros países, seria uma das maneiras mais estratégicas de prover a disseminação do seu ideal no mundo letrado, bem como dar legitimidade local ao reconhecimento daquela sociedade como espaço de saber em Fortaleza. (CARDOSO, 2000, p. 144).

Aqui novamente é possível notar o estabelecimento de uma rede de informação que sustenta a implantação de um regime informacional. Isso mostra que o esquema de informação – poder é sustentado pelas complexas tramas que sustentam a cultura e que serve de mecanismo para o estabelecimento das tessituras políticas de uma época.

Entra em cena os complexos mecanismos de mediação que a própria dinâmica da cultura é criadora. A Academia age como um agente de informação, que como Almeida Junior (2009) estabelece: media realizando ações de interferência na sociedade. Essa mediação era estabelecida não só através de mecanismos educacionais, de erudição ou leitura, mas sim sustentada por um discurso político forte e agressivo.

O projeto civilizatório de uma sociedade moderna, era a todo momento reproduzido, e é no estabelecimento de pautas e práticas de leitura que ele começa a se fundir

no imaginário da cidade. A revista da Academia fornecia os temas mais caros a essa elite intelectual, sua rede de relações internacionais só legitimava ainda mais o seu poder.

Apenas o fato de produzirem uma revista, dava a Academia um público para suas ideias. Assim como o Instituto procuraram organizar estudos sobre o passado da província e procuraram na ciência resposta para os problemas de sua época, como a seca, exemplo disso são os trabalhos sobre hidrografia, agricultura, economia e indústria presentes em sua revista.

Nesse sentido, a Academia reitera os anseios do progresso pelo saber estabelecidos pela elite naquela época. Ao consumir as principais ideias de seu tempo e fazerem parte de uma elite política que buscava mais poder tanto no cenário local como nacional, a Academia se firmava como instância colonizadora de ideias no Ceará. Esse sodalício contribuiu para grande produção científica e literária local nessa época, sendo responsável pela incorporação no imaginário dos seus leitores de ideias que tinham seus fundamentos na ciência e na razão como fonte para o progresso social.

Assim, a Academia convergia em um único espaço a esfera político-social com a da educação. Nesse espaço, a ciência vira as bases que sustentam um projeto político econômico, que é sustentado pela influência política e a produção e disseminação de conhecimentos e informações pelo seu periódico. Desse modo, o público leitor da cidade seria diretamente impactado pelas ideias desse sodalício.

Já ficou claro que essas ideias tinham mais impactos naqueles que apoiavam esse projeto civilizatório, ou seja, a elite econômica e política. Mas a Academia almejava atingir todas as camadas, basta lembrarmos de seus objetivos que visava lutar pela educação em todas as suas instâncias. Isso só endossa o posicionamento deles de uma mudança social pela educação.

Aos moldes de uma república das letras exerceu sua influência a Academia Cearense. Como uma das últimas instituições de leitura da cidade a surgir no final dos oitocentos essa instituição, cumpriu, e cumpre até hoje, o seu papel como mediadora das tramas informacionais e leitoras da cidade de Fortaleza.

7 CONCLUSÃO: CAMINHOS DA LEITURA NA SEGUNDA METADE DOS OITOCENTOS

As cartografias são reveladoras dos aspectos físicos e geográficos de uma determinada região, sendo capazes de trazer traços históricos em suas linhas delimitadoras de fronteiras espaciais. No entanto o espaço habitado e palco das práticas e sociabilidades humanas não são só constituídos dos aspectos físicos. Há na constituição desses espaços mapas simbólicos que são sobrepostos em camadas nos mapas geográficas, como uma cebola.

Esses mapas simbólicos exercem uma força sobre as cartografias espaciais capazes de realizar transformações nas ambiências do físico. O resultado desse processo resulta na constituição das ambiências humanas como as conhecemos, repletas de relações simbólicas que impactam diretamente na construção do cotidiano de cada povo.

Cada costume, hábito, tradição, ou seja, cada cultura é impactada pelas relações entre essas metafóricas cartografias aqui evocadas. Nesse sentido, procurou-se no percurso investigativo dessa pesquisa entender a dinâmica de uma cartografia da leitura na cidade de Fortaleza no período da segunda metade do século XIX sob a ótica dos fenômenos informacionais.

Para tanto a Ciência da Informação como campo científico, capaz de possibilitar a investigação dos fenômenos informacionais no seio da cultura e das dinâmicas sociais de um povo, nos guiou pelas várias possibilidades e facetas de “encarnação” do fenômeno informação. Usamos o termo encarnação porque a informação desempenha papéis em diversos fenômenos científicos como a comunicação, as tecnologias e em nosso estudo, a leitura.

Nesse sentido a leitura entra em cena como um fenômeno informacional, uma vez que através da leitura os sujeitos se informam e começam a formar seus repertórios de conhecimento. Entendendo que a informação em sua significação etmológica pode se referir a capacidade de dar forma, de se materializar proporcionando também os processos de comunicação, é associada então, a esse fenômeno, as dinâmicas da leitura de produção de sentido, possibilitando o desenvolvimento humano.

Além disso, o entendimento das práticas leitoras como informacionais e o entrecruzar da história da leitura com a da informação através do desenvolvimento dos suportes de registro, enfatiza ainda mais as semelhanças e simultaneidades desses fenômenos que se desenvolvem nas complexas tramas socioculturais que compõem a realidade de um povo.

A visualização das reverberações da leitura e informação no tecido que constitui o cotidiano dos povos pode ser verificado na cidade de Fortaleza no final do século XIX, uma vez que a cidade passava por uma série de transformações políticas, urbanas e socioculturais advindas da popularização de ideias civilizatórias vindas da Europa.

Ao analisar, três marcos da leitura na capital, foram identificadas as tramas informacionais e as influências leitoras que cancelaram esse projeto político intelectual. O estabelecimento da Biblioteca pública funciona como o ponto de partida para a implantação de uma sociedade letrada.

Seus discursos fundacionais evocam o discurso da filosofia das luzes e do progresso pelo saber. A constituição de seu acervo demonstra a influência das ideias filosóficas e políticas dos escritores franceses. Assuntos como liberalismo econômico e político, liberdades individual e coletiva, as discussões sobre o poder da igreja e o positivismo da república.

Os sujeitos envolvidos em sua criação são representantes da classe política e burguesa local, sendo o cargo de bibliotecário ocupado por políticos, servidores públicos e intelectuais do período com características ora conservadoras, ora liberais, mas que seguiam o fluxo das decisões políticas locais.

Os leitores dessa instituição tinham a sua disposição um discurso pautado nos principais ideais da época, sendo a religião, a política e a ciência as temáticas mais difundidas. No entanto, o apreço pelos romances, mostra como a ação da leitura é prática transgressora, porém foi verificado que o autor mais consultado verificado nos registros disponíveis era Enrique Perez Escrich, o qual tinha como temática principal de seus romances os ensinamentos da doutrina católica.

No que se referem ao Instituto do Ceará, as ideias científicas foram popularizadas no fim do século pela Academia Francesa e pelo acervo da Biblioteca. Houveram também o surgimento de outras instituições dedicada ao culto da história, geografia e ciências surgidas no Brasil à época, assim como as tentativas do governo imperial de criar uma produção científica nacional através do patrocínio de expedições pelo interior do país para retratar as realidades de cada estado, sua fauna e flora, assim como a cultura das comunidades foram bases que fomentaram sua criação.

De 1887 até 1900, a revista do Instituto pululou o imaginário do leitorado local com trabalhos sobre a história colonial da província, sendo seus sócios fundadores os principais responsáveis pela fundação de um discurso histórico sobre o ceará colonial. Nesses trabalhos é possível ver as influências do estabelecimento de uma cultura republicana que

tentava colocar o índio como personagem central da narrativa colonial em contraposição ao português. Estudos sobre os dialetos indígenas e pesquisas sobre a fauna e flora se destacam nessas produções.

Vale salientar que o instituto tem uma rede de comunicação que se estende do interior da província e pelas principais cidades brasileiras da época, até o continente Europeu e pelos países Americanos. Isso é creditado à ação de sócios correspondentes, ao aprimoramento da malha ferroviária e náutica que se desenvolve na capital, a qual também é um centro comercial de grande movimentação.

Por fim, a Academia Cearense de Letras que em seus primeiros anos se dedica mais ao desenvolvimento das ciências locais do que do Beletrismo. As leituras de seus membros giravam em torno dos trabalhos de Darwin, Spencer, Stuart Mill, realçando o caráter liberal de suas ideias.

Os trabalhos de Farias Brito que refletiam uma filosofia pautada de uma profunda influência religiosa, estudos sobre a fauna e flora do Dr. Teberge e as produções históricas do Barão de Studart contribuem para a formação do cânone científico local, além das obras e discussões sobre o legislativo feitas por Justiniano de Serpa.

Suas produções são publicadas em sua própria revista que tinha alcance nacional e através dos seus correspondentes estrangeiros chegavam a Europa e nos países Americanos, servindo como o principal expoente de divulgação de suas ideias. Tinha a Academia um projeto de sociedade pautado no positivismo científico, tendo na educação e no incentivo da instrução primária, secundária e superior o principal meio para a consolidação desse projeto erudito e ao mesmo tempo político.

Diante do exposto e procurando responder nossa questão de pesquisa: Como se deu a formação do imaginário leitor fortalezense na segunda metade do século XIX? E o nosso objetivo geral: foi investigar a formação do imaginário leitor fortalezense na segunda metade do século XIX, com foco nas instituições: Biblioteca Provincial, Instituto do Ceará e Academia Cearense de Letras, o que se pode verificar é que o imaginário leitor fortalezense desse período foi pautado pelas influências das ideias civilizatórias europeias, que tinham no positivismo, liberalismo, nas teorias naturalistas e evolucionistas além dos ideais das luzes, as bases de suas leituras.

A influência dessas leituras possibilitou o estabelecimento de um projeto de modificação das mentalidades nesse período que resultou no aformoseamento urbano da cidade, no crescimento do comércio, na implantação da indústria e em transformações na

dinâmica do trabalho, que deixa de ser agrícola e passa a ser industrial com o desenvolvimento de um capitalismo mais agressivo.

Há também a inauguração de um discurso cientificista e das letras na cidade. O desenvolvimento da mídia e do comércio de informações materializados nas livrarias e pequenos comércios que vendiam ou locavam impressos que propiciaram a disseminação tanto das ideias produzidas no estrangeiro como na capital.

Fatos como a abolição, o fim do império e instauração da República influenciaram um discurso mais nacionalistas, fazendo com que as produções intelectuais e científicas locais buscassem em suas obras a reconstituição do seu passado colonial, a procura de heróis nacionais e o estabelecimento de uma cronologia dos principais fatos da história nacional.

Além disso os discursos médicos, as teorias higienistas fizeram com que se produzissem estudos voltados para a prevenção de doenças como o coléra e a varíola. Como a seca era uma constante na realidade local os estudos sobre hidrografia e meteorologia também surgem como formas de entender a dinâmica da natureza e clima cearense. Na mesma linha o estudo da fauna e flora servia como uma tentativa de solucionar os problemas advindos da seca.

Religião, moral e decoro perpassam também esse universo que via a perda de influencia do clero. A literatura vê nas produções das agremiações a consolidação do romance e o surgimento das escolas simbolistas e naturalistas nas produções locais sempre atreladas ao famoso humor e irreverencia do Ceará.

Desse modo, a busca das bases de um imaginário leitor na capital se entrelaçou com um panorama das mentalidades desse período. Isso só comprova que a leitura e a informação são fenômenos que contribuem diretamente para promoção de mudanças nos cotidianos de um povo ratificando ainda mais o paradigma sociocultural da Ciência da Informação.

Entre as luzes do saber vindas da europa e do reclamar uma identidade nacional, funda-se o imaginário da leitura de Fortaleza nesse período. O resultado dessa importação e intercambio de ideias resultou nas nossas primeiras produções científicas e literárias.

Nossas considerações se fixaram sobre três instituições leitoras fundantes do imaginário leitor da época, mas os demais marcos da leitura nos deixam indagações de como as tramas informacionais europeias se estruturam no Brasil, para isso é preciso uma investigação dos editores e livreiros europeus que alimentavam essa rede de informações. Quem eram esses sujeitos? Quais suas intenções? Além disso é valido ressaltar que as demais instituições citadas nesse trabalho também podem complementar as informações do panorama

leitor da capital nesse período, muitas delas tem extensa produções que devido ao curto tempo para a apresentação deste trabalho não puderam ser analisadas.

O próprio desenvolvimento da educação ou instrução na capital também podem dar pistas de outras facetas da leitura na época. Além disso, as leituras e produções científica e intelectuais das minorias como a população mais pobre, operários, negros, indígenas e mulheres podem dar margem a novas interpretações.

Por fim ainda é preciso que se diga que o processo de elaboração de uma pesquisa histórica é lento e repleto de surpresas, algumas nem sempre agradáveis, como a deteriorização de documentos nos arquivos e bibliotecas da Capital e interior do Estado. É preciso que o poder público promova investimentos para esses espaços de guarda e preservação da memória local. Investir nessas instituições é ter a garantia que a identidade do povo cearense seja sempre presente em nosso cotidiano. É preciso que a sociedade como um todo comece a reclamar mais atenção a esses espaços consagrados a memória.

Diante do exposto, pode-se entender que a construção de um imaginário leitor se dá por processos de ordem simbólica e dos discursos de poder presente em cada período. Portanto, a leitura exerce sua força como ferramenta de acesso a informação, possibilitando a constituição de redes de saber que modificam o cotidiano reforçando o dito paradigma social ou sociocultural, que dentro das dinâmicas de um regime de informação e da mediação da cultura possibilitam a tessitura da realidade. Portanto, o estabelecimento de uma cultura leitora em Fortaleza no fim dos oitocentos, representou mais que um mero incentivo educacional, pois foi através da leitura que um projeto político intelectual que tinha na erudição e cientificismo sua base possibilitou, à luz dos discursos desse período, o progresso econômico e sociocultural de Fortaleza.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. Da maneira correta de ler: leitura das belas letras no brasil colonial. *In*: _____. **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: Mercado de Letras, 1999. Cap. 5.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Barão Homem de Mello**. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/> > Acesso em: 22 mar. 2018.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/ptcib/article/view/11990> >. Acesso em: 05 ago. 2017.
- ARARIPE, Fátima Maria Alencar. **Sob as luzes do saber**: a biblioteca provincial do ceará, lugar de memória e identidade. 2000. 153 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19020.pdf> >. Acesso em: 30 ago. 2017.
- _____. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos, 2014a.
- _____. Correntes Teóricas da Ciência da Informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./ dez. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a13.pdf> >. Acesso em: 28 set. 2017.
- _____. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectiva em gestão & conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2014b. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/19120> >. Acesso em: 28 set. 2017.
- _____. O que é ciência da informação? **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 1-30, jan./abr. 2014c. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958> >. Acesso em: 28 set. 2017.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006. 591p.
- AZEVEDO, Sânzio de. **Literatura Cearense**. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1976.
- BARREIRA, Dollor Uchoa. **História da literatura cearense**. Fortaleza: Inst. do Ceara, 1948. (Coleção Instituto do Ceará. Monografia 18).
- _____. **História da literatura cearense**. Fortaleza: Fac-similar, 1986.
- BERGER, Peter Ludwig. **Perspectivas sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CHARTIER, Roger. As Revoluções da Leitura no Ocidente. *In*: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, História e História da Leitura**. São Paulo: Mercado de Letras, 1999. Cap. 4.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Celta, 1993. 126 p.

CORDEIRO, Celeste. **Antigos e modernos no ceará provincial**. São Paulo: Annablume, 1997.

ECO, Umberto. A memória vegetal. *In*: _____. **A memória vegetal**: e outros escritos sobre bibliofilia. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 9 -32.

EL FAR, Alessandra. **O Livro e a leitura no brasil**. Rio de Janeiro: Zahar. 2006.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2, p. 25-30.

FARIAS, Aírton de. **História da sociedade cearense**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2004.

FEITOSA, Luiz Tadeu. Complexas mediações: transdisciplinaridade e incertezas nas recepções informacionais. **Inf. Pauta**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 90-117, jan./jun. 2016. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/3064>> Acesso em: 30 maio 2017.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyla, 2010.

FREIRE, José Adailton C.; BARBOSA, Daiane da C. Letramento e analfabetismo: reflexões sobre conceituações, índices e desafios. **Revista Científica do IFAL**, Maceió, v. 1, n. 3, jul./dez. 2011. Disponível em: < <http://www.kentron.ifal.edu.br/index.php/educte/article/view/42/33> > Acesso em: 17 abr. 2017.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados Cortez, 1989.

FROHMANN, Bernd. O Caráter Social, Material e Público da Informação. *In*: FUGITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez (Orgs.). **A Dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. Marília: Cultura Acadêmica, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas SA, 2011.

GONZALÈZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGamaZero**. [S.l.], v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: < <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/127/1/GomesDataGramaZero2000.pdf> > Acesso em: 15 mar. 2017.

- GOUVEIA JUNIOR, Mário; GALINDO, Marcos. Sistemas memoriais como disseminadores de informação. **TransInformação**, Campinas, v. 24, n. 3, p.207-217, set./dez., 2012. Disponível em: < <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1203>>. Acesso em: 13 maio 2017.
- GUARALDO, Tamara De Souza Brandão. **Práticas de informação e leitura**: mediação e apropriação da informação nas cartas de leitores de um jornal popular do interior de São Paulo. 2013. 240 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2013.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 41 n. 1, p.13-21, jan./abr., 2014. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1415> >. Acesso em: 22 mar. 2017.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.
- HANSEN, João Adolfo. Leituras Coloniais. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, História e História da Leitura**. São Paulo: Mercado de Letras, 1999.
- ILHARCO, Fernando. Filosofia da Informação: Alguns problemas fundadores. In: CONGRESSO IBÉRICO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2., 2004, Lisboa. **Anais...** Lisboa, 2004, p. 1-18. Disponível em: < http://www.ucp.pt/site/resources/documents/FCH/F%20Ilharco/fernando_ilharco_filosofia_informacao_problemas_fundadores.pdf >. Acesso em: 13 ago. 2017.
- KEIL, Ivete. Do Capitalismo Industrial ao Pós-Industrial: reflexões sobre trabalho e educação. **Rev. Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 15-21, jan./abr. 2007. Disponível em: < <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5681>>. Acesso em: 07 maio 2017.
- LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1997, 82 p.
- LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- LE GOFF, Charles. Memória. In: _____. **História e Memória**. Campinas: UNICAMPI, 1990. p.366 – 419.
- LEIRO, Eliana M. Virgili Filgueiras. Linguagem, cultura e identidade: uma leitura intertextual de Paulo Freire e Mikhail Bakhtin. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 8-18, jan. 2005. Disponível em: < http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Doutorado/Letras/Cadernos/Volume_5/linguagem_cultura_e_identidade.pdf >. Acesso em: 13 mar. 2017.
- LINARES COLUMBIÉ, Radamés. Epistemología y Ciencia de la información: repensando un diálogo inconcluso. **Acimed**, Havana, v. 1, n. 1, p. 1-23, jan. 2010. Disponível em: < http://eprints.rclis.org/15104/1/Epistemolog%C3%ADa_y_Ciencia_de_la_Informaci%C3%B3n.pdf>. Acesso em: 28 set. 2017.
- LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Cia Ed Nacional, 1964.

- MALHEIRO, Armando da Silva. **A ciência da informação e a transição paradigmática**. 2013. Disponível em: <<http://cuib.unam.mx/publicaciones/275/objeto%20estudio%20bibliotecologia%20A%20ciencia%20da%20informacao%20Armando%20Malheiro.html>>. Acesso em: 26 nov. 2016.
- MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 405p.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas SA, 2003.
- MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Rev. IBICT Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 1-8, jan. 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- MARTINS, Ana Luiza Rios. **Entre o piano e o violão: a modinha em Fortaleza e os dilemas da cultura popular (1888-1920)**. Fortaleza: Alameda, 2016. 288 p.
- MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006, 96 p.
- MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- MCGARRY, Kevin. **O Contexto Dinâmico da Informação: uma análise introdutória**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.
- MENEZES, Antonio Bezerra de. **Descrição da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 1992.
- MEY, Eliane Serrão Alves; SIL, Naira Cristofolletti. **Catálogo no Plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.
- MORAES, Rubens Borba de. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 259 p.
- MOTA, Leonardo. **A Padaria Espiritual**. Fortaleza: Edésio, 1939. 130 p.
- MURGUIA, Eduardo Ismael. Percepções e Aproximações do Documento na Historiografia, Documentação e Ciência da Informação. **R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 42-53, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42350>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- NOBRE, Francisco Silva. **1001 Cearenses Notáveis**. Rio de Janeiro: Casa do Ceará Ed., 1996. 395 p.
- NOGUEIRA, João. **Fortaleza velha: crônicas**. 2 ed. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1981. 192p.
- OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto histórico, geográfico e antropológico do ceará – memória, representações e pensamento social (1887 – 1914)**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGamaZero**. [S.l.], v. 5, n. 5, p. 1-13, out. 2004. Disponível em: <https://bsf.org.br/wp-content/uploads/2017/05/ORTEGA_RELAC%C3%87%C3%95ES-HIST%C3%93RICAS-ENTRE-BIBLIOTECONOMIA-DOCUMENTA%C3%87%C3%83O-E-CI%C3%84NCIA-DA-INFORMA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2017.

_____. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramaZero**, [S.l.] v. 5, n. 5, p. 03-19, maio 2004. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/2048>>. Acesso em: 22 maio 2017.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de otlet aos dias de hoje. **DataGamaZero**. [S.l.], v.11, n. 2, p. 1-14, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/12626>>. Acesso em: 22 maio 2017.

PINHEIRO FILHO, José Humberto Carneiro. **Um lugar para o tempo dos letrados: leituras, leitores e a biblioteca provincial do ceará na segunda metade do século XIX**. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000. 208p.

QUEIROZ, Priscilla Régis Cunha de. **Trabalho e cotidiano: produção e comércio de gêneros alimentícios em Fortaleza, no final do XIX e no início do século XX**. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

RENDÓN-ROJAS, Miguel Ángel. Epistemologia da Ciência da Informação: objeto de estudo e principais categorias. **R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 3-14, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42365>>. Acesso em: 22 set. 2017.

REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS. Fortaleza: Academia cearense de letras, 1896-2011. Anual. ISSN 0102-8820. Disponível em: <<http://www.academiacearensedeletas.org.br/publicacoes.php>>. Acesso em 12 abr. 2018.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1887-2017. Trimestral. ISSN 0100-3585. Disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/revista.php>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SARACEVIC, Tefko. Information science: origin, evolution and relations. In: VAKKARI, P., CRONIN, B (Eds.). **Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives**. London: Taylor Graham, 1992, p. 5-27. Disponível em: <<http://www.uff.br/ppgci/editais/origemcitefko.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SCHÖPKE, Regina. Bergson: tempo como duração, consciência e memória. In: _____. **Matéria em movimento: a ilusão do tempo e o eterno retorno**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 221-24.

SILVA, Ozângela de Arruda. **Pelas rotas dos livros: circulação de romances e conexões comerciais em Fortaleza (1870-1891)**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011, 200 p.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOUZA, Francisco das Chagas de. Sociedade, Informação, Condições e Cenários dos Usos Sociais da informação. Brasília, 2011. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília, 2011, p. 1-20.

Disponível em: <

<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000011348/23a8b71379ceeaf69caf54e59b13f65>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

STUDART, Guilherme Studart Barão de. **Dicionário biobibliográfico cearense**. 2 ed. Fortaleza: Tipografia Progresso, 1915. 10v.

SUAIDEN, Emir; LEITE, Cecília. Dimensão social do conhecimento. *In*: TARAPANOFF, Kira (Org). **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: Unesco e Ibict, 2006. p.99-114. Disponível em:

<<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/465/1/Inteligencia,%20informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20conhecimento.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

TAYLOR, Robert Saxton. Professional aspects of information science and technology. *In*: CUADRA, C. A. (Ed.). **Annual Review of Information Science and Technology**. New York: John Willey & Sons, 1966. Cap. 7.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Romances que o povo lê: a leitura ficcional nos espaços públicos e privados de Fortaleza na segunda metade do século XIX. **Leitura: teoria e prática**, Campinas, v. 24, n. 47, p. 21-28, set. 2006.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 3 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010. 120 p.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os Leitores e os Usos dos Livros na América Portuguesa. *In*: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: Mercado de Letras, 1999.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 2009.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. **O Imaginário**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

YUNES, Eliana. Pelo Averso: A Leitura e O Leitor - nas trapaças do leitor.... **Revista Letras**, Curitiba, v. 44, n. 5, p. 185-196, ago. 1995.

ZATTAR, Marianna; MARTELETO, Regina M.; VARANDA, Marta Pedro. Produção do conhecimento e prática informacional em campos e domínios inter e transdisciplinares: um recorte conceitual. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador, 2016, p. 1-20. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000021841/5fe82a49f650d4c3ca8512f6ad0b2aed>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ZINS, Chain. Redefinindo a Ciência da Informação: da “ciência da informação” para a “ciência do conhecimento”. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v. 21, n. 3, p. 155-167, set./dez. 2011. Disponível em: < <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/11901>> Acesso em: 15 jun. 2017.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: EDUC, 2000, 137 p.